OUTRAS EDIÇÕ

O FILHO DO HOMEM — Franç

O mistério do Deus Menino. A vid
ça do Cristo ressuscitado. A imitaç
Presença do Filho do Homem no sac
Estas são as meditações de que se compõem o presente volume, às quais Mauriac ainda acrescentou um Epílogo: A pacificação da angústia. Tudo que Mauriac nos diz é o resultado de uma devoção refletida e de sofrimento vivido. Eis o que, aliado ao vigoroso estilo do romancista, faz a grande fôrça dêste livro que causará profunda impressão a todos os leitores.

FILOSOFIA DA RELIGIÃO — Fulton J. Sheen

Êste é um dos mais notáveis livros do famoso bispo norte-americano. Teólogo, filósofo, ensaísta, homem de imprensa, de rádio e de televisão, é conhecido no mundo inteiro pela extraordinária cultura e pela capacidade de falar ao homem de hoje numa linguagem que, embora não o lisonjeie, lhe é perfeitamente acessível.

COLEÇÃO "MESTRES ESPIRITUAIS"

Cada um dêstes pequenos livros é uma obra-prima de segurança histórica e de objetividade, não só biografia dos homens que mais marcaram a humanidade no sentido espiritual, mas ainda, síntese de sua doutrina e estudo de sua importância em dada época e através dos séculos. Apresentação gráfica primorosa, incluindo grande número de ilustrações ligadas à obra e à vida do personagem.

Volumes mais recentes da Coleção:

— CARLOS DE FOUCAULD E A FRATERNIDADE.
— SÃO BENTO E A VIDA MONÁSTICA.

O PEQUENO PRÍNCIPE — A. Saint-Exupéry

Certamente já existe esta obra em sua bibliotéca. Se não, procure adquirir imediatamente êste maravilhoso pequeno livro.

QUESTÕES ABERTAS — Thomas Merton

Um dos livros mais importantes de Merton, com estudos como "O Caso Pasternak", "O poder e o Sentido do Amor", "Cristianismo e Totalitarismo" e muitos outros.

Êstes livros podem ser adquiridos na livraria de sua preferência ou na

Livraria AGIR *Editôra*

Rua Bráulio Gomes, 125 (ao lado da Bibl. Mun.) Tel.: 34-8300 Caixa Postal 6.040 São Paulo, S. P.	Rua México, 98-B Tel.: 42-8327 Caixa Postal 3291-ZC-00 Rio de Janeiro Guanabara	Av. Afonso Pena, 919 Tel.: 2-3038 Caixa Postal 733 Belo Horizonte Minas Gerais

Endereço telegráfico: "AGIRSA"

Atendemos pelo Serviço de Reembôlso Postal.

GUSTAVO CORÇÃO

AS FRONTEIRAS DA TÉCNICA

GUSTAVO CORÇÃO

AS FRONTEIRAS DA TÉCNICA

IR

DO MESMO AUTOR:

A DESCOBERTA DO OUTRO (8.ª ed.)
TRÊS ALQUEIRES E UMA VACA (6.ª ed.)
LIÇÕES DE ABISMO (Romance) (11.ª ed.)
DEZ ANOS (2.ª ed.)
CLARO ESCURO (Col. Família) (2.ª ed.)

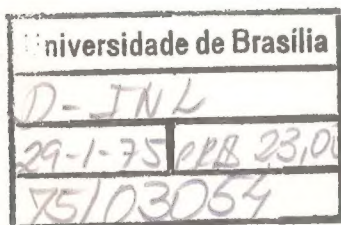
GUSTAVO CORÇÃO

AS FRONTEIRAS DA TÉCNICA

CAPA DE
HELENA GEBARA DE MACEDO

5.ª EDIÇÃO

1963

Livraria AGIR Editôra
RIO DE JANEIRO

Livraria AGIR Editôra

Rua Bráulio Gomes, 125
(ao lado da Bibl. Mun.)
Tel.: 34-8300
Caixa Postal 6.040
São Paulo, SP

Rua México, 98-B
Tel.: 42-8327
Caixa Postal 3291-ZC-00
Rio de Janeiro
Guanabara

Av. Afonso Pena, 919
Tel.: 2-3038
Caixa Postal 733
Belo Horizonte
Minas Gerais

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: "AGIRSA"

ÍNDICE

AO LEITOR

Os estudos contidos neste volume, inéditos em sua quase totalidade, resultaram da refusão e da condensação de um conjunto de aulas e conferências pronunciadas em diferentes grupos que, mal ou bem, através de grandes perplexidades e muitos desacertos, procuram a mesma coisa, o mesmo ideal que para uns é mais revelado e para outros mais escondido. E é êsse vínculo que me permite reunir alguns problemas aparentemente distantes, e que me autoriza a enfeixar na mesma cordialidade a dedicatória que aqui deixo lavrada: aos amigos e alunos do Centro Dom Vital e de Belo Horizonte, que encontrarão num dos estudos o resumo de nossas aulas; aos leitores da "Tribuna da Imprensa", que sentirão em muitas passagens as ressonâncias de antigas idéias, aos amigos da Resistência Democrática, da União Democrática Nacional e do Partido Libertador; aos irmãos da fraternidade beneditina; e ao leitor desconhecido, cuja sombra me perseguiu nestas páginas, dedico êsta colcha de retalhos que pretende servir a uma inconsútil unidade.

O AUTOR

I

O TECNICISMO E SUAS ORIGENS

I

Não imagine o leitor, só pelo título dêste ensaio, que eu venha aqui propor um racionamento das atividades técnicas; nem que eu pretenda restringir o progresso da eletrônica ou dos testes psicológicos, em nome de um ideal de civilização mais simples e mais humano. Essa rabugem me assalta, às vêzes, quando vejo certos programas de televisão ou quando me trazem ao conhecimento algum resultado esdrúxulo colhido nos gabinetes da psicotécnica; mas a razão, que bem ou mal ainda consigo manter acima dos humores, obriga-me a reconhecer que a insanidade, quando há, está no lado do uso, ou do abuso, e não na coisa em si.

É claro que desejo ardentemente um tipo de civilização mais humano; mas a mesma razão me diz que não há nenhum princípio filosófico pelo qual o humano se oponha ao técnico. Ao contrário, sendo a técnica o exercício do domínio sôbre a natureza das coisas, é e sempre será uma glória do homem. Em certas circunstâncias, a promoção do bem comum exigirá uma regulação, e até diria uma redução de tais ou quais atividades técnicas, mas é insustentável a idéia de generalizar e de fazer dêsse racionamento um programa de civilização.

Dizer que a técnica e a ciência desumanizam o homem equivale a afirmar que o homem é mais plenamente humano na selva do que na universidade ou na fábrica, e isto é uma tese do naturismo que o bom-senso e a sã filosofia rejeitam. E se não é a selva o ideal, onde demarcaríamos nós o limite e com que critério determinaríamos nós a barreira que o homem não deve ultrapassar, na ordem da especulação e na ordem prática, para não perder o seu teor de humanidade?

Há uma idéia muito difundida, principalmente em certas revistas de vulgarização, pela qual o progresso técnico é por si mesmo civilizador e aperfeiçoador do homem. Ora, se pretendemos desmontar o mito do progresso necessário, e afirmar o primado da moral — e é nessa perspectiva que se situa o presente trabalho — não podemos, sem enfraquecer todos os nossos argumentos, afirmar a eficácia contrária da atividade técnica. No que concerne à civilização e à sorte do homem, a técnica é neutra. Não traz nem tira a felicidade. Pode contribuir hoje para o bem-estar, e assim, de um modo subalterno, trazer uma contribuição de felicidade; e pode amanhã contribuir para a desgraça dos povos. Em si mesma é neutra. Seu valor absoluto só recebe o sinal algébrico, positivo ou negativo, quando a vontade do homem determina o seu uso, e não quando a inteligência determina a sua forma. A bomba atômica, nas suas mais perigosas realizações, com todo o seu portentoso acúmulo de energias, obedece a três ou quatro palavras escritas numa fôlha de serviço. É um leviatã dócil. Quem nem sempre é dócil é o homem que assina a ordem de serviço.

Certas pessoas têm mêdo da técnica e da bomba; eu tenho mêdo do memorandum. Tenho mais mêdo, por exemplo, de um concurso de filosofia do que de um invento físico; porque é daquele concurso que vai sair a data, o enderêço e a aplicação da bomba de hidrogênio, e não da própria bomba.

Vou mais longe. Com tôda a sua intrínseca neutralidade, a técnica tem um certo valor humano, uma certa inclinação ao bom uso, na medida em que traduz o império do homem sôbre as coisas. Torno a dizer que é uma glória, que é uma alta conquista fundada num direito da inteligência. São João da Cruz, o doutor da mística, diz que "um só pensamento do homem vale mais do que o universo inteiro", por onde se vê que não há exagêro em afirmar que o domínio sôbre tôdas as coisas é um direito da inteligência. É verdade que o místico acrescenta: "eis aí por que só Deus é digno de nosso pensamento, sendo só a Êle devido; e assim todo pensamento do homem que não se dirigir a Deus é um roubo feito à sua Majestade". Na ordem prática, que aqui nos ocupa, eu também acrescentaria que a técnica só é uma autêntica glória do homem enquanto permanecer na direção da glória de Deus.

Não se trata pois de restringir a atividade técnica, e sim de polarizá-la. Não se trata de diminuir o número de receptores de rádio ou de televisão, e sim de melhorar o seu uso. Como técnico, não tenho culpa nenhuma se os programas de rádio chegaram a um grau de espantosa imbecilidade. Como homem, como cidadão brasileiro, tenho certamente uma parte de culpa. Mas seria pueril castigar o técnico pela culpa do homem, fechando as fábricas para diminuir a irradiação de tolices.

Diria até que no mundo moderno, com a crescente complexidade dos problemas humanos, impõe-se a necessidade de um certo tipo de técnica que parecerá desumano a quem ande a sonhar com um modêlo campestre de civilização. Dou um exemplo a cujas aberrações sou particularmente sensível: os testes psicológicos destinados à seleção e à orientação profissional. Êsses testes podem tornar-se instrumentos de injustiça e de opressão; mas quem disser, *a priori*, que são iníquos e contrários à dignidade da pessoa humana, estará de certo modo traindo o estandarte moral que pretende defender, por afirmar a impotência da ética sôbre uma determinada atividade. A técnica que tem por matéria o homem é evidentemente mais delicada e mais condicionada do que a técnica que tem por matéria o chumbo ou o urânio; mas nem por isso pode ser sumàriamente anatematizada em têrmos de um hipermoralismo, que tangencia o imoralismo, porque descrê da amplitude do universo moral. Se a questão é não deixar que os instrumentos da técnica toquem o homem, devemos começar por denunciar os dentistas; ou devemos fechar os salões de barbeiro.

É perfeitamente admissível que se faça com mais método, a partir das conquistas da ciência, o que sempre se fêz, de um modo técnico também, mas confuso e a-sistemático, mormente quando o grande número impede o contato mais humano e mais cordial. O que é preciso saber, no que concerne aos testes psicológicos, é o seu valor próprio, a sua veracidade e o seu rigor. Nós bem sabemos, com provas multiplicadas, que alguns profissionais exageram o valor científico e o valor prático dêsses testes. Como também sabemos que essa técnica, por ser mais imprecisa e por tocar o nervo do homem, presta-se às mais inescrupulosas explorações. Nada disso, porém, nos autoriza a concluir que os métodos de seleção ou de orientação profissional devem ser condenados, ou sequer desprezados, em nome da dignidade da pessoa humana.

Receio que algum leitor, lembrado dos artigos que escrevi contra as frases latinas e os princípios filosóficos de um profissional de renome, imagine que eu sou inimigo pessoal da psicotécnica. Se pensa, engana-se. Não sou. Minha filosofia não se opõe aos psicotécnicos como não se opõe aos barbeiros; mas opõe-se, veementemente, ao cabelo mal cortado e aos testes mal feitos.

Como técnico, tenho horror ao malfeito; e sobretudo tenho horror ao malfeito que ostenta falso rigor e que se atavia de pedantismo científico. Brotam-me urticarias quando, por exemplo, encontro os resultados numéricos de certas graduações qualitativas (que alguns profissionais confundem com medidas quantitativas) expressos com três algarismos significativos. Como técnico sou também sensível aos disparates que são numerosos em nosso próprio domínio. Há nos aparelhos de rádio e nos automóveis mil coisas, mil detalhes que parasitam a técnica e que provam a falta de bom senso, e até a falsa concepção da vida e do homem. Há, por exemplo, em certas instalações de alta tensão, um complicado sistema chamado de segurança, que tem a propriedade de adormecer a vigilância dos encarregados, sendo assim responsável pela maioria dos acidentes; como também, nos aparelhos domésticos, há no aquecedor de água para banho um dispositivo automático que tem sido a causa da maior parte das explosões e dos envenenamentos.

No que concerne ao rádio e à aviação, posso dar um exemplo da mesma falta de bom-senso técnico. Todos gabam a extensão das nossas rotas aéreas. Parece que nós temos uma das maiores rêdes aeroviárias do mundo. Ora, êsse modo de encarar o problema dos nossos transportes é insensato, porque a extensão das rotas aéreas no Brasil é um sinal de atraso técnico. Temos uma grande rêde de comunicações pelo ar porque nos faltam estradas no chão. Ora, é fácil mostrar que a rota aérea, sob o ponto-de-vista da civilização e do progresso total do país, é muito inferior à estrada de rodagem, porque não beneficia contìnuamente o trajeto. O avião dá um salto entre dois pontos, sendo assim o recurso ideal para atravessar desertos. Por onde se vê que o entusiasmo pela aviação (não digo a aviação em si) está aqui, no Brasil, na mesma linha da erosão do solo, isto é, coopera com a incúria e com outros entusiasmos na tarefa de transformar o Brasil num Saara.

O mesmo diria eu da radiotelefonia. Nós não temos rêdes, linhas terrestres, ligando as capitais do norte e do extremo sul. Veio o rádio, e estabeleceu-se o serviço radiotelegráfico e radiotelefônico, que é inferior ao serviço prestado pelas linhas terrestres e tem os mesmos inconvenientes apontados para a aviação. Dirão todos que a radiotelefonia resolveu, entre aquelas localidades, o problema da comunicação da palavra como a aviação resolveu o do transporte. Sem dúvida. Mas o insensato entusiasmo pelo recurso mais moderno (e aparentemente mais técnico) desviou verbas enormes e energias que estariam melhor, sob o ponto-de-vista mais geral do bem comum, na extensão gradativa e orgânica de linhas terrestres.

Dou êsses exemplos para mostrar que no interior da própria técnica há disformidades provenientes da falta de uma regulação que só o bom-senso pode dar, e que o entusiasmo pelo "mais moderno" pode agravar.

II

Mas não é da regulação interna da técnica que vamos tratar aqui; como também, conforme já disse, não é da restrição de seu domínio próprio ou do racionamento de suas atividades. As fronteiras de nosso título são outras. São fronteiras de essência, limites de forma e não de quantidade e matéria. O que chamo de *tecnicismo* não é o exagêro de máquinas ou de aparelhos elétricos; não é a expansão da técnica; e muito menos será o gôsto e a admiração pelo progresso técnico que são perfeitamente razoáveis. Não é também o disparate produzido pela falsa inventividade que atravanca a vida de utensílios inúteis. Não. O que chamo tecnicismo é a transplantação dos métodos, do critério e do estilo, que são próprios da técnica, que são a sua coroa, para os domínios da vida moral. É a ilusão de resolver os problemas da vida humana como se resolve um problema de linha de transmissão. Em si mesma, a psicotécnica tem valor próprio, restando determinar, com a objetiva humildade dos técnicos verdadeiros, os seus próprios limites. Encarada, porém, como um instrumento que dispense a responsabiiidade, a escolha e o exercício das virtudes, torna-se um tecnicismo malsão.

Ora, êsse fenômeno existe. Existe em nossa civilização uma fadiga moral e um enorme desejo de capitulação. Como é a técnica, aparentemente, a única coisa que não tem envergonhado o homem; como indubitàvelmente funcionam bem os aparelhos de rádio, embora não funcionem bem os organizadores de programas; acontece o que era de esperar: os homens irão pedir à técnica uma receita de prudência e

até de felicidade. Irão procurar em testes, organogramas e ábacos, algo que os liberte da angustiosa opressão da liberdade.

O técnico, como técnico, não tem culpa dessa equivocada valorização de seu ofício. Sendo embora engenheiro, não me sinto implicado na propaganda que o partido comunista fêz em 1945 para colocar na presidência da república um engenheiro. Darei de bom grado o meu voto a um colega, mas não pelo fato de ser engenheiro. Todo o mundo sabe que um engenheiro, para ser bom profissional, deve ser um especialista. Ora, eu não vejo bem qual das especialidades existentes melhor se coaduna com a presidência da República, a menos que, dando valor real à metáfora, escolha a engenharia de águas e esgotos.

Nós não temos culpa da alta cotação da safira em detrimento dos rubis; ou se temos, não é no exercício da profissão que ela se localiza e sim no exercício da cidadania. Defendo-me, pois, e defendo os meus colegas de duas espécies de adversários: os que nos vêm implorar um critério moral em cifras; e os impostores, os maus profissionais que consentem em aviar tão insensata receita. É portanto contra a capitulação e contra a impostura que escrevo êste ensaio, e não contra a técnica.

III

Há um problema moderno, ou melhor, um modo moderno de abordar um problema de todos os tempos, que revela nìtidamente o espírito do tecnicismo. É o problema da felicidade.

Antigamente, quando um môço não conseguia firmar-se no emprêgo ou no noivado, dizia-se simplesmente que era infeliz. Se alguém desejava acrescentar ao julgamento uma pitada de ironia, chamava-o de caipora. Ou então, vendo no malôgro uma perseguição do destino cruel, classificava-o

de azarento. Ou ainda, temperando o mesmo fatalismo com borrifos de galhofa, dizia que o môço era pesado; a menos que não entrasse na apreciação algum laivo de superstição: e nesse caso o pobre rapaz seria vítima de mau-olhado, enguiço, quebranto ou mandinga.

Ora, hoje diz-se que êsse indivíduo é um *desajustado.*

Não é preciso, creio eu, ser muito perspicaz para discernir a idéia mecânica contida nesse têrmo. Desajustado é o sujeito que funciona mal no mecanismo social como funcionam mal a peça errada, o parafuso frouxo, o contato defeituoso no mecanismo físico. Da imagem passa-se à realidade; e do diagnóstico feito nessa base passa-se à terapêutica.

Se a felicidade do homem depende essencialmente do ajuste de suas constantes psicológicas com o emprêgo e com a noiva, como a felicidade do pé depende efetivamente da perfeita ajustagem com o calçado, não admira que todos procurem angustiosamente o sapateiro das almas. Ora, essa idéia é monstruosamente falsa: porque é meio verdadeira. O homem tem pés. Precisa pois de uma boa técnica para o calçado, e de uma técnica subsidiária, a do calista, para compensar, embora tarde, as deficiências da primeira. O homem tem também certas constantes psicológicas que merecem atenções e desvelos de profissionais. Na sociedade inquieta e complexa de nossos tempos é admissível, diria até desejável, que as grandes organizações comerciais e industriais examinem judiciosamente os seus candidatos para benefício de ambas as partes. O homem se engana fàcilmente sôbre si mesmo. Pode acontecer que um indivíduo, fascinado pelo ideal de cantor ou dançarino, não perceba que lhe falta a música na garganta ou nas pernas. Aplica-se aqui a indicação fria e objetiva do profissional para corrigir as incoerências dos sonhos. Todo o mundo sabe como é triste tomar um caminho errado que só depois de longo percurso revela o extravio. Mais vale prevenir do que remediar, dirá em detrimento do calista o bom sapateiro; e nós fazemos côro com essa vulgar mas exata sabedoria.

Até aqui vamos bem. Começa o êrro onde se abre a brecha que deixa transvazar o conteúdo moral dos atos humanos, e a monstruosidade cresce na proporção em que se substitui a prudência pela técnica. E êsse fenômeno existe, não na prática dos testes, mas na filosofia em que a maior parte dos profissionais a envolvem. Num mundo já bastante ávido de irresponsabilidade ainda há os que propagam a boa notícia de truques que corrigem os desacertos, dispensando a consciência moral.

A idéia que está na base dêsse nôvo evangelho é a que faz do homem um animal apenas mais aperfeiçoado, mas ainda assim, como os inferiores, ordenado a um determinado tipo de operações. Ora, essa idéia é falsa. O homem, pela fôrça do espírito, é extraordinàriamente adaptável e capaz de superar moralmente as mais embaraçosas desajustagens psicológicas. O homem não é monovalente; não nasce especialista como o castor; não se diferencia em tipos simples como as abelhas. Ao contrário, o que é preciso ensinar e propagar é que o homem tem sempre enormes reservas de recuperação, e que é na personalidade moral e não apenas no desabrochar de suas tendências naturais que consiste a sua mais alta realização.

Não me lembro quem foi que lamentou os Mozarts assassinados, ou melhor, sufocados, econômicamente estrangulados, e sepultados nos semivivos que vemos por aí nas ruas, nos balcões, nos guichês. A idéia é generosa, mas torta. Bem intencionada, mas mal formulada. Basta pensar nas esquisitas providências que deveríamos tomar para descobrir em tôdas as crianças a música escondida. Conseguida essa campanha, teríamos de iniciar logo uma segunda quando um outro escritor generoso aludisse aos Miguelângelos assassinados.

Por mais cruel que isto pareça a algum espírito romântico, não é nessa linha que devemos iniciar a procura da

perfeição de uma estrutura social. As falhas dessa ordem, por mais lamentáveis que sejam no que toca à cultura, não bastam para inutilizar uma vida ou para entortar os eixos de uma civilização. Embora eu goste muito de música, e particularmente da música de Mozart, não é aquela idéia que me faz às vêzes parar na rua com um calafrio de horror. É outra muito mais simples, em que a vocação universal de vida íntegra, moralmente íntegra, domina tôdas as refulgentes vocações especiais. A grande iniqüidade da civilização agonizante de nossos dias não se localiza na falta de oportunidades oferecidas a todos para o pleno desabrochar dos talentos ou para a prosperidade econômica. Não está nos músicos abortados. Está na dificuldade, na quase impossibilidade em que a maioria dos homens se encontra, de viver como homem.

A grandeza essencial do homem consiste na integridade moral e não nos títulos que trazem a fama e a imortalidade das academias. Uma sociedade que resguardasse êsse núcleo, que permitisse aos indivíduos frustrados em certos bens exteriores essa recuperação fundamental, ainda mereceria o título de humana e civilizada, embora em seu dinamismo não se pudessem evitar as quebras de músicos e poetas. Falhado o músico, abortado o pintor, ainda sobra o homem se não são ofendidos os direitos radicais da pessoa. Ora, a monstruosidade do regime econômico, em que se estrutura o nosso fim de civilização, persegue o homem até êsse último reduto, corta-lhe o nervo da recuperação moral, dificulta a pobreza reta e límpida, fabrica a miséria física, que só não será miséria moral onde encontrar as virtudes heróicas dos santos. Em outras palavras, a monstruosidade dêsse regime de fome geográfica e universal consiste na exigência de heroísmo feita pelo egoísmo e no apêlo de santidade feito pelo ódio.

O ridículo dêsse frenesi de reajustamentos psicológicos reside precisamente neste ponto: uma sociedade em que os homens não vivem como homens, e alguns, muitos, mal conseguem viver como cães, pretende recuperar-se pela recuperação dos profissionais. Êste equívoco, esta falta de hierarquização dos problemas, já seria grave se acarretasse apenas a desatenção do problema principal. Torna-se gravíssimo quando a desatenção se torna detrimento.

Torno a dizer que não sou infenso aos métodos de seleção e de indicações vocacionais. Quem nos dera que em cada bairro, em cada quarteirão existisse um bom gabinete de psicotécnica! E aqui devo confessar que não é só a idéia de salvar algum Miguelângelo que me alvoroça. Uma outra esperança, quase insensata, me acelera o coração: a de ver duas ou três dúzias de literatos e professôres de filosofia cordialmente reconduzidos pelo psicotécnico aos trabalhos agrários, à estiva e à avicultura. E uma outra esperança ainda mais desvairada: a de ver alguns psicotécnicos abandonarem definitivamente a psicotécnica.

Volto à realidade, antes que os bons ou maus humores me arrastem por irremediáveis delírios. E digo, pelo quarta ou quinta vez, que existe um problema verdadeiro por detrás da caricatura que fazem; e que êsse problema verdadeiro, atual, exigente, deve ser abordado com a técnica adequada, desde que não a envolvam na inútil e falsa filosofia que só serve para corroer a mais decisiva das resistências humanas. Sem essa condição, sem o respeito de suas fronteiras, à técnica transforma-se em tecnicismo e em calamidade pública.

É fácil imaginar a sociedade inquieta, versátil, saltitante, febril, que a filosofia das ajustagens perfeitas produziria. A cada resistência encontrada nos caminhos da vida corresponderia uma nova procura. Três vêzes por semana as pessoas pensarão que escolheram mal o ofício ou o cônjuge. O divorcismo baseia-se no mesmo postulado: o casal só deve manter-se unido enquanto houver perfeita ajustagem. Ora, não há casal nenhum no universo, incluindo os planêtas porventura habitados, que não tenha seus dias difíceis. Não há também carreira alguma, por mais impetuosa

que seja a vocação, que não passe por crises dolorosas. Beethoven apanhava surras do pai para estudar piano; San-Tomás chorava para achar um *respondeo*. E quem escreve ensaios, embora tenha entrado livremente nesse ingrato ofício, conhece horas de pesado desânimo em que lhe parece ter nascido para marinheiro ou entomologista. O homem, sendo extraordinàriamente adaptável, é por isso mesmo extraordinàriamente versátil. Se lhe faltar aquilo com que recupera o essencial de si mesmo nas mais graves mutilações, transformar-se-á num ser irrequieto e saltitante, a menos que uma psicotécnica federal ou municipal o obrigue a ficar quieto dentro da carreira, ou junto à espôsa técnica e oficialmente designada para a sua felicidade.

IV

Grave bem o leitor esta idéia: não estou aqui fazendo o libelo da técnica. Não direi que a máquina escraviza o homem. Nem insinuarei que o Demônio tenha um gôsto especial pela engenharia. O homem, quando quer despojar-se de sua incômoda liberdade, não precisa apelar para nenhuma receita especial. Não precisa estudar eletrotécnica. Não precisa fazer máquinas. E o Demônio, quando quer ajudar o homem nessa fácil operação, tem recursos mais amplos e mais variados.

A técnica é uma glória do homem. A máquina é um instrumento de libertação com o qual o homem, de certo modo, recupera o domínio sôbre as coisas, o império que lhe foi dado no dia da criação. Essa é uma de minhas mais robustas convicções. E devo acrescentar — para que o leitor não me confunda com êsses burocratas da técnica que sofrem a nostalgia das realidades — que a essa convicção racional se deve acrescentar, no que me diz respeito, um gôsto perseverante, um fiel amor pelo cristalino mundo das fôrças físicas subjugadas. Metade da minha vida, até hoje,

pertence ao papel milimetrado, ao gráfico, às fórmulas algébricas, e a essa peculiar exultação da caça do valor preciso, que tem algo de poético e de esportivo. Há mais de quarenta anos, e sem nenhum auxílio da psicotécnica, escolhi carreira, essa mesma que até hoje é o sustento de minha gente. E não me arrependo. Quando no meio do caminho me achei escritor, pareceu-me, não o oculto, que houvera desperdício nos anos passados entre teodolitos e galvonômetros. Na crise da duplicação, que fazia de mim uma espécie de monstro, cheguei a lastimar-me em público. Vez por outra ainda me entristeço quando inventario o que poderia ter estudado, e o que poderia ter gravado com memória môça nos verdes anos que dei à astronomia e depois à eletrônica. Mas nos momentos de melhor reflexão vejo a futilidade dessa tristeza, e chego a compreender o muito que o meu nôvo ofício deve às atividades passadas nos domínios da ciência e da técnica.

Permita-me o leitor algumas embaraçosas reflexões que tenho a fazer sôbre o que eu mesmo escrevo, e procure ver na utilidade dêsse depoimento a sua única justificativa. Disse que muito devia à técnica do pouco que consegui no ofício de escritor. E é verdade. Estou hoje convencido de que o melhor de mim mesmo nesta vida nova que comecei aos quarenta anos, vem justamente da soma de experiências realizadas longe da literatura. Já me perguntaram uma vez a que influências literárias eu devia a minha formação, e eu não soube responder.

Não foi a Machado de Assis porque, por incrível que pareça, só o li com verdadeira atenção na mesma época em que começava a escrever, isto é, aos quarenta anos. Não fiz portanto o longo estágio na obra machadiana que Moisés Velhinho,* com muito acêrto, recomenda aos escritores da língua portuguêsa, quaisquer que sejam as inclinações do seu espírito; mas talvez possa dizer que procurei

* *Província de São Pedro*, n.º 17, 1952, pág. 163.

recuperar o tempo perdido, pondo na leitura do grande mestre uma fôrça de atenção que me compensasse do atraso. Estou com o lúcido diretor de *Província de São Pedro*, que Machado de Assis "deveria constituir uma lição permanente não só de boa gramática — o que seria de menos — mas sobretudo de dignidade e compenetração literária". Praza a Deus que dessa grande lição eu tenha tirado algum proveito. Mas no que toca ao estilo, o modo personalíssimo de expressão, creio que é preciso remontar aos primeiros anos de vida do escritor, ao período de certas fixações, ao crescimento dos músculos e dos ossos, ao "mistério do corpo", em suma, para encontrar a verdadeira explicação.

As influências de ordem moral ou especulativa atuam em qualquer tempo e mudam os eixos da vida, como a mim me aconteceu. Mudam-se as idéias com certa rapidez, e em qualquer ponto do itinerário, porque o espírito é pronto; mas não se mudam fàcilmente os cacoetes, os gestos, o estilo, a fisionomia da expressão, porque tudo isso se prende à vida dos sentidos e às experiências em que entrou o corpo inteiro.

Tenho para mim que é aí, nesse terreno das experiências sensíveis, e não na leitura de outros autores, que o escritor encontra o seu modo peculiar de expressão, o seu estilo. A palavra é o elo entre o mundo do espírito e o mundo dos sentidos; e assim como tudo o que está na inteligência passou pelos sentidos, recìprocamente, só voltando ao sinal sensível é que a inteligência se exprime. Ora, os sentidos interiores, a memória e a imaginação, se alimentam dos sentidos exteriores. Além disso cumpre notar que a atividade técnica, retamente exercida, realizada em contato com as coisas concretíssimas, é também uma espécie de encarnação da inteligência. De onde se vê que não há nenhuma fantasia em atribuir ao exercício da técnica um forte valor na formação dos recursos de expressão. E isto que agora explico é em mim uma experiência sentida. Em outras palavras, quero dizer que é *com a mão* que escrevo, com

a mesma mão de carne e osso que trinta anos atrás, na escuridão fechada da noite mato-grossense, aprendera a encontrar os parafusos calantes do teodolito; com os mesmos dedos que depois aprenderam a soldar, a limar, e a segurar a ferramenta adunca que no tôrno iria imprimir uma idéia no tarugo de bronze. E até hoje conservo êsse hábito, êsse gôsto do concreto, do palpável, e é nas mãos e nos dedos que sinto o porejar das idéias. Perdoem-me se entro nesses detalhes da intimidade de meu ofício. Mas já que estou nessas confidências, aproveito para dizer que muitas vêzes, ao escrever, me detenho, deixo a pena, e sòzinho, para espanto de quem me visse pela janela, procuro no ar o têrmo próprio, com as mãos, como anos atrás procurava na bancada a broca exata.

E não é só a mão que fala na silenciosa atividade do técnico, é o corpo inteiro que se move, que executa posições imprevistas, que dança diante do objeto. Agora inclinado, logo depois arqueado ou de bruços, o corpo todo se comunica, se coloca entre a inteligência e a coisa. Em tôrno do teodolito, na noite escura, o observador executa um bailado. Porque o corpo é ritmo. Tudo no corpo são ritmos. E nessa conjugação de movimentos regrados, comandados pelo coração e pela estrêla que corta os fios do retículo é que o jovem astrônomo, muito antes de ter lido Bergson, já suspeitava que a eurritmia fôsse quase todo o segrêdo da expressão.

Além disso cumpre notar que o técnico militante na astronomia ou na eletrotécnica tem de levar o seu corpo ao local do problema. E novas atitudes, novíssimas experiências aparecem no seu itinerário de muitas léguas. Aqui me vêm à memória, em imagens superpostas e de anarquizada cronologia, as longas cavalgadas por planícies sem fim, os rios atravessados, a carapinha impenetrável dos capoeirões, os pios de aves desconhecidas ao entardecer, e o cheiro das resinas, o cheiro dos cavalos suados, o cheiro da terra...

Tudo isto conflui para que a sensibilidade do técnico seja *mollis carne*, como devia ser, segundo Aristóteles, a sensibilidade do filósofo.

Cumpre ainda notar que êsse apuro do técnico não evolui na direção das exasperações emotivas de que tão inconvenientemente se gabam certas autoras abrasadas. Não; a sensibilidade do técnico, por apurada que seja, conserva-se sempre casta. Serviçal, humilde, ela se empresta ao espírito sem reivindicar a recompensa das cócegas. E a emoção se espiritualiza, e passa a ser um cordial calor de humanidade, brando e discreto, a serviço da inteligência.

Mais tarde, quando essa influência da sensibilidade disciplinada passar à obra de arte, ela trará o gôsto da justa medida e do equilíbrio. Em Machado, por exemplo, pode-se adivinhar o môço compositor, o tipógrafo que fazia palavras com as mãos, e que assim aprendia a lei da economia, o respeito ao esfôrço, que só o trabalho manual pode eficazmente transmitir. Ouso dizer que a fraqueza da literatura está na ausência de dificuldade material. O papel é paciente, a pena corre, e a expressão tende a desatar-se antes de amadurecer. Por isso, ouso ainda afirmar, é indispensável que o corpo do escritor traga de outros domínios os exercícios de ritmo e o hábito das construções ordenadas, que vão ser os elementos constituintes de seu estilo.

Falei em construções ordenadas, e logo aqui me ocorre novamente a inestimável contribuição da técnica. Porque não basta o ritmo para dar à expressão verbal a sua fisionomia própria e a sua fôrça. Há na palavra o encontro de tôdas as artes, as fugitivas que se ordenam pela lei do ritmo, e as estruturais que se ordenam pela proporção dos volumes. Combinação de música e de arquitetura, a expressão verbal depende essencialmente dêsses dois elementos. É um ritmo e uma construção. Ora, quem aprendeu a montar aparelhos, a colocar cada peça no seu justo lugar, está impregnado dessa idéia, isto é, do inestimável valor da construção em que os substantivos ficam bem fixados, e em que os verbos rodam sem atritos em mancais perfeitos, enquanto os rebites e os parafusos, isto é, as conjunções e as preposições garantem a bela solidez do conjunto. Quem perdeu dias procurando um determinado parafuso de tamanho e rôsca especiais, que se exercitou nessa exigência da peça adequada, terá mais tarde o gôsto e a paciência de procurar a melhor regência e a mais exata conjunção.

Não se apresse a concluir, leitor ilógico, que eu esteja aqui a gabar-me de minhas realizações verbais. Ao contrário, publicando as circunstâncias favoráveis da boa escola que tive, eu me despojo de excelentes desculpas, e torno mais imperdoáveis as minhas deficiências. Não é pois o resultado que estou exaltando; é o processo de aprendizado que me equilibrou em saudável afastamento das tertúlias, onde a alma do môço se cresta e envelhece com prodigiosa rapidez. E tiro dessa declaração, que já se prolongou demais, um título que faço questão de exibir, para cativar a simpatia do leitor neste livro em que vou criticar o tecnicismo: o título de fiel praticante da técnica. Mas agora deixemos os meus títulos e voltemos ao assunto.

V

Perdão, abro aqui um espaçoso parêntese, porque tenho uma dívida a pagar. Digo melhor, duas dívidas: uma antiga, com mais de trinta anos, e outra recente, com menos de trinta dias. E começo pela segunda, porque o credor da primeira é um defuntinho que ficou enterrado junto a um tronco de jequitibá, cêrca de dez léguas, rio acima, do extraordinário antiteatro de água e espuma em que se precipita o rio Paraná.

Os credores vivos e recentes são os engenheiros que dias atrás me convidaram para dizer algumas palavras sô-

bre a ética da profissão. Prometi-lhes gravar em livro as palavras da conversa, e é esta a dívida que pretendo amortizar.

Começo por dizer que não existe uma ética profissional no sentido que alguns lhe atribuem. Em certas corporações militares, por exemplo, parece admitido que todos os membros devam ser solidários com o companheiro de armas culpado de ladroagem ou de homicídio. Essa ética de casta só tem um defeito: é absolutamente imoral. Ou melhor, tem dois defeitos: aquêle que acabamos de mencionar, e um outro, mais pragmático, que tem escapado às referidas corporações, e que é o seguinte: essa solidariedade é afirmada para prestigiar o companheiro culpado; na realidade só serve para desprestigiar tôda a corporação.

Não será pois nesse sentido de mundo à parte, de regra de coleguismo, ou de espírito de casta, que podemos falar em ética profissional. Será antes como encargo, e não como regalia. Só há uma ética, mas essa ética única e universal tem problemas especiais em cada domínio especial; e é nesse sentido, e só nesse, que podemos falar em moral particular de um grupo ou de uma profissão.

A do engenheiro, considerado exclusivamente sob o ângulo do exercício da profissão, pode reduzir-se a uma regra extremamente simples: a do serviço bem feito. O problema moral que envolve o problema técnico reduz-se a isto: o bom uso das faculdades para a perfeição da obra.

Maior porém é o problema moral do homem-engenheiro, isto é, o problema suscitado no homem pela profissão.

Todos os ofícios, bem ou mal escolhidos, exercidos com entusiasmo ou a contragôsto, trazem para a vida do homem encargos morais. O médico, por exemplo, vive diàriamente em contato com a carne do homem. O advogado se move também no mundo das paixões. Lidam ambos com infelizes, com pessoas que se despem e é fácil imaginar o grau de virtude que é preciso ter para agüentar tamanha pres-

são. Sob êsse ponto-de-vista a vida do engenheiro é mais fácil. Seu ofício é exercido ao ar livre, é isento do contato pessoal, é objetivo e cristalino. O engenheiro não recebe clientes a portas fechadas, não lida com a dor. Diria até que é límpido demais o ofício de engenheiro, porque essa transparência pode produzir no profissional um certo embotamento e a conseqüente tendência a mineralizar os problemas humanos.

No que concerne à moral individual quase poderíamos reduzir a deontologia do técnico ao sétimo mandamento: não furtar; convindo entretanto lembrar o que já disse o padre Vieira das várias flexões do verbo *rapio*. Não é só galgando o muro a desoras, ou enfiando dedos ágeis na algibeira desatenta que se conjuga êsse irregularíssimo verbo. Outros mil modos existem, e pelo que temos visto ùltimamente entre nós, muitos dêles pretendem incorporar-se aos costumes e tornar-se o que os sociólogos chamam traços culturais. A comissão na compra do material, a gratificação recebida para o cumprimento de uma obrigação já remunerada, o emprêgo de material inferior ao especificado ou ao exigido pela natureza do serviço, tudo isto, por mais que procurem um processo semântico que dê ao vício nome de virtude, se enquadra dentro do mesmo mandamento, e se chama *roubo*. Digamos furto. Ladroagem, ladroeira ou ladroíce. Gatunagem ou gatunice. Varia o vocábulo mas permanece o mesmo fato essencial da apropriação indébita.

Interessa também ao técnico e ao industrial uma forma peculiar de roubo que consiste em roubar deixando-se roubar. Refiro-me ao subôrno. Sob muitos aspectos o subôrno é pior do que o roubo simples, porque é um encorajamento e uma recompensa do vício. Lesa e prostitui.

Todos dirão, aflitos ou irritados, que hoje é quase impossível evitar o subôrno. Bem o sei. Já disse duas ou três páginas atrás que dia a dia se torna quase impossível ser simplesmente honesto. Nossos últimos governos desenvolveram, com extraordinária eficiência, a técnica do subôrno que

se vem incorporando aos nossos costumes. O engenheiro e o industrial vivem diàriamente achacados por chantagistas oficialmente encorajados, e em tais circunstâncias o problema moral se torna matizado e difícil. Mas o cerne da questão se mantém. E ao técnico que gosta de têrmos claros e objetivos eu direi que subornar é roubar ao quadrado.

Tirando isso, que aliás não é pouco, a moral individual do engenheiro e do técnico em geral é mais folgada e menos perigosa que a dos médicos e dos advogados. Há porém um grande problema moral em que os engenheiros, técnicos e industriais têm um papel muito importante a desempenhar: é o da justiça social.

A tentação do engenheiro, sob êsse ponto-de-vista, é a de considerar o trabalhador como uma pura engrenagem da organização. Seu hábito de trabalhar em coisas amorais e inorgânicas o induz a mecanizar a mão do operário. Atento à obra, apaixonado pelo resultado, possuído pelo espírito de eficiência, o técnico é muitas vêzes implacável e inacessível às aflições humanas. Adiante o leitor encontrará, mais desenvolvida, a análise da psicologia do técnico sob êsse ângulo; aqui, onde me pediram que resumisse e gravasse as linhas gerais de nossa deontologia, quero arrematar com êste apêlo. O engenheiro, o técnico, o industrial estão em contato diário com a injustiça, com o mau pagamento, com a condenação à miséria da maioria dos homens. Trabalham no país da fome.

É aqui que se articula a segunda parte dêste capítulo onde conto pagar uma prestação da minha primeira dívida, cujo credor paciente, representante pequenino e escuro de outro Credor ainda mais paciente, está à minha espera desde o ano de 1920.

*

Naquele tempo, com vinte e poucos anos, fui arrolado numa comissão de engenheiros para fazer coordenadas astronômicas no extremo sul de Mato Grosso, onde uma emprêsa de capitais brasileiros e argentinos explorava a erva-mate. Nosso ofício, meu e de meu colega Carlos, consistia em marcar pontos que servissem de amarração aos trabalhos de topografia. Levávamos teodolitos e diversos cronômetros de precisão porque, não existindo ainda o rádio e os sinais horários, tínhamos de fazer as longitudes com o método bárbaro e trabalhoso do transporte de hora e harmonização de cronômetros.

Nosso trabalho, como se vê, era noturno e espaçado. O que mais tínhamos a fazer era andar. Ah! quem não experimentou não pode ajuizar o que seja andar, em cavalo ruim, oito a dez léguas de deserto por dia. A região em que devíamos marcar nossos pontos era efetivamente um deserto na sua maior extensão. Plana, desguarnecida, coberta de uma erva dura e sêca, tinha às vêzes o contôrno circular dos horizontes de mar. Lembra-me um lugarejo perdido, um boliche, que tirava o nome do fato prodigioso de possuir uma árvore. Chamava-se Iberapetein, que em guarani quer dizer Uma Árvore.

Menos ainda se poderá avaliar, quem a não tenha experimentado, a angústia que nos acomete ao entardecer quando pressentimos, em pleno deserto, que o cavalo está rompido pela marcha. Não há espora, não há chicote que tire do animal um resto de fôrça. O passo fica incerto, a cabeça cai como se o pescoço estivesse quebrado; e quando tomba não se levanta mais. Duas vêzes tive de abandonar o bicho no meio da paisagem amarela e desolada, e fui forçado a perfazer as léguas restantes com os arreios suados nas costas. Além do aspecto humilhante, posso asseverar que não é ameno o exercício, mormente quando coincidem as léguas e os arreios com uma dor de dentes de periostite aguda.

Guardo muitas reminiscências coloridas dêsses tempos de sertão, alegres umas, tristes outras, mas tôdas envolvidas

na neblina da saudade, que põe uma doçura nas tristezas e uma pungência nas alegrias. E é assim, nessa espécie de negativo da memória, que eu revejo nossos acampamentos à noite, entre gaúchos e paraguaios, onde sempre apareciam, não sei como, as morenas cunhãs que traziam a dança e a rixa ao nosso rude mundo masculino. Ouço ainda a cantilena da Santa Fé, gemida nos acordeões e ritmada pelos pés descalços que batiam no chão de terra, em tôrno da fogueira, com um misto de garbo espanhol e de dolência indígena. Rememoro as noites de turbulência, a algazarra, os tiros, e as reconciliações marcadas com grandes tragos de cachaça e ainda mais barulhentas do que as brigas. E depois, quase sem transição, a hora pesada do sono, o silêncio espêsso e mórno da barraca cheia de corpos prostrados, enquanto lá fora se alargava o silêncio da noite alta em paisagem primitiva.

Poderia contar, com pormenores, o episódio da môça índia mordida por cobra, cujo pai nos veio sacudir o sono às três da manhã para pedir remédio. Vejo ainda, à luz da lanterna amarelenta, um alpendre com sacos de erva, a rêde, e o corpo de dezesseis anos que se torcia de dor com gemidos e queixumes em guarani. Curada a môça, queria o pai que ficássemos com ela, e ainda zangou-se quando alguém tentou demonstrar-lhe que não nos ficava bem aceitar aquêle tipo de pagamento por uma injeção de sôro antiofídico. Respondeu ao sermão dizendo-nos que éramos orgulhosos e que tínhamos desprêzo pelos pobres.

E o Matos? Só com êle escreveríamos trezentas páginas de aventuras. Vejo-o agora como o vi naquela tarde maravilhosa em que, depois de oito horas de cavalgada solitária, êle me apareceu de repente no alto de um cômodo, estátua eqüestre viva e dourada, a me acenar de longe com o enorme chapéu de vaqueiro e a gritar o efêmero apelido de sertão que me valeram as barbas crescidas:

— Barbacena!

Êsse Matos, alto e forte, bem plantado nas botas, barba aguda de mosqueteiro que mal disfarçava uma funda cicatriz, era um personagem que ficaria bem na Ilha do Tesouro ou nas Minas de Prata. Tinha habilidades de mãe e rompantes de matamouros. Três vêzes serviu de parteiro e trinta vêzes afrontou a faca e o tiro, com a sonora bravura dos heróis de Homero, ou dos piratas curtidos de sol e mar. Nenhum de nós o excedia no fogão ou o igualava na mesa. Bebia prodigiosamente, ria de tudo, brigava à toa. Uma noite de algazarra e rixa vi-o castigar um peão insolente, a bofetadas, sem puxar o revólver, e sem dar a menor atenção à pistola que tremia na mão do adversário. De outra feita, já em Ponta Porã, Matos declarou guerra ao Paraguai, isto é, ao lado paraguaio do vilarejo de fronteira. Sòzinho, meteu-se num boliche para arrancar dos braços do delegado a môça chamada China, que era a perdição do lugar, e que a autoridade paraguaia pretendia encampar. Chovia de um modo aterrador quando os companheiros vieram nos chamar, cêrca de meia-noite, com a notícia do tumulto e do perigo em que estava metido o nosso homem. Lá fomos, e no meio de uma confusão de tiros, palavrões, gritos de mulher e garrafas quebradas, conseguimos libertar o Matos. Pelo caminho de volta, um topógrafo tcheco, que era inclinado à eloqüência, fêz um sermão ao turbulento, dizendo-lhe que era mau companheiro, que perturbava o serviço e o sono dos amigos mais moços. Arrependido instantâneamente, como um menino, o leão chorava no meu ombro, soluçando o meu apelido de sertão:

— Barbacena! Barbacena!

*

Mas o episódio que estou para lembrar é outro. Aconteceu quando ainda estavam em trajeto os engenheiros e auxiliares da comissão, descendo o Paraná numa barcaça de rodas chamada "Rio Brilhante." Certa tarde, após quatro

ou cinco dias de viagem, na véspera de chegar a Guaíra, ou Sete Quedas, o vaporzinho entrou numa enseada natural e veio encostar na floresta. Estávamos na estação das grandes águas. Era o rio engrossado que invadia a mata, mas a nós nos parecia que eram os troncos, as árvores, empurradas umas pelas outras, como se houvera um grande motim na floresta, que se precipitavam no rio.

— Que coisa! dizia eu maravilhado.

— Safa! murmurava a meu lado um lacônico companheiro que tirara o cachimbo da bôca e considerava aquêle transbordamento vegetal que nunca imagináramos.

Desembarcamos. O vapor precisava de umas reparações nas caldeiras. Tínhamos três horas de terra, que podíamos aproveitar para uma excursão nas cercanias. Munidos de bússola e podômetro, armados de faca e revólver, um colega e eu entramos no mato seguindo um fio d'água que vinha trazer seu modesto tributo de vassalo ao Paraná.

Ao cabo de alguns minutos de marcha perdemos de vista o prateado do rio, o fio d'água, o céu, o chão, sim, a terra do chão, e nos achamos dentro do mundo exclusivamente vegetal, cercados de fôlhas úmidas, de liames, espinhos, cipós e troncos, como se todo o universo estivesse ali a emergir do nada na sua primeira tumultuosa e desordenada afirmação de existência. A própria terra desaparecera debaixo de um colchão espêsso de fôlhas sêcas, troncos caídos, detritos, tudo úmido, fôfo, a exalar o acre cheiro da morte vegetal.

Abrindo caminho a facão, avançamos palmo a palmo, penetrando na polpa verde-escura. Éramos talvez os primeiros homens, talvez mesmo os primeiros animais de porte, a desbravar a carapinha intonsurada daquele capoeirão. Adiante encontramos novamente o fio d'água que andara sumido entre as raízes trançadas e o sedimento espêsso de fôlhas mortas; e foi aí que apareceram as borboletas azuis. Foi uma festa. Elas vinham às dúzias, e esvoaçando em

tôrno de nós traziam àquele sombrio buraco vegetal outra côr, reflexos de uma vida mais autônoma e mais leve. Traziam-nos também um pouco de nossa infância. "Ai que saudades que eu tenho, da aurora da minha vida"... recitava o meu companheiro. Logo porém se alteraram nossos sentimentos quando a nuvem de reflexos azuis se avolumou. Já não era poesia, era praga. Tudo ali naquele mundo espêsso tinha de ser desmedido e brutal. Andávamos agora a sacudir os braços e a cabeça, soprando e bufando, para que elas não nos entrassem nos olhos, no nariz e na barba. Num certo momento contei mais de trinta no chapéu do colega, sem falar nas outras ainda mais numerosas que lhe marchetavam de azul elétrico a camisa, as calças e as botas. Lembrando-me as bandejas e abajures que a praça Mauá oferece aos turistas, deu-me um ataque de riso. O colega, voltando-se, achou em mim o mesmo espetáculo: e ficamos os dois a rir naquele buraco verde que de certo ouvia pela primeira vez um riso de gente.

Foi nesse momento que o meu colega fêz um sinal, e chamou-me a atenção para um som esquisito que vinha do nordeste. Não, eram dois sons. Um ritmado, "batendo o segundo" como dissemos em têrmos astronômicos; e outro escorrido, monótono e plangente. Dobramos à esquerda abrindo caminho entre cipós e espinhos. A floresta tornava-se mais rala, já deixando entrever uma nesga de céu. Os dois ruídos cresciam: o ritmado mantinha o seu sincronismo com as pêndulas siderais; o outro, mais agudo, persistia na sua coleante monotonia, fio de som como o fio d'água que ficara para trás, cantilena agridoce...

De repente achamo-nos numa clareira presidida por um enorme jequitibá, e ali tivemos a explicação do esquisito dueto: era um homem de cócoras que cavava, uma mulher em pé que gemia, e junto dela, no chão, imóvel entre revoadas de borboletas azuis, um corpinho escuro, magro, torcido e coberto de nódoas vermelhas, como uma raiz que tivessem

retirado ainda em brasa da fogueira. O homem olhava para nós com ódio e pavor. A mulher, suspendendo a cantilena e esquecendo a criança morta, fixava-nos com os olhos vazios. Foi o colega que falou primeiro:

— Então? O que é que há?

Prorrompeu em gritos a mulher enquanto o homem, sem largar a faca, olhava para a direita e para a esquerda com desespêro sombrio. Aproximamo-nos com gestos cordiais; e gastamos longos minutos até que êles vertessem em língua de gente o pavor que traziam. A criança estava realmente morta; era um menino; teria quando muito ano e meio. Alargamos o buraco com nossas facas e ajudamos o homem a plantar aquela raiz escura e torcida que voltava ao húmus depois de uma breve e malograda excursão pela clara pátria dos vivos.

Meu colega, com seu extraordinário canivete de doze lâminas, pôs-se a cortar e a lavrar duas varas brancas de piquiá-marfim, enquanto o desconhecido nos contava a sua história acompanhada pelo gemido manso da mulher. O menino morrera de mosquito. Fôra devorado, intoxicado pelos milhões de mosquitos que à noite engrossam o ar daquelas regiões alagadas. Chorara a noite tôda. De manhã ainda estava com vida, mas na hora do sol alto parara de chorar. Êles vinham de longe, dos ervais. Tinham "caído no mato." Iam procurar trabalho em outras terras... Nós levamos tempo a entender a história. O sertanejo começa as histórias pelo meio, mencionando nomes e fatos que êle imagina universalmente conhecidos.

Conseguimos afinal pegar o fio da narração que só mais tarde, quando chegarmos aos ervais, se tornará perfeitamente clara para nós. Sim, dentro de poucas semanas saberemos que os trabalhadores da emprêsa ganham um salário calculado pela metade do que estritamente precisam para comer. A outra metade será concedida generosamente a título de empréstimo. Como porém os homens não podem

ordinàriamente comer dia sim dia não, acontece o que os técnicos da emprêsa calcularam com rigor matemático: a dívida dos trabalhadores crescerá infalìvelmente na proporção do trabalho. Quanto mais trabalharem mais escravos serão. E só têm uma possibilidade de libertação: a noite, a espessura da floresta, e a coragem de enfrentar os capitães-de-mato que lhes saem ao encalço com espingardas, e que não vacilam em prostrar o rebelde devedor em nome da ordem e da justiça.

Nós vimos de perto êsses escravos. Entram no mato para extrair a fôlha, e deixam o trapo de camisa pendurado num galho. Quando perguntamos a razão dêsse costume, um dêles nos respondeu simplesmente:

— A pele costura sòzinha.

Saem do mato sangrando. Esgalham então a planta, separam as fôlhas, e fazem fardos de sessenta quilos que carregam nas costas, ao fim do dia, até o armazém, três, quatro léguas, num passo miúdo e igual que procura imitar o das mulas. Experimentamos o pêso e a marcha por uma centena de metros de chão mole, escorregadio e espinhoso: por mim posso garantir que não era cômodo. Experimentamos também o locro, pratarraz de milho bichado com rodelas de uma gordura equívoca: posso também asseverar que não é agradável. Mas êles agüentam anos. Creio que a fôrça dêles vem da sanfona e do bate-pé-noturno, e das morenas cunhãs que aparecem com flor no cabelo e charutinho num canto da bôca enquanto o outro fica livre para cuspinhar com faceirice desdenhosa... De tempos em tempos foge um. Às vêzes com mulher. Às vêzes com criança.

. . . .

Quando o homem terminou sua história o meu colega terminava também o encaixe das duas varas de piquiá-marfim. Um cipó prendeu os dois braços da cruz, na falta de prego. O cipó escuro, torcido, onde só faltavam as brasas de sangue, lembrava o corpo magro do defuntinho. E então,

enquanto o meu amigo fincava o pau no chão, eu baixei a cabeça, com vergonha de encarar aquêle casal humano.

. . . .

À noite, deitados no tombadilho da barca, com um céu exageradamente estrelado proposto aos nossos olhos astronômicos, o meu colega e eu fumávamos em silêncio. O navio deslizava devagar dentro da noite. O jequitibá, comido pelo negrume, absorvido pela demagogia da floresta, ficara para trás, perdido, insignificante. Ainda mais perdida e insignificante era a vara de piquiá-marfim cortada em duas pelo canivete de doze lâminas que meu amigo possui com mal disfarçado garbo.

— Horrível! disse êle então, lacônicamente.

Não respondi. Diante de mim estava o Centauro e o Cruzeiro do Sul. Muitas vêzes, no sertão, deitado ao relento e sem poder dormir, eu revia a rua Haddock Lôbo, onde deixara minha mãe a chorar, e onde minha irmã, no último quarto de hora de despedida, tocara um prelúdio de Chopin. Certas noites, não sabia como, abria-se um clarão no céu escuro e eu via, num recreio ensolarado de colégio, um vestido claro de menina correndo ao meu encontro. Ou então, outras vêzes, sem cenário, isolado como uma belíssima borboleta branca, mansa e única, ficava o vestido claro a me acenar do céu.

Mas naquela noite eu não via em alfa e beta do Centauro as lágrimas de minha mãe, nem via as notas de Chopin nos luzeiros do céu. O vestido claro também não veio dançar no limiar de meu sonho, porque o defuntinho escuro era uma nuvem que enchia o céu e tapava o brilho das constelações. Ora, foi nesse momento que eu contraí a dívida, a primeira de que trata êste capítulo. Lembram-me bem os detalhes, quase as palavras:

— Ah! se eu soubesse escrever, se eu tivesse um jornal... contaria tudo! Você já pensou numa coisa? Os acionistas por estas horas estão acabando de jantar. Vão ao teatro. Ou visitam-se e conversam sôbre automóvel e política. As filhas dos acionistas estão dormindo. Amanhã cedo serão levadas por babás de touca e uniforme ao colégio de freiras. E as bondosas professôras das filhas dos acionistas ensinarão que em treze de maio de mil oitocentos e oitenta e oito foi abolida a escravidão.

VI

A história do tecnicismo e do cientificismo começa no ponto de inflexão em que o problema da adequação entre a inteligência e o ser recebe o impacto do nominalismo. Poderíamos situá-lo no momento em que Guilherme Occam (1280-1347), aproveitando um relaxamento da cultura medieval, e entrando na vazia algazarra criada pela "querela dos universais", trouxe a fórmula de simplificação que vinha cavar uma brecha entre o mundo do pensamento e o mundo das coisas, e que iniciava a absorção da metafísica pela lógica, que mais tarde preparará o terreno do positivismo, e mais tarde ainda, em nossos tempos, reaparecerá com grande aparato no neopositivismo e na lógica simbólica.

É curioso notar aqui, de passagem, que êsses movimentos modernos que nos acusam de arcaísmo, porque pretendemos continuar a obra de Santo Tomás, não ocultam a sua origem nominalista e seus antigos patronos. Num livro recentíssimo editado pela moderníssima editôra Macmillan (*Elements of Symbolic Logic*, Hans Reicherbach) o autor nos adverte (pág. 7) que seus princípios representam "formas modernas do princípio que teve papel relevante na história da filosofia e emergem do nominalismo formulado por Guilherme Occam..."

A Idade Média, antes da crise nominalista, e por uma convergência de causas cuja análise compete ao historiador, punha o acento de sua cultura em Deus e no Homem, prolongando a famosa fórmula de Santo Agostinho — *noverim*

me, noverim te — e realizando assim o que Etienne Gilson (*L'esprit de la philosophie médiévale*) chamou de socratismo cristão. Essa atitude do espírito implicava um certo desinterêsse pelas coisas que se afastavam do homem e que o mesmo autor chamou de antifisicismo medieval. Mas em compensação, e apesar dessa atitude cultural, ou, quem sabe, por sua própria fôrça, a filosofia medieval, ou mais precisamente a filosofia que culminou em Santo Tomás, não tinha o centro de gravidade no Eu. Era em tôrno do Objeto que gravitava o pensamento aristotélico-tomista. Foi mais tarde, a partir sobretudo da Renascença, que a cultura tomou o caráter hiperfisicista que até hoje conserva e que o mundo do pensamento, dissociado do mundo das coisas, firmou seu centro no eu, na razão, realizando em Kant o que êsse filósofo teve a extravagância de comparar à revolução de Copérnico. Digo extravagância porque, ainda sem entrar no mérito da questão, a imagem em si é chocantemente imprópria. Seria mais exato dizer que, no mundo do pensamento, Kant fazia uma contra-revolução e passava de Copérnico a Ptolomeu.

Voltando ao ponto em que podemos situar a origem do moderno empirismo científico e do pragmatismo tecnicológico, é em Francis Bacon (1561-1626) que encontramos o primeiro marco. Numa atmosfera rarefeita pelo abandono da tradição realista, e viciada pelas jogralidades da decadência filosófica, Francis Bacon teve o enorme mérito de trazer ao homem o gôsto pelo concreto e pela experiência. Devolvia a cultura à realidade, mas a uma realidade menor que iria, no seu desenvolvimento, pretender a usurpação do trono da metafísica.

Bacon iniciava assim, no domínio do conhecimento, a mesma aventura que os grandes navegantes da época realizavam em suas caravelas. Descobria o mundo, as coisas, a terra dos homens. Mas infelizmente para nós, que hoje sofremos a psicotécnica compulsória e a pedagogia da nova escola, a grandeza da obra de Bacon estava envenenada pelo nominalismo, isto é, pelo divórcio entre a inteligência e o ser. E já no seu *Novum Organum*, em nome da ciência do concreto e da lógica indutiva, o grande investigador inglês iniciou o processo do aristotelismo que se prolonga até os nossos dias. Hoje, nos livros de Russell e nos indigestos artigos filosóficos publicados em suplementos dominicais, diz-se que Aristóteles está morto. Será então um estranho defunto cuja morte se anuncia há quatro séculos, e cujo nome continua a ser pedra de escândalo em todos os moderníssimos livros de matemática e de filosofia!

Mas faltou a Bacon um elemento capital, um instrumento de enormes conseqüências: a descoberta do papel da matemática na suplantação da metafísica como ciência unitária, como regente da nova ordem cultural. Cabe a Descartes êsse golpe decisivo. E é por isso que podemos localizar em Descartes (1596-1650) o ponto de partida do pensamento moderno. Occam e Bacon serão apenas precursores da revolução cartesiana.

Genial inventor da geometria analítica, mas discípulo de uma filosofia decadente, René Descartes não hesita em se colocar na estaca zero, como se devesse, não sòmente repensar, mas re-fabricar tôda a filosofia. A sua dúvida filosófica é mais do que um método: é uma falta de confiança real em tôda a tradição; é uma ausência impressionante de respeito, justificada talvez pela cultura do tempo e pelo prestígio de suas invenções matemáticas. No *Discurso sôbre o Método* êle não hesita em dizer: "O que os antigos ensinaram é tão pouca coisa, e quase sempre tão incrível, que não posso ter nenhuma esperança de me aproximar da verdade a não ser que me afaste do caminho que êles seguiram." E é nessa disposição de espírito que um gênio matemático se propõe a insensata tarefa de fabricar com as próprias mãos todos os novos instrumentos mentais.

Sua obra filosófica, como era de esperar, traz a marca do espírito matemático, que tem a característica de lidar com a mais pobre e a mais material das categorias, a quantidade, transportada para o cristalino mundo dos entes de

razão. A matemática tem em sua estrutura êsse equilíbrio em tensão: fundamenta-se no quantitativo, no material, e foge do sensível, procurando na pureza lógica esconder sua humilde nascença.

Não é pois de estranhar que um gênio matemático, como Descartes, tenha trazido a completa disjunção entre o mundo do pensamento, hiperespiritualizado até o que Maritain chamou de angelismo, e o mundo dos corpos, hiperesquematizado até o mais brutal mecanicismo.

A brecha criada pelo nominalismo toma proporções de abismo. De um lado o "Cogito" e as referências de tôdas as realidades à garantia de um deus; de outro lado o mecanicismo que explica todo o mundo dos corpos por dois princípios: a matéria homogênea e o movimento local.

Ora, como o próprio homem realiza o encontro dos dois mundos, sendo espírito e corpo, resulta que é no próprio homem que o cartesianismo opera a disjunção de que sofre a cultura moderna. Anjo e máquina, essencialmente divorciado de si mesmo, composto sem unidade, o homem começa um trágico período de sua história, que já tem a inquietante propriedade de sofrer tôdas as bifurcações.

A evolução do cartesianismo, como era de esperar, é contraditória. Feita a disjunção entre os dois mundos, já nada obriga a tomá-los no equilíbrio precário em que os deixou o matemático. E assim a filosofia de Descartes, teísta, diria até piedosa, se desdobra pela história, produzindo aqui o idealismo que culminará em Kant; e acolá o materialismo de um Hobbes, que foi contemporâneo de Descartes e que, para espanto e irritação do francês, que se considerava um apóstolo do espiritualismo, tirava do próprio Descartes o seu materialismo. Consta que êsses dois filósofos se cartearam sem amenidade, o que não admira muito, porque ninguém ignora que os filósofos são às vêzes irritadiços.

"Todos os sêres são corpóreos", disse Hobbes. O problema do espírito e a existência de Deus são afastados. E o agnosticismo, que é talvez uma forma de ateísmo mais insolente do que a negação, não concede que a inteligência ultrapasse a experiência do mundo sensível, a única realidade capaz de conhecimento pròpriamente científico.

Começa assim a história do empirismo cujo "impacto na cultura moderna", como disse Maritain em resposta a Bertrand Russell, * vem produzindo o abastardamento da inteligência que se manifesta nas formas larvares de um cientificismo de almanaque e de um tecnicismo que faz do homem um boneco de cordas. Através de Hobbes, Locke, Hume, e depois através do evolucionismo do século passado, com Darwin, Haeckel, Spencer, Buchner, Vogt, Le Dantec, o mundo vai-se deixando penetrar, cada dia mais profundamente, pelas teses essenciais do empirismo, que ora restringe ao sensível o campo da inteligência, embora admitindo como Spencer um absoluto incognoscível, ora identifica estritamente as atividades da inteligência com as dos sentidos.

Desaparece a diferença essencial entre os sentidos e a inteligência; e assim desaparece a diferença específica do homem, que será apenas um macaco històricamente bem sucedido.

É curioso notar, de passagem, a singular contradição que manifestam êsses observadores da natureza. Cortando a diferença específica, colocando a inteligência no nível da sensibilidade irracional, procurando em suma aproximar o mais possível o homem do animal, êles provam uma estranha incapacidade de observação. E sobretudo demonstram uma inquietante falta de lógica.

Realmente, o cientificista se desdobra, se multiplica, se extenua para mostrar que o *corpo* do homem é semelhante ao *corpo* do macaco ou do cavalo. A massa encefálica é

---

* *O Impacto do Empirismo na Cultura Moderna*, Jacques Maritain, "A Ordem".

apenas um pouco maior. A evolução uterina, como o engraçado Haeckel o demonstrou, comparando um embrião de homem com outro embrião de homem, é extraordinàriamente parecida com a dos animais superiores, e deixa pensar, como dizia a chamada lei biogenética fundamental, que a história do indivíduo recapitula a história da espécie. Temos pois êsse resultado que nos traz o naturalismo: o corpo do homem é extraordinàriamente parecido com o corpo dos animais. Ora, as atividades dos homens são extraordinàriamente diferentes das atividades animais. Logo, a conclusão sensata que se impõe é a da presença de um outro princípio que, em matéria tão semelhante, produz efeitos tão colossalmente diversos. E quanto mais demonstram a semelhança bioquímica, anatômica e fisiológica, mais refulge a claridade da conclusão.

Não digo que seja impossível um outro tipo de raciocínio para negar a espiritualidade da alma humana. Haverá certamente. O homem tem uma enorme virtuosidade no êrro. Mas o que aqui assinalo é que o raciocínio em que o empirismo materialista se compraz tem êsse aspecto cômico: prova o contrário.

Na verdade existe, como disse atrás, uma prodigiosa, uma refulgente e talvez ofuscante diferença entre as atividades dos homens e a dos animais. O homem fala. Tôdas as tentativas de procurar a origem puramente animal da linguagem — a hipótese da origem onomatopaica por exemplo — fracassaram completamente. É impossível pensar num sistema lingüístico oriundo de puros sinais naturais como o grito ou gemido. Tôda a humanidade, com pequenas diferenças, ri, geme e chora do mesmo modo. O francês não chora em francês; o chinês não geme em chinês. Os sinais naturais não se diferenciam como a palavra, sinal essencialmente convencional, se diferenciou. É impossível pensar que o vocábulo "outrossim" tenha origem num grunhido.

O homem filosofa, ainda que freqüentemente filosofe mal. A existência do empirismo prova contra o empirismo.

Se as teses do empirismo fôssem verdadeiras, não existiria o empirismo. Se o materialismo fôsse verdadeiro, o homem seguiria seu caminho sem se deter para apregoar o materialismo. A única filosofia que se pode apregoar com lógica é aquela que permite filosofar.

Em resumo, o homem só pode negar a vida do espírito, embora com veemente falta de lógica, porque é espiritual; só pode negar a liberdade e a lei moral porque é livre.

Outra contradição do empirismo (que se tem prestigiado à custa dos resultados da ciência, sem que a ciência seja responsável por isso) está na sua significação histórica. Muitos pensadores já têm apresentado a Renascença como uma emancipação do homem, e isto é verdade numa certa perspectiva. Há um antropocentrismo no espírito da Renascença, um ímpeto de afirmação e de independência. Por outro lado, é curioso notar que, nesse movimento, o homem foge de si mesmo, de sua condição, e procura clamar aos céus e aos ventos a sua estrita animalidade. Estranho manifesto de independência!

Na verdade, a Renascença tem dois espíritos. Por suas motivações psicológicas e por suas manifestações históricas é uma emancipação, um crescimento, uma conquista. Mas é ao mesmo tempo, por sua orientação filosófica, uma rendição incondicional de vencidos. O homem esqueceu que só pode viver plenamente a sua liberdade se fôr servo de Deus e das Suas verdades. Negada essa submissão que liberta, o homem só tem duas soluções: ou se torna exclusivamente servidor de si mesmo, e enlouquece; ou se entrega de mãos e pés atados ao mundo dos fenômenos, ao jôgo das fôrças físicas, e então, como diz o Filósofo, é "devorado pelo Minotauro da História". *

Mais tarde, como bem sabemos, o mundo vai trazer para a história, para o concretíssimo fato histórico, as abstra-

---

* Jacques Maritain, *La signification de Panthéisme contemporain*, Desclée de Brouwer.

tas algemas de sua filosofia; mas aqui cumpre assinalar um fenômeno digno de nota: não é o empirismo cientificista (que deu seus mais abundantes frutos na cultura anglo-saxônica) que se concretizará pollticamente em escravidão. É no mundo servido pela outra metade de Descartes, que evoluiu na linha do idealismo kantiano, que iremos encontrar os maiores desvarios políticos. Històricamente, o liberalismo cultural e econômico do empirismo suscita o seu contrário, ou melhor, a sua contraparte, e produz no mundo as formas da política totalitária. E aqui temos dois itinerários distintos. Num dêles, o que teve em Nietzsche o mais virulento apóstolo, o homem é chamado à liberdade por superação, o homem é convidado violentamente a sair de si mesmo, fìsicamente, especìficamente. Poderíamos aceitar a fórmula de superação, poderíamos mesmo aceitar o têrmo "super-homem", que aliás foi usado por S. Gregório muitos séculos antes, se por tal superação entendêssemos as exigências próprias da vida do espírito. O homem, por sua própria natureza, espiritual, explosiva, é chamado a uma constante superação e só pode equilibrar-se no dinamismo que tem sempre algo de heróico. Sua vertical seria um sinal anatômico dêsse tropismo espiritual. E sua tumultuosa história, com suas descaídas, com suas crises, evidencia êsse movimento ascensional do homem.

Na vida da Graça, com mais forte razão, poderíamos falar em superação, em *dépassement*, desde que notássemos que aí já não vem da natureza do homem a energia ascensional.

Mas em Nietzsche a revolução anunciada não é a revolução moral de Péguy: é a revolução física, baseada numa transavaliação de tôdas as tábuas de valores, e com o acento pôsto na violenta vontade de poder. O sentimento que transparece nìtidamente, e chega a ser confessado, é o da náusea pela condição humana, que mais tarde se tornará tema vazio do existencialismo pedante.

Todos nós ainda temos na memória a viva recordação dos fatos históricos produzidos por essa vulcânica filosofia. O desejo de reforma nietzscheana, tomando corpo político, encarnando-se na história, vai produzir o racismo com tôdas as suas abominações, e o fascismo com todo o seu ridículo.

O poema de Nietzsche irá terminar nos vagões de gases, nos campos de concentração, e nos judeus transformados em barras de sabão.

Por outro lado, seguindo a mesma linha do idealismo, vamos chegar ao delírio racionalista de Hegel, e daí, por uma espetacular cambalhota histórica, passamos ao marxismo, província do pensamento que limita ao norte com Hegel e Kant, e ao sul com Hobbes, Hume, Spencer. Idealista na estrutura, superespiritualista na sua origem, é materialista na substância; e assim realiza a mais bizarra reconstituição do hibridismo cartesiano.

Notemos aqui um fato que aproxima o drama marxista do drama cartesiano. Houve em ambos os casos uma infidelidade de vocação, e conseguintemente, em ambas as ocorrências, a filosofia foi maltratada, aqui por um sociólogo, lá por um matemático. Poderíamos dizer que o êrro calamitoso dêsses e de muitos pensadores modernos é o desejo de se servir da verdade, colocado muito mais alto do que o desejo de servir a verdade. Foi uma pressa de utilidade, de aplicação, que é mortal para a verdadeira especulação. O matemático estava impaciente por imprimir na cultura a marca de seu gênio criador; o sociólogo, o observador dos fatos econômicos, o reformador, tinha uma pressa, já maquiavélica, embora talvez inconsciente, de aprontar os utensílios mentais de sua revolução.

A filosofia, que tivera na Idade Média o nobre título de serva da teologia, ganhando nessa subordinação a sua verdadeira independência — como também o homem só é livre quando é servo de Deus — tornou-se agora uma criada de agência para todo o serviço. O homem procura um sistema de idéias depois de ter fixado um desejo e um programa. E

sob êsse ponto-de-vista seria legítimo dizer que todos os desvios contemporâneos são antiintelectuais, mesmo onde impera o mais desabrido racionalismo. Porque todos êles são feitos para outra coisa, para servir uma inclinação ou um ideal prático.

Estamos aqui na fronteira do *pragmatismo* ou da filosofia de ação, que se opõe ao positivismo, mas que é uma conseqüência histórica, nascida no profundo desgôsto criado pela secura cartesiana. Agora, em William James, triunfa alegremente a derrota da inteligência. Otimista na América, onde se tempera de empirismo positivista, dando um resultado neutro que tem tôdas as côres e todos os gostos, o pragmatismo é cínico no seu limite a leste com a Rússia, onde as próprias ciências se subordinam ao que êles chamam de utilidade pública. A essência do pragmatismo é o agnosticismo absoluto. A inteligência é totalmente incapaz de conhecer o real, e o valor das concepções filosóficas se medirá pela aplicação imediata na vida prática. O real é o bom resultado.

VII

Pois bem, é dessa conjunção ou dessa interação do pragtismo e do empirismo que nasceram os subprodutos que aqui chamamos de tecnicismo e de cientificismo. Sedimento enorme das dejeções de homens que foram grandes nos seus erros, e que trouxeram alguma contribuição positiva, o empirismo larvar do cientificismo dos medíocres, e o pragmatismo astucioso dos caçadores de emprêgo constituem o mais baixo e mais tolo depósito que a humanidade jamais conheceu. É o alimento ideal da mediocridade que ocupa posições. É o suco com que se condimentam tôdas as meias verdades que andam por aí vestidas de catedrática gravidade. Coprofagia filosófica, o empirismo degradado do cientificismo barato se

alegra com o gôsto que sente. É o enfeite da estupidez; é a escapatória da vacuidade mental.

Seria extremamente salutar para um Bertrand Russell e para seus discípulos o inquérito das gradações vertiginosamente descendentes de sua filosofia. Em duas ou três dinamizações chegamos ao bombeiro hidráulico que anda sonhando com o moto-contínuo, ou até atingimos o psicólogo que vê no exame pré-nupcial, ou no teste psicognômico, a garantia da fidelidade conjugal. Ou então chegamos a êsse amoralismo que põe todos os roubos e assassinatos na conta da saúde. Não há culpas. "Ninguém tem culpa" ouvi eu, ontem, numa cena de rádio-teatro que não consegui sufocar a tempo. O homem, no melhor dos mundos conquistados pela ciência, descobre uma sub-inocência enterrada nas seculares dejeções do empirismo filosófico. E ninguém tendo culpa, será Deus o único culpado, se tiver a audácia de existir!

VIII

Não era preciso ser muito sagaz para adivinhar que o fisicismo do pensamento moderno cedo ou tarde chegaria ao amoralismo. A negação da transcendência da sorte do homem deixa-o entregue ao fluxo dos acontecimentos sem saber o que faça dos ditames da consciência que passaram à categoria de epifenômenos. E por outro lado o idealismo kantiano, quebrando o nexo entre a razão prática e as realidades extramentais que polarizam a consciência, deixa ao homem uma bússola que não pode ser aferida pelos astros. Nesta ou naquela tendência nascida no espírito cartesiano perde-se o fundamento da moral.

Durante algum tempo a cultura empiricista, idealista ou positivista viverá de uma moral inanimada para espanto do Sr. Sartre que acusa o século passado de haver matado Deus (no que andou muito bem), mas de não ter conseguido a remoção do seu cadáver. Mais coerente na sua total e siste-

mática incoerência, o Sr. Sartre nos anuncia um ateísmo perfeito, e um perfeito amoralismo *(L'existencialisme est un humanisme)*. O próprio Descartes, na III parte do *Discurso sôbre o Método,* nos anuncia que vai abrigar-se numa moral provisória de construção alheia enquanto constrói *sòzinho* o seu sistema. E descreve-nos então as três ou quatro peças dêsse cômodo de aluguel: "... obedecer às leis e aos costumes de meu país, conservando constantemente a religião em que Deus me fêz a graça de ser instruído desde a minha infância, e governando-me em tôdas as outras coisas de acôrdo com as opiniões mais moderadas e mais afastadas de qualquer excesso..."

O mundo também viveu, depois de Descartes, uma moral provisória; mas agora declarou-se farto de regras convencionais. Agora, e cada dia com maior paixão, começam os adeptos do empirismo cientificista e do pragmatismo tecnicista a desconfiar que o ar livre é melhor do que aquêle apartamento incômodo. Se os seus doutôres dizem que não há nenhuma realidade na base dos julgamentos de valor, como será possível a gente agüentar certas abstinências que raiam pelo heroísmo? Ninguém quer obedecer a irrealidades, a *idola* como dizia Francis Bacon no seu *Novum Organum.* Ninguém vai sacrificar sua vida, sua única e preciosa vida, a fórmulas abstratas que são, ao mesmo tempo, convencionalíssimas e exigentíssimas.

A moral tomará então dois caminhos, ainda provisórios: o do sentimento, centrado na sinceridade, que fica sendo a virtude capital; e o da conveniência, ditada pelas injunções sociais. Valeria a pena alguém estudar um dia as aberrações a que pode chegar a ética da pura sinceridade. No momento e para não cairmos numa longa digressão, contento me em assinalar o radical irracionalismo dessa ética que não rejeita a bússola da consciência, mas rejeita qualquer obrigação de aferi-la pelo Norte. Aliás seria melhor dizer que essa ética nega a existência dos pólos e das

linhas de fôrça do universo moral. Em outras palavras, nega a lei natural, que é a lei divina inscrita na natureza das coisas.

Se o homem não é um ser dotado de alma espiritual, feito à imagem e semelhança de Deus; se o sentimento do bem-agir é mais um dado emocional do que um dado de sua natureza racional; então tôda a ética se reduzirá a uma ajustagem social, a uma espécie de aclimatação, e os costumes serão objeto de um estudo sociológico como o clima, a natureza do solo, e tudo mais que condiciona a vida do homem. E assim como a indumentária varia com a latitude, desde a pele do urso até a tanga, variará também êsse invólucro de pressões sociais que os novos sociólogos chamarão pomposamente de "natureza humana".

Chegado neste ponto, aceita essa dissolução do homem e êsse desligamento da moral, é evidente que o mundo está preparado para as aventuras do totalitarismo. A anarquizada biosfera antropológica que cobre o planêta, se é uma pura fôrça de natureza material, poderá ser plasmada e dirigida. O liberalismo da filosofia empiricista preparou essa capitulação e agora, a partir dêsse instante, nós vamos ver o tecnicismo infiltrar-se na política prèviamente esvaziada de qualquer conteúdo moral (sem falar na moral inanimada que se desmancha como cinza), e produzir a nova ética do partido, da raça ou das razões de Estado,

II

O FAZER E O AGIR

I

Comecemos por analisar, um pouco sucintamente, o domínio da razão prática, que os filósofos dividem em dois campos. O primeiro compete à filosofia moral; o segundo à filosofia da *arte,* entendendo-se aqui êste têrmo no sentido lato que tinha entre os antigos, e que na linguagem moderna se divide em duas categorias: a *técnica* e a *arte* em sentido estrito, ou *poética.*

Tôdas as atividades humanas serão reguladas por virtudes que se dividem nessas duas grandes ordens: a ordem moral, também chamada ordem do *agir;* e a ordem do *fazer* que abrange os domínios da arte e da técnica.

Convém ainda notar que os têrmos moral, técnica, e poesia, podem ser usados em dois sentidos. Primeiro no sentido de fato cultural, quando dizemos, por exemplo, "a arte da Renascença", "o grande desenvolvimento da técnica moderna", etc. Segundo, no sentido de virtude reguladora do ato humano, quando dizemos "êste aparelho foi feito com boa técnica", "êste quadro foi pintado com arte", etc. Em certos casos a frase poderá prestar-se aos dois sentidos. Se eu disser por exemplo "a poesia de Jorge de Lima" posso estar designando o fato literário constituído pela obra daquele poeta; mas também posso referir-me ao seu *habitus* poético, à poesia que é virtude, que é segunda natureza adquirida e instalada, que está no poeta e vai onde êle fôr.

Não será difícil, em cada caso, distinguir o sentido do têrmo desde que se esteja prevenido de sua ambivalência.

Agora vejamos a diferença essencial das duas ordens, a do *agir* e a do *fazer.*

A moral está ordenada ao bem do homem, do homem todo segundo as exigências de sua natureza integral. As virtudes morais operam no sentido do fim e da perfeição do homem. Ao contrário, a técnica (ou arte) está ordenada à perfeição de uma coisa exterior, podendo embora, por acidente, e indiretamente, servir ao bem do homem; mas podendo também, por acidente, e indiretamente, ser nociva ao homem.

O exercício do ato moral, com tôdas as suas implicações exteriores, melhora o homem na linha central de sua vida, no itinerário orientado pelos pólos da vida; ao contrário, o ato técnico ou artístico, quando reflui sôbre o autor, melhora-o como técnico ou artista mas não necessàriamente como homem.

O ato moral tem por objeto o bem que por si mesmo é amado, o bem que os filósofos, desde Cícero, chamam de *bem honesto*. O ato técnico e o artístico têm por objeto o *bem útil* e o *bem deleitoso*.

II

Entre as potências da alma racional (inteligência e vontade) e as suas operações é preciso considerar os intermediários radicados naquelas potências e adequados àquelas operações. Êsses intermediários entre a potência e seu ato são chamados *habitus*. Dou um exemplo. Um homem, pelo fato de ser homem, e de ser dotado de racionalidade, tem a capacidade de tocar piano, de fazer uma demonstração matemática ou de jogar bilhar. Mas entre essa potencialidade e a realização é preciso que o homem adquira a segunda natureza, o treinamento, a habilitação de cada uma dessas operações. É alguma coisa mais do que a pura potencialidade; é alguma coisa que o sujeito já possui e leva consigo gravada na alma e no corpo; é uma disposição estável, que lhe dá uma certa garantia para a execução dos atos.

Pois bem, é essa disposição, é essa segunda natureza ou qualidade adquirida que se chama um *habitus*. Sua espécie é dada pelo objeto que visa, sendo uma a do poeta, outra a do jogador de bilhar. Chama-se também *virtudes*, fôrças prontas para a operação; mas convém notar que também existem *habitus* negativos, isto é, qualidades adquiridas que se opõem ao bem-agir e ao bem-fazer. A êsses cabe melhor o nome de *vícios*.

Em moral a virtude mestra, radicada no intelecto prático, ordenada ao bem-agir, é a *prudência* que dirige as virtudes da vontade e do apetite sensível: justiça, fôrça e temperança. A boa saúde do organismo moral exige conexão e harmonia entre tôdas as virtudes. Como é o homem todo que está em jôgo, e não um título especial, não pode haver estado virtuoso onde faltar uma das virtudes. A condição essencial do estado virtuoso é a da integridade.

Cumpre aqui observar que o têrmo *prudência* sofreu na linguagem comum um processo semântico de degradação. Designa em geral uma certa cautela, uma certa timidez que pode ir até à pusilanimidade. No sentido clássico, porém, prudência é virtude do reto agir e inclui no séquito das virtudes conexas a justiça, a coragem, a magnanimidade, e tôdas as demais virtudes de exaltação e de moderação. Na linguagem usual poderíamos dizer assim: "hoje é imprudente tomar o partido do justo". Em linguagem de filosofia moral essa frase é absurda, porque a prudência da injustiça ou a imprudência da justiça é a mesma coisa que círculo quadrado.

Diremos agora que os dois domínios, o do agir e o do fazer, se diferenciam como as virtudes que êles especificam. Temos de um lado o domínio *prudencial* e do outro o domínio *técnico* ou *artístico*.

Para acentuar a diferença entre a ordem do Fazer e a ordem do Agir, convém considerar mais atentamente o dinamismo dos atos humanos. Para começar distinguiremos duas partes da atividade humana, a parte *interior*, que se

processa entre a ponderação da razão e a decisão da vontade, e parte *exterior* constituída pela obra executada. Ora, é no ato interior, e mais particularmente na livre determinação da vontade, que está contida a essência da moralidade. Por mais complexo e motivado que seja o jôgo psicológico que precede a atividade exteriormente manifestada, o sinal algébrico da moralidade, positivo ou negativo, depende do ato da vontade livre pelo qual ela segue ou contraria o ditame da consciência, que é a regra próxima (mas não suprema) da conduta humana. Só há pois moralidade onde há um ato pròpriamente humano, isto é, um ato racional e *voluntário*. Recìprocamente, desde que esteja implicado o uso da razão, não há nenhuma atividade moralmente indiferente, porque não há nenhum ato em que a vontade não tenha uma participação, e porque não é possível isolar, instalar à margem da vida, desligar da orientação dada pelos pólos da vida e da sorte do homem nenhuma atividade. Quando falamos da neutralidade moral de uma realização técnica ou artística queremos dizer que só funcionam, no interior dessa operação, as virtudes próprias do Fazer; mas de modo algum pretendemos dizer que êsse contôrno fechado do ato produtivo fique destacado da vida e da moral. Não há uma divisão da vida em dois domínios autônomos, como se pretende insinuar com as fórmulas que dividem as atividades em compartimentos estanques. Ao contrário, e apesar de tôdas as distinções, e de uma relativa autonomia no dinamismo de seus processos, o Fazer está imerso no Agir.

Feita essa advertência de capital importância, podemos prosseguir na análise das diferenças que às vêzes chegam a tomar aspectos de contrastes entre as duas ordens. Dissemos atrás que só se apresenta o problema da moralidade onde existe um ato pròpriamente humano, integralmente humano, isto é, livre e voluntário; e dissemos também que o ato interior, a intenção, é o que contém a própria essência da moralidade. E todo o mundo sabe intuitivamente que isto é assim, que o involuntário não é moralmente im-

putável, e que uma esmola feita exclusivamente com intenção oblíqua, de ostentação ou de diminuição do impôsto sôbre a renda, é um ato mau e não tem o menor valor de caridade. A criança de quatro anos já tem êsse instinto moral quando diz, para se desculpar, que "não fêz de propósito". Mas certos filósofos de quarenta anos, à custa de cultivar uma série de desvios mentais, chega a pensar que é possível sustentar uma ética depois de negar o livre-arbítrio.

Ora, é nessa perspectiva que as duas ordens, a do Fazer e a do Agir, apresentam um nítido contraste. No fazer técnico ou artístico o papel da vontade é secundário, porque não é na sua decisão que o ato recebe seu valor. Ao contrário do que acontece nos julgamentos morais, a falta voluntária escusa, e a falta involuntária agrava. Se um poeta fizer um mau poema e nos provar que o fêz de propósito, seu bom nome de poeta não sofrerá, embora possamos acusá-lo — agora com um julgamento moral — de estar, como homem, fazendo mau uso de seus dons de poeta. Ao contrário, o sujeito que faz um mau poema, e nem de longe desconfia, merece um severo julgamento literário, mas é moralmente absolvido, a menos que se levem em conta outros dados, como por exemplo a sua obstinação de não desconfiar ainda que todos os sinais exteriores lhe sejam oferecidos para essa salutar tomada de consciência. Haverá nêle certa culpa anterior de não querer mudar de ofício, como haverá em muitos casos de consciência errônea, mas no caso isolado a sua ignorância o absolve como homem e o condena como poeta.

Na ordem do Fazer, ao contrário do que acontece na ordem do Agir, a predominância está na parte exterior da atividade, isto é, na obra feita. O objeto se separa do autor, sem trazer consigo as intenções que não se realizaram exteriormente, e portanto sem conservar nenhuma escapatória de justificação. Êle é o que é. Não me adianta nada, sob êsse ponto-de-vista, fazer um prefácio lamuriento para explicar ao leitor que êste livro não pôde sair como eu queria,

porque o telefone toca de quinze em quinze minutos ou porque me ardem os olhos. O julgamento do leitor, sob êsse ponto-de-vista, é implacável e indiferente às minhas atribulações e à minha conjuntivite. Poderá fechar o livro e enternecer-se com minhas aflições. Mas o livro fica sendo o que é. Taylor, o famoso organizador do trabalho cronometrado e supertecnicalizado, dizia, referindo-se às atividades das oficinas, que uma boa desculpa nunca vale um bom resultado. Não me lembro se êsse autor fazia as necessárias distinções e se levava em conta que na mais cronometrada das oficinas não pode imperar o Fazer, como se os operários deixassem as almas no vestiário. Provàvelmente, não fazia as distinções. Provàvelmente, no seu aforismo não sòmente os profissionais mas também os homens eram julgados pelos resultados.

Na ordem do Fazer, e desde que o julgamento não atinja o homem através do autor, a fórmula de Taylor é perfeita. Quem se aventura a fazer navios terá sua atividade julgada em têrmos de flutuação e de navegação. Quem se abalança a escrever livros deve calar angústias e agruras, porque está no país onde só vale a dura lei do objeto. Como disse Pilatos quando deixou sua breve obra literária pregada num poste, e já traduzida em dois idiomas, também dirá o escritor, embora com acabrunhamento: O que escrevi, escrevi.

III

A polarização dos atos segundo o bem e o mal, primeiro princípio da razão prática, é um dom de natureza. O homem, por ser homem, por ser racional, é essencialmente um valorizador moral. Ao contrário dos inanimados e dos racionais que seguem obscuramente as inclinações de suas naturezas, e obscuramente perseguem seus fins, o homem tem de descobrir no seu mundo interior a luz de seu pólo, e tem de perseguir conscientemente o seu fim.

É um grande e complexo problema o da aquisição de um senso moral apurado a partir do radical princípio primeiro. Tomando a história em meio do caminho, porque a análise de tôda a evolução moral da humanidade passa excessivamente os limites de nosso trabalho, consideremos um homem pôsto numa das muitas encruzilhadas da vida. Quais são os seus recursos para hoje agir bem e amanhã agir melhor? O primeiro, como já dissemos, é o senso moral, que tem como dom de natureza. Mas êsse primeiro princípio está muito longe dos problemas complexos que a vida apresenta. Êle precisa de um organismo de virtudes, aptidões estáveis, treinamentos morais, facilidade de resolver o difícil, para que em cada situação a vontade se determine segundo a consciência, isto é, a regra próxima. Por outro lado, evidentemente, êle precisa que essa consciência, como bússola de sua conduta, esteja certa, seja aferida pelo Norte verdadeiro que marca o Pólo da vida. Faltando essa segunda condição, ele terá que seguir uma bússola errônea, como aconteceu ao *Herói de Quinze Anos* de Júlio Verne, que por isso, muito simbòlicamente, arrastou as pessoas que de si dependiam à terra da escravidão.

A primeira parte dêsse programa, a harmonia interior, depende mais das experiências pessoais, da atenção, da vigilância, do zêlo em tôrno das reações e dos indícios que cada um vai colhendo ao longo da vida; a segunda parte, em forte medida, depende do meio, da cultura em que vive e do patrimônio que encontrou. Se tomarmos aqui a dimensão nova da vida da Graça, então aparecem como elementos primordiais, na formação da consciência, a moral revelada e a ação interior da Graça.

Vê-se, pois, por aí, que existe efetivamente uma pressão social na formação da personalidade moral. Nunca nenhum de nossos autores negou êsse fato ou desconheceu a essencial sociabilidade do homem. Mas daí a pensar que todos os movimentos do agir humano são comandados extrìnsecamente por essas pressões sociais vai uma enorme distância.

Diria que o homem está mergulhado num campo magnético cujas linhas de fôrça se orientam para o Norte da vida. Mas êsse campo só atua nêle, porque nêle existe um princípio capaz de assimilar, de transformar em substância sua, em fôrça sua, as solicitações das realidades exteriores. Mediante o poder de assimilação dêsse princípio que vem da racionalidade, o homem passa a ter em si, com a imanência própria da vida, da mais alta vida, a do espírito, a capacidade de agir em consciência e liberdade. Assim, os mais exteriores preceitos, os mandamentos escritos na pedra, se transformam em lei interior, em mandamentos escritos no coração.

Quando um homem compreende a justiça de um preceito deixa de sentir a sua imposição. Continuará difícil o que porventura êsse preceito determine, mas agora êsse difícil assimilado tem uma dignidade nova e move-se no mundo da liberdade. Trata-se então de pôr em exercício as virtudes para a execução de um ato em que o homem obedece a si mesmo obedecendo a Deus. É pela luz da razão que o homem assimila e faz sua a lei natural, isto é, a lei de Deus inscrita na natureza das coisas; e é pela luz da Fé que o homem assimila e faz sua a vontade revelada de Deus.

Por aí se vê a incalculável importância que tem o patrimônio cultural, a pedagogia, o ambiente social, para a vida moral de cada um. E por aí se avalia como andam viciadas as bússolas, numa civilização em que se apregoam as mais variadas e esquisitas receitas de viver.

Mas voltemos à comparação entre as duas ordens práticas, e comecemos por considerar um homem numa certa encruzilhada, no meio do caminho da vida. Como ficou dito, não há nenhum ato humano que possa ser destacado do universo moral. Não há ato humano moralmente indiferente embora, como acentuaremos a seguir, existam certas operações que não se desprendem mas que de certo modo se isolam. O agir é como um fio em que o fazer prega as contas. E êsse rosário é a vida.

Há entretanto alguns atos que parecem levíssimos, e que gozam de certa indiferença. Uma pessoa que discute consigo mesma se nas horas de descanso irá ao teatro ou ficará em casa lendo o jornal, não parece estar usando nenhum ditame da consciência para resolver a perplexidade. Fará o que quiser. Ambas as soluções são lícitas. Não terá remorsos se ficar em casa. Não terá mérito se fôr ao teatro.

Na maior parte das vidas há um enorme campo de disponibilidades e de atos dêsse tipo. Mas à medida que se aprimora o senso moral êsse domínio se restringe, e os menores atos passam a receber a tonalidade moral que andava esbatida. Sem perderem seu caráter próprio, sua leveza lúdica, os passos de dança que damos na vida, as manifestações de júbilo, as alegrias do descanso, tudo enfim se polariza. E assim, sem perderem a autonomia relativa, deixam de ser indiferentes.

Quando as virtudes chegam ao grau heróico, chega também ao grau máximo a harmonização — e desaparece a disponibilidade, o ato sôlto, o pedaço de vida vivido à parte Que quererá dizer isto? Eu imagino aqui fàcilmente o susto de certas pessoas diante dêsse quadro que lhes parecerá rígido e triste. E a espontaneidade? E os atos gratuitos?

Ora, não é difícil mostrar que o susto dessas pessoas vem de uma lastimável confusão. Tomam ato gratuito e espontâneo como sinônimo de livre. A liberdade e a lei, a liberdade e a obrigação, lhes parecem contraditórias. Ora, essa idéia tão divulgada e tão ràpidamente aceita é inteiramente falsa. Ao contrário, liberdade e lei, liberdade e obrigação moral são idéias correlatas. Não é no chamado ato gratuito, de obscuras causas psicológicas, que brilha ao máximo a liberdade. É no ato ponderado e fortemente motivado que ela mais refulge. Eu posso agora levantar-me, deixar por um minuto êsse trabalho enfadonho, e tentar no segrêdo de meu escritório uns passos de minueto. Posso exercitar os jogos malabares com o cinzeiro e o pêso de papéis. São atos gratuitos, leves, talvez medicinais para quem já

está escrevendo há mais de três horas. Mas serão mais livres? Ou será nêles que melhor exerço a minha liberdade?

É claro que não. A fôrça da liberdade é proporcionada à fôrça da escolha. E assim é evidente que é nas mais pesadas opções e nas mais motivadas escolhas que resplandece a liberdade. Um homem é mais matemático quando resolve equações diferenciais do que quando faz um trôco. Do mesmo modo o homem se afirma mais livre quando resiste a uma tentação do que quando faz bolinhas de miolo de pão.

Quanto à espontaneidade, permitam-me uma distinção. Há duas espécies. Há a rapidez ágil, elegante, admirável com que as elevadas virtudes produzem seu ato. É belo o golpe súbito do esgrimista. É belíssima a prontidão do ato generoso que num relâmpago realiza todos os lances do jôgo moral. Essa é a espontaneidade que vem da perfeição e da presteza dos dons. Mas o que geralmente se chama espontaneidade é outra coisa: é a pura irreflexão, é o incontrovertido direito que todo o mundo tem de dizer a primeira tolice que lhe passa pela cabeça.

Há portanto um bizarro preconceito em pensar que a maior dignidade do homem e o maior teor de liberdade se encontram no chamado ato gratuito.

Mas agora vamos mais longe um pouco em nossa análise, e procuremos qual é a idéia oculta que preside êsse elogio da indiferença e da espontaneidade. Vimos que o campo dos atos indiferentes se restringe à medida que se afina a consciência e que crescem as virtudes. Ao contrário, onde se cansa a vigilância e se embota a consciência, dilata-se o campo dos chamados atos indiferentes, e a vida se decompõe em partes que reivindicam autonomia. Em outras palavras, o sentido moral da vida é substituído por uma arte ou técnica de viver. O que acontece então? Os atos que deveriam ser primordialmente polarizados e interiormente determinados, passam a ser limitados exteriormente. Sim, e por mais paradoxal que isto pareça, a dilatação da diferença moral conduz infalìvelmente a êsse único critério para o contôrno dos atos: o limite exterior. Onde se vê que a extravagância e a licença escravizam muito mais do que a obrigação moral. Ou melhor, são as únicas coisas que escravizam.

Se, por exemplo, eu quisesse dilatar um pouco mais o capricho coreográfico que há pouco me acudiu à mente, e se quisesse sair pelas ruas a incomodar as môças que passam com insistentes convites de dança na via pública, é provável que meu ato gratuito esbarrasse na polícia ou em algum marido menos lúcido. Estou portanto limitado extrìnsecamente nos meus atos gratuitos, que se deverão inscrever numa regra de tráfego social que ora evita um delegado ora contorna um marido. Sou portanto mais prisioneiro do que no momento em que em mim mesmo encontro e sigo a regra do reto agir.

Em poucas palavras, a lei liberta, e o mais livre dos homens é o servo de Deus, porque só Êle, autor do homem e autor da sua liberdade, pode dar-nos uma lei e o gôsto próprio, profundo e livre de segui-la.

*

Disse eu atrás que os homens que dilatam ou generalizam o campo dos atos indiferentes seguirão, conforme o temperamento, uma arte ou técnica de viver. Sim, abandonada a continuidade envolvente do agir, triunfa a descontinuidade do fazer. A moral se substitui pelo que Spengler chamou tática de vida.

Consideremos agora a aludida divisão segundo os temperamentos. Há dois tipos de amoralistas. O primeiro, de temperamento artístico, se declarará antiburguês e pretenderá levar a vida num airoso passo de dança. Viverá momentos. Poemas de corpo presente. Representará. Cantará e dançará enquanto o permitirem os empecilhos materiais que atravancam o assoalho do mundo. Afirmará uma

emancipação de compromissos e de horários. Será uma pessoa "interessante". O segundo agirá pela técnica das conveniências. Será burguês. Cronometrará a vida. Será pontual por cálculo. Pagará suas dívidas para não perder o crédito. Dará esmolas segundo uma rotina. ou não dará por sistema. Elegerá a Praxe como regra suprema. Será um "chato".

Há ainda, para completar o quadro, os mistos, que variam de critério conforme as circunstâncias e que conseguem realizar uma alternada combinação de arte, e de técnica. São os pragmáticos do negócio e da política que à noite, em roda alegre, praticam os amplos atos gratuitos que nem a polícia nem os maridos logram limitar. São os poderosos argentários que impulsionam as artes, que dão bailes, e que o povinho estupefato admira dizendo que são realizadores. Que adjetivo poderei eu dar a êsse tipo de homem sem trair a moderação que a palavra impressa exige? Conto com o leitor.

*

Êsse amoralismo que deriva em arte e técnica de viver, que se transforma ora em hedonismo ora em pragmatismo, crescerá espantosamente se não houver um dique oposto às suas fontes. E essas fontes estão no amoralismo filosófico que se ensina, que se apregoa, em nome do empirismo filosófico e do cientificismo materialista.

Realmente, a conseqüência lógica e inevitável dessas filosofias é o amoralismo. No sociologismo de Durkheim ou no psicologismo de Freud, reservas feitas das contribuições reais dêsses dois autores, ensina-se que tôda a moralidade vem de uma coação extrínseca, e que conseqüentemente a regra de vida será uma técnica como as regras do tráfego, ou uma arte como as regras da dança. Em alguns casos, dizem êles, essas regras do tráfego humano, o vermelho, o amarelo e o verde, são conscientemente usadas; noutros casos porém

a pressão social, de que a autoridade paterna é um símbolo, tem um modo insidioso de agir, é escondido, colado nas paredes da alma; e dessa pressão, que escapa ao consciente, resulta a ilusão moral e a ilusão religiosa.

Para êsses autores, que triunfam em nossa cultura, não há distinção entre o Agir e o Fazer; ou melhor, o Agir é absorvido pelo Fazer. E a vida é um absurdo a ser metodizado pela ciência ou a ser alegado com os guizos dos atos gratuitos.

IV

Vamos agora considerar a autonomia do Fazer na sua ordem. Creio que já insistimos fastidiosamente no fato de não existir ato humano que seja moralmente indiferente. Mas isto não contraria a idéia de uma autonomia nos processos do fazer. Pensemos em algumas atividades dêsse tipo: montar um aparelho de rádio, arrombar um cofre, dirigir um automóvel segundo as regras da mecânica e do tráfego, ensinar, fazer armas, etc.

Cada um dêsses atos, na vida de um homem, se inscreve sempre na pauta da moralidade; mas naquilo que os define como técnicos, isto é, na sua ordenação à obra bem feita, são amorais. São neutros dentro de seus contornos, no processo de suas operações próprias. O ato de fabricar colheres, tomado assim, é inteiramente amoral: o que se espera dêle são colheres bem feitas. No momento do uso, quando o objeto se insere fortemente na vida humana, êle pode ser instrumento de piedade — quando se dá remédio a um doente — ou instrumento de crime, quando a mesmíssima colher é usada para abreviar a vida de um doente mais incômodo.

O ato de arrombar um cofre é moralmente neutro: o que se quer no caso é um cofre bem arrombado, pelo ladrão ou pelo proprietário que perdeu a chave.

É mais do lado do uso do que do lado da fabricação que aparece o problema moral, porque o uso está na linha do fim do homem. Na fabricação, o problema moral se situa na intenção de quem faz e no fim visado por cima do objeto. Quem faz colheres para com o salário sustentar família tem seu ato fabricante marcado com o sinal moral positivo; quem faz colheres para, com o salário, corromper uma môça, tem sinal moral negativo no agir que circunscreve o seu fazer. Mas a operação que se estabelece entre o artífice e o metal é neutra, e é neutra a colher que dela resulta. Na hora em que novamente a tocar a mão humana, na hora do uso, reaparecerá a forte imantação moral e a colher será então instrumento de boa obra ou de iniqüidade.

Certos objetos, entretanto, têm na sua forma um uso tão determinado que não se pode dizer que sua fabricação seja neutra. E quase se pode dizer que êsse objeto leva consigo, por causa de sua determinação a um certo uso uma malignidade intrínseca. O contrário é que não se pode dizer. Não se pode pensar num objeto que seja necessàriamente bem usado pelo homem. Nada, nem os sacramentos de que Deus é o artífice, pode determinar necessàriamente o reto agir do homem. O homem pode sempre abusar, e pode praticar o sacrilégio. Uma das idéias mais tôlas que vêm do tecnicismo é essa que estabelece um vínculo de necessidade entre um aparelho aperfeiçoado e o progresso moral do homem. É uma idéia de primitivo, de mentalidade mágica. Equivale a imaginar uma colher de tal modo desenhada que induza invencìvelmente aos atos da mais elevada piedade.

Essa idéia, embora sem tamanha franqueza de absurdo está implícita no mito do progresso necessário, que estabelece um paralelismo necessário entre o progresso moral e o progresso industrial. Certas concepções políticas tiram sua fôrça e sua popularidade dessa mesma idéia, e pretendem resolver os conflitos humanos pela simples reestruturação da ordem social e econômica.

V

Não contrariamos Spengler a ponto de dizer que não existe nenhuma tática de viver. Existe. A vida é cheia dessas cristalizações que aqui são utilitárias e acolá deleitosas, sem que seja preciso romper o fio que dá sentido a essas contas.

Falei da técnica de fabricar rádios. Ora, sigamos de perto o môço montador, desde o momento em que pula da cama, às cinco da manhã, lá para além de Bonsucesso. Sai de casa, mal engolido o café ralo. E agora defronta um dos mais intrincados problemas técnicos desta admirável metrópole: vencer a distância e chegar a tempo de bater o relógio do ponto. Lá vai êle. Com seus sonhos, seus desejos, suas saudades e mais todo o misterioso depósito que anda em qualquer pobre alma imortal, nosso homem, agora no trem se improvisa em lutador e equilibrista. E assim, à custa de uma série de humildes talentos, o franzino e obscuro atleta chega milagrosamente vivo ao centro da cidade. Como já disse Rubem Braga, êle é um técnico em sobrevivência.

O dono da fábrica, supondo que seja capaz de tal madrugada, vê chegar o môço com o olhar calculador ou com o olhar vago de maestro que só vê violinos, contrabaixos, mas não vê narizes e bôcas, e muito menos corações. O dono da fábrica não sabe que o môço tem uma namorada baixinha, de nariz arrebitado, chamada Marly; não sabe que êle, esta manhã, não achou meia para mudar e que a suja, a do pé esquerdo, tem um rombo no calcanhar, que o preocupa; não sabe que êle, na semana passada, tentou estudar uma lição de um curso de correspondência — porque sem a instrução o homem não melhora! — mas o sono era pesado demais por causa da mocidade, do trabalho e do tráfego; e êle não pôde prosseguir; ficará para amanhã; para depois, para nunca... mas a esperança não abandona o homem, e o nosso, antes de largar o caderno e a esperança, lançou a lápis êste programa: "coisas que eu preciso estudar: raiz quadrada,

triângulo obtusângulo..." O dono da fábrica, sem ser mau sujeito, não sabe que o seu montador tem um manto invisível onde pregou as lantejoulas ainda mais invisíveis de seus sonhos de pobre. Não sabe, ou talvez tenha esquecido que o seu montador tem uma alma imortal e foi feito à imagem e semelhança de Deus.

Que quererá dizer tudo isto? Que tem a ver, com êste árido estudo das ordens do Fazer e do Agir, a meia rôta (no calcanhar esquerdo) e a môça baixinha chamada Marly? Tem Muito. Fala-se muito ùltimamente da dignidade do trabalho. Ora essa dignidade consiste precisamente em considerar como dados essenciais do problema econômico o calcanhar dos montadores de rádio e o nariz arrebitado daquela mocinha que, eventualmente, dará ao mundo outros montadores de rádio.

Em palavras mais abstratas, mas não menos reais, a recuperação da dignidade do trabalhador só pode ser atingida quando o trabalho produtivo, com tôdas as suas tecnicalidades, estiver inscrito no domínio do Agir, onde um homem é um homem, e não estritamente no domínio do Fazer, onde o homem é uma engrenagem.

A hediondez da economia capitalista (na sua encarnação histórica e não nos princípios de associação entre o capital e o trabalho) reside no fato da desumanização do trabalhador para proveito de seus empreiteiros. Ora, a primeira reivindicação enérgica e generosa que aparece na história tem uma esquisita contradição que o mundo irá pagar muito caro. Refiro-me ao marxismo. O seu ponto de partida, apesar de todos os aspectos científicos de que se reveste, é de natureza moral. Raciocina assim o doutrinador da nova economia: O valor verdadeiro de qualquer mercadoria é igual à soma de trabalho que lhe está incorporada; ora o lucro capitalista consiste na *mais-valia*, isto é, no desfalque que o trabalhador sofre de uma parte de seu trabalho; logo o capital é um roubo, uma expropriação, que se torna "um instrumento de dominação para o patrão e um instrumento de opressão para o trabalhador". Êsse raciocínio pode ser discutido na sua validez, mas ninguém pode contestar que êle esteja inscrito na clave da moral. É a denúncia de uma injustiça e não a simples verificação de um fato físico. É a afirmação categórica de que a economia deve subordinar-se à moral.

Ora, o remédio que o mesmo doutrinador proporá para corrigir tamanha injustiça é rigorosamente amoral. Liquida-se com a justiça para se acabar com a injustiça; desumaniza-se a sociedade inteira para corrigir o desumano tratamento que se dá ao trabalhador; tecnicaliza-se rigorosamente a economia para curar esta viciadíssima economia capitalista que tecnicaliza a mão-de-obra e dela tira tudo o que pode.

É nesse sentido que se pode dizer, sem sombra de dúvida, que a ordem econômica e social trazida pelo marxismo, e realizada pelo estalinismo, é muito mais hedionda e odiosa do que a ordem econômica capitalista com todos os seus terríveis defeitos. Justamente porque êsses defeitos, naquela ordem, se sistematizam, se generalizam, e tomam caráter de regra.

Mas aqui cabe um reparo. Tomando individualmente um reformador marxista e um aproveitador capitalista, com a maior isenção possível, é difícil negar ao primeiro uma apreciável superioridade moral sôbre o segundo. Errado na sua concepção do mundo, erradíssimo na sua absurda terapêutica, é entretanto um impulso de justiça que põe em movimento as engrenagens de seu moto-contínuo social. Não falando aqui dos maquiavélicos, dos ressentidos, dos anormais que pululam hoje na putrefação marxista, historicamente foi com motivações morais que se iniciou o mais maciço amoralismo que o mundo já conheceu. Ao contrário, no aproveitador capitalista é logo nas primeiras intenções que aparece a malignidade da injustiça.

Considerando porém o problema sob o ângulo do social, e apesar da superioridade individual de um marxista convicto na sua consciência errônea sôbre um capitalista aproveitador, o êrro marxista é muito mais funesto, porque cristaliza, uniformiza, generaliza o que o capitalismo realiza de um modo imperfeito.

VI

Mas voltemos ao môço que deixamos na porta da oficina, batendo o ponto, enquanto nos permitimos as considerações abstratas do capítulo anterior. Agora êle está diante de sua bancada. Vemo-lo debruçado sôbre o *chassis* que mais tarde captará os soluços do rádio-teatro e as dolências preguiçosas do samba. Êle vai animar a chapa de ferro estanhado, transmitindo-lhe a inteligência que está marcada no esquema e gravada em suas virtudes de montador. Sim, êle está trabalhando com a inteligência. A divisão convencional que se costuma fazer entre trabalho intelectual e manual parece-me inteiramente fútil. Quem pensa que o acadêmico trabalha com a inteligência enquanto o soldador trabalha com as mãos, erra nos princípios e na aplicação. Nos princípios, porque todo trabalho humano é intelectual; na aplicação, porque os adjetivos e advérbios do acadêmico são freqüentemente menos pensados do que uma solda bem feita.

O nosso homem está pois debruçado sôbre sua peça. Seus ombros murchos mal enchem o macacão; êle mais parece uma caricatura do que um atleta; em nada se assemelha ao herói robusto que nos mostram os cartazes trabalhistas. Mas já fizemos uma descoberta magnífica: já sabemos que êle é um homem.

Nesse momento assistimos à luta humilde entre o Homem e a Coisa. Jacob passou uma noite lutando com um anjo, e nós admiramos essa luta desigual entre as hierarquias desiguais. Agora assistimos à outra luta, à de Jacob às avessas.

Durante oito horas se desenrola, em *rounds* sucessivos, êsse taciturno combate entre uma inteligência ativa, posta nas mãos, e uma natureza inerte, que é dura por teimosia, e que é teimosa pela dureza das essências sem vida. Vez por outra, como se uma centelha de malícia e um prurido de revolta animasse o inanimado, o ferro atinge a carne do homem, e aparece um pouco de sangue, colorindo de dor o metálico cenário. Colorindo-o de amor.

Mas neste momento — atenção! — o môço que tem uma namorada baixinha e uma meia rôta no calcanhar esquerdo está fazendo uma solda. É uma operação estritamente técnica. Êle a faz bem feita porque possui a virtude do fazer. Em tôrno dêsse ato, dessa ilha, há um oceano de motivações morais com horizontes longínquos e alegres faluas: mas as virtudes do cortejo da Prudência se calam diante da solda para que não estremeça a mão do homem. O interior do ato técnico, o jôgo de suas virtudes próprias é autônomo e amoral na sua ordem.

É um êrro — êsse agora dos supermoralistas — pensar que as virtudes morais possam penetrar a operação técnica. De um modo indireto exercem uma influência decisiva sôbre o resultado. Anterior ou em tôrno do *fazer*, há sempre a atmosfera moral que se traduz na boa ou na má vontade com que o homem usa seus dons. Um operário de má vontade usará mal a sua técnica e fará, por isso, uma solda malfeita. Mas um operário que não possua o *habitus* do soldador não fará solda que preste ainda que tenha diante de si o retrato da namorada ou que toquem o hino nacional para pôr suas fibras em vibração cívica. Por melhores que sejam os sentimentos do môço, sua retidão moral não penetrará o interior do ato técnico onde é soberana a virtude do *fazer*.

Às vêzes, até ao contrário, pode acontecer que as ressonâncias emotivas do sentimento moral prejudiquem a obra, porque a vontade, com suas exigências angustiosas e heterogêneas com a obra, fará tremer a mão do homem.

Baseia-se nisto — na distinção entre o Fazer e o Agir — a situação dramática explorada por Schiller na história de Guilherme Tell. O habilíssimo arqueiro, prêso por suspeita de conspirar contra o regime, como hoje diríamos, é pôsto pelo tirano na obrigação de acertar uma flecha na maçã colocada sôbre a cabeça do próprio filho. Ora, se a maçã estivesse colocada em cima de um pedaço de pau, o lance seria fácil; e o caso não mereceria ser incluído entre as trinta e seis situações dramáticas que um erudito alemão iria contar na obra de Schiller. Há drama, porque uma coisa é querer moralmente acertar, e outra é acertar tècnicamente. Há drama por causa da emoção que decorre dessa distinção. Os espectadores ficarão em suspenso porque sentem que o bom arqueiro está arriscado, mais do que nunca, a atirar mal, justamente porque com tôdas as fôrças de sua alma deseja atirar bem

Muita gente pensa que a obra de arte — poesia, música, etc. — é feita com emoção. Como a natureza da obra, muito mais do que na técnica, é afetiva e emotiva, pensam muitos que é a própria vibração da emotividade que comanda a produção artística. Mas isto é um engano. Feita embora de emoção, a obra de arte só se efetiva quando essa emoção é superada, e uma certa distância se põe entre a experiência afetiva e a operação que a vai modelar. Daí a famosa definição de Wodsworth: "Poetry is emotion recollected in tranquillity". A poesia é emoção revivida na tranqüilidade.

Santo Tomás concordaria com o ferino André Gide quando êste lhe dissesse que não é com bons sentimentos que se faz boa literatura. É certo. Certíssimo. Mas hoje, e sobretudo depois de certas experiências artísticas dos últimos tempos, e embora reconhecendo que se faz má literatura com bons sentimentos, poderíamos acrescentar que ainda pior é a literatura que se faz com os maus sentimentos. Se é verdade que a retidão moral não melhora a poesia de quem não é poeta, é verdade também que a perversão piora a poesia de quem a pudesse fazer bem feita. Eu disse atrás

que as virtudes morais não podem penetrar no que constitui pròpriamente a operação técnica ou artística, a não ser indiretamente, sob a forma da boa vontade no uso dos dons. Mas os vícios morais penetram mais decisivamente. Há por aí muita literatura ruim, muito ruim, cuja ruindade vem mais da atitude moral dos autores do que de uma carência na própria ordem da arte. Talvez pudessem, com o talento que porventura possuam, fazer alguma coisa mais apreciável, mas a voluntária sofisticação, o desvio moral, espécie de homossexualidade mental, e o desejo impuro de andar na moda, e mais o culto da irreverência bocó, e mais meia dúzia ou dúzia e meia de vícios de caráter impedem o higiênico uso dos próprios dotes, e produzem a moeda falsa, essa emissão de bônus que só encontram aceitação nos próprios grupinhos em que se fazem as falsificações. É verdade que há também — helas! — um público maior que tem mêdo de parecer retrógrado, e que descobre prodígios de beleza e de inteireza nesses resultados abortivos e teratológicos.

O que podemos dizer, em resumo, é o seguinte: embora o interior do processo técnico ou artístico seja autônomo e impenetrável à moral, não se pode dizer que essa autonomia seja absoluta e que essas operações se possam desligar da realidade moral. Essas operações, como contas redondas e perfeitas, enfiam-se no longo cordel da vida humana. Estão ligadas, cercadas, banhadas na realidade moral. Não pode pois haver autonomia absoluta da técnica, a menos que se modifique a definição do homem e que se diga que êle é essencialmente um fabricador.

Por mais forte razão deve crescer a subordinação das técnicas ao critério moral quando elas mais se aproximam do homem. E é por isso que devemos receber com extremo cuidado e extrema reserva — subordinando-as à lei moral — as técnicas que tocam de perto a condição humana, como as que aparecem na economia, na política, na medicina e na educação.

O tecnicismo, ao contrário, é um estado de espírito que leva a crer que é dessas próprias técnicas que resultará o bem viver e o epifenômeno da consciência moral.

VII

Feita a distinção das duas ordens, a do agir e a do fazer, arma-se agora o seguinte problema: qual será o peculiar atrativo da técnica, que explica o tecnicismo? Ou então: por que será que um certo tipo de civilização desliza insensìvelmente da moral para a técnica?

A primeira explicação, que atrás já esboçamos, vem do prestígio das realizações técnicas. O homem tem a tentação de trazer para o desarrumado mundo moral os processos que lhe deram tão prodigiosos e nítidos resultados na dominação das coisas exteriores.

Mas há ainda uma outra causa que nos parece mais profunda: o deslize para o tecnicismo se explicaria melhor pela própria natureza de contornos fechados do ato técnico, e pelo seu repousante isolacionismo.

Já se tem dito muitas vêzes que os poetas têm uma certa tendência ao isolamento, à tôrre de marfim. Ora, eu penso que não será muito difícil mostrar que essa tendência ao isolacionismo é muito mais acentuada no técnico do que no artista.

À primeira vista não parece que o técnico seja a-social porque as coisas que êle fabrica são utilíssimas, e de imediata assimilação social. O poeta, ao contrário, parece mais isolado, porque as coisas que êle fabrica são inutilíssimas. Mas êsse julgamento gira em tôrno do valor do objeto feito, e não da atitude psicológica do sujeito que faz. Ora, o problema que agora nos interessa é justamente êste, da psicologia do técnico, e não aquêle outro do mais imediato valor de sua obra.

Antes de abordar essa questão, entretanto, não resisto ao desejo de dizer algumas palavras sôbre o isolacionismo de que se acusam os poetas, e sôbre a inutilidade de que se acusa a poesia.

A idéia que vulgarmente se tem de um poema de Rimbaud ou de um quadro de Matisse é a de sua inacessibilidade. Sòmente uns poucos iniciados desfrutam o privilégio de discernir o que essas obras têm de bom, e assim sendo, elas se situam fora do plano comum da cultura verdadeiramente democrática. Constituem pois uma aristocracia os poucos felizes que entendem Rimbaud ou Matisse.

O fato é incontestável. O número de genuínos leitores de certos poetas é realmente pequeno; o acesso é difícil; a iniciação é necessária. Mas daí não se pode concluir, sem ofensa à lógica, que aquelas obras não são *comuns* e portanto *comunicativas*. O grande problema do mundo é a vitória sôbre as distâncias, é a missão, a conquista, a descoberta; e não a simplificação de tudo, e a redução de tôdas as coisas às formas de mais imediata assimilação. A América antes de Colombo era inacessível à Europa. Viu-se depois que a sua terra era tão boa e tão comum como a antiga terra palmilhada por santos e heróis.

Há distâncias a vencer, em geografia e em poesia; há viagens a fazer, pelos mares e pelos versos. O grande problema do mundo é o das comunicações, e foi com profunda intuição disso que Dewey declarou existir mais do que um simples nexo verbal entre as palavras "comum", "comunicação" e "comunidade". * Existe entre os homens, e entre tudo o que genuìnamente é do homem, um traço comum, que vem da natureza, da semelhança radical que nos vincula. Mas para que êsse traço comum se realize em comunidade é preciso que haja comunicação. Trata-se pois de fazer circular o que é do homem para que as coisas assimiláveis por natureza se tornem socialmente e atualmente assimiladas.

---

* *Democracia e Educação*, J. Dewey.

É preciso distinguir a questão do acesso e a questão da natureza das coisas. Tomemos por exemplo o caso do alimento. Há indivíduos que, por lamentável enfermidade, têm o vício de comer tocos de vela, e cacos de barro ou até de vidro. Se um dêsses, dotado de especial vocação, compusesse uma salada com aquêles elementos engenhosamente bem combinados, poderia com justiça ser acusado de praticar uma arte culinária excessivamente aristocrática, embora sejam muito acessíveis os elementos que emprega. Sua arte não seria boa porque não era comum. Se porém um homem de apetites normais compõe um prato com bons legumes da Índia, e com saudáveis temperos do Japão, a sua salada não seria acessível a todos; mas poderíamos dizer, sem injustiça, que êsse artista esteja fazendo obra hermética e incomunicável? Embora, por uma questão de acesso, só uma minoria possa comer aquela salada dos antípodas, nem por isso, quanto à natureza, ela deixa de ser comum.

Também não seria razoável dizer que o homem se deve contentar com o produto de sua horta. A canela, o cravo, a pimenta, se é verdade o que contam, tiveram uma enorme influência no descobrimento da terra; o que prova que o homem não aceita fàcilmente a imposição de limites, até para as suas saladas. A dificuldade nunca foi considerada marca de privilégio. Ao contrário, uma das coisas odiosas das aristocracias foi justamente a supressão das dificuldades. Um visconde, para ser visconde, não precisava mais do que nascer; e algumas marquesas, para ganhar o marquesado, mereceram o título suplementar de mulheres fáceis.

O que um bom democrata reclama é que os caminhos sejam comuns, e não que sejam simplesmente curtos.

No caso da poesia ou do quadro, o leitor que nutre o rancoroso preconceito contra a arte chamada moderna, objetará que ela é indigesta, que é feita de cacos de barro ou de vidro. Responderei a essa objeção dizendo que só é possível verificar se um prato é indigesto, comendo-o. Ora, o que acontece no caso das obras de arte é isto: elas são inacessíveis a certas bôcas, e conseqüentemente a certos estômagos. O indivíduo atônito que está diante de um quadro não está efetivamente diante de um quadro, a não ser no sentido puramente topográfico. O outro, que tem na mão um livro aberto, não tem a poesia na mão. Está a léguas da poesia.

São aqui diversas as distâncias a vencer; são outras as viagens, as aventuras, as provisões, os riscos, as canseiras, até chegar à ilha maravilhosa onde mora o artista. A poesia, esteja onde estiver, na Arábia ou no Paraguai, é em si mesma boa se é comum, isto é, se tem suas raízes plantadas no mesmo jardim de delícias onde o homem nasceu. O gênio do artista consiste em explorar as infinitas virtualidades do que é comunicável, e nisto consiste o seu senso do genuíno; mas não está adstrito ao que é de fato acessível, imediatamente acessível.

A viagem ao país das maravilhas, que os poetas propõem a todos os homens, precisa de comunicações e precisa de roteiros. Precisa de intermediários. A sociedade humana, em sua crescente complexidade, carece cada dia mais de intermediários. A demagogia totalitária, que pretende recrutar poetas para o imediato serviço público, tem um grande e confessado horror pelos intermediários. A hierarquia, a diferenciação, os vasos comunicantes, tôda a riqueza orgânica da sociedade é vista como um mal pelos simplificadores do homem. O ideal apregoado por essa filosofia é o da uniformidade e o dos contatos diretos. Ora, se alguma coisa caracteriza a civilização é justamente a multiplicação do modo indireto.

No caso da arte, e na cultura em geral, os intermediários entre as obras humanas são outras obras humanas. É pisando aqui e ali nos corpos dos poetas, que se fazem as excursões no mundo da poesia. Para atingir Rimbaud trepamos no ombro de Murilo Mendes, ou firmamos o pé em Manuel Bandeira. Para entender Claudel atravessamos Jorge de Lima. E assim, se é exato o meu pensamento, há uma circulação viva dentro da cultura, como a circulação substancial nos

corpos vivos. Quem leu uma poesia de Murilo Mendes ou de Cecília Meireles está recebendo alguma coisa de Nietzsche ou de Mallarmé. Mas não quero dizer com isso que aquêles dois poetas nossos são intérpretes dêstes ou filiados a tais ou quais influências. Êles são intermediários em um sentido mais profundo. Êles aproximam. Trazem referências. São roteiros vivos. E convém ainda acrescentar a interação produzida pelos outros gêneros de arte, onde uma sinfonia prepara o caminho de uma estátua, e onde o crítico, de um modo mais claro, dá as coordenadas, a ascensão reta e a declinação dos novos astros.

Não há pois nada menos isolado do que uma obra de arte; e nada há mais profundamente social do que um bom poema. O que importa saber é se Rimbaud é verdadeiro. Se é, então é também verdadeiramente popular, como é popular Aldebarã que brilha para todos.

O problema das comunicações, entretanto, permanece de pé. É necessário, sem dúvida, abrir caminhos. É necessário ensinar a ler; e depois, ensinar a ler Rimbaud. É imperioso remover os obstáculos que separam os homens; mas isso é o contrário do que fazem os propagandistas demagogos que, tomados de convulsiva ternura populista, entulham os caminhos, ou levantam paliçadas escuras para que os pobres se entretenham na ilusão de participarem da luz universal. A famosa arte para o povo, arte de encomenda, direta, imediata, urgente, é um tapume que separa o povo, definitivamente, de seus melhores representantes.

Nada é mais popular e comum do que os sinais elevados. E é nisto que se baseiam os faróis, as bandeiras desfraldadas, e os campanários. A bandeira e o sino são sinais de congraçamento, e por isso são erguidos bem alto. O sol é um bem comum, municipal, estadual e federal, porque nasce para todos.

Por falar em sol, imagine o leitor que um jornalista, dêsses que clamam pela arte popular, fôsse à noite em São Januário surpreender o astrônomo em sua cúpula. Vendo-o ali, desatento do mundo, nariz no ar, o jornalista seria capaz de pensar num artigo em que ficasse provado que a astronomia deve passar do individual para o social. Tomaria notas, procuraria no profissional os adjetivos adequados, e não deixaria de assinalar a semelhança que existe entre a tôrre de marfim e a cúpula de um observatório astronômico. E a lua poderia ser usada como um engenhoso traço de união entre os devaneios do astrônomo e os sonhos dos poetas.

Se o astrônomo, advertido das intenções do repórter populista, entrasse a explicar em têrmos técnicos que estava observando uma passagem meridiana para a determinação da hora, poderia ainda o outro insistir na sua idéia de democratização da hora, mediante fabricação de rústicos relógios solares para as praças públicas. Ora, o que o nosso astrônomo está fazendo em sua tôrre, com seus cronômetros e telescópios, é justamente a distribuição de um bem comum. Êle reparte o eixo da terra e as harmonias do céu pelos operários dos subúrbios. Êle traz estrêlas para dentro dos despertadores. E assim é evidente que seu trabalho é comum. Mas há uma condição indispensável sem a qual o cálculo do astrônomo não será verdadeiramente comum. No caso da astronomia, a condição é a exatidão dos cálculos e da observação. Se forem incorretos não entrarão no concêrto das horas. Às vêzes, infelizmente, o indivíduo não desconfia que está fora do universal compasso. Às vêzes, um povo inteiro, como aconteceu na Alemanha nazista, e ainda acontece na Rússia, fica sincronizado no êrro até o dia de descobrir que sua pêndula mestra não acompanha o ritmo dos astros. Cedo ou tarde, porém, essas originalidades se patenteiam e o ritmo do mundo se impõe aos relógios atrasados.

No caso da poesia há uma outra espécie de exatidão, que não vem da rotação da Terra, nem se refere a nenhum padrão guardado em museu sob temperatura e pressão constantes. É outro o padrão, é outra a constante que se esconde nos variáveis corações. Se a poesia tem essa secreta medida será comum e por conseguinte popular. O que constitui privilé-

gio, o que funda aristocracia, é o êrro. É a particularíssima poesia que é obscura, não por sua profundidade mas por sua particularidade. É a gíria, a linguagem grupal posta em verso; ou é a impotência traduzida em arte.

A dificuldade restringe de certo modo, mas não exclui a possibilidade de acesso. O que restringe e exclui é o êrro, ainda que se ofereça com arreganhos de ternura para trazer sopa de pedra aos povos famintos. A idéia principal de tôda essa digressão, que já se alongou demais, é esta: uma coisa é o núcleo de verdade que faz uma obra ser comum e comunicável; outra coisa é a trama cultural, a pedagogia, os caminhos que realizam efetivamente a comunicação.

Mas seria injusto, e insensato, exigir de cada um a solução dos dois problemas. Seria sobretudo um desejo de involução, um ideal de primitivo. Nesse esquema, se alguém escrevesse uma carta a um amigo, deveria logo após vestir o uniforme de aviador para levar a carta à cidade distante; depois trocar ràpidamente a roupa de aeroviário pelo mais humilde cáqui de estafeta postal; e acabar assim, sob êsse esquisito disfarce, batendo palmas no portão do destinatário. Nesse esquema social, populista, o escritor acabará escrevendo diretamente para o povo, a piche, nos muros e nas calçadas. O poeta trocará a pena pela trincha. E simplificará extraordinàriamente sua poesia, que ficará reduzida a três ou quatro palavras de desaforo dirigidas ao Sr. Acheson.

VIII

Voltemos ao técnico, ou melhor, à misteriosa sedução de isolacionismo com que a técnica, mais do que a poesia, nos desvia das fatigantes e decepcionantes exigências morais.

Como já vimos, o homem-que-faz, poeta ou maquinista, vive numa atmosfera a-moral, a-social, durante o processo produtor. Debruçado sôbre o objeto, a cuja perfeição estão

ordenados seus esforços, o homem-que-faz se esquece do mundo moral e de sua própria perfeição. Fabricando a colher, a suposição de que ela possa servir num envenenamento não terá nenhuma influência nas regras do fazer. Modelando um vaso, não irá adelgaçar suas paredes por imaginar que um dia venha êle servir de projétil numa rixa familiar. Quando filosofa, se o fizer com acêrto, êle sabe que tudo pode ser empregado para o bem e para o mal, e que não há meio algum de inserir um dispositivo técnico que determine a moralidade de um ato. Ou melhor, saberá que êsse dispositivo será fàcilmente imoral.

O homem-que-faz se deve ao objeto, e durante o fazer, no interior do ato fabricante, não conhece outras leis. Nem sempre é clara a regra do seu ofício. O poeta não possui um critério fácil para examinar se observou as suas regras escondidas, mas possui — ou não é poeta — o senso que adivinha a verdade escondida na beleza. O técnico, sob êsse ponto-de-vista, está mais amparado, porque dispõe sempre de indicações nítidas para saber que realizou o seu objetivo. Em ambos os casos, porém, com maior ou menor dificuldade, o homem-que-faz tem um forte sentimento de estar dominando um objeto. E é êsse sentimento habitual que produz nêle um singular embaraço diante da indócil matéria dos problemas morais.

No ambiente do *atelier*, como bem observou Maritain, o homem desfruta uma certa paz. Há uma trégua, por assim dizer, entre o homem e sua fatigante humanidade. Mas essa paz tem os seus riscos, porque o homem não pode descansar do homem senão em Deus. O repouso do *atelier* fàcilmente se transforma em insensibilidade ou em repugnância pelos problemas morais que não podem ser enquadrados em formas perfeitas, cristalizadas, ilhadas no grande mar tumultuoso.

Mas o técnico corre um risco maior do que o poeta. Primeiro, porque o seu objeto é menos afetivo, menos humano; segundo, porque a utilidade de seu objeto e sua fácil inserção

no social, lhe dão um sentimento de estar desobrigado de outros deveres. É um homem útil, com boa fôlha de serviços, e por isso tem um certo direito de ficar à margem das confusas aflições que não são de sua conta. Em outras palavras, e apesar da utilidade de sua obra, ou por causa dela, o técnico é o tipo de homem que fàcilmente perde a noção exata do bem comum.

Num depoimento já antigo tive ocasião de descrever, num capítulo que intitulei "O meu próprio cadáver", êsse microcosmo fechado onde o técnico se inebria de realizações. Contei como, vivendo entre fios, válvulas e galvanômetros, achei-me num certo dia sem saber o nome do Presidente da República. Apesar de inverossímil, isto aconteceu. Uma tarde, não sei como, veio-me a dúvida cívica no meio de uma experiência. Larguei no descanso o ferro de soldar e entrei em casa, quase correndo, para perguntar à primeira pessoa que encontrasse — e que no caso foi um cozinheiro chinês — quem era o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Duvido que isso tenha algum dia acontecido com Carlos Drummond ou com Murilo Mendes. Por mais ilhados que vivam, há sempre uma semelhança maior entre o presidente e os "seios de Jandira" do que entre o mesmo alto magistrado e uma válvula eletrônica.

A psicologia do técnico é extremamente fechada e simplificada. Enquanto o poeta tem algo de criança que brinca, o técnico tem algo de superadulto que joga. Enquanto o poeta procura as razões que só o coração conhece, o técnico realiza, no seu limitado domínio, o mais cru racionalismo, o mais frio e estrito jôgo das "idéias claras". E essa distorção chega ao ponto de desdenhar o aspecto humano, o lado do uso, a finalidade social dos aparelhos que fabrica. Como ninguém pode repousar num puro meio, no bem-útil, o técnico transforma seu ofício num bem-deleitoso que tem caráter de fim. Interessa-o a *performance* do objeto, mas não o uso. O nexo entre as duas coisas sai de seus limites, e até

o aborrece como se essa idéia do útil diminuísse a pureza do jôgo.

Se está montando um amplificador por onde mais tarde passarão palavras e música, o problema da fidelidade ao timbre se transforma num outro: conseguir uma boa curva de atenuação em função da freqüência. A voz e a música são substituídas por um oscilador variável, e o deleite de ouvir é substituído pelo deleite *sui-generis*, pela exaltação que só o técnico conhece, pelo gôzo de alinhar pontos no papel milimetrado.

Não faz muita questão de ouvir, na vitrola ou no rádio, a música e o discurso. Ouvirá, se fôr preciso, com certa complacência por essas confusas oscilações com que o homem pronuncia palavras de amor, gritos de cólera, risos, soluços e súplicas. Tudo isso êle abandona, para só ver no som a obediência ao seu gráfico cartesiano. Os contrabaixos da Nona Sinfonia servem para testemunhar a boa reprodução dos graves; a aspereza do violino, a boa discriminação das consoantes fricativas, servem para confirmar a boa reprodução dos agudos.

A rigor, e embora tôda a sua operação esteja ordenada à consecução de um resultado, o técnico não gosta de acabar, porque o fim, o têrmo dessa operação que deve continuar no uso, uma vez que fica tão amortecido o interêsse por êsse uso, tem o gôsto da morte. Acabar a obra, para o técnico, é morrer um pouco. É claro que o prestígio do resultado, o aplauso do mundo, dá ao técnico, nessa cruel emergência, o consôlo de quem assiste à pompa dos próprios funerais.

É essa mentalidade, êsse tipo de distorção que o técnico traz para o mundo como contraparte de seus bons serviços. E o tecnicismo começa quando o mundo, entusiasmado pelos serviços, pretende ao mesmo tempo governar-se por essa deformação profissional.

A poesia também tem consigo êsse ímpeto, também pretende tomar o lugar da vida, substituindo os eixos do universo moral por outras referências mais brilhantes e mais

cristalizadas. A poesia também pode usurpar o domínio do *bem-honesto*, decompondo a vida em instantes, em poemas, em atitudes, em cenas, em bailados. O amoralismo que hoje corre o mundo, na mensagem existencialista, tem êsse caráter da substituição de ético pelo estético. Mas torno a dizer que é no técnico mais do que no poeta, que se observa o mais forte isolacionismo.

A vida profissional do técnico é marcada pelo hábito de dominar um objeto. Concentra nêle, no objeto, tôda a fôrça da alma. Aplica-se todo a êsse mundo fechado da coisa a ser feita, e o universo inteiro, e a enorme variedade de coisas, dos três reinos da natureza, lhe aparece como um mundo subalterno e tributário que eventualmente poderá servir o seu objeto.

Ora, é fácil prever o que acontece quando êsse tipo de homem levanta os olhos de seu trabalho e considera o mundo exótico e sem exatidão onde os homens correm por confusas trajetórias. O técnico se espanta. Ou se irrita. Estava habituado à docilidade das coisas. Ainda que a experiência não dê o resultado que esperava, êle sabe que, em princípio, a matéria em que trabalha é passiva e inerte. Se resiste é com uma passiva teimosia de natureza inerte. O império do técnico não é contestado pelo ferro que se obstina em ser ferro, e pelo chumbo que não pode deixar de ser plúmbeo. Ademais, se a experiência não dá o devido resultado é porque o técnico errou. Se há êrro, o êrro é seu e não do ferro; e é propensão natural do homem olhar seus erros com certa ternura. Se os elementos contrariam o técnico é por fidelidade canina, é por absoluta passividade que o contrariam. E o técnico está certo de que nunca êsses elementos manifestarão essa absurda e ativa má-fé que é própria do homem. Jamais se viu um tríodo inventar um pretexto para folgar sua emissão eletrônica; jamais se viu um transformador fazer reivindicações ou um condensador desejar a felicidade. É verdade que o técnico, de certo modo, não pode deixar de obedecer às regras inscritas na natureza das coisas. Mas

essas regras são monótonas, uniformes, constantes. O ferro, na sua linguagem, repete que é ferro. Pode-se contar com êle. Pode-se ter certeza de que nada de nôvo e de subversivo poderá sair de um fio de cobre. Há entre o homem e a coisa uma só vontade.

Por isso o técnico se perturba quando entra no universo das vontades. E quando, interrompendo seu êxtase técnico, se abre a porta do laboratório e aparece João a contar uma confusa história de salários e doenças em casa, ou a levantar a calça de riscadinho para mostrar um furúnculo, o técnico sente um enorme enfado diante daquele ser indócil, repentino, improvisador, complexo, inexato, e dotado duma absurda e lamuriosa vontade. Por que não são êles todos; os Pedros e os Joões, nítidos como um bom tríodo, verídicos como um galvanômetro, dóceis como um fio de cobre? Por que nos falam em direitos? Por que nos contam, a trôco de nada, essas histórias sem fim e sem graça onde os enterros alternam com aniversários? Por que gemem?

Em casa, longe dos aparelhos, o técnico recupera sua humanidade e talvez recupere a virtude de compreender os gemidos. Mas dificilmente encontrará reservas humanas para as questões mais amplas da política e da justiça social, porque a justiça é uma singular virtude que tem às vêzes a exatidão da matemática, mas quando menos se espera apresenta bizarras exigências de sacrifícios, que são a linguagem do amor.

A ordem moral e a política aparecem-lhe então como uma espécie de técnica falhada ou rústica. O engenheiro, em regra geral, tem em baixíssima conta o homem de leis. Há uma rivalidade moderna, como aquela dos tempos idos entre "les gens de robe et les gens d'épée".

Para o técnico impregnado de seu ofício, reserva feita da família e do grupo de amigos, a sociedade parece estruturada na chicana; e só poderá ser reestruturada pela técnica.

É verdade que êle trabalha em colaboração com outros homens, e que essa colaboração é uma experiência de sociabilidade. Mas devemos notar que a sociabilidade da cooperação é muito mais fraca do que a sociabilidade do uso comum, isto é, a comunhão. É sempre no objeto que os homens se encontram, mas o vínculo é forte quando o objeto que une se aproxima e se torna homem; ao contrário, é fraco quando é o homem que fica no objeto. Os homens que se unem para fazer um amplificador são fôrças que se somam e que se condensam na tarefa. Acabada a obra, fica no objeto as marcas da união. Ao contrário, no uso comum, fica nos homens a marca da união. Por isso a vida social do técnico no ambiente de cooperação não basta para inculcar nêle a verdadeira noção do bem comum e para quebrar o isolacionismo.

Ao contrário, quando o técnico vence êsse isolacionismo sem largar seu critério, êle traz para o mundo, para os problemas sociais e para a política, o estilo técnico da pura cooperação. Nasce-lhe então no espírito uma idéia assim: "Êles (nós!) parecem desvairados e confusos como tudo parece anárquico e endemoninhado num aparelho defeituoso. Um mau contato num receptor de rádio produz ruídos estranhos que se assemelham a soluços e suspiros. Ora, quem sabe se os gemidos humanos não provêm simplesmente de um mau contato dentro da enorme mecânica social? Quem sabe se a tragédia humana não é causada apenas por algum eixo com folga ou por algum enrolamento avariado? Quem sabe se uma nova montagem, um nôvo arranjo entre as camadas sociais não tornará perfeito o mundo?"

Nesse momento o técnico desceu a escada-em-caracol de sua tôrre, e veio misturar-se aos homens. Mas traz a régua de cálculo como símbolo de congraçamento, mostra aos povos a nova tábua da lei, a tábua de logaritmos, faz estatística dos famintos, traça organogramas da nova política que há de trazer a concórdia universal da sociedade bem ajustada e que há de devolver ao homem o paraíso perdido.

Mas se alguma pessoa sensata, acaso desatenta ao texto da mensagem, observar com cuidado os gestos e as atitudes do mensageiro, descobrirá um fulgor anormal nas pupilas, um tremor suspeito nas mãos, e concluirá que o técnico, ultrapassando as fronteiras da técnica, ultrapassou também os limites da razão.

IX

Mas não é o técnico que impõe o tecnicismo à sociedade. O que disse no tópico anterior poderia dar essa falsa idéia de que o "Brave New World" resulta da invasão das supermecanizadas divisões dos técnicos; mas o que realmente aconteceu, nesse meio caminho que já trilhamos para aquêle metálico ideal, não foi isso. Não foi uma irrupção de engenheiros. Foi antes uma capitulação de todos.

O tecnicismo é uma evasão. Cansado da realidade moral, fatigado de sua própria condição, enjoado da liberdade, o homem procura uma escapatória, como se quisesse tomar férias da sua própria humanidade. E tenta então inscrever seus atos numa nova pauta, além ou aquém do bem e do mal, sob a clave da poesia que prometa uma superação ou de uma técnica que assegure uma confortável desumanização.

Realmente, enquanto as obras da técnica ou da arte são descontínuas, e completas em seus pequenos contornos, a vida moral, o exercício da liberdade, não sofre interrupção e não concede descanso. Nas realizações da técnica e da arte o homem encontra um fechamento, um fim próximo, e conseguintemente um repouso. Na abertura contínua do agir moral, ao contrário, os minutos se colam aos minutos, e nada se conclui, nada se encerra, nada morre. O que escolhi há quinze anos, é ainda hoje uma sólida realidade moral. As escolhas nos empurram. Os compromissos nos perseguem. Passam os dias, os anos, mas o passado não passa. Corro mundo, atravesso climas novos, civilizações diferentes, visto-

me de árabe ou de mongol, mudo por fora e por dentro; haverá sempre alguma coisa a perseguir-me e a dizer-me que eu sou o mesmo, que eu sou idêntico a mim mesmo, e que eu devo hoje, amanhã, depois, responder pelo que ontem prometi. No que sou estou colado ao que fui. Acordo para um dia nôvo e logo os velhos dias acordam comigo. Abro os olhos da razão, abrem-se os olhos da consciência. Levanto-me, e comigo se levantam as mil figuras que andei sendo. Caminho, e atrás de mim se arrasta a teia intrincada, a rêde em que me enredei. Toca o telefone, e logo um fio nôvo se enrola em mim para um nôvo tolhimento. E no fim do dia, quando faço um rápido inventário, e amortalho o corpo num sudário de emergência, meus cuidados e meus compromissos ficam rondando em tôrno do corpo adormecido como fantasmas familiares. De manhã toca o despertador. As pancadas no metal são pancadas no coração. O sono descansa o corpo mas não descansa o coração, porque o coração não dorme, como lá diz o livro santo no Cântico dos Cânticos.

A vida, isto é, a vida moral não tem interrupção. A prudência é uma virtude sem férias e sem aposentadoria. Há muita gente que sonha para os dias da velhice um descanso moral ao lado do descanso físico. Arrumam a vida, fazem economias, casam os filhos. Mas quando vão meter os pés cansados nos chinelos da felicidade, acontecem-lhes coisas como Deus permitiu que a Job acontecessem.

Os cálculos saem errados, erradíssimos, e um aumento de carga nos ombros chega justamente nos dias de fraqueza das pernas. "E o duro chicote do Tempo não cessa de nos perseguir. *Va! Va! fille de Dieu, va!* diz cada minuto à alma, como à Joana d'Arc as suas vozes". E a vida continua. E continua a continuidade da vida, isto é, da vida moral.

Se adoeço, suspendo o trabalho. O aparelho de rádio espera. O livro espera. Mas as linhas de fôrça do universo moral não me abandonam, não me dão tréguas, nos momentos da enfermidade. Há quem pense que nessas circunstâncias se abre um parêntese na vida, e que o doente realiza de certo modo o ideal nietzscheano, isto é, passa a linha meridiana do bem e do mal. Mas é um engano. O doente não é super-homem nem sub-homem. Ao contrário, mais do que nunca, a provação exige dêle a mobilização de tôdas as virtudes. E quando se aproxima o fim, cinco minutos antes, mais se adensam em tôrno do leito as linhas de fôrça que se orientam pelos pólos da vida. Nesse momento, mais do que nunca, tem o homem diante de si abismos de liberdade.

*

Às vêzes temos a impressão de um descanso. Há momentos que parecem estações. Na descoberta do amor os namorados vivem intensamente êsse isolamento de um cristal de vida. Instalam-se na ilha do amor, isto é, da fase poética do amor. Criam um universo em ninho dentro do universo. A concepção romântica do amor consiste em pensar que essa fase do amor poético é todo o amor. Levada às últimas conseqüências, essa filosofia será infensa ao compromisso e à fecundidade, como o amor-cortês dos cátaros era contrário à ordem moral e ao matrimônio. Mas o verdadeiro amor é o da generosidade fecunda e o da dedicação obscura. Por mais que o digam, não é a poesia o efêmero país do amor, é a moral; não é a ilha deserta, é a cidade dos homens.

O amor-ilha se transforma em compromisso, se alonga, e entra corajosamente na continuidade dos dias. Depois do noivado, no dia das núpcias, o casal feliz tem novamente a impressão de ter chegado a um fim. E de certo modo chegou. A festa é uma estação, uma suspensão. Os homens inventaram as festas para êste descanso. Para exercitar a idéia de chegar. Acendem-se as luzes, adornam-se os lugares, para que o homem desfrute uma posse e realize um ensaio de atingimento. Mas, se a festa do casamento é um bom epílogo, como o que encerra as histórias de crianças — ... "e então casaram-se, tiveram muitos filhos e foram muito

felizes..." — é também um prólogo, e que prólogo! com que começa a maioria das histórias de gente grande: "... e então casaram, tiveram poucos filhos, e foram profundamente infelizes". Os filhos também, crescendo, serão oportunamente infelizes. Casem-se ou não, a lixa da vida sem epílogos espera por êles para transformá-los em personagens frustrados de romance moderno.

*

Nós vivemos um fim de civilização. Ouvem-se os rumores císmicos. Estalam as cordilheiras das instituições. E o homem geme de cansaço. Ah! se pudesse fugir de si mesmo! Se pudesse tomar três séculos de licença!

Êsse cansaço de que padece a nossa civilização é essencialmente um cansaço moral. E há dois tipos de sinais: o primeiro está na deliqüescência dos caracteres e no relaxamento dos costumes. É o imoralismo anárquico, empírico, sem regras. O segundo sinal é muito mais grave: está nos sistemas, nas filosofias, nas mensagens. É o amoralismo de novas regras. E é dêsse fenômeno que estamos aqui falando. Mas convém notar que êsse amoralismo sistemático teve dois rumos distintos. O primeiro foi o da superação do Bem e do Mal contida na ardente mensagem de um poeta. O homem se libertaria do humano pelo super-humano. Num vôo de pássaro emancipado galgaria as velhas categorias, e se despojaria da moral dos escravos. Essa foi a mensagem de Nietzsche. E todos nós ainda temos na memória os resultados recentes da encarnação histórica dessa doutrina. Os campos de concentração, os vagões de gases, e as barras de sabão feito com gorduras humanas nos mostram o desenlace da angélica aventura. Os homens se tornaram demônios.

Num ponto Nietzsche tinha razão e sua mensagem desvairada tinha um vislumbre de grandeza que já não se encontra no sub-homem do tecnicismo. Tinha razão em clamar que o homem deve superar-se. Realmente, há na própria natureza espiritual do homem um imperativo de ascensão para que se mantenha humano o equilíbrio dinâmico dessa natureza. O homem, para manter-se humano, tem de superar-se. E ainda mais, há na condição do homem, no seu estado, um imperativo ainda mais alto que transcende à natureza e que acrescenta ao homem o heliotropismo da graça. É assim na linha da natureza, e na linha mais alta que lhe corre paralela, a da vocação de santidade, que se realiza a superação do homem sem a absurda ruptura com o que êle é e sem a reforma física, a superação da espécie sonhada por Nietzsche e realizada por Hitler. A tragédia de Nietzsche foi justamente a de não ver que essa ascensão do homem só pode ser feita na linha moral e mais precisamente na linha daquela moral dos escravos de Deus.

O outro rumo do amoralismo sistemático e doutrinário é o que está contido na mensagem de cientificismo e do tecnicismo. Em vez de se passar além do Bem e do Mal instala-se o mundo do homem aquém da realidade moral. Em vez de super-homem, anuncia-se o sub-homem. E nesse melhor dos mundos a prudência entra na compulsória porque agora compete aos psicólogos, aos atuários, aos pedagogos do reflexo condicionado, aos psicotécnicos das vocações e dos reajustamentos sociais, achar a solução perfeita dos estafantes problemas. A educação se transforma em um adestramento; o casamento deverá submeter-se a laboratórios e à psicanálise; a previdência individual fica dispensada e substituída pela previdência estatal. E assim se conseguirá uma super-sociedade de sub-homens.

Essa é a mensagem do cientificismo pouco científico, que desconhece a natureza real do homem, e do tecnicismo praticado por aventureiros que roubaram da técnica as insígnias de seus triunfos sem todavia roubar sua honesta exatidão e sua modesta pretensão.

O mundo jamais conheceu proposta tão desvairada e tão perversa como a de Nietzsche; mas ouso dizer que jamais

conheceu proposta tão abjeta como essa que vem do último ranço do empirismo e das últimas dejeções do espírito cartesiano.

*

É bem verdade — ó amigos — que o coração do homem não dorme. Só falta descobrir, no mesmo Cântico dos Cânticos, que essa vigília sem repouso é uma vigília de amor.

III

POLÍTICA E TÉCNICA

I

Vamos agora considerar o efeito do tecnicismo na política, isto é, vamos ver o que acontece nesse plano, quando o homem tem nojo da morrinha da prudência.

Em sã doutrina nós sabemos que a política tem por objeto a promoção do bem-comum da ordem temporal, e que êsse bem-comum tem três notas essenciais. Em primeiro lugar deve ser entendido como comum ao todo e às suas partes, isto é, deve ser essencialmente *redistributivo*. A sociedade não é um todo de puras partes; o indivíduo não é um simples átomo social inteiramente submetido ao bem do todo. A relação indivíduo-sociedade se estabelece em dois têrmos: no primeiro há uma real subordinação do indivíduo à sociedade; no segundo, em outra perspectiva, há ordenação da sociedade à pessoa humana. Há assim um elo do homem para a sociedade, e outro de volta da sociedade para o homem. E o bem-comum não pode deter-se no primeiro têrmo do binômio, sendo um puro fim do coletivo, do grupo, da sociedade, a que os indivíduos devem contribuir. Não, o bem-comum reverte, não sòmente sob a forma de pão ou de circo, mas como bem-comum de humana felicidade, de humana dignidade, redistribuindo-se assim por pessoas humanas.

A segunda nota essencial se refere ao modo de promoção do bem-comum e à natureza da sociedade que deve ser hierarquizada, fundada na autoridade, diferenciada em grupos e instituições. A terceira nota é a da *moralidade intrínseca* pela qual, como já disse, o bem-comum não é sòmente

um potencial de utilidade, uma riqueza material, mas também e essencialmente a retidão da vida, a íntegra boa vida humana da multidão.

Ora, o tecnicismo político consiste precisamente na revogação desta terceira nota, a da natureza ética do bem-comum. Governar já não será um ato essencialmente prudencial que utiliza, sob êsse critério, tôdas as técnicas de que o homem é capaz. Será um ato mais parecido com o do arquiteto do que com o da boa dona de casa. E portanto será um ato heterogêneo com a humana felicidade.

Essa é a posição do problema. Temos em confronto duas filosofias, duas políticas. Uma que só pode existir no clima da liberdade, porque sem liberdade não há oxigênio da moralidade; e outra que passa por cima do homem para atingir um ideal de eficiência.

Ora, o que pretendo mostrar é que, antes mesmo de chegar às formas totalitárias da mais implacável política mecânica, os povos estão hoje impregnados dessa veneração pela eficiência. Vejam por exemplo como reagem as pessoas quando se discute o desempenho político de um prefeito ou de um presidente da República. Se por acaso o personagem, nos seus últimos dias de govêrno, mostrou alguma eficiência, o comentário melancólico que se ouve é êste: "Ora, êle ao menos deixou alguma coisa feita".

Essa é a esquisita idéia que muita gente faz hoje de um bom govêrno. Rua calçada, edifício erguido, ponte lançada — alguma coisa ficou feita. E se alguma coisa ficou feita o govêrno foi bom. É claro que não vou sustentar aqui a tese contrária: que o bom govêrno consiste em deixar as ruas esburacadas e os prédios públicos em ruínas. Seduz-me a tese, de tanto que me irrita a outra. Mas sou forçado a convir, razoàvelmente, que os governos devam fazer alguma coisa. Mais adiante abordaremos novamente êsse aspecto do problema, mas investiguemos agora mais a fundo essa singular concepção que abre mão de todos os outros critérios,

e conclui que tudo se perdoa e se esquece quando o governador deixa coisas feitas.

Quem esposa essa teoria pretende negar-se ao debate de qualquer problema que se coloque nas nebulosas regiões do fato moral. Só aceita debates na luminosa região dos fatos físicos. Trata-se de um governador desmandado que usou e abusou dos cofres públicos, que organizou caixinhas, que exibiu os maus costumes próprios e encorajou os maus costumes dos outros, que fundou cassinos, que distribuiu pelos seus o que não era seu, que desmoralizou as instituições?... não importa tudo isso, se deixou alguma coisa feita. Aquelas coisas serão categorias abstratas, temas literários, jornalísticos ou filosóficos. Fumaças que passam. Palavras que se perdem no ar. Ao contrário, o edifício, a ponte, o obelisco, são coisas que ficam, e conseqüentemente são as únicas que merecem ponderação. Além disso, como todos nós sabemos, outros há que cometem os mesmos desmandos e não deixam nada feito. Êste não, êste ao menos deixou alguma coisa feita.

Poderíamos objetar que essas obras custaram um preço físico insuportável e um preço moral intolerável; poderíamos mostrar que essas mesmas obras foram iniciadas para que enormes verbas ficassem à mercê das manipulações oficiais, e que a essas realizações visíveis, de praça pública, correspondem invisíveis buracos nos orçamentos familiares, no bem-estar, na felicidade das casas de família. Poderíamos, em suma, dizer, gritar que a própria eficiência é aparente.

Em vão o faríamos. O nosso interlocutor já conhecia já previa o argumento, e gaba-se de saber, melhor do que nós, que a política é assim mesmo, uma espécie de irremediável porcaria. E quando terminarmos a nossa demonstração, êle voltará ao seu ponto de partida: "Sem dúvida... sem dúvida... mas êle, ao menos, deixa alguma coisa feita".

Não lhes ocorre, a êsses experimentados cidadãos, que a comunidade política seja algo de parecido com a comunidade familiar? Não lhes ocorre, a êsses cidadãos de cristali-

zadas opiniões, que uma cidade seja feita de casas e que uma nação seja feita de homens?

Na esperança quase insensata de convencer êsses adeptos do tecnicismo político e êsses idólatras da eficiência, eu desenvolverei a analogia entre a cidade e a casa e contarei êste imoralíssimo apólogo:

Era uma vez um marido exageradamente infeliz. Repetidamente infeliz. Sistemàticamente infeliz. Nos primeiros tempos da infelicidade tentara vigiar, impedir, ameaçar; mas com o correr dos anos acabara por se convencer de que a vida de família é assim mesmo, uma porcaria tão irremediável como a vida da cidade. Ora, certa noite, chegando a casa inopinadamente, e percebendo que mais uma vez fôra infeliz, ia adicionar essa informação à sua consolidada filosofia quando notou, com espanto e alegria, que alguém, na sua ausência, consertara a cadeira de balanço, dera banho no cachorro, e mudara a lâmpada queimada da cozinha. Diante de tão indiscutíveis resultados, o nosso ultrajado personagem disse talvez com seus botões: "Ora, êsse ao menos deixa alguma coisa feita".

II

Muitas vêzes já nos perguntaram o que entendemos nós por democracia. No sentido estrito essa palavra caracteriza um certo regime de maior participação popular, de mais profunda imanência do fato político na sociedade. Em sentido mais amplo — e é nesse sentido que em geral defendemos a bandeira desse ideal político — democracia é o regime da política humana, intrìnsecamente moral, e oposta ao totalitarismo tecnicista e conseguintemente amoral e maquiavélico. É o regime em que não se pode dizer, nem pensar que há certas injustiças necessárias; em que não se pode suspender por algum tempo os direitos da pessoa humana sob o pretexto de resolver o problema urgentíssimo do pão; em que não se pode alegar que a oposição atrapalha o govêrno; e em que

não se pode dizer, nem pensar, nem sonhar, que o amordaçamento da Imprensa e o monopólio do Ensino possam trazer algum benefício para o homem.

Democracia é política intrìnsecamente moral, posta ao serviço do homem, de sua missão temporal, ainda que empreenda e dirija centenas de realizações técnicas, ainda mesmo que sofra centenas de fenômenos imorais. Lembro-me aqui de certos indivíduos que, nos anos de guerra, contrapunham ao regime nazista a proverbial perfídia da política inglêsa. E concluíam que tanto valia uma coisa como outra. Ora, estou pronto a conceder o que se diz da política inglêsa. Não irei aqui defender a pátria de Chesterton e de Newman em detrimento da pátria de Schiller e de Goethe. Concedo que tenha sido pérfida a política inglêsa. Digamos logo que tem sido imoral. Mas o que a política nazista trazia ao mundo era uma nova receita de convivência que, entre outros inconvenientes, tinha o de nos negar o direito de dizer que a política britânica é imoral: porque a política nazista era realmente amoral. E basta essa pequena diferença para me autorizar a dizer, sem nenhum romantismo, que a pérfida Albion estava, na guerra, defendendo os direitos do homem.

Na mesma ordem de idéias incorrem em êrro lastimável os que dizem que não pode haver escolha de critério cristão entre os Estados Unidos e a Rússia, porque tão ruim é um com seu capitalismo, como o outro com seu comunismo. Não há paridade, não é justa a simetria. Primeiro, porque os Estados Unidos não corporificam o capitalismo, não se identificam com êle como a Rússia ostensivamente pretende identificar-se com o comunismo. Segundo, porque a malícia profunda do capitalismo, isto é, do fato capitalista não logrou penetrar e impregnar totalmente a política americana que, mal ou bem, ainda se pauta pelos direitos fundamentais da pessoa humana. Há um abismo entre o imoralismo americano, empírico, imperfeito, e o amoralismo doutrinário e sistemático do regime russo.

A democracia, em largo sentido, é definida como política de substância ética, tem a morrinha do homem, a imperfeição do homem. Sua miséria deriva de sua própria grandeza. Ela tem, como disse Maritain referindo-se à Prudência, rainha das virtudes morais, "un certain goût de misère". É claro que êsse regime funcionará mal, isto é, parecer-nos-á imperfeito, ridículo, humilhante, se o compararmos ao motor de uma Cadillac. É claro que a sociedade assim estruturada vai parecer-nos um feio e bisonho grupo de sêres irrequietos e desafinados, se a compararmos a uma apoteose wagneriana. Mas haja o que houver dentro dêsse fatigante regime, dessa mal-arrumada sociedade de homens livres, é preciso guardar fidelidade a essa fadiga e a essa fealdade. Haja o que houver, é preciso não esquecer que um homem é um homem, e que o homem talvez seja — quem sabe? — um filho de Deus. Se há crimes, persiga-se o crime; se há abusos, denunciem-se os abusos; se cresce a iniqüidade, multiplique-se a vigilância; e se os crimes e abusos se tornam oficiais, se é o próprio govêrno que promove a iniqüidade, se a desfaçatez já não conhece limites, se a empáfia do mando se torna um insulto, e o peculato uma norma, e o filhotismo uma regra — então é preciso dizer que os mais pacíficos filósofos não são contrários à idéia de uma revolução. Mas em hipótese alguma, em circunstância alguma, deixemo-nos levar pela genial idéia de um filósofo alemão ou de um teatrólogo francês que tenham descoberto o método infalível de consertar o eixo da Terra, desde que o homem faça a pequena concessão de se despojar, ao menos provisòriamente, de sua humanidade.

III

O bem comum da política democrática é intrìnsecamente moral. Isto quer dizer que tem a ininterrupta continuidade do fato moral. Em outras palavras, o bem comum é realizado em cada conjuntura, e deve ser totalmente procurado em cada circunstância. O bem comum deve ser realizado hoje, amanhã, depois, e não daqui a cinco anos. Nenhum de nós recusa a idéia de um progresso e de uma procura de um ideal histórico a ser atingido. Ao contrário, desejamos ardentemente um mundo nôvo cujo nascimento entrevemos nas convulsões dos acontecimentos. Desejamos uma ordem econômica mais justa do que essa monstruosidade que pesa em nossa civilização. Desejamos uma revisão da noção da propriedade. Desejamos uma reforma agrária. Mas todos êsses ideais concretos nos aparecem como realidades morais dando corpo e forma às subalternas realidades técnicas. E por isso não podemos conceituar o bem-comum no têrmo, no atingimento, no acabamento de um programa.

Para o tecnicismo político, como era de esperar, o bem comum é um resultado que se encontra no têrmo de uma obra. De um plano qüinqüenal. Será obtido em certa data, assinalado em certa inauguração oficial. Será portanto descontínuo e heterogêneo em relação aos dias que passam, às vidas que transcorrem nessa etapa da construção. Tudo ficará reduzido à condição de meio, de puro intermediário, e o homem que vive hoje, ou que morre hoje, não participará dêsse bem a ser montado. Nessas condições é evidente que se pode suspender momentâneamente, por cinco ou cinqüenta anos, os chamados direitos do homem. Os homens serão sacrificados por uma Idéia. E a sociedade, êsse *todo* oceânico feito de *todos* abismais, passa a ser considerada como um monte de argila dócil que se deixa modelar pelos dedos de um escultor inspirado que sonhou como deve ser feita a estátua de um povo.

IV

O marxismo é uma das formas mais perfeitas do tecnicismo político. E o stalinismo é a sua mais perfeita rea-

lização histórica. Logo no preâmbulo da doutrina o homem deixa de ser essencialmente racional e passa a ser essencialmente fabricante. A linha mestra da vida se desloca para a ordem do fazer. E na política, como era de esperar, o ato de governar passa a ser uma espécie de engenharia. Projeta-se na prancheta a épura da nova sociedade sem classes. Lá fora, nas ruas, nas casas, nos berços, nas escolas, nos jardins, está a matéria, o tijolo humano; cá dentro, nos gabinetes da nova política, estão os técnicos, os supertécnicos, os politécnicos que calculam com logaritmos e desenham a nova forma que aquela massa inerte, potência dura, deve receber.

Na política normal, intrìnsecamente ética, governar é dirigir a vida imanente da sociedade para um ideal concreto de maior perfeição sem contudo quebrar a exigência absoluta da continuidade moral, isto é, sem deixar de realizar em cada dia o bem comum distributivo, ético e hierárquico. Ao contrário, no tecnicismo político, que atribui ao Estado uma transcendência sôbre a multidão, governar é mover a sociedade de fora, do alto da transcendência estatal, como o artista move a tinta ou a tecla.

Essa idéia de que o govêrno é técnica manifesta-se às vêzes com um ingênuo grotesco. Aqui entre nós, onde o tecnicismo impregnado de ciência popular está em assustadora ascensão, foi há tempos saudado um nôvo prefeito com êsse título esperançoso: é um técnico! E há mais tempo ainda, em 1945, o bravo Partido Comunista lançou um candidato à presidência da República usando, como principal recurso de propaganda, o seu título de engenheiro. Ora, não se vê bem por que será recomendável um engenheiro para a presidência da República. Ninguém ignora que a engenharia se divide hoje em diversas especialidades. Há engenheiros que vão para o ferro, enquanto outros são para a água. Há o construtor de pontes, e há o eletrotécnico. E dentro da eletrotécnica, que já é um mundo, encontramos inúmeras subdivisões, que vão das usinas hidrelétricas ao microscópio eletrônico. Qual será, dessas especialidades, a mais indicada para o Catete? Se querem um artífice no leme do país, por que não escolhem um dentista? Eu poderia provar, sem grande dificuldade, que ao presidente da República interessam mais as bôcas do que os túneis. Ou então quem sabe se não deveria ser um otorrinolaringologista o nosso candidato?

Há uma contradição nessa idéia de fazer do govêrno uma técnica. A técnica, por sua própria natureza, é uma particularização, uma especialização. Seu sucesso, sua fôrça, vêm exatamente dessa divisão, dessa extrema divisão da área em que opera. Seu brilho vem de sua cristalização. É portanto absurda a idéia de um tipo de atividade que tenha as vantagens nítidas da técnica sem ter aquilo mesmo que a define, isto é, a restrita delimitação de seu particularíssimo campo. Não pode pois existir uma técnica geral, uma supertécnica de governar ou de viver. Não pode mesmo existir uma técnica de administrar, se por tal coisa se entende um contôrno geral que inscreva e que domine com seu critério tôdas as atividades ordenadas ao bem comum. Um maestro dirige uma orquestra de um modo puramente artístico durante a execução de uma sinfonia; um gerente pode dirigir de um modo puramente técnico certas atividades de uma fábrica, mas não pode administrar assim tôda a fábrica porque, à medida que cresce o campo das atividades, diminui a possibilidade de um sincronismo e de uma unidade do tipo técnico; e sobretudo porque a fábrica está ordenada à boa vida humana, integralmente humana de seus operários, e não simplesmente à produção de um certo objeto. E por muito mais forte razão não é possível governar tècnicamente um país.

Quem quiser fazer essa tentativa, aproveitando a capitulação de todo um povo, deverá primeiro cortar tôdas as liberdades, e deverá limitar fìsicamente o seu campo de trabalho, cercando o país com uma cortina de ferro.

V

Resta saber se tal tentativa, tomadas tôdas essas precauções, dá o resultado que esperam os que se entregam a essa sub-aventura. Resta saber se haverá mais pão e mais leite nessa comunidade de detentos.

À primeira vista parece possível. Não há nas vidas individuais muito sucesso e muita abastança adquiridas no leilão das almas? Não há indivíduos que se mantêm em alto padrão à custa de vender a mulher e as filhas? É claro que há. Um homem, tomado isoladamente, pode conseguir um apreciável resultado material, se adotar um pragmatismo que se emancipe da antiga moral de escravos. Pode viver cercado de bem-estar e de honrarias. Pode morrer no apogeu de sua carreira sem que se veja nenhum sinal de humana ou divina sanção em sua gloriosa vida. O imoralismo individual, no que concerne às coisas visíveis desta vida, pode dar um bom resultado, isto é, o resultado que aquêle imoralismo colimou.

Outra coisa porém é o destino terreno das sociedades. Essas, se praticam o imoralismo sistemático e oficial, não atingem, não podem atingir o puro sucesso material que planejaram. Em outras palavras, não se pode conseguir para um povo mais leite e mais pão deixando para depois a liberdade e a moral. Umas das conseqüências do vício essencial do capitalismo consiste na possibilidade do imoralismo individual colhêr proventos em prejuízo da comunidade. As simpáticas objurgatórias dos socialistas, quando fazem o processo do capitalismo, fundamenta-se no senso moral que rejeita os direitos do imoralismo privado. Mas o absurdo dêsses mesmos socialistas consiste em pensar que a felicidade de um povo, ao menos a do estômago, pode ser obtida com a generalização do imoralismo. Em outras palavras, o imoralismo individual do capitalismo burguês pode dar certo, porque êle tem de onde tirar os seus proventos. Mas se a fórmula se torna racional, se tôda a sociedade se estrutura

nesse imoralismo, já não se vê como poderá funcionar o sucesso material, o puro sucesso material dos privilegiados do regime capitalista. Entende-se bem o esquema em que a falta de escrúpulos traz proveito para uns poucos, mas é inteiramente desvairada a idéia de que a falta de escrúpulos possa trazer o proveito para todos. Em outras palavras: o bem-viver material de todos só é possível numa sociedade moralmente estruturada, porque não é possível imaginar que os cidadãos que renunciaram às virtudes da cidadania conservem intatas e até desenvolvam as virtudes da cooperação.

Por mais drásticos que sejam os recursos adotados pelo govêrno técnico, a matéria que está à sua disposição não é dócil como uma fôlha de papel em branco. O homem continua a ser o que é, no mais desumano dos regimes. Continua a ser livre, essencialmente livre, dentro da cortina de ferro. Mas o exercício dessa liberdade, não encontrando o clima adequado, transforma-se em dissipação interna, em atritos, em desgastes imponderáveis, e a realização planejada pelo técnico fica a meio caminho, no nível do esbôço, do feto, do mostrengo, do ectoplasma em via de materialização.

Na política ética, como já disse, o bem-comum tem ao mesmo tempo dois aspectos: deve ser realizado já, aqui e agora, em cada conjuntura histórica; e deve ser conduzido para um ideal de longo alcance. Ao contrário, no tecnicismo político, o bem comum é planejado para uma certa data, com sacrifício do dia que passa. Será uma obra com inauguração marcada. Mas como o homem não pode ficar com sua humanidade suspensa, o tecnicismo político tem de abreviar suas realizações e de apresentar aos povos certos resultados imediatos. Porque o homem só pode esperar um ideal quando já possui alguma coisa homogênea com êle, aqui e agora. No verdadeiro sentido da vida, nós temos um pólo, um fim último, uma causa final de nossos atos; mas êsse fim não é um fim cronológico, não é uma data; é uma causa atuante e efetivamente presente em todos os atos de nosso

itinerário. O tecnicisco corta essa continuidade, essa homogeneidade, essa imanência do *fim* em nossos atos. E por isso está obrigado a têrmos próximos, está obrigado a alimentar um ritmo arquejante, a "ilusão do sucesso imediato".

O maquiavelismo político penetra suas próprias realizações técnicas, que passam a ter mais teatralidade do que utilidade, e todo êsse conjunto de falsos prestígios só se equilibra mediante uma intensiva estupidificação das massas. A propaganda, que era um dos recursos da concorrência comercial e da livre iniciativa, e que já nesse domínio deveria ter severas restrições, torna-se o principal instrumento do tecnicismo político e do totalitarismo. É preciso inculcar idéias e nomes a martelo. É preciso repetir fórmulas timpânicas para conseguir a hipnose de um povo. Êsse é um dos traços mais característicos e mais repulsivos da política amoral; o uso da mentira como principal motor do regime.

VI

É tempo de distinguir os dois estilos em que se pode concretizar, e em que de fato se concretiza a política amoral. Conforme as circunstâncias o amoralismo pende para o tecnicismo ou para o maquiavelismo artístico e teatral. Para uns povos cabe a mecanização da sociedade com base nas idéias de um professor de economia política; para outros cabe o estafante destino de ser uma nação de heróis num cenário wagneriano.

Mas num ponto se encontram as duas tendências: a civilização, o progresso, a realização do bem comum, a missão do homem, enfim, deixa de ser o que tem sido até hoje, obra comum diferenciada, atividade das instituições, com tais ou quais imperfeições, e passa a ser uma obra centralmente dirigida, por um contramestre ou por um compositor. Os métodos são semelhantes, mas é diverso num e noutro caso o objeto a ser fabricado com carne de gente. O comunista

quer fazer o moto-contínuo social, cheio de bielas, manivelas, engrenagens, sifões e alavancas; o fascista quer fazer uma apoteose. O fazer marxista é técnico; o fazer fascista é musical ou teatral. Marx calcula. Nietzsche recita. O tirano das esquerdas, como maníaco de engrenagem, é taciturno; o outro, como ator, é loquaz. O gabinete de govêrno stalinista é um laboratório dêsse *brave new world* onde a polícia vem trazer, para certas análises, as fezes e o sangue de um amontoado de gente que outrora foi um povo; o gabinete nazista é um camarim de vedetas. Stalin gaba-se de ser proletário. É talvez o único a exercer livremente o seu ofício. Mas a sua habilidade precisa de trezentos milhões de corpos humanos como matéria-prima. Hitler, Mussolini, Franco, foram compositores de operetas mais ou menos lúgubres ou de valsas mais ou menos lentas: os povos que dançassem.

E o totalitarismo sul-americano? Dêsse, a julgar pelo que experimentamos, só se pode dizer que foi um medíocre espetáculo de circo. Com a diferença que eram os do picadeiro que se riam.

VII

Na política técnica ou teatral não há lugar para oposições. É evidente. Uma obra de arte, ainda que não seja executada por um só, exige uma unidade que não se coaduna com a livre troca de idéias e com a divergência. Não é difícil imaginar quão esquisita seria a música de uma orquestra em que os violinos entrassem em oposição enquanto o contrabaixo, com graves argumentos, intercedesse junto à bancada governista dos instrumentos de sôpro em favor de uma política de coalizão.

Uma obra de arte exige evidentemente uma frente única; mas a convivência moral exige, ainda com mais forte evidência, a colaboração da discordância. A política sem opo-

sição deixa de ser política, como a orquestra com oposição deixa de ser orquestra. Muitas vêzes já nos fizeram êsse apêlo patético para a união de todos os brasileiros numa frente única. Êsse apêlo encobre quase sempre uma impostura, ou uma demência, porque dizer que a oposição impede a obra construtiva é pensar em política como se pensa em arquitetura.

Mais de uma vez já fomos acusados de crítica dissolvente, e já fomos aconselhados pelos amigos de Job a fazer crítica mais construtiva. Que quer dizer isto? Será pouco construtivo o trabalho policial de prender os criminosos? Será negativa e dissolvente a ação do tribunal que condena os assassínios? E então, por que será negativa e destrutiva a tarefa de denunciar os criminosos que a polícia não prende ou que os juízes não condenam? Bem sei qual é a crítica que esperam de nós que escrevemos nos jornais: uma crítica que seja feita de tal modo e em tal estilo que ninguém logre descobrir, ou sequer desconfiar, a que diacho de caso, pessoa ou fenômeno queremos nós aludir. Se por exemplo o Prefeito e os Vereadores trapaceiam as regras de um concurso, acumpliciando nesse escândalo centenas de meninas de treze anos, que assim aprendem um pouco prematuramente que mais vale sorrir para os poderosos do que estudar matemática, nós deveríamos escrever um artigo construtivo nesses têrmos: "É sem dúvida alguma de todo o interêsse para o progresso do Brasil e para a estabilidade das instituições que as cláusulas prèviamente estabelecidas na abertura de inscrições sejam observadas no decorrer do certame, e respeitadas pelos podêres públicos, mormente por aquêles detentores dos cargos de alta direção aos quais incumbe o indeclinável dever do bom exemplo, etc."

Ora, se eu escrevesse um artigo nesse tom vago e genérico teria o aplauso de todos, mas nem os trêfegos Vereadores, nem o Prefeito-técnico, desconfiariam que o negócio é com êles.

*

A oposição nada tem de negativo ou destrùtivo do domínio da verdadeira política. É um elemento de regulação que tem a virtude de desgastar os erros internos, e de proporcionar reajustagens e compensações que são próprias da atividade prudencial. Faltando a oposição, essa resistência compensadora e reguladora, os erros se tornam maciços e colossais, e a sociedade perde sua diferenciada riqueza, sua vida pluralista, para tornar-se um monocórdio a vibrar num único diapasão. Faltando a diferenciação e a oposição política, a sociedade entra num regime de lúgubre uniformidade que esteriliza tôdas as atividades. O regime totalitário torna-se assim um fenômeno de profunda e incurável estupidez. Os próprios dirigentes, embora maquiavélicos, passam a alardear o que deviam esconder, porque até mesmo o elementar critério da esperteza já não conseguem manter. Assim, por exemplo, a Rússia, que precisa do empirismo cientificista para dourar seu materialismo, não hesita em afrontar o mundo com a sua genética oficial e com a suspeição lançada à física pequeno-burguesa de Einstein. Aqui em nosso trópico do Capricórnio tivemos também um curioso exemplo dessa cegueira do leviatã político. O ditador, sentindo oscilar o chão e querendo angariar popularidade, faz um discurso prometendo, como alvíssaras, a fusão dos institutos de aposentadoria e pensões numa só e ainda mais monstruosa organização. Para nos agradar, êle nos promete um flagelo, como um D. Juan que passasse a seduzir donzelas com promessas de pancada e mau passadio.

Não pode haver boa convivência humana sem o exercício da justa castigação que em linguagem religiosa se chama correção fraterna. Ninguém no mundo pode isolar-se dêsse corretivo sem tornar prodigiosamente insensato. A oposição, o livre debate, embora em graus e proporções variáveis, são necessários na cidade, nas instituições, na família. Deve existir entre irmãos, e êsse é um dos mais preciosos elementos educativos de que os filhos únicos ficam privados. Deve existir entre pai e filho, com reciprocidade. Deve existir entre

marido e mulher. Deve existir entre os membros de uma família religiosa. É um êrro pensar que as grandes calamidades nascem sempre de grandes discordâncias. Não. As piores calamidades do mundo nasceram de terríveis concordâncias. É um êrro pensar que as grandes confusões se originam sempre do vozerio das discussões. Não! As piores confusões do mundo nasceram de terríveis silêncios. Calar-se é muitas vêzes um crime. Mas obrigar um país inteiro a calar-se é o maior crime político que um homem pode cometer.

O homem nasce num mundo de debates. Cresce no meio de debates. Procura seu difícil caminho num desconcêrto de debates. É nessa tateante aventura que o homem consegue discernir pouco a pouco a lei natural, isto é, a lei divina inscrita na natureza das coisas. Se é verdade que para a economia da salvação sobrenatural Deus revelou sua lei, não é menos verdade que, para a salvação temporal, Deus a tenha inscrito na natureza das coisas, de onde os homens a devem tirar através de seculares experiências. Seria um êrro gravíssimo imaginar que os processos de aquisição na moral natural possam imitar a nitidez do Sinai ou dos Evangelhos. Lá, onde há revelação divina, não pode haver debate para o homem de fé, porque a fé consiste precisamente em crer na origem divina dessa revelação. Mas na procura do seu caminho no mundo, no plano temporal, o homem vem apurando, através de enormes sofrimentos, a sua acuidade de discernimento moral. E aí, nesse plano, é indispensável a prática do debate e do exercício da correção recíproca. Não há outra receita para a procura da perfeição natural. Não há revelação filosófica, sociológica, psicotécnica que se possa impor ao homem do alto de um Sinai totalitário. É na convivência e no diálogo que o homem se descobre e descobre a vontade do Autor da natureza.

A lei do diálogo, como disse Camus quando aqui nos falou, é realmente a grande lei da convivência. E essa começa em casa entre irmãos e vai até a imprensa, que deve ser livre, e o ensino, que não pode receber diretrizes do Estado. Começa na família, onde a espôsa é eventualmente uma fôrça de oposição, uma vigorosa bancada, e vai até o parlamento e até a Presidência da República.

Mas a oposição tem regras, regras morais, regras definitivamente adquiridas, regras em que não pode haver oposição. Há oposições intoleráveis que tornam o diálogo impossível. Num país em guerra, por exemplo, pode-se empregar os têrmos "discordância" e "oposição" enquanto todos desejam a mesma vitória, divergindo embora no que concerne aos meios. Mas seria inteiramente impróprio chamar de oposicionista ao indivíduo que tivesse conivência com o inimigo. Nos dias tumultuosos, que se convencionou chamar tempo de paz, há também muitos tipos de oposição que não merecem respeito, como há um tipo especial de oposição das espôsas que os maridos não podem admitir.

Depois das experiências que o mundo andou fazendo recentemente, é preciso reaprender muita coisa. É preciso, por exemplo, aprender de nôvo a falar mal do govêrno. Essa antiga e nobre arte, que nossos avós possuíam e usavam com grande desembaraço, anda muito esquecida e maltratada. Nós não sabemos falar mal do govêrno. Quando um senador abusa das leis do tráfego e deixa seu automóvel atravessado na via pública, nós reagimos mal, sem a antiga finura que distinguia bem os homens e as instituições, e logo atacamos o parlamento, a essência da câmara alta, como se fôsse o próprio Senado que estivesse atravessado na rua. Quando alguns vereadores se desmandam, logo sugerimos que se feche a Câmara Municipal. Quando, em suma, temos notícias das imoralidades praticadas pelo poder, propomos indignados, e como esquisito remédio, uma forma amoral de govêrno.

Outra coisa que precisamos reaprender, na política e na cultura, é a regra dos debates. Santo Tomás, o mais manso dos homens de seu tempo, passou a vida inteira a debater e a disputar. Mas no seu tempo acontecia uma coisa deve-

ras extraordinária: quem perdia o debate, *sabia que perdera!* Vejam bem que maravilha: por misteriosíssimos sinais, incompreensíveis para nós, o vencido sabia que estava vencido!

Hoje o diálogo é difícil, a discussão é quase impossível. Não há regras. Não existe critério de aferição. E é essa espêssa atmosfera de irracionalismo que provoca náuseas nos mais pusilânimes, e que os incita a procurar um outro tipo de civilização, um outro tipo de regime, em que o diálogo seja definitivamente abolido.

IV

A TÉCNICA DE DEUS, SUA ARTE E SEU AMOR

I

Vou agora falar-lhes da obra redentora do Cristo, e nós veremos que não é só na cidade temporal que se encontram combinados o Fazer e o Agir, e que é preciso estabelecer a correta colocação das duas ordens práticas; é também na Cidade de Deus. Mas antes de chegar à obra de Cristo, que é o centro do drama divino-humano, convém relembrar os atos anteriores, e sobretudo convém ter em mente a grande idéia, o tema em tôrno do qual se movem as cenas através dos séculos. Ora, essa idéia central do plano divino está na Epístola de São Paulo aos Efésios (1,4 a [illegible]): "É nÊle (em Cristo) que Deus nos escolheu antes mesmo da criação do mundo, para que sejamos justos e irrepreensíveis diante de sua face, tendo-nos no seu amor predestinado a sermos seus filhos adotivos por Jesus Cristo, conforme sua livre vontade, e assim fazendo brilhar a glória de sua graça, pela qual nos tornou agradáveis aos seus olhos em seu Filho bem amado".

Vamos agora ver de que modo e em que estilo se desenvolve dramàticamente êsse tema.

*

Começa o primeiro ato na madrugada do Gênese. O homem é criado, feito de terra e de sôpro divino. Elo vivo entre dois mundos, unidade bivalente, entra em cena o composto uno e dual que os filósofos definirão: animal racional, Mas êsse personagem logo se insere no plano concebido desde tôda eternidade; era chamado a ser justo e irrepreensível

diante de Deus, era predestinado a fazer brilhar a glória da graça divina. Por onde se vê que, desde sua origem, foi o homem elevado à participação da vida divina, à ordem da graça. Em outras palavras, o homem nunca foi pura e simplesmente humano. Nunca existiu no estado puramente natural. Criado, com uma natureza já por si mesma dotada de um extraordinário dinamismo, recebeu uma nova qualidade que excedia as exigências de sua natureza, sendo todavia exigida pelo papel que era chamado a representar no drama pensado por Deus. Foi assim criado o homem e logo introduzido na intimidade do Criador; e foi feito homem e mulher.

Estamos na luminosa infância do gênero humano. No jardim de delícias que os primeiros proprietários desfrutavam com inocência feliz, e onde tudo lhes obedecia porque êles tributavam ao Pai uma obediência perfeita. Entra então em cena o Corruptor. Houve nos bastidores uma revolta, fora do alcance dos olhos humanos. Mas o Anjo rebelado, que fareja a dignidade do homem, e que talvez pressinta a humanidade do Cristo, tem inveja dos personagens inocentes que brincam diante de Deus. E o Corruptor toca a criatura no ponto vulnerável: toca na liberdade, isto é, no seu explosivo dinamismo; e toca na contingência, isto é, na deficiência radical, na inevitável pecabilidade da criatura, na composição de ser e não-ser, fragilidade que só em Deus não existe. Deus é o único ser pleno e santo. "Tu solus sanctus" dirá a Igreja por séculos e séculos.

É então ferido o homem no ponto nevrálgico, na cisão, na juntura em que doravante se instalarão as raízes do amor-próprio e as cicatrizes do pecado original. O homem, como criatura, é quebradiço; como ser dotado de alma espiritual é livre e conseguintemente vulnerável ao pecado.

Para melhor penetração dêsse problema que tanto aflige a inteligência — o problema do mal — seria preciso desenvolver extensas considerações que nos levariam longe demais. Basta dizer, para um mínimo de doutrina, que o mal não é um ser e que a noção de mal não pode ser positivada como a noção de *bem*, que é correlata à noção de *ser*. O mal é uma privação; mas não uma privação qualquer, uma deficiência qualquer, como pensava Leibnitz quando via um mal no fato de o homem não ser Deus. Não. O mal é uma privação dos bens exigidos por uma natureza. Assim, não há mal físico no fato de o homem não ter asas; mas há um mal físico no fato de algum homem não ter pernas. Na ordem moral é também negativa a noção de mal, e consiste no fato de não ser consultada ou seguida a regra do agir.

A noção de mal é pois não entitativa, não positiva. Mas seria extremamente pueril tirar dêsses preliminares metafísicos a impressão de que estamos minimizando e subestimando a presença do mal no universo. Um buraco que nos apareça na roupa é uma ausência, uma privação do pano onde devera estar, mas nem por isso se aflige menos o seu possuidor.

Deus não é o autor do mal. Não existe autor do mal. Essa idéia incôngrua, metafìsicamente absurda e moralmente perniciosa, foi sustentada pelo dualismo maniqueu, e constitui uma *arrière pensée* escondida e persistente na cultura de todos os tempos. Quando o homem se cansa de pensar, e de ser homem, o fantasma do dualismo aparece na filosofia, na literatura e nos costumes.

As naturezas criadas são tôdas boas, dotadas da espessura de bondade metafísica que acompanha a espessura do ser. Mas essas naturezas se concretizam em criaturas, e o têrmo criatura é sinônimo de instável, de frágil, por causa de sua composição de *ser* e *nada*, ou, mais precisamente, por sua composição de *potência* e *ato*. Só Deus tem a plenitude de ser, que em filosofia se chama Ato-Puro. A criatura, ainda que perfeita na sua ordem, tem uma essencial fragilidade. Ora, na criatura racional essa fragilidade se traduz em pecabilidade.

Deus não poderia fazer um universo de criaturas inquebráveis. E isto, embora a fórmula pareça restritiva,

não significa nenhuma limitação do divino poder. Ao contrário, é um modo antitético de dizer que Deus é perfeito porque não pode fazer um absurdo. Criar um universo impecável e inquebrável é o mesmo que criar outro Deus, ou criar o Incriado. Os que se escandalizam com a presença do mal no mundo (não digo os que se afligem!) na verdade se escandalizam com o ser. Poderíamos dizer que talvez preferissem um Deus que não tivesse criado o universo? Não o creio. Acho mais plausível pensar que êsses escandalizados são biteístas. Não se contentam com um Deus, querem dois, como os maniqueus. Querem que o conflito seja anterior à própria criação.

*

Voltando ao nosso teatro, diremos apenas que o que era vulnerável tornou-se vulnerado; que a pecabilidade deu o pecado; que a bôlha de não-ser inflou-se na soberba e na desobediência. E o primeiro ato do drama termina quando se fecham as portas do paraíso e a espada refulgente do arcanjo precipita no mundo o primeiro casal.

II

No entreato sou abordado por um desconhecido que, depois de algumas cortesias preliminares, me pergunta, com espanto e inquietação, se eu deveras acredito, isto é, se eu, brasileiro, eleitor, vacinado, professor de eletrônica e cidadão do século XX, posso realmente (sinceramente, por favor!) acreditar nessa história do paraíso, do pecado e do arcanjo. E antes que eu responda, como é habitual nesse tipo de interpelação, êle mesmo explica que eu, movido por um complexo conjunto de impulsões afetivas a que dou o nome de Fé teologal, fecho os olhos voluntàriamente ao que há de absurdo nessa fantasmagórica lenda que não rima com meu ofício de engenheiro e professor.

Ora, aproveitando aqui o papel, onde mando eu, começo por dizer que há tanto absurdo na espada do arcanjo como na espada de um general. Menos até, porque na minha história o arcanjo se serve ostensivamente do gládio, enquanto nas histórias do século XX a espada de um general da ativa é uma decorativa inutilidade antes de se tornar melancólica lembrança nos dias da reforma. Não. Absurdo não há no anjo e na espada. Absurda seria uma espada que não fôsse espada, ou o arcanjo que não fôsse arcanjo. Muito mais próximo do absurdo é dizer que o homem é apenas um animal aperfeiçoado, quando todo o mundo sabe que existe um abismo entre o homem, êsse ser capaz de absurdos, e o coerentíssimo cão, que segue seu caminho sem vacilações filosóficas concernentes à natureza canina. Minha história não é absurda.

Será então incrível? Perdão, no sentido rigorosamente científico só o absurdo pode ser incrível. O círculo quadrado, por exemplo, é incrível. Mas o Paraíso não é. Não há nenhuma contradição interna na idéia de Paraíso. Será então inverossímil, isto é, coisa que não parece verdadeira. Concedo. Acho razóavel dizer que aquela história não parece verdadeira. Mas logo pergunto: que critério temos nós para dizer que uma história parece ou não parece verdadeira? Temos um, o do absurdo, para dizer que uma coisa não pode ser verdadeira. Mas não vejo bem qual será o critério capaz de nos indicar que uma coisa não nos *parece verdadeira.*

Será inverossímil aquilo que escapa ao trivial, ao monótono, ao cotidiano? Será o que nunca se viu na rotina dos fatos? Mas nesse caso não é só a espada do arcanjo que se desvanece; é também a espada de Carlos Magno. Com êsse critério, a que não recuso um certo valor, o número de coisas inverossímeis cresce assustadoramente. Na verdade, para quem assina o ponto na rotina dos fatos e na rotina da inteligência, tôda a história, tôda a geografia e tôda a cosmogonia serão inverossímeis. Porque o universo está cheio

de coisas que não se parecem com o trem de vida, com a praxe, e com o campo visual de nossa miopia. Aliás, os próprios objetos familiares e ordinários são tão extraordinários como os anéis de Saturno ou como a nebulosa espiral de Andrômeda. A única diferença essencial que existe entre os fenômenos siderais e os fenômenos caseiros, no que concerne aos fatos físicos, é para mim uma questão de hábito. Estou sempre em casa e raríssimas vêzes vou ao observatório. Será isso um bom critério, um critério realmente científico para dividir as coisas, ao sabor de nossos hábitos, em verossímeis e inverossímeis?

É claro que tem algum valor prático, e um modesto valor especulativo êsse critério de que se serve o senso comum; mas convém notar que o tipo de racianalismo que se escandaliza com histórias extraordinárias também se escandaliza quando damos um certo valor ao senso comum.

A mim me parece que essa desconfiança diante da espada do arcanjo não vem de um sadio senso comum, que tem sempre uma certa disponibilidade de se dilatar. Ao contrário, vem de um cansaço, de um tédio intelectual, de um desejo de burocratizar o universo. Êsses cépticos que se julgam adultos diante de minha infantilidade, como quereriam êles que tivesse sido o princípio de tôdas as coisas? Não há sempre uma espetacular diferença entre as origens e as rotinas? Vejam o nascimento de uma criança: acaso se parece com os dias de semana do funcionário letra M que ela está condenada a ser? E o condor varando os ares, a menos oval das formas, acaso se parece com o ôvo?

Torno pois a perguntar: como queriam, ao menos em linhas gerais, um comêço de tudo, uma inauguração do Universo?

Pressinto duas respostas. A primeira consiste precisamente em não querer um comêço. Na linha do tempo o Universo não começou. Na linha das causas, mediante o mesmo recurso à idéia básica da rotina, o Universo se pendura em si mesmo sem nenhuma Causa Primeira. Essa idéia, como disse, tem fundamento no primeiro princípio da filosofia da pura rotina: só existe o que se repete, e o que existe se repete indefinidamente. Essa é a resposta da negação absoluta das causas e de Deus. O Universo é uma coisa que roda, roda, roda, e sempre rodou. Nasce gente? Que admiração há nisso?

A segunda resposta merece mais atenção. Admite-se em princípio um Ente Supremo, mas não se admite que a inauguração do Universo tenha sido festiva e maravilhosa. Subsiste aqui a idéia da rotina a exigir um Deus taciturno, um técnico, um operário a plasmar eléctrons e a deixar que logo de início, o mais cedo possível, na nebulosa, comece a Máquina a rodar com uma boa rotina astronômica, física, geológica e biológica, e que assim, aos poucos, sem clarões de maravilha, comece a espontar na casca do planêta, o limo que, por promoções sucessivas, de merecimento ou de praxe, irá galgando os postos vegetais e zoológicos, até o dia em que se levanta e sai pelo mundo, com duas mãos sobressalentes, prontas para a futura sociedade sem classes!

O que mais incomoda em minha história é a festa da inauguração e a maravilha das origens. Deus terá fabricado o Universo, mas não assim como um poema, não assim maravilhoso. Terá feito a matéria, mas não as formas. Ou quando muito as formas elementares e rústicas. Terá sido proletário, mas não artista. O que realmente incomoda aos espíritos de rotina, nessa história do Gênese, é a beleza; porque ao espírito de rotina custa compreender que a beleza é o esplendor da verdade.

Queriam um Deus técnico, obreiro rústico. Pois bem, a nossa história, se tiverem a paciência de acompanhá-la, lhes dará alguma satisfação. No terceiro ato verão um Deus sem beleza, um Deus carpinteiro, ocupado em aviar uma estranha encomenda.

*

Mas prestemos atenção, porque a cortina roxa já se abre para o segundo ato do drama.

III

O cenário é escuro. Floresta. Cavernas. Acompamentos em tôrno do fogo roubado do céu. Perpassam vultos. Sons estranhos, abafados, andam no ar em tôrno das silhuetas escuras. Onde está o rei da floresta, o rei do fogo, o rei do Universo?

Começam entretanto, pelas montanhas de certo país, a correr estranhos rumores. Rumores de esperança. Os homens dêsse país são portadores de uma notícia que remonta às origens do mundo. Ou melhor, alguns dêsses homens. Vozes. E essas vozes falam numa Aliança e prometem a vinda do Salvador. E andando, andando por vales e montes, carregadas em corpos secos, conduzidas por pés obstinados, essas vozes exortam à paciência e à obediência.

— Ouve Israel! Ouve Israel... ouve... ouve...

Em tempos de escuridão e de expectativa vale mais o ouvido que os olhos. Porque o ouvido não dorme. Porque o ouvido é a porta das promessas. Pelo ouvido vem a salvação. Vale mais do que os olhos, porque os olhos foram feitos para a festa mais próxima da posse. Estão perto do riso. Os olhos riem. Embora também chorem nos tempos de escuridão. E sobretudo se enganam. E por isso, nos tempos de escuridão, não convém que os olhos se demorem em efígies, em estátuas, em sinais visíveis que travariam o pé e enganariam o coração. Mais vale ouvir.

— Ouve! Inclina o ouvido, filho, às palavras do Pai. Ouve a palavra que falou o Senhor acêrca de vós, ó casa de Israel!

Multiplicam-se as vozes. A promessa se aproxima.

— Levanta-te, ó Sião, levanta-te; reveste-te da tua fortaleza, compõe-te com os vestidos da tua glória, Jerusalém, cidade do Santo...

Mas também, entre as vozes de esperança, começa a fazer-se ouvido um *leit-motif* inesperado, e os arautos descrevem uma esquisita figura de herói: "Êle não tem beleza. Êle não tem formosura. Vimo-lo. E não se parecia com o que era; e por isso nós o estranhamos... Feito objeto de desprêzo, o último dos homens, varão das dores, experimentado nas penas. O seu rosto se achava como encoberto, e parecia desprezível; por onde nenhum caso fizemos dêle... carregou as nossas dores... e nós o reputamos como um leproso... será levado ao matadouro... e como ovelha... não abrirá a bôca..."

E o povo agora é quem pede os ouvidos de Deus.

— Ouve, Senhor Todo-Poderoso, ouve a oração dos mortos de Israel e dos filhos daqueles que pecaram diante de Ti...

E uma grande lamentação enche os vales da espera:

— Ó vós que passais pelo caminho, atendei e vêde se há dor semelhante à minha dor... Todos os que passavam pelo caminho batiam as mãos vendo-te; assobiavam e meneavam a cabeça à filha de Jerusalém. É esta então, diziam êles, aquela cidade de tão extremada formusura, as delícias de tôda a Terra?

E o Senhor diz:

— O Filho vem...

*

Houve então pelos vales da promessa um silêncio largo, e quando a noite ia alta o Verbo de Deus baixou à Terra.

IV

Acha-se entre nós — no centro do ato central do drama — o Personagem que vem marcar no mundo o antes e o de-

pois. "Foi nÊle que Deus nos escolheu antes mesmo da criação do mundo para que sejamos justos e irrepreensíveis diante de sua face"... O Personagem que polariza a divina invenção é o Tema substancializado, a idéia que se fêz carne.

Nas composições que faremos, nós os homens, com figuras e sons, a idéia é um sôpro que corre atrás das substâncias criadas, e nelas procura uma efêmera pousada. A idéia criadora, como costumamos dizer com jactância, é criadora por participação. É um ato acidental da inteligência. Mas em Deus a idéia é Êle mesmo, é substância, é pessoa, é geração eterna de Deus em Deus; como também é eterno e substancial o seu ato de Amor. Porque em Deus, na deidade, na essência divina não há acidentes e mudanças.

Ora, se me permitem a imagem, eu direi que o Triângulo divino — Deus, a sua Idéia e o seu Amor — vem agora cravar o seu segundo vértice no chão dêste mundo; ou melhor, num corpo virginal que é a quinta-essência do chão dêste mundo. Pousa de leve na pétala da rosa. Entre cânticos angélicos e oferendas humanas, pousa devagar, com infinita doçura, deixando intata a Rosa. Mas traz, de onde veio, um impulso. E êsse impulso que traz, do Autor, e do Amor, o lento, tenaz e invencível ímpeto, irá crescendo, crescendo, devagar, invencìvelmente, até o dia, a hora de ficar esmagado, bem cravado, bem plantado no chão dêste mundo; bem fincado tècnicamente pregado, artìsticamente montado numa peanha de terra, do chão dêste mundo.

*

Observemos os passos dêsse Personagem que se move procurando a imobilidade. É o centro; mas um centro que anda e ensina. Os acontecimentos — essa efervescência que fascina os homens e que aborrece os homens — seguem seu curso, precipitam-se, passam em torrentes desordenadas e em curvas de capricho. O mundo ainda não achou o seu centro porque o Centro ainda não achou o lugar e a hora, as coordenadas, o ponto que o viajante marca no mapa com um sinal de cruz. Ainda caminha sem pouso, sem descanso e sem pedra. Oscila. Vai e vem. Foge. Esconde-se. Até o dia de se firmar como convém, por definição, ao Centro de tôdas as coisas.

*

Quem não conhece êste Terceiro Ato do drama que Deus inventou? Será preciso traçar aqui a Figura que enche os evangelhos? Será preciso lembrar as caminhadas entre os rústicos amigos, as parábolas, as bem-aventuranças, os milagres? Será mesmo possível retomar as côres que há dois mil anos se gastam para reviver os quadros que vão da natividade até a paixão? Não o creio. Vá o leitor às fontes. Corra aos textos. E nós aqui abreviamos como os breviários. *Et reliqua*...

Poderíamos parar um pouco naquele meio-dia em que o Homem-Deus se cansou e veio sentar-se na borda de um poço para ensinar à Samaritana pecadora que havia chegado a hora de adorar em espírito e em verdade. Mas êsse descanso do meio-dia não era ainda o seu pouso; é mais adiante que vamos encontrá-lo, o seu pouso, a sua última cátedra de ensino. E à medida que se aproxima o dia e a hora, vemos os aprestos do cenário, a montagem da obra que é feita à vista de todos.

Ei-la. A obra de artista e de técnico, que se iniciara numa obscura carpintaria, culmina nesta execução de aterradora simplicidade para tão grande artífice: dois paus, alguns pregos, uma esquadria grosseira.

E o pano que devia descer sôbre êste Terceiro Ato, isto é, a cortina do templo, rasga-se ao meio: para que uma impetuosa continuidade, sem hiatos, sem entreatos, se estabeleça entre a Obra e a sua aplicação, ou entre a árvore e seus frutos.

V

E aqui estamos, vivendo daqueles frutos. Mas antes devo dizer, se ainda me permitem a imagem, que houve outra rotação do divino triângulo. Sobe o vértice manchado de sangue; desce em fogo o vértice do Amor, para universalizar, para animar os fragmentos da humanidade de Cristo deixados sob a custódia de sua Igreja.

Digamos em têrmos de catecismo que a Igreja é o Cristo continuado, é o Cristo socializado, é o Corpo Místico de Cristo. E os sete sacramentos, sinais sensíveis, são como que estilhaços da humanidade de Cristo. Por sua corporeidade se ligam à Encarnação, por sua eficácia derivam da plenitude de graças do Cristo frutificada na Cruz. São fontes de graças ligadas, efetivamente ligadas à usina de energia salvadora inaugurada no Calvário.

Os sacramentos são sinais sensíveis. Para aprendermos bem a riqueza de sentido contida nesta fórmula de catecismo, peço ao leitor um pouco de atenção, porque as coisas mais altas exigem de nós uma certa renúncia, uma certa ascese intelectual que dispense por algum tempo as consolações literárias. Exercitemos pois aqui êsse salutar despojamento.

Disse *sinal*. Ora, quem diz *sinal* diz coisa que se propõe à inteligência em lugar de outra, a coisa significada. O sinal é pois um substituto, um embaixador, um vigário. É a coisa que faz pensar em outra. O sinal é para o homem; portador de significação, deve distinguir-se do *estímulo* ou *sinal-para-os-sentidos*, que é comum aos homens e aos animais.

O sinal pode ser natural ou convencional.

A fumaça é sinal natural do fogo, a pegada é sinal natural do pé, a fotografia é sinal natural da passoa retratada, etc. Ao contrário, a palavra, o toque de campanhia, os sinais algébricos são sinais artificiais. A diferença entre os dois casos vem do fundamento do sinal: no primeiro, o

fundamento está na natureza das coisas; no segundo, está numa instituição artificial e numa convenção admitida.

Convém entretanto notar que o sinal natural só é sinal no sentido próprio, quando se propõe à inteligência, quando deixa pensar na coisa significada. O mesmo fenômeno pode atuar como um estímulo e produzir reações que se referem à coisa significada, mas sem nenhuma intervenção da inteligência. Um cheiro de carne assada, por exemplo, pode agir em mim no nível próprio de sinal natural, quando me traz a idéia de assado; e pode agir, em mim ou num cão, como um estímulo capaz de produzir salivação. A diferença entre sinal e estímulo se funda, como se vê, na diferença essencial entre a ordem da sensibilidade e a ordem do pensamento. O empirismo sensualista recusará pois aquela, como recusa esta última.

No caso do sinal convencional é mais nítida a diferença, mas aí mesmo pode ainda persistir um certo equívoco. Um fenômeno de significação convencional pode inscrever-se numa sensibilidade, por meio de associações repetidas, e agir como um estímulo. Essa é a técnica dos reflexos condicionados, pela qual um cachorro poderá salivar abundantemente quando ouve um toque de campainha. Não se pode entretanto dizer que o toque de campainha se tornou para o cão um sinal convencional da carne, como também não se pode dizer que a espora é uma convenção entre o cavalo e o cavaleiro. São ambos estímulos dirigidos a uma segunda natureza gravada na sensibilidade por associação repetida. No próprio homem há um sem-número de fenômenos, que originàriamente foram sinais convencionais e que, com o uso repetido, se automatizaram e desceram ao nível de estímulo. Mas o automatismo no homem nunca pode abranger todos os sinais; ao contrário, abrange uma certa zona de sua atividade para melhor realçar a soberania e a liberdade de sua vida racional.

A diferença mais acentuada entre os sinais convencionais pròpriamente ditos e os estímulos gravados por ades-

tramento, está em que os primeiros se dirigem à inteligência e têm tôda a agilidade das coisas do espírito. Um matemático, que esteja a resolver uma intrincada equação, fará uma série de novas convenções durante as suas transformações algébricas e introduzirá uma série de novos símbolos, que serão apreendidos mediante uma única apresentação. Chamemos "y" tal expressão, diz o matemático. E daí por diante prosseguirá seus cálculos sem precisar gravar nos alunos uma segunda natureza pela qual êsse símbolo fique associado àquela expressão. Um só ato de inteligência basta para a instituição de um sinal convencional. O sinal, como já o dissemos, é o que se propõe à inteligência em lugar da coisa significada. O sinal *significa;* mas aqui, significação é um vínculo mental, um nexo inteligível, e não um efeito produzido por uma causa eficiente.

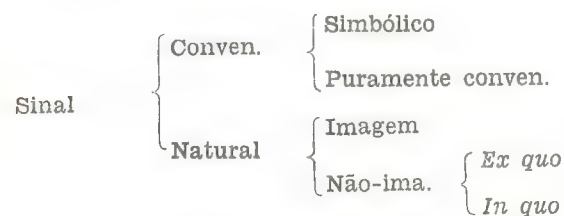
Subdividamos agora o sinal natural: temos de um lado o sinal-imagem, que se assemelha à coisa significada como um retrato se assemelha ao modêlo; e temos o sinal natural não-imagem, que lembra a coisa sendo entretanto diferente dela: a fumaça, por exemplo, é sinal natural do fogo, e é sinal não-imagem. Podemos ainda subdividir o sinal natural não-imagem em duas espécies: a primeira, que os autores chamam *ex quo,* é aquela em que a coisa significada é apresentada pelo sinal, como no caso da fumaça e do fogo; a segunda, chamada *in quo,* é aquela em que a coisa significada é vista no sinal: nesta espécie está o *conceito* que exerce uma instrumentalidade nas operações da inteligência.

Subdividamos agora o sinal convencional: temos primeiro o sinal puramente convencional, como por exemplo a palavra, o toque de campainha, etc.; e temos em segundo lugar o sinal convencional com certo fundamento tirado da natureza das coisas, ou de outros sinais mais geralmente admitidos, como por exemplo a cruz vermelha para lembrar a dedicação e o sangue. Êsse último chama-se sinal simbólico. Todos os sinais algébricos são puramente convencionais ou de muito remoto simbolismo, e por aí se vê que a

denominação de Lógica Simbólica é equívoca e já indica uma certa indiscriminação grosseira por parte dos ardorosos inovadores da lógica.

Para fixar melhor essas idéias consideremos o quadro em que damos as subdivisões mencionadas.

- Sinal
  - Conven.
    - Simbólico
    - Puramente conven.
  - Natural
    - Imagem
    - Não-ima.
      - *Ex quo*
      - *In quo*

*

Voltemos agora aos sacramentos. Dissemos que são sinais; de onde se conclui que a intenção de Deus, deixando-nos os sacramentos, é a de vir ao encontro do homem pelo ponto mais alto, isto é, por aquilo que define o homem. Os sacramentos são sinais que se dirigem a nós para que nós os procuremos conscientemente, e nos ponhamos em contato com a coisa significada.

Mas dissemos também sinais sensíveis. Sinais corpóreos. Ora, essa base física das coisas espirituais, ao contrário do que à primeira vista parece, ainda mais acessível torna o sinal à inteligência, porque o ser sensível é o *objeto conatural* da inteligência humana. O empirismo filosófico, que gera o cientificismo, que por sua vez alimenta o tecnicismo, afirma que o ser sensível é o único objeto da inteligência, no que se engana; e seus autores freqüentemente imaginam que nós atribuímos à inteligência humana uma fidalguia angélica, que despreza o sensível ou que só chega a êle a partir das realidades supra-sensíveis, no que se enganam ainda mais gravemente. Nossa filosofia diz que nada está na inteligência que não tenha entrado pelos sentidos; ou em fórmula mais concisa afirma que o ser sensível é o objeto conatural da inteligência humana.

A corporeidade dos sacramentos vem da Encarnação do Cristo. O estilo da Obra Redentora tem essa marca de conaturalidade ou adequação ao estilo do homem. E é daí que derivam a Encarnação, os Sacramentos, e a visibilidade da Igreja. O homem todo, alma e corpo, entra nesse enrêdo, cuja realidade maior é invisível, mas que se torna visível nesses pontos marchetados em que o mundo da matéria recebe o impacto das energias espirituais.

Acrescentemos agora: os sacramentos são sinais sensíveis convencionais. E quem diz convenção diz instituição e pacto. Alguém há que estabelece a convenção, o artifício, a coisa que fica a valer outra. Há o inventor, o instituidor do sinal convencional; mas só há convenção onde existir um entendimento, uma aliança em tôrno do sinal instituído. Diremos então que os sacramentos são sinais sensíveis convencionais, instituídos por Cristo, e comunicados aos homens de modo a formar no seu conjunto uma aliança entre Deus e os homens. Deus se compromete, por assim dizer, na significação dos sacramentos.

Mas já vimos que há duas espécies de sinais convencionais, os de pura convenção, como a palavra, e os simbólicos. Nos primeiros não há nenhuma semelhança entre a coisa em que se apóia o sinal e a coisa significada. Não há nenhuma semelhança, por exemplo, entre a coisa física que é o som "gato" e a animal familiar que se enrosca na poltrona. Ao contrário, nos sinais simbólicos há uma certa semelhança entre a coisa que serve de sinal e a coisa representada. Demos o exemplo da Cruz Vermelha; poderíamos acrescentar milhares de outros exemplos. O coração é sinal simbólico do amor; a serpente é sinal simbólico da perfídia; o lírio é sinal simbólico da pureza.

Como se vê, os sinais puramente convencionais são mais frágeis e mais exigentes. Formam uma linguagem mais restrita, um idioma. Ao contrário, os sinais simbólicos terão maior firmeza e maior universalidade, porque têm apoio na natureza das coisas. Formam uma superlinguagem mais

ampla e mais profunda do que os idiomas. Será uma linguagem da qual os homens têm no sangue o dicionário, a prosódia e a sintaxe. Devemos contudo notar que essa divisão entre pura convenção e convenção com fundamento natural nem sempre é nítida. É dificílimo dizer onde se separam o fundamento natural e a outra convenção mais larga, mais difundida, que dá ao sinal simbólico um fundamento cultural. No símbolo da Cruz Vermelha, por exemplo, vemos êsses dois tipos de fundamento. Pela cruz, a convenção recente dos serviços de enfermagem se prende à mais antiga convenção cristã; pela côr a convenção se apóia diretamente no sangue.

A instituição dos sacramentos seguiu a linha do símbolo e não a da pura convenção, e com isto aproximou-se mais do homem e ganhou em universalidade. Sacramento é sinal simbólico. Inventado, convencional, mas tinto de semelhança com as coisas da vida natural. A eucaristia é sinal de graça (sinal que contém a graça e o Autor da graça como veremos) e é ao mesmo tempo uma nutrição. A significação espiritual se veste com as côres da significação natural.

Êste aspecto simbólico, essa coloração do sinal, pode induzir à idéia de que o sacramento seja primacialmente uma sacralização das coisas, isto é, uma obra cujo fim é a elevação da ordem natural a uma ordem sacramental. Essa idéia, cujo aspecto grandioso seduz, porque permite pensar num universo sacralizado, foge entretanto ao que há de essencial no sacramento, isto é, ao caráter de sinal para o homem. Não é no grandioso cósmico que está a grandeza do sacramento. Diria até, sem nenhum intuito de paradoxo, que a grandeza dos sacramentos está na sua pequenez. Sim, na sua leveza, na sua discrição, no enderêço que traz para o coração do homem. Está, em suma, no seu conteúdo de misericórdia que desce para fazer em nós entranhas de misericórdia.

VI

Peço ao leitor, encarecidamente, um pouco mais de persistência e de atenção, porque o problema do Sinal e do Símbolo bem merece êsse esfôrço. É um imenso problema. Para mim, se me permitem esta confidência, o assunto tem um valor unitivo que me recompõe e que concilia as minhas aulas de telegrafia e telefonia com as aulas de religião. Uma vez ao menos harmonizam-se o ofício de engenheiro e êste nôvo ofício a que a graça de Deus me empurrou. Mas não é por isso, por êsse gôsto personalíssimo, que me atrevo a pedir ao leitor essa coisa prodigiosa e raríssima em nossos tempos — um pouco de atenção.

O problema, inclusive, está na moda. Na chamada lógica simbólica, no neopositivismo do movimento de Viena, nós encontramos autores como Charles Morris, Carnap, Peirce, Tarski e outros, preocupados com a Teoria dos Sinais, que alguns não hesitam em chamar de Ciência Unitária. Em outra direção vamos encontrar Saussure, o gigante da Lingüística, a reclamar o estabelecimento de uma ciência anterior que se chamaria Semiologia.

Ora, é curioso e comovente observar essa procura moderna, às vêzes um pouco desorientada, de uma teoria que foi estudada por Santo Agostinho em *De Magistro,* e retomada por Santo Tomás, Cajetano, João de Santo Tomás e Maritain. Êstes autores, evidentemente, não pretendem que a Ciência do Sinal seja a Rainha das ciências, que só pode ser a Ciência do Ser, mas nem por isso sentiram menos a sua enorme importância.

*

O homem vive no meio de sinais, vive de sinais, porque é precisamente pelo sinal que a inteligência vence as distâncias. Não chegando ao exagêro um pouco lírico de alguns autores, que se dizem inspirados em Santo Agostinho quando afirmam que tudo são sinais, e que a única Coisa em si mesma é Deus, nós reconhecemos a imensa complexidade da trama formada pelas coisas que, além de serem o que são, servem de sinal, são coisas outras por procuração, e tornam acessível e próxima a distante realidade significada.

Da definição de sinal tiramos esta primeira propriedade positiva e dinâmica que é a sua acessibilidade. O sinal é um aproximador. E a fôrça do sinal está no seu teor de inteligibilidade e no contato que proporciona à revelia das distâncias. Pelo fato de pertencer ao mundo dos inteligíveis, e de se situar na linha da causalidade formal (sendo uma coisa que se conforma por outra), o sinal apresenta a coisa significada por cima do espaço e do tempo. Lendo um livro, seja a Odisséia seja o último romance de Grahan Greene, entro em contato com o pensamento do autor independentemente do lugar e do tempo. Diante de um retrato, penso instantâneamente no modêlo.

Einstein demonstrou que a noção de simultaneidade de dois fenômenos em lugares diferentes não tem sentido para o físico. Mas acrescentou, como na história do pintor Apeles, que também não tinha sentido para o filósofo. O grande físico prova a sua tese valendo-se da transmissão física de sinais, a qual, como se sabe, está condicionada pela velocidade da luz. O equívoco filosófico de Einstein procede do preconceito empirista que não pode distinguir o sinal inteligível de seu condicionamento, de suas espécies físicas, e não consegue também distinguir a causalidade formal extrínseca (pela qual o sinal se con-forma com o modêlo) da causalidade eficiente, pela qual o agente físico transporta a coisa que serve de sinal, as espécies físicas do sinal.

É claro que a notícia de uma coisa remota só nos pode chegar através de uma propagação e de uma duração; mas daí a dizer que a ordem do pensamento está ligada à mesma dependência, e que a simultaneidade não é pensável, vai uma enorme distância. Não precisamos, aliás, dos exemplos bizarros usados por Einstein, onde são comparados relógios por navegantes que acendem charutos nas estrêlas e passam

montados num raio de luz. Basta-me considerar um trivialíssimo fenômeno, o serviço postal, para saber que a carta de um amigo leva tempo a chegar, quando chega. O transporte da carta está condicionado por uma complexa aparelhagem cheia de sacos, carimbos e veículos. A entrega da carta se situa na ponta de muitos elos na linha da causalidade eficiente. Mas a significação do que está escrito na carta é independente de seu trajeto e se situa sempre na linha da causalidade formal. Os sinais, quando chegam, aderem inteligìvelmente — e portanto por cima do espaço e do tempo — às coisas significadas.

Estas palavras que estou escrevendo passarão por muitas vicissitudes. Serão dactilografadas. Vazadas depois em liga de antimônio. Impressas em seguida. Mais tarde, dias e dias, ficarão adormecidas nas estantes dos livreiros até que um olhar de homem pouse nelas, e atrás delas pouse em meu olhar. Depois, helas!, mergulharão no ostracismo ainda melancólico dos livros lidos e esquecidos. Seja como fôr, estejam onde estiverem, vivo eu ou morto, enquanto não forem destruídos todos os exemplares, e ressalva feita do que por deficiência não logrei exprimir, estas palavras terão sempre a mesma significação primitiva, pronta a entrar em contato com uma inteligência, ressalva feita agora da incapacidade que tenha esta de apreender o que escrevi. A forma delas, das palavras, se ajusta à forma do pensamento, e é a essa possibilidade de ajustagem, a essa conformidade, que alude o filósofo, quando diz que o sinal está na linha da causalidade formal extrínseca.

O sinal é pois, essencialmente, um aproximador, um vencedor de séculos e quilômetros. Se está condicionado por suas espécies e pelo transporte delas, é na sua fôrça de significação que consistem as comunicações, as verdadeiras comunicações de que o homem é tão ávido.

*

Falei da riqueza do sinal. Devo falar agora de sua indigência. O sinal aproxima, mas não dá a posse; significa, mas por substituição. Anuncia a coisa mas não é a coisa. Mostra, mas esconde. E é a isso que se referem os filósofos quando dizem que o sinal é *infravalente* em relação à coisa significada. Disse que o homem vive entre sinais; mas agora, com voz de mendigo, torno a dizer a mesma coisa pelas palavras do Apóstolo: "vemos agora em sinais e enigma."

Ora, é êsse binômio de riqueza e pobreza, é êsse duplo aspecto do sinal que dá o seu poder de congraçamento onde se casam o encontro e a expectativa. Os homens se encontram, se congregam em tôrno de sinais. A bandeira no tôpo do mastro é um sinal de congraçamento que lembra ao mesmo tempo a unidade da pátria e a sua inacessibilidade. Ainda quando os reúne, o sinal deixa nos corações dos homens um travo de exílio, um agridoce de promessa ou saudade. Muita coisa é possuída, pròximamente, concretamente, neste mundo; mas a grande delícia dos peregrinos, maior do que muitas das coisas possuídas, é o jôgo dos sinais, que não traz calor de posse às mãos, é a troca de lembranças e expectativas. Haverá coisa melhor do que passar a noite falando? Ora, quando os homens se reúnem e passam a noite falando, falando, falando, não é ainda o sinal que preside a êsse acampamento de exilados? Sentam-se. Acampam. Falam. E a palavra traz para o meio dêles um reino. Traz tôdas as coisas do universo. Vulcões, aves exóticas, tigres de Bengala, anjos e demônios, estrêlas do céu e flôres dos campos, tudo, tudo o que existe está de prontidão para responder ao apêlo dos homens sob as espécies da palavra. Um homem fala, e um acontecimento fortuito, de rua, vem dòcilmente repetir sua fugacidade. E os que não viram, alegram-se e crêem sem terem visto. Ou melhor, passam a ver no espelho maravilhoso, obscuro, enigmático. Os homens falam, e o Universo responde ao chamado. Os homens conversam, e dos abismos da infini-

ta variedade sobem embaixadores a apresentar suas credenciais.

*

Às vêzes o homem está só, perdido no deserto de sua fabricação ou na ilha de seu naufrágio; mas de repente aparece-lhe na areia a marca de um pé. Robinson Crusoé pára, com a respiração suspensa, diante do sinal natural, imagem de um pé, sinal de um homem. Onde estará aquêle que o sinal anuncia e esconde? Onde estará o amigo que na boa sexta-feira, espécie de sexta-feira santa, largou ali no chão um vestígio de seu passo?

Maior ainda seria a emoção do ilhado, se o sinal tivesse a forte marca do artifício e da intenção, isto é, se tivesse a fôrça de uma convenção, de um encontro aprazado. Se fôsse marca de mão voluntária e não sòmente de pé vadio que passa.

Olho em tôrno e vejo mãos invisíveis, mãos que me acenam. Quem foi que arrumou as rosas no vaso? Quem foi que largou ali na cadeira o livro de estampas tão bàrbaramente coloridas? E a cadeira? É antes de tudo um objeto em si para a serventia do corpo humano, funcional, lógico, adequado aos ossos e à carne: mas alguém deixou na mecânica útil da cadeira uma coisa sutil, uma espécie de assinatura cordial. E vejo no desenho dos braços, no desenho curvo dos pés, a inútil beleza do artifício; e vejo atrás dessa curva um gesto de mão antiga, de cem anos atrás, a me dizer um adeus que ficou substancializado na madeira escura. As coisas falam. Os objetos feitos contam a história de um autor. As paredes, o teto, o chão, os móveis, tudo me cerca de mãos e me faz pequenino aconchegado, como nos remotíssimos dias em que eu tinha em volta de mim as mãos solícitas e próximas para compensarem a incerteza de meus pés.

Quem não conhece a novela de Dickens, em que o bom postilhão, por uma série de indícios — de sinais traiçoeiros — entrara a agasalhar suspeitas tenebrosas? Tudo parecia indicar que sua espôsa o enganava. Mas, no silêncio da noite, quando mais sombrios vão os pensamentos, começam a falar em defesa da mulher os utensílios caseiros. Fala o paninho bordado, fala o bule, e o postilhão ouve as vozes, as significações que ficaram pegadas às coisas e que no silêncio da noite evaporam confiança e amizade. E os sinais da confiança vencem e expulsam os sinais da suspeita.

Em tôda história humana há uma parte enorme que se passa entre vestígios, pegadas, indícios. A rigor, é sempre uma história de detective, porque é entre indícios, pegadas e vestígios que o homem procura o homem.

*

Falei da emoção de Robinson Crusoé diante de um sinal. Todos os sinais, por causa de sua fôrça de congraçamento, têm uma aura de emoção; mas há alguns que são particularmente dotados de cargas afetivas, e cuja significação intelectual é nimbada de amor. Quem não terá visto um dia, numa flor oferecida, uma promessa de amor? Quem não terá visto numa flor murcha uma saudade de amor?

Menos que flor, pétala; menos que pétala, fôlha, fôlha sêca com nervuras de renda, fôlha esquecida entre as fôlhas de um livro esquecido — eis que aos nossos olhos, de repente, se abre um dia azul, uma tarde perdida, um céu, um mar, um vento, e no centro dêsse mundo guardado e comprimido uma palavra que fôra uma promessa. Naquele tempo...

Cada objeto fica imantado pelas mãos que o tocaram; cada objeto tem perfumes oclusos dos amôres que o banharam.

Não. Não têm. Somos nós mesmos, pobres de nós, que lhes atribuímos êsse valor de talismã, ou de relíquia. A carga é afetiva mas não é efetiva. É tal, porém, a fôrça

posta por nós nesses empréstimos, que às vêzes o amor se ilude e atribui às coisas um sortilégio próprio. O namorado aflito molha de lágrimas um pedaço de fita ou uma mecha de cabelos.

O amor se agrada de sinais pequeninos. O amor dá pouco em sinais para significar o muito que promete. A dádiva é leve, levíssima — uma pétala, uma hóstia — para marcar instintivamente o que o filósofo chamará de infravalência do sinal. Aproveito esta passagem para dizer que é falso o preconceito que separa o frio filósofo do ardente namorado. Aliás é melhor descobrir o jôgo e confessar logo que estou aqui, mal ou bem, com essas modulações que vão do filosófico ao idílico, procurando mostrar que uma só é a linguagem da verdade e do amor.

Voltando às dádivas, convém dividi-las em duas espécies. Umas há em que predomina a coisa, o valor efetivo da coisa, e a generosidade se mede por êsse valor. Quem dá um automóvel ou uma casa dá, sem dúvida, um magnífico presente. Quem dá o que tira de seu necessário, dá muito. Quem divide o que tem pelos pobres, para igualar-se com êles, dá muitíssimo. Mas a verdadeira dádiva de amor é a dádiva total, o dom de si mesmo. Êsse é o mais magnífico presente que um homem pode dar e é nisto que consiste o verdadeiro amor. Ora, como já disse, êsse amor total, essa dádiva substancialíssima e completa, gosta de se esconder em dádivas pequeninas, leves, levíssimas, onde predomina o caráter de sinal. Porque assim, com essa astúcia, o verdadeiro amor foge aos presentes intermediários, os valores intermediários, às evasões do amor semigeneroso, e dá um salto que vai da hóstia ao Sangue. Porque o "melhor amigo é o que dá a vida pelos seus amigos".

*

Ora, a herança que Cristo nos deixou nos sacramentos, é sinal, sinal convencional simbólico, que tem todos os aspectos que acabamos de ver nos sinais humanos. Significa a participação da vida divina. É bandeira do congraçamento. É palavra substancializada. É promessa, é relíquia, e é dádiva tênue, pequenina, como os mais leves presentes de amor. É sinal que eleva à máxima potência e desproporção entre as espécies e a significação. E é também presente de Sangue que, como veremos, opera e contém o que significa. Por êsse motivo, sobretudo por causa do realce dado à infravalência, não me parece mais edificante nem mais bela a idéia de inflar còsmicamente as pétalas de rosa, as espécies, estendendo a sacralização a todo o universo.

Na vida cristã, mais do que nunca, é entre sinais que vivemos. A própria história de Jesus se inscreve entre dois sinais modestos perdidos na enorme variedade dos sinais maiores. Inscreve-se entre dois panos, como entre duas bandeiras enroladas. Na Natividade vemos os pastôres acorrer com um único indício dado pelos anjos: em Belém, Casa do Pão, achariam um menino enfaixado em panos. No dia da Ressurreição, quando Pedro e João correm — porque Madalena espalhara a notícia — é ainda no sinal que se encontram o ágil apóstolo do amor e o lento apóstolo da hierarquia. Debruçam-se nas bordas do sepulcro escuro, e lá no fundo vêem os panos, sim, os panos que haviam enfaixado o Homem das Dores.

*

Estamos pois na época de nossa história, no quarto ato de nosso drama, onde predominam os sinais. Estamos no regime das dádivas de sangue escondidas em dádivas de hóstias. E mais do que nunca se acentua o caráter de aventura policial, porque cada um de nós representa um papel de detective ou de bom ladrão. É entre sinais e enigmas que nos movemos. Procuremos, pois, entre indícios, vestígios e sinais o tesouro que devemos roubar; ou, se quiserem, procuremos em indícios, vestígios e sinais a pista sangrenta do

ladrão baleado, que vem, que já veio, e que nos roubou o coração.

*

Peço licença para inserir um conselho que uma certa impaciência me obriga a antecipar.

Pelo que ficou dito torna-se patente que o bom desempenho de nosso papel se deve pautar pela Obra de Cristo, e até diria pela Sua técnica. Devemos aproximar-nos dos seus sinais. Devemos viver dêles. Devemos entrar na grande convenção, na invenção do Salvador, na arte do Amor. Todos sabem que é pelo batismo que entramos em cena, na cena divino-humana, que é pelo crisma que firmamos o pé; que é pela eucaristia que nos unimos substancialmente ao Tema; que é pela penitência que nos levantamos, que é pelo magno sacramento do matrimônio que nos juntamos, dois, uma carne, para oferecer novos batizados; que é pela ordem que alguns levam mais longe a imitação do personagem central, e que é pela extrema unção que preparamos a saída pela porta dos fundos. Sabem também que há outros sinais menores e mais numerosos que são os *sacramentais*, que em tôrno dos Sete, aumentam a atmosfera de significações deixando a cada um, conforme seu gôsto, uma certa preferência. Seria um êrro, êrro grave de interpretação, desmerecer êstes últimos porque são maiores os outros. Ora, o conselho que lhes quero dar diz respeito a uma terceira espécie de sinais, ainda menores, e ainda mais variados conforme as preferências. São os sinais personalíssimos, as convenções secretas entre cada alma e o seu Criador. Nós somos naturalmente inclinados ao esquecimento. Ora, Deus tem fome de nossa atenção. Façamos então como as pessoas distraídas que dão nó no lenço para avivar a idéia do encontro marcado. Andemos nós assim, também, com laços que lembrem o encontro permanentemente, contìnuamente aprazado. E o melhor, se bem aprendemos com os mais experientes, é valer-mo-nos das coisas de nossa vida, mormente daquelas que nos

molestam. Há alguém em tôrno de nós que tem um certo cacoete que nos desagrada? Façamos dêle um nó, um segrêdo, uma convenção entre nós e Deus. Há alguém que diz coisas que nos ferem? Façamos disto um sinal de lembranças. Há alguém que tem o costume de bater as portas? Ouçamo-las, essas portas, como sinos que marcam a hora da paciência. E assim, além dos grandes sinais públicos e oficiais, fabriquemos os nossos na mesma oficina, com a mesma técnica de nosso Salvador, e povoemos nosso dia, nossas horas, de sinais imperceptíveis, de pequenos sinos que nos chamam para o personalíssimo e secreto ofício divino.

VII

Consideremos agora uma atividade humana em que se aplica, de modo particularmente fecundo, a teoria do sinal e do símbolo. Refiro-me à Arte. Antes de mais nada devo lembrar que a obra de arte é em si mesma uma coisa, têrmo de uma operação, e não simplesmente um sinal. Mas é também sinal, e é sob êsse aspecto que vamos aqui abordar o problema, não pretendendo, evidentemente, fazer nestas poucas páginas um resumo de tôda a filosofia da arte.

Tomemos um quadro de Cezanne representando três maçãs. Em si mesmo, como já disse, e repito com mêdo de mal-entendidos, o quadro é um objeto, uma coisa com direitos próprios na sua harmonia de linhas e côres: é uma tela pintada, como disse brutalmente Matisse. Mas além de quadro é sinal.

Tracemos a primeira linha de causalidade formal que vai das maçãs pintadas às maçãs reais. O quadro significa as maçãs que serviram de modêlo. Ajusta-se a elas como o sapato se ajusta ao pé, como a palavra se ajusta à idéia. Para muita gente termina aqui a história e tudo se reduz a esta linha de significação. De onde tiram, como inabalável corolário, que a perfeição do quadro se mede pela exatidão,

pela semelhança que engana o ôlho. "Só falta falar..." diz essa filosofia simplificada. E é fácil imaginar a irritação que certos quadros produzem no público que só procura essa linha de significação e que mede o valor da obra pela técnica de enganar o ôlho. É lógica essa irritação, se admitirmos o postulado de onde deriva; mas êsse postulado é absurdo e não se harmoniza sequer com as outras noções e as outras reações dos mesmos indivíduos que o admitem.

O absurdo consiste em ter o quadro como sinal ao mesmo tempo em que se admite a sua supervalência em relação à coisa. A mesma pessoa que exige a maçã que engane o ôlho, e que até lhe provoque um acréscimo de salivação, vai ao museu em vez de ir à quitanda, e paga mil vêzes mais pelo quadro do que pela fruta. Seria mais lógico arranjar prateleiras embutidas e colocar as frutas na parede, renovando-as de tempos em tempos, como as flôres dos jarros. (Há uma arte nos adornos que se fazem com coisas, mas ainda aí é no arranjo que se introduz o sinal da mão, o artifício que querem eliminar da arte.)

Em têrmos mais filosóficos, essa reação vulgar diante de um quadro contraria o princípio da infravalência do sinal, e pretende situar o objeto de arte no nível do sinal natural, e até no nível do estímulo. Há também, na base dessa doutrina larvar, um naturismo que procura eliminar o homem, quando não se escora num tecnicismo que só aprecia o modo, o truque com que o artista consegue sua mágica.

Onde predomina o naturismo, o quadro será belo na medida em que o assunto pintado é naturalmente belo: se representa por exemplo um majestoso entardecer à beira de um lago, ou um viçoso apanhado de rosas, ou um atraente corpo de mulher estendido num divã. Neste caso salva-se a infravalência do sinal, porque o quadro é mais acessível do que as coisas significadas. A pessoa que tem nostalgia da vida rural não poderá, razoàvelmente, manter uma vaca holandesa na sala de visitas: compra então um quadro de Batista da Costa. O indivíduo, que tiver outros tipos de nostalgia, não poderá decentemente ter uma senhora nua no divã da sala de jantar: compra então um nu acadêmico, que deverá, para sua peculiar finalidade, ser bem parecido com o modêlo. Se se trata de música, ela também deve ter uma dolência fácil, um devaneio de sesta, um ritmo cardíaco que seja repousante como o murmúrio de um regato, ou que seja excitante como um convite de cortesã. A arte será apenas um *pis-aller*, uma indústria de falsificações para amenizar a rotina da vida. Salva-se neste caso, como disse, a infravalência do sinal; mas desaparece, absorvida por êsse naturismo, tôda a fôrça ascensional da arte para o belo transcendental.

No caso de ser a técnica que se procura, desaparece também o sentido da obra, a sua expressão, o seu verbo, absorvido pelo modo e pelo truque.

Mas passemos adiante, porque é muito improvável que os adeptos dessa filosofia tenham chegado até esta página.

Temos pois o primeiro traço que vai do quadro à maçã. Ou da "maçã" à maçã como se diria na metalinguagem da lógica simbólica. Mas o quadro foi feito por um homem, para si mesmo e para outros homens. Mais do que impressão, é expressão. Haverá portanto em jôgo quatro elementos: o autor, o quadro, o modêlo e o observador. Designemo-los pelas letras A, Q, M e O. Pôsto o observador diante do quadro, êle vê a primeira linha de significação que é O Q M, observador-quadro-modêlo (ou coisa significada). Mas logo vê também que o quadro não é um sinal natural, que não é simplesmente a imagem da coisa produzida por algum fenômeno óptico, e sim obra de um homem, sinal artificial. Ainda mais, perceberá que o homem (o autor) não está ali à toa, ou na taciturna atitude do criado que apresenta coisas numa bandeja. Não. O homem que pintou as três maçãs quer dizer-nos alguma coisa, quer falar da maçã, de si mesmo, de tudo. "Só falta falar", diziam há pouco os adeptos da pura semelhança natural. Viro eu pelo avêsso o sentido

da fórmula e digo que naquela arte puramente caligráfica o que falta é o falar do autor.

Estamos, então, diante do quadro, descobrindo o que há pouco eu via no pé da cadeira: o autor. Esta é a segunda linha O Q A, observador-quadro-autor, que Maritain, no seu muito recomendável estudo *Le Signe et le Symbole,* chamou *signe retourné,* em oposição ao primeiro que passaria a ser *signe direct.*

Ora, nessa nova direção O Q A, do sinal refratado, não é sòmente o fato genérico e vago, o autor-em-geral, que se vê. Tudo na arte é particular e concreto. Não é pois um autor, um homem, que vemos nessa refração: é êste autor. É uma alma única, que se manifesta e se comunica no artifício. A técnica, sob êsse ponto-de-vista, é mais impessoal. Põem-se no crédito da cultura em geral, ou do século XX semipersonalizado, as realizações da técnica. Diz-se assim: vejam o que já se faz! considerem as maravilhas do século! O autor desaparece na cultura. E isto acontece porque o produto da técnica não tem caráter de sinal e sim de coisa, para um determinado efeito próprio na linha da causalidade eficiente. A arte, ao contrário, é mais linguagem do que aparelhagem, mais gramática do que mecânica.

Já dissemos que a obra de arte é sinal convencional e não sinal natural. Não poderá entretanto ser uma pura convenção, porque então passaria de linguagem a idioma, e precisaríamos de um dicionário ou de um intérprete japonês para ver um quadro de Fujica. Será então sinal convencional com fundamento na natureza ou com convenções mais amplas: será sinal simbólico e portanto mais universal e mais comunicante.

Se estivéssemos falando de Poesia e não de Pintura, teríamos de desdobrar o problema, porque a Poesia, a maior das artes, a que mais se liberta das coisas materiais, é entretanto a que mais depende do idioma. Mas não é no idioma, por maior que seja essa dependência, que consiste

a poesia. Enquanto sinal, linguagem, a poesia é tão universal como a pintura e a música.

Fixemos êste ponto: a obra de arte, como sinal, é sinal simbólico.

Ora, todos sabem hoje, principalmente depois das descobertas de Freud, que o uso do símbolo revela o seu autor. O processo de pesquisa do inconsciente instintivo pela psicanálise consiste precisamente nesse olhar desviado que se dirige para o autor do símbolo em busca dos motivos secretos, dêle mesmo ignorados, que presidiram a escolha do símbolo. Nos sonhos, nos caprichos da imaginação, aparecem símbolos reveladores que denunciam o homem escondido no homem.

Entre a visão do observador artístico e a do clínico há uma semelhança de direção mas uma dessemelhança de nível e de perspectiva, como também há uma certa simetria e uma dessemelhança essencial entre a obscuridade do infra-racional e a região racional crepuscular das intuições poéticas. Além disso, no próprio dinamismo criador do objeto de arte o autor, ao contrário do doente que esconde avaramente o seu segrêdo, procura generosamente transmitir o seu. Enquanto digo que no processo psicanalítico o símbolo *denuncia* o *autor,* é melhor dizer, no processo estético, que o autor se manifesta, se confessa, ou *s'avoue,* como diz Maritain. O que no primeiro processo se passa na zona do inconsciente irracional, no segundo se passa no mais alto nível da razão, lá na franja de obscuridade criadora, na madrugada das intuições, que o mesmo filósofo chamou de pré-consciente racional.

Haverá evidentemente, como em tudo o que concerne ao homem, uma interação dos dois planos, às vêzes cheia de riscos. Em certos aspectos da arte de nossos tempos há uma predominância do inferior sôbre o superior, uma substituição da intuição pelo instinto, e conseguintemente uma substituição da generosidade que se dá por uma neurose que se exibe. O autor, nesse caso, ainda *s'avoue,* mas com inde-

cência. Uma das grandes dificuldades da crítica moderna é a de discernir bem entre a obra que vem da aurora da razão, e a obra que vem do subterrâneo dos instintos. Nem sempre é fácil. Mas há um princípio de capital importância na filosofia da arte: a beleza é sempre claridade. Se a obscuridade vem das profundezas dos abismos sondados, da maior penetração, da dificuldade inerente à aventura, a obra terá beleza mais cara do que a que se colhe nas fáceis e superficiais explorações: mas a beleza que porventura tiver vem sempre da luz. Será tênue, verde, submarina, mas é sempre a claridade que mede a obra de arte e não a obscuridade. Ao contrário, a obscuridade procurada, ou produzida pela incapacidade de expressão, é em arte a privação de um bem devido, é mal, é fealdade.

*

De que modo, perguntaríamos agora, se revela o autor no quadro que pinta? De que modo o homem se deixa retratado na maçã? Em primeiro lugar na maneira, isto é, na técnica que usa e com que se repete. Diante daquele quadro eu digo logo: é *um* Cezanne. Fiz uma perícia, achei o autor. Ouvindo uma música, logo aos primeiros acordes, sabemos também se é Mozart ou Cezar Franck. Mas essa caracterização do autor, que interessa os *connoisseurs* e os colecionadores, é o mais superficial resultado que se colhe na visão *retournée*.

Digamos então estilo, que já é mais do que maneira; mas estilo no sentido personalíssimo, fisionômico, e não no sentido cultural de escola ou época. O têrmo é ambíguo, infelizmente, porque serve para exprimir tendências coletivas, quando se diz estilo gótico; e serve para caracterizar as personalíssimas reações, quando se alude, por exemplo, ao estilo de Proust. É neste último sentido que o estilo revela o autor, não por sua classificação, não por sua maneira técnica, mas por sua fisionomia. O que se vê no quadro é

o modo particular, único, que deixa marcado na coisa feita o rosto, a alma do autor. A obra de arte, nesse sentido, é sempre uma estilização.

Já disse atrás que há na arte uma tensão ascensional, com apoio no sensível, em direção ao belo transcendental. A atividade do artista é essencialmente espiritual e sensível. Tropismo de palmeira, move-se para o alto sem poder desprender-se do chão. Forçando a nota no sentido da completa liberação, como no caso do abstracionismo, que pretende emancipar-se das figuras, cai-se num jôgo arbitrário, algebriza-se a arte na insustentável direção do sinal puramente convencional, que fica sendo então uma gíria grupal, patrimônio de tertúlias artísticas. Ao contrário, relaxando a tensão ascensional, cai-se no maneirismo ou no naturismo pelo qual a arte é apenas uma indústria de repetições. O equilíbrio difícil consiste em manter a obra como sinal simbólico, com fronde ao vento e raízes no chão. Ora, é nesse tenso e dinâmico equilíbrio que se manifesta a estilização. Mais ainda: como na arte tudo é particular e concreto, não é ao longo da obra, pelo estudo comparativo, que termina a visão refratada onde aparece o autor. Essa comparação será útil para encaminhar o observador; mas agora, diante *dêste* quadro, e se quer ir mais dentro, êle deve esquecer as frases generalizadoras, as fórmulas classificadoras, para concentrar-se todo neste espetáculo singular em que se vê uma inteligência concreta, personalíssima, a imprimir nas coisas, em três maçãs, a fosforescência de uma alma.

Apertemos mais, aqui neste tópico, a noção de estilo e de estilização. Não me interessa descobrir como o autor *se repete*, e sim, como, *neste* momento, *nesta* obra o autor exprime *êste* segrêdo.

É fácil prever que na luta entre a inteligência e o sensível haverá um certo detrimento do sensível, que sairá talvez contundido, rôto, dilacerado, simplificado, deformado, mas não — por favor! — dilacerado ou deformado pelo gôsto dos rasgões ou das deformações. Seria ridículo rasgar eu mesmo

uma bandeira, enganando-me a mim mesmo e aos outros, para fingir que a tive por esfôrço num campo de batalha. Assim como na linguagem os pronomes tomam o lugar dos nomes, as proposições formulam relações, e os verbos se deformam ao sabor das circunstâncias, assim também as maçãs de Cezanne estão ali meio amassadas, flexionadas, relacionadas com esquisitas regências, quase substituídas por seus equivalentes pronominais. E atrás disso tudo ouve-se um timbre: o do amigo que parou diante de nós e nos conta, a propósito de maçãs, o seu segrêdo.

*

Continuemos a nossa sondagem da obra de arte como sinal. Seguimos as duas linhas O Q M e O Q A, a linha da transparência e a outra da refração. Mas o jôgo de símbolos que revela o autor precisa de um certo fundamento que dê universalidade à obra e permita a comunicação. De onde vêm êsses fundamentos? Parte vem da natureza das coisas, parte da cultura e portanto de outras convenções.

Convém lembrar aqui que o têrmo *convenção* é geralmente recebido com sentido pejorativo. Na verdade há dois modos opostos de firmar uma convenção. O primeiro, positivo e sadio, é aquêle pelo qual fica bem entendido, no Brasil e em Portugal, que o bicho familiar, que ladra, e que se deita a nossos pés quando escrevemos, se chamará cão. Conveneiona-se assim, que a palavra "cão" significa êste bicho, podendo eventualmente deslocar-se, e alugar-se às metáforas com que formulamos nosso mau juízo sôbre certos indivíduos. Há porém um outro modo negativo e assaz esquisito de firmar convenção; quando, por exemplo, se convenciona que as expressões "sinceros parabéns", "prezado senhor", "sentidos pêsames", e outras, não significam coisíssima nenhuma. Quando se diz que uma poesia é convencional quer-se dizer que é feita de frases dêsse tipo, com rima ou sem ela. Mas no sentido exato do têrmo a arte é

sempre convencional. Se de um lado usa símbolos com raízes na natureza, de outro lado usa símbolos com raízes nos troncos de outros símbolos. Embora plantada no chão das naturezas, a arte está imersa na cultura e vive dessa atmosfera. Daí uma certa restrição de sua universalidade, e um certo aspecto idiomático de sua grande linguagem. Não é só a poesia japonêsa que precisa de dicionário ou intérprete. Agora, nesta segunda aproximação mais exata, digamos que a pintura japonêsa também precisa de iniciação e aprendizado; mas uma iniciação complexa, variada, e haurida em tôdas as zonas da cultura.

Para aprender o idioma de Rouault será preciso ler muitos poetas, visitar catedrais, ouvir Palestrina, e conversar muito de tudo. O naturismo estético baseia-se na falsa idéia de que a obra de arte é ùnicamente sensível e não inteligível. Não precisa pois nenhuma iniciação. O observador que nunca perdeu cinco minutos com o problema da arte reclama o direito de ajuizar, porque está *vendo* a mesma coisa; e ficará muito irritado se perceber que os outros se maravilham diante de três maçãs que lhe parecem mal desenhadas e mal coloridas.

É preciso aprender o idioma dos símbolos, mormente quando é nisto que a arte de nosso tempo põe o mais forte acento. Seria fascinante tirar a limpo, nesse problema, qual é a parte da cultura, que chamo idiomática, e qual é a parte da natureza. Seja porém como fôr, o fato é que o observador, supondo-o cultivado, encontra no têrmo da visada retrovertida um homem, um autor, um semelhante, um amigo a lhe fazer acenos de cordialidade e compreensão.

Ora, nesse momento em que os dois se encontram falando de maçã, sem que a maçã importe muito — pois os assuntos existem para que as almas se encontrem — nesse momento de simpatia e ressonância em que o autor descobre a irradiação e a comunicabilidade da obra, a idéia que fulgura é a da semelhança, e a emoção que a tinge é a da compreensiva cordialidade. Mas essa idéia não se dilata no

ar das generalizações, porque tudo na arte é singular e concreto. A idéia toma corpo, e então é a si mesmo que o observador se vê, como se, diante do quadro, estivesse diante de um mágico espelho. "Êle fêz o que eu queria ter feito... exprimiu o que eu sentia".

Temos agora uma linha que vai e volta, com tabela na alma criadora do artista. O traço da significação é O Q A O, que poderíamos chamar reflexo. O observador, enquanto não se encontrar na obra, não a descobre inteiramente. Enquanto não realizar essa simpatia, essa afetiva colaboração, está diante do quadro alheio como um turista que toma notas, faz duas reflexões e passa.

Mas não termina aqui o jôgo dos sinais. Agora, lado a lado, o autor e seu irmão co-autor, debruçam-se como Pedro e João na borda do sepulcro vazio, e lá no fundo vêem três singelas maçãs, três coisas e três sinais de outras realidades maiores pressentidas nessa nova transparência. A direção é a mesma da primitiva visada, mas o olhar dobrado e enriquecido de grandes experiências, irá mais longe, atravessará o quadro, atravessará as próprias maçãs modelares que são agora sinais da beleza maior que os homens procuram pelas coisas. Onde se deterá êsse olhar reforçado e penetrante? Talvez se perca, talvez se canse, mas nessa pequena experiência em tôrno de três maçãs o homem conseguiu um prodigioso resultado: abriu-se, saiu de si mesmo, viveu um momento de êxtase.

*

Ora, êsse jôgo de prismas e de espelhos que põe na obra de arte uma cintilação de significações, encontra-se também na obra feita pelas mãos do Cristo. Tem a significação direta da graça santificante; tem a significação que se volta para o Instituidor: e faz-nos descobrir a nossa semelhança; tem o valor de espelho onde a alma se vê; e tem sobretudo o convite a ver mais longe, a sair de si mesmo, para morrer e viver em Deus.

VIII

Como já disse atrás, os sacramentos do Cristo, além da polivalência de significações que acabamos de considerar, têm sôbre os sinais humanos uma dimensão a mais. São por si mesmos eficazes. Os teólogos dizem: sinal sensível da Graça que opera o que significa. Por onde se vê que nêles é real e efetivo o que nos sinais humanos é atribuído e afetivo. Ligados ao sacrifício da cruz pela linha da causalidade formal, estão unidos também efetivamente pela linha da eficiência santificadora. E sob êsse ponto-de-vista podemos falar na utilidade dos sacramentos considerando-os como a Técnica de Cristo.

Permitam-me voltar à imagem que atrás esbocei. A herança de Cristo, sua Igreja e seus Sacramentos formam um sistema de distribuição de energias sobrenaturais, à semelhança de sistemas distribuidores de energias físicas que trazem a fôrça da cachoeira e a distribuem em partes maiores ou menores, pelas ruas, pelas fábricas, pelas casas dos homens. A quem examinar uma linha de transmissão com seus postes, isoladores e fios, custa crer que esteja ali aprisionada tão portentosa energia. E no entanto está. Aquêles fios, que mal riscam o céu, carregam uma fôrça capaz de animar uma cidade inteira.

Ora, a energia gerada na cachoeira de sangue e na usina da cruz está também canalizada para a distribuição; e os postes que sustentam a linha estão escalonados pelas idades até chegar aos apóstolos que do próprio Cristo receberam missão de pregar o Evangelho, batizar e celebrar em sua memória o sacrifício da Missa. Se tomarmos um bispo qualquer de nossos tempos, podemos reconstituir a linha, a fila ininterrupta que imagino assim: mãos antigas impostas em cabeças novas, e outras mãos mais antigas pousadas em outras cabeças, até o dia em que os primeiros apóstolos receberam de Cristo a primeira sagração episcopal. Vê-se, pois, que os sacramentos que hoje os sacerdotes ministram

estão ligados, efetivamente ligados à sua fonte, isto é, à cruz; de tal modo que o seu contato é na verdade perfeitamente equivalente ao contato da cruz.

Condicionados pela sucessão apostólica no espaço e no tempo, os sacramentos significam e operam por cima do espaço e do tempo. Já dissemos atrás que os sinais humanos pelo seu teor inteligível, também superam o mundo físico, embora estejam condicionados pelos suportes sensíveis, por onde se vê que, no mesmo condicionamento da Graça às espécies sensíveis, o estilo de Deus, na obra da Redenção, corre paralelo ao estilo das comunicações humanas. Começada na Encarnação prolonga-se agora na Igreja o sistema de sinais sensíveis das realidades divinas. Mas agora, além da transcendência da própria coisa significada, temos a operação, a eficácia, a utilidade atuante da transcendente técnica da salvação.

Lembremos aqui a passagem da epístola aos Efésios que contém a chave e o resumo de nosso drama: "... tendo-nos em seu Amor predestinado a sermos seus filhos adotivos, por Jesus Cristo, conforme sua livre vontade, e assim fazendo brilhar a glória de sua Graça, pela qual nos tornou agradáveis aos seus olhos em seu Filho bem amado".

Por Cristo e em Cristo se realiza a nossa predestinação sobrenatural; por Êle e nÊle recebemos a Graça, a participação de vida divina, o título de filhos de Deus. Vem pois de sua obra na Cruz a energia divina, a nova qualidade criada em nós, a Graça que os sacramentos significam e operam.

A rigor, tôda a atividade da Igreja está ligada à Cruz, sendo assim aplicáveis a essa conexão total as nossas imagens de energias físicas, desde que não se empreste valor excessivo a tão deficientes analogias; mas, no que toca os sete sacramentos, a ligação é tão direta, e a eficácia é tão independente de nós que os teólogos, para frisar êsse fato, tiveram de apurar seus instrumentos filosóficos e de forjar duas fórmulas: *ex opere operato* e *ex opere operantis*, com que distinguem dois aspectos do problema. O *opus operantis* designa a ação enquanto emana do agente humano e enquanto é qualificada por suas disposições boas ou más, meritórias ou não. O *opus operatum* designa a ação sacramental considerada em si mesma, na sua consistência objetiva. A administração de um sacramento por um ministro herético ou em pecado, ou sua recepção por um sujeito mal preparado, poderá ser má *ex opere operantis*, será ilícita, imoralmente exercida ou recebida, mas ainda assim válida (na medida em que forem observadas as regras dos sinais) e capaz de santificar *ex opere operato*. Não queremos todavia dizer que a eficácia *ex opere operato* tenha caráter mágico. Embora intrìnsecamente independentes das disposições do ministro ou do sujeito, embora vindos de Deus como de sua fonte e não do homem, os sacramentos podem encontrar um obstáculo na má disposição de quem recebe. Mas essa disposição, boa ou má, não funciona como causa eficiente e sim como condição *sine qua non*. Depende de nós o aproveitamento do sangue de Cristo sem que dependa de nós a eficácia santificadora.

Para distinguirmos bem entre causa e condição voltemos ao nosso exemplo físico. Se eu comutar o interruptor de minha lâmpada, terei luz. Se o desligar, apaga-se a lâmpada. Em linguagem comum diria assim: "A luz brilhou *porque* liguei o interruptor". Ora, essa linguagem é imprecisa, e até errada porque omite o principal e insinua que a causa da luz é a minha operação. Seria mais correto dizer assim: "A luz brilhou PORQUE havia energia elétrica à disposição, vinda da usina, e *porque*, ligando o interruptor, permiti que a energia chegasse à lâmpada". E aqui devemos notar que os dois "porquês" não são iguais: o primeiro se refere à causa eficiente, o segundo se refere à condição *sine qua non*. A minha operação não é eficiente em relação à luz; será eficiente, se quiserem, em relação à inteireza do circuito.

Assim também, no que concerne aos sacramentos, há de nossa parte uma causalidade eficiente que conduz ao contato. Levo o meu corpo ao encontro do sinal sensível, e levo o ato interior de boa disposição, que é importantíssimo para o efeito, mas voltaria sêco, como quem abre uma torneira sem água, se não tivessem sido montadas a central de energia e a canalização pelas mãos do técnico divino que se fêz meu servidor.

Há entretanto na vida da Igreja outros sinais sensíveis que também comunicam a graça divina. São os chamados *sacramentais*, como por exemplo a água benta, as palmas do Domingo de Ramos, as bênçãos, etc. Êsses sacramentais, embora ligados à obra do Cristo, são sinais menores e mais indiretos. Seria entretanto errado supor que não têm senão a eficácia que nós lhes atribuímos, e seria um equívoco de conduta cristã desprezá-los por causa de sua menos direta ligação ao sacrifício da Cruz. Obra menor, tècnicamente secundária, os sacramentais ainda têm grande importância na vida religiosa. As energias sobrenaturais que transbordam do Cristo crucificado são recolhidas pela Igreja, e guardadas no mesmo depósito que recebe o sangue dos mártires e tôdas as boas obras com que participamos da Obra do Cristo; e é dêsse depósito, dessa segunda mão — a mão da Espôsa — que retiramos os efeitos dos sacramentais. Para marcar a diferença, e ao mesmo tempo assinalar a semelhança, os teólogos dizem que os sacramentos operam *ex opere operantis Christi* e os sacramentais *ex opere operantis Ecclesiae.*

O importante a considerar, num caso como no outro, é que Deus vem a nós, vem ao nosso encontro, desce em nossa humanidade. Tôda a história divino-humana pode ser assim resumida: descidas de Deus para subidas do homem. Deus desce na criação. Desce na criação e na doação da justiça original a nossos primeiros pais. Desce depois na voz dos profetas. Desce enfim no seu Filho, realizando por assim dizer uma substancial aterrissagem na Terra dos homens. E quando sobe — no único mistério do Cristo que tem movimento ascensional — é para mandar o seu Espírito de unidade e universalidade, que então passa a ser uma descida contínua, chuva de vida divina, nôvo dilúvio que enche o orbe até o dia da consumação da nova aliança. No ponto em que estamos, Deus continua a descer na Graça maternal que corre no encalço dos homens, e na Graça virginal que, com discrição e altivez, espera por êles na casa aberta, na pedra, em tôrno do altar. Sim, espera que êles venham ao sinal de congraçamento acossados pelos ventos da misericórdia.

Para nós, que já encontramos o enderêço do Sinal, é importante bem apreender a idéia da iniciativa primeira de Deus e da eficácia própria das fontes de Graça, porque é daí que tiramos a nossa linha de conduta sobrenatural e o estilo da réplica que nos convém. Dessa iniciativa primeira de Deus, da fórmula *ex opere operato,* e das distinções que a muita gente parecerão frias e filosóficas, tiramos a norma de progresso espiritual na linha da entrega e da docilidade crescentes.

A pedagogia divina nos traça, para a vida sobrenatural, um itinerário que corre em sentido inverso ao da perfeição natural. Na ordem da natureza, como sabemos, o progresso do educando é medido em têrmos de emancipação e de autonomia. O filho se desprende dos pais; o aluno se liberta do professor e vai ganhando atividade própria cada vez mais afirmativa e pessoal. Nossos melhores autores, desde os mais remotos mestres, ensinam que o papel do educador é o de um agente ministerial que deve liberar as energias do educando. Santo Tomás não esperou por Jean Jacques Rousseau e pela Escola Nova para proclamar que as energias imanentes do educando são o fator principal do processo educativo, e ninguém, mais do que êle, é reservado em relação à fórmula do *magister dixit* que os néscios, que a usam desvairadamente, atribuem aos escolásticos. Eis o que diz um de seus mais lúcidos continuadores: "o agente principal, o fator dinâmico ou fôrça propulsora, é o princípio

vital interior daquele que vai ser educado". E acrescenta: "embora indispensável, o educador ou professor é um agente subsidiário e secundário".

Ora, no caso da pedagogia divina para a vida da graça, é Deus o agente principal; e o itinerário será então, ao contrário da ordem natural, dirigido para o abandono e a docilidade crescente. E é nisto que consiste a infância espiritual dos santos e dos evangelhos. Seria entretanto lamentável se subestimássemos o trabalho inicial de purificação, de ascese, em nome do *ex opere operato*. Êsse esfôrço para a remoção dos obstáculos à Graça, que os autores chamam de *purgação*, é imprescindível e exige de nós a mobilização de nossos melhores recursos. Durante anos, durante a vida inteira às vêzes, temos de lavrar penosamente o ingrato terreno de nossas imperfeições, e nesse período seria temerário e ridículo adotar uma atitude espiritual em que se confunde o abandono nas mãos de Deus com a negligência moral. Seria tão ridículo como, na ordem natural, aspirar à atividade própria antes da passividade dócil.

Análoga simetria se encontra na ordem do conhecimento. Como sabemos, há na ordem do conhecimento três níveis, três critérios de certeza. Temos primeiro a certeza pròpriamente racional, que se funda nas evidências e que constitui a dignidade natural da razão humana. Abaixo dela, com gôsto de miséria, está a certeza moral, que se funda na autoridade humana e na qual a inteligência é movida por um ato de confiança da vontade. Seria interessante, e decerto lucrativo para muita gente, mostrar o valor social e a imensa área coberta pela certeza moral. A maior parte das pessoas sabe o que sabe por crença humana, por critério de autoridade. Zonas inteiras das atividades humanas são alicerçadas nessa posição inferior em que a razão se apóia na confiança, e por isso será desastroso para a sorte da civilização o clima de desconfiança que abala o domínio da certeza moral sem poder transformá-lo em certeza pròpriamente racional. O chamado livre-pensamento dos racionalistas segue êsse caminho da desmoralização do homem quando denuncia os nossos dogmas e inventa mil outros tirados do cientificismo mal digerido. É claro que o progresso da razão natural se mede pelas conquistas feitas no campo da certeza moral, e que um conhecimento só se torna perfeitamente científico quando atinge essa maioridade e essa autonomia da inteligência. Mas a maior parte das pessoas que falam em ciência, que usam expressões colhidas na física ou na matemática, ou ainda as que sabem resolver uma equação diferencial ou um problema de geometria analítica, não fazem idéia, não suspeitam sequer a enorme quantidade de elemento autoritativo que ainda cimenta a sua ciência. São pouquíssimos os matemáticos ou os filósofos que se movem como adultos dentro de suas respectivas disciplinas. A maior parte segue em confiança a tendência que lhe pareceu melhor.

O importante, nesse problema, não é destruir prematuramente o arcabouço da certeza moral, como se pretendeu fazer. O importante é tomar consciência do fato e trabalhar com humildade para a verdadeira conquista dos direitos da razão. E aqui torno a dizer que o progresso da razão natural está na direção dessa conquista de autonomia.

O terceiro critério de certeza excede o campo da razão natural e supõe a infusão de uma qualidade nova e de procedência divina: é a certeza de Fé. Parece-se com a certeza moral porque o seu fundamento é a autoridade; mas transcende a certeza moral e ultrapassa em dignidade a própria certeza racional porque a autoridade é divina. A Fé, em todos os artigos a que adere, vê sempre o eixo da autoridade divina. Crê porque Deus revelou. E essa certeza, ao contrário da certeza natural, cresce na proporção em que cresce a confiança e o abandono nas mãos de Deus.

Mas seria ridículo trazer essa norma para a ordem natural. Aí ela seria regressiva e imbecilizante. Ao contrário, na ordem natural, para que Deus seja servido, o homem deve crescer em liberação e autonomia, ao mesmo tempo que, na

ordem da Graça, cresce em docilidade e abandono. Porque o mais livre e autônomo dos homens é o servo de Deus.

IX

Neste momento sinto que me travam o braço, e ouço a mesma voz que no capítulo II me interrompeu para perguntar se eu, sendo professor de eletrônica e cidadão do século XX, podia realmente acreditar na espada do arcanjo. Meu interlocutor parece impaciente. Creio que adormeceu, enquanto eu me perdi nas considerações sôbre sinais e sacramentos; e agora, estremunhado, convida-me a desentorpecer as pernas e as idéias enquanto dura o longo entreato do drama a que o convidei.

— Que entreato? perguntei.

— Ora essa! êste entreato... não viu que quase todos se levantaram e que alguns espectadores invadiram o palco? decerto para cumprimentar os atores...

— Mas, meu caro, você me desculpe, é o próprio Quarto Ato da peça... aliás dou-lhe razão, há uma certa balbúrdia, e parece mesmo um intervalo, um enorme intervalo. Quase todos o pensam, e é por isso que andam nos corredores para desentorpecer as pernas ou entorpecer as idéias.

Pus-me então a explicar-lhe que o drama continuava, que as minhas digressões se incluem nessa continuação, estando eu persuadido que elas fazem parte do meu papel; mas dei-lhe razão quanto à desordem das cenas.

Realmente, sob êsse ponto-de-vista, estamos num longo entreato... Fui porém interrompido por outra voz, cansada e triste, que me fazia outra reclamação:

— Ora, diga-me, por favor, o que estamos nós aqui fazendo neste chão. Neste mundo. Neste circo. Chamaram-me: aqui estou. Aqui estamos. Fomos empurrados, atirados sem ensaio e sem deixa neste picadeiro em tôrno do qual me parece adivinhar invisíveis arquibancadas. Creio que

se riem de mim. Sou cômico... Olá! olá! quem está por aí nessas frisas e nessas galerias a preparar o riso e a vaia? Que quereis que eu faça? Sim. Mal ensaiado, com roupagem colhida nos cabides da história, entre o que havia quando cheguei — e *o que se usava*, porque isto é o que importa: a convenção pendurada na convenção — aqui estou eu de pé, com as mãos abanando, sem saber o que diga e o que faça, neste hospício onde cada um monta um teatro à parte, e monologa um drama de sua invenção. Amigo! unamos ao menos as nossas duas perplexidades numa perplexidade dupla: dialoguemos. Representemos nós dois com alguma coerência dentro da universal incoerência. Môça! môça de largos olhos tristonhos, fujamos, procuremos — dêem-me o filtro da juventude imóvel! — e procuremos os dois, ao menos dois, um poema a recitar, um minueto a dançar, um amor, um relâmpago, uma vida, e um ninho de pedra para esconder o nosso amor no desamor universal!

— O fato, continuou o desconhecido após uma pausa durante a qual nossa atenção foi distraída por um grupo que aplaudia frenèticamente um ditador, o fato é que eu não sei qual seja o meu papel e o que deva fazer. Nesse meio tempo esvaio-me. Gasto-me. Vou perdendo os pedaços de mim mesmo "comme un vieux mouton qui a perdu sa laine aux ronces du chemin". Sim, a minha lã; meu agasalho e meu garbo. Nesse meio tempo faço visitas e discuto o último escândalo do govêrno, dizendo em voz grave, como convém às pessoas de minha idade e de minha condição social, que estão gastas as últimas reservas morais do Brasil. O meu cunhado, cuja voz se fixou numa estridência melancólica, cansada de dizer verdades inoperantes, acrescenta que estão gastas também as nossas divisas no estrangeiro. Salta então a conversa do moral para o econômico enquanto a Terra, pelos meus cálculos, percorreu trinta mil quilômetros de um arco de elipse perdido na escuridão e no vazio. Na sala aconchegada há senhores bem informados e senhoras indiferentes que só se comovem quando os fenômenos políticos

e econômicos chegam às suas últimas conseqüências. A carne subiu! Não há cozinheiras! E então, sùbitamente alegres e cordiais, todos se despedem. Os juízes do mundo voltam para casa de braço dado com a indiferença. E o homem-que-esqueceu-o-seu-papel fecha o trinco da porta, fecha as janelas, dá leite ao gato com melancólica afetividade pelo bicho que não interroga a sorte. Fecha a porta do quarto. Fecha os olhos. Fecha tudo. Puxa um pano invisível sôbre o palco do dia. Mas não fecha a lucarna das interrogações! De onde vem essa esquisita corrente de ar? Lá fora venta ....
....

Assim falava o homem-que-esqueceu-o-seu-papel. Muitas outras coisas ainda me disse, que não retive, que mal compreendi, mas que encheriam livros e livros, porque foi muito longa a nossa conversação. Parecia-me que o teatro se alargara prodigiosamente, e que nós percorríamos planícies enormes, contornávamos rios, galgávamos cordilheiras, enquanto outros vultos perpassavam por nós: outros personagens à procura de autor.

De repente disse comigo que conhecia aquêle interlocutor que me travara o braço. Já ouvira aquela voz abafada a me falar de rosas e de estrêlas; já ouvira (em sonho ou acordado, não sei) aquela história onde voltava sempre um nome de mulher que tinha acidez e doçura; e já ouvira o irônico queixume daquela alma que vê seu corpo gastar-se (comme un vieux mouton...) e seu sangue esvair-se...

— Enquanto isso, eu me esvaio!

Olho então de soslaio o personagem-que-procura-a-sua-deixa. É certo que já vi aquela figura (em sonho ou acordado, não sei), e que já andei léguas de vida a seu lado. Personagem ou heterônimo? Homem ou Sombra? Sim, vi-o um dia passar, homem, personagem, autônomo, exterior, com sua vida própria, dêle, com seu próprio corpo. Alto, magro, braços frouxos e caídos numa imensa disponibilidade;

olhar de sombra; passo leve e incerto. Notei a testa fugidia, os densos cabelos escuros com toques de cinza, e o sorriso escondido que já prenunciava a voz retida, rápida, discreta, em que se dissolvera, pelo uso, pelo vício, a acidez e a doçura daquele nome de mulher... Não foi êle que me cobrou no capítulo II, em nome da eletrônica e do século XX, a categórica confissão. A outra voz tinha a nitidez das quadrículas cartesianas. Falava em nome das idéias claras. Êste agora cobra em nível mais alto o sentido das coisas. Aceita os anjos, aceita-os ao menos no supernal universo da poesia, e desafia os coros, as hierarquias, esperando a resposta do céu, ou os ecos das penedias de Duino que lhe chegam a cavalo no vento. As próprias coisas visíveis, as rosas, as mulheres, e os rubis, se perdem em sombras crepusculares e se misturam com o hálito dos anjos...

Tentei explicar-lhe as palavras do Apóstolo que dão o sentido da vida: "Foi nÊle, em Cristo, que Deus nos escolheu para sermos justos e irrepreensíveis diante de sua face..." Perdi-me em nova digressão sôbre os estilhaços do corpo de Cristo espalhados no mundo, expliquei em têrmos filosóficos a noção de sinal, de causalidade formal, de símbolo, de eficácia *ex opere operato*. Mas o poeta, que se abaixara para colhêr uma rosa escarlate escondida nas sebes do caminho, voltou-me um rosto longo e lívido:

— Eu quero Sangue!

Então, inspirando-me Deus, respondi-lhe que viesse dali, que voltássemos ao teatro. E pelo caminho fui explicando o enrêdo da tragédia pacífica que todos os dias e em todos os lugares se repete. Poderíamos intitulá-la *Bodas de Sangue*.

*

Efetivamente, quando alcançamos nossas cadeiras, o drama começava. O cenário era simples e tranqüilo: uma mesa contra um retábulo de falso gótico, pintado com ingenuidade e pretensão; duas velas acesas; uma imagem de

homem nu pregada num poste; e diante da nudez e da imobilidade movia-se devagar um manto vermelho. Começava o drama; e começava pelo comêço, isto é, por uma explícita declaração de abertura: "Introibo ad altare Dei, ad Deum qui laetificat juventutem meam".

X

Estamos agora diante da cena central dêsse longo episódio em que se faz o inventário da herança de Cristo. Vemos o maior dos sinais, o sacramento do Corpo de Deus, que é ao mesmo tempo um sacrifício. E, enquanto sacrifício, se chama Sacrifício da Missa. O catecismo ensina que a Missa é o verdadeiro sacrifício do corpo e do sangue de Jesus Cristo oferecido a Deus no altar, sob as espécies do pão e do vinho. Ainda mais, é sacrifício verdadeiro e único, que renova de modo sacramental o sacrifício cruento da Cruz, que se repete, se reproduz, sem quebra de sua unidade fundamental, e cujos efeitos, de adoração, agradecimento, expiação e impetração, são os mesmos do único sacrifício com imolação real, a morte de Cristo no Calvário.

Essa idéia de uma coisa que se repete e que se divide, sem deixar de ser única e inteira, seria absurda se se tratasse de coisas materiais submetidas à quantidade; mas não é exclusiva da ordem sobrenatural. Na ordem natural nós já encontramos, proporções guardadas, a mesma possibilidade de ditramos, proporções guardadas, a mesma possibilidade de divisão sem quebra da unidade. A aula que dou, por exemplo, é recebida por trinta alunos. Ora, todos a recebem inteira. Não passa pelo espírito de nenhum aluno, por mais aferrado que esteja ao materialismo, a esquisita suposição de estar recebendo um trigésimo da aula, ou melhor, uma fração que seria expressa pela relação entre a potência sonora que trabalha em seu tímpano e a potência em que se esfalfa a minha laringe. A aula seria assim inversamente proporcional ao quadrado da distância, e os alunos das primeiras filas receberiam dez ou vinte vêzes mais aula do que os alunos da última fila. E se o materialista não pensa assim, é porque não consegue ser inteiramente materialista.

A aula, obra de inteligência, coisa espiritual, está condicionada pela acústica, precisa do recurso sensível como tudo o que é do homem, mas não consiste nelas nem se submete totalmente às leis que regem êsses fenômenos. O som, a espécie acústica sob a qual é servida minha aula, é dividida em partes para cada tímpano; mas a aula, na larga medida em que as espécies acústicas não se deterioram, chega inteira e é distribuída sem se quebrar.

Êsse fenômeno, aliás, já começa a aparecer no próprio plano da sensibilidade animal onde o mesmo estímulo pode produzir a mesma reação em tôdas as sensibilidades estimuladas de um modo que independe, em largos limites, da quantidade do estímulo. Numa assembléia de cães, se me permitem essa expressão, o mesmo assobio produzirá nos animais a mesma reação como se fôsse um só estímulo para um só cão. Há porém no sinal de conteúdo inteligível uma dimensão a mais, que é privilégio da vida racional. O cão reage ao assobio em função do treinamento e do conteúdo físico do estímulo. O assobio vale sempre a mesma coisa e produz sempre a mesma reação. Um cão não poderá atribuir a outro cão o título injurioso de "homem" como nós às vêzes fazemos quando dizemos que um dos nossos não passa de um cachorro. Em outros têrmos, a linguagem dos cães, ou a linguagem que nós usamos com êles, é monovalente, unívoca, destituída de metáforas e de analogias. Não é pois linguagem no sentido próprio do têrmo. Na linguagem humana, ao contrário, as palavras têm uma infinita polivalência que varia com o contexto e servem para exprimir coisas novas, coisas para as quais não houve nenhum adestramento prévio. E é por causa dessa fôrça espiritual, renovadora, criadora, que a palavra é ensinante e traz para uma sala todo o universo submisso, sem ser preciso (como creio que pensam alguns pedagogos) produzir reflexos condicionados

nos ouvintes para cada noção nova que se deseje transmitir. É também por isso que não se pode pensar num aparelho eletrônico capaz de traduzir mecânicamente para o inglês um discurso em português. Como poderia êsse aparelho discernir, por exemplo, entre "manga" do casaco e "manga" fruta? Há, pois, com refulgente evidência, uma dimensão a mais, e não sòmente um grau de complexidade maior, no discurso que os homens fazem aos homens, embora muitos dêsses fenômenos sejam mais vazios e inoperantes do que os assobios com que chamamos os cães.

Além dessa divisão sem quebra há também, nas obras humanas, uma repetição sem multiplicação. Explico-me melhor. Êste livro, quando estiver impresso, será o mesmo livro que estou agora escrevendo, e continuará sendo *um* livro em não sei quantos mil exemplares. Vê-se assim que não há nenhum absurdo em dizer que uma coisa se repete sem deixar de ser a mesma e a única.

Um outro exemplo mais próximo do que nos interessa aqui é o teatro. Repete-se o mesmo Hamlet sem que o drama deixe de ser único. Varia evidentemente a interpretação porque há, uma separação entre os atores e o autor, e entre os atores e os personagens que representam.

Não há pois motivo de espanto quando se ouve dizer que há uma identidade entre o sacrifício representado (a missa) e a sua sangrenta *première*. Não há também escândalo para a razão quando se diz que o Verbo de Deus está inteiro em cada partícula consagrada. Mas é fora de dúvida que há sérios motivos para espanto e escândalo quando acrescentamos que o Verbo de Deus está inteiro, real e substancialmente presente nas partículas que só têm depois da consagração as aparências, ou acidentes, do pão e do vinho. Ou quando se proclama que no Sacrifício da Missa está presente, mas de modo sacramental, o mesmo Sacerdote e a mesma Vítima; e que a unidade do sacrifício é uma unidade numérica que deixa longe as nossas pobres analogias.

Há entretanto um modo muito simples de abrandar o espanto, transformando-o em reverência; e de evitar o escândalo transformando-o em temor, no bom temor que é o princípio da sabedoria. Eu perguntaria assim: Amigo, querias um ato divino que não contivesse nenhuma dimensão nova acima dos atos humanos? Onde está o absurdo em pensar que o criador e sustentador das substâncias possa dispor da sua criatura pão e da sua criatura vinho?

É pois o mesmo Sacerdote que no mesmo Sacrifício oferece a mesma Vítima. Na Obra de Cristo, infinitamente mais do que nas nossas, que são acidentais e que de nós se desgarram, há um vínculo, uma presença, uma substancialidade cuja amplidão excede mas não injuria a razão. Trata-se de um Hamlet que é Autor, Personagem e Ator. Um Hamlet que está presente, que atua no ator que o representa, e que assim domina a obra e a representação sem que ela se desprenda da realidade representada.

Observemos porém que sendo a Missa o mesmo sacrifício, tem modos diferentes do sacrifício da Cruz. Onde êste foi cruento, com imolação real, aquêle é incruento e com imolação representada. Onde no primeiro, isto é, na Cruz primeira, o sacerdote e a vítima estavam històricamente realizados na humanidade do Cristo, na última, isto é, na Missa, o sacerdote humano é instrumento, sob modo sacramental, do sacerdócio eterno de Cristo; e a vítima está também sacramentada nas espécies do pão e do vinho.

Ora, é nessa dessemelhança de aspectos, mais do que na identidade de conteúdo, que se evidencia o estilo da Obra de Cristo considerada como obra de arte. E é êsse ângulo do problema que vamos abordar.

XI

Para isso consideremos o terceiro aspecto do Sacrifício, que ainda não mencionamos, e que històricamente foi o pri-

meiro. Refiro-me à Ceia, isto é, à cerimônia em que Jesus, com sinais da Páscoa, anunciou a sua morte, e instituiu o que mais tarde seria renovado em memória de sua imolação.

Há pois três sacrifícios num só Sacrifício; três modalidades em que o conteúdo é o mesmo, e em que são os mesmos o sacerdote e a vítima. Na Ceia a imolação é anunciada e o modo da recordação é instituído; na Cruz a imolação é realizada; na Missa a imolação é representada segundo o modo instituído na Ceia. Pelo modo, a Missa está mais ligada à Ceia: pelo conteúdo, ambas as cerimônias estão ligadas à Cruz.

Nós sabemos, na Fé, que há um só e único conteúdo nas três situações: o oferecimento ao Pai que Cristo sacerdote faz de si mesmo, Cristo vítima, para remissão de nossos pecados. Não fôsse a luz da Fé, nós veríamos um só sacrifício na Cruz e duas cerimônias puramente simbólicas, uma em previsão e outra em memória, tendo ambas em relação ao fato histórico uma acentuada estilização. A Ceia e a Missa seriam figuras, cenas, símbolos que apenas significariam o *fato* cruento. Dizendo entretanto que são o mesmo sacrifício, com aspectos dessemelhantes, nós proclamamos uma realidade sacramental que põe uma dimensão nova e divina nos dois quadros que parecem apenas artísticos. A arte do Cristo tem êsse caráter único de arte-vivida, e de presença substancial de um tema.

Mas agora atentemos às dessemelhanças. Antes e depois do opróbrio público temos dois espetáculos de festa íntima; antes e depois da carpintaria da cruz, com sua esquadria aberta para a irradiação, temos a mesa da invenção e a mesa da renovação, com as esquadrias fechadas para a intimidade do ágape.

Observemos nos três evangelhos, chamados sinópticos, a descrição da Ceia. Há um detalhe que logo chama a atenção: o esmêro do preparo. Os três cronistas empregam as palavras "preparar" ou seus derivados duas, três e quatro vêzes. Em Mateus e Marcos os discípulos perguntam:

"Onde quereis que façamos os vossos preparativos para a Páscoa?" E o Mestre encomenda todos os detalhes dizendo: "Fazei lá todos os preparos". Em Lucas é o próprio Senhor que toma a palavra: "Ide fazer tôdas as preparações da Páscoa para que nós a comamos". Perguntam então os discípulos: "Onde quereis que a preparemos?" E o Senhor, depois de descrever os detalhes da cerimônia, insiste na expressão: "Fazei lá os preparativos". E o evangelista, usando pela quarta vez em dez linhas o mesmo têrmo, diz que os discípulos partiram, acharam tudo o que lhes anunciara o Mestre, e ultimaram os preparos da Páscoa.

A rigor, nada há que admirar nestes apretos, e nesta preocupação dos detalhes, quando se pensa que a Páscoa era uma cerimônia tradicional da mais escrupulosa das nações em matéria de rito. Não é a história de Israel, tôda ela, uma longa preparação? Mas então eu direi que há nessa condensação de detalhes em tôrno da Ceia uma condensação do Antigo Testamento. Os ritos, as figuras, os detalhes, convergem todos para essa suprema preparação, porque "preparar" quer dizer "estar pronto antes da hora" ou "pré-aprontar". É verdade que os discípulos não parecem compreender o sentido último da Ceia, ainda quando Jesus lhes diz: "Desejei ardentemente comer convosco esta Páscoa antes de minha paixão". No momento estão ocupados com a *mise-en-scène* e com as minúcias que o mestre Cenógrafo lhes dita: "Ide à cidade. Encontrareis um homem levando uma bilha dágua. Segui-o; e onde êle entrar direis ao dono da casa: o Senhor te manda dizer: Onde está a minha sala, em que poderei comer a páscoa com os meus discípulos? E êle vos mostrará uma sala do alto, vasta, mobiliada e pronta.

A sala já está pronta. Cuidam os discípulos dos objetos menores dentro do *decor* escolhido na sala alta, espaçosa e mobiliada. E no centro dêsse sistema de sinais, no centro dessa preparação exterior, que o Cerimoniário dirige, apronta-se interiormente a Vítima. Mas os discípulos, ao que parece, não percebem essa preparação interior.

Começou a cerimônia. Observem as figuras e a arrumação dos treze em tôrno da mesa. Os convivas, animados mas um pouco perplexos, não sabem o que devem fazer e o que devem dizer nesta cena improvisada e definitiva. Fala-se de uma traição. Há no ar uma intriga. Corre em volta da mesa uma curiosidade. Quem será? Quem não será? e enquanto Judas prepara a obra da inveja, Pedro gaba-se de estar pronto antes da hora. Mas não está. Ou pensa que bastam os preparativos exteriores, como os da sala. Há duas traições no ar. A traição do ódio, e a traição do imperfeito amor. A casa está pronta, a ceia está pronta, mas Pedro ainda não está. Diz, pensa, mas ainda não mediu bem a interioridade do seu papel. Mal-ensaiado, não sabendo ainda de cor o seu papel, tropeçará numa criada às portas do Sinedrim. E cairá no meio do palco.

Ora, indo avançada a refeição, Jesus tomou o pão, abençoou-o, partiu-o e deu-o aos seus discípulos dizendo: Tomai e comei: "ÊSTE É O MEU CORPO. E tomando o cálice, rendeu graças e deu-lhes dizendo: Bebei dêle todo, porque ÊSTE É O MEU SANGUE, da nova aliança, que será derramado por muitos em remissão dos pecados".

E assim, em previsão da Cruz, celebrou-se a primeira Missa do mundo; e assim a obra de nossa salvação se anuncia e se esconde na obra de arte inventada, composta, montada, e agora arrematada com as mãos, sim, com as mãos do carpinteiro, que deixam a divina imantação nos sinais, no pão e no vinho, para que os sucessores dos apóstolos os renovem em Sua memória.

*

Comparemos agora êsse teatro, da Ceia e da Missa, com o acontecimento do Calvário. De um lado a tranqüilidade da estilização; de outro, a brutalidade da imolação. Vejam! Desapareceu o ordeiro *decor* da sala alta. Alargou-se o cenário. Desarrumou-se o teatro. E nós vemos um espetáculo feio e vulgar: um homem espancado por policiais, um dorso que sangra, um rosto cuspido. Vemos passar num subúrbio de pequeno burgo asiático uma figura feia e qualquer. Um homem... ei-lo! Eis o homem! Êle não tem formosura, e por isso nenhum caso fizemos dêle. Quem por aí se lembra do esquisito anúncio de Isaías? Feito objeto de escárnio, o último dos homens... Por isso voltamos-lhe o rosto...

Nós hoje mal conseguimos imaginar o fato, a cena feia, vulgar, rude, obscura, porque dois mil anos de arte puseram côres, côres tiradas da Ceia e da Missa, nesse caso de polícia perdido num lugarejo da Ásia. Estilizamos a Paixão. Transformamos em adôrno um patíbulo, como se quiséssemos preencher com sinais intermediários a espetacular diferença entre a imolação real e a imolação representada. Hoje, mais do que nunca, temos uma certa tendência de dissolver o Acontecimento na representação poética. E por isso não podemos fazer uma justa idéia da grosseria, da feiura, da brutalidade, da tristeza medíocre da primeira Semana Santa.

Passa o vagabundo. Ei-lo, o suspeito de conspiração, o escandalizador dos fariseus. Numa ladeira mal calçada, entre gente curiosa, buliçosa, faladeira — asiáticos! fanáticos! — passa, entre os apupos e gracejos que o povo sempre improvisa em tais circunstâncias, o rei escarnecido. Cai? Levanta-se. Torna a cair? Ah! a via sacra na sua primeira invenção, na sua primeira e popularíssima edição!

O espantalho das nações está pregado num pau: o carpinteiro é um acidentado de seu ofício. E os homens compassivos voltam o rosto para não ver as convulsões da tetania; e para não pensar nos pregos que agora prendem, imobilizam, inutilizam as mãos, sim, as mãos que fizeram os sinais de nossa salvação.

*

E agora? Que vemos nós? Venha daí, amigo; acerquemo-nos. O drama começou. E já podemos olhar sem que se

perturbem nossos corações, porque o horror escondeu-se, transfigurou-se, e nós estamos, manhãzinha clara, numa capela de bairro tranqüilo. O padre curvou-se diante do altar. O manto se inclina diante da nudez. E move-se lentamente — oração, epístola, evangelho — diante da imobilidade.

O menino ajoelhado e sonolento, no lado oposto ao missal, rumina palavras decoradas; mas a atenção do menino, que já era pouca, desvia-se do altar, porque um pássaro, encorajado pela quietude, veio pousar no lírio de São José.

Manhãzinha clara e quieta. A missa avança. O senhor magro e grisalho que chegou atrasado, pára no meio da nave, ajoelha-se ali mesmo no chão, porque ouviu três toques da sinêta, discretos, pequeninos, dourados, anunciando a imolação representada. E o sacerdote, despojado de si mesmo, fala baixinho no presente e na primeira pessoa: Êste é o Meu corpo... êste é o Meu sangue... Mal se ouve, entretanto, mesmo nas primeiras filas, o rumor da crucificação sacramental. Um murmúrio. Dorsos curvados. Quietude. E o passarinho, depois de esvoaçar no lado da epístola, fugiu pela janela levando a atenção do menino para o azul da manhã.

Amadurecem depressa os pomos da árvore do perdão. Em meia hora desenrolou-se o drama, já sazonam os primeiros frutos: "Eu vos deixo a Paz. Dou-vos a minha Paz". Sim, Êle nos dá a sua Paz, para que nossos corações não se perturbem.

Ora, é nessa transfiguração de horror em paz que consiste a Arte suprema em que se esconde a paixão do Senhor. E o que da arte humana diz o poeta inglês: "Poetry is emotion recollected in tranquillity", podemos dizê-lo da divina poesia. A Santa Missa, centro da Liturgia, é a paixão revivida na tranqüilidade: "... is Passion recollected in tranquillity".

XII

Depois de um longo silêncio meu interlocutor assim falou:

— Vi a cena; ouvi com atenção a sua aula; e quero transmitir-lhe a impressão estranha e penosa que tudo isso me deixou: a liturgia é ao mesmo tempo um convite e um desafio. Um convite, porque o que todos nós queremos é uma idéia em que possamos entrar de corpo inteiro; e um desafio, pelo mesmo motivo, isto é, porque nos chama a comparecer, a falar e a gesticular, e por conseguinte a confessar, a publicar e a exteriorizar aquilo que ainda não é uma convicção e que não tem a ressonância interior necessária para tal desempenho. Das duas uma: ou aquilo tudo que vi se desenrola na presença de Deus, e neste caso é pouco em relação ao que tal presença exigiria; ou é uma pura gesticulação de inventivos desesperados, e neste caso é horrível. Meio têrmo não há. Ou densidade infinita, ou infinita vacuidade. Ou grandioso escondido, ou ridículo publicado. Eu, se fôsse você, não começaria nunca a conquista de uma alma por êsse espetáculo afrontoso, que logo de início exige a máxima demonstração plástica, oral e gestual, do que porventura exista em germe frágil no coração. Pode chocar; e pode ainda — o que seria horrível — obrigar à pior das hipocrisias que é aquela em que se entra de corpo inteiro. Você dirá que conta com a Graça, bem sei, mas quero lhe dizer que, apesar de tudo, apesar da quietude da manhã, da tranqüilidade do sacerdote, e do passarinho que veio pousar no lírio de S. José, eu me senti perturbado no coração, mas perturbado ao contrário...

— Eu só o trouxe à Missa porque você disse que tinha pressa de sangue. Trouxe-o ao doador, ao único doador universal.

O meu interlocutor olhou-me com tristeza e disse-me então em voz baixa:

— Eu não gosto de jôgo de palavras... Tenho mêdo dêsse jôgo em que Santo Agostinho era mestre, como tenho mêdo daquele outro jôgo de sinais. Já lhe disse que corri mundo e que fiz a circunavegação dos erros e das dores; e cansei-me de sinais, cansei-me das fulgurações e dos prestígios da arte. Trago na bôca um travo, um gôsto ou sem-gôsto de vidro ou de palha. Um sabor ou sem-sabor de substituições, protelações, procurações e credenciais. E eu mesmo, para me desenredar me enredo; para me desvencilhar do sortilégio me emaranho em outros. Invento jogos de palavras para conjurar o jôgo dos outros. Corto sua vaza com o mesmo naipe, e parece-me que nunca mais sairemos dêste ronronar. *Words, words, words*... Agora você ainda quer de mim essa nova e mais vistosa forma de expressão: o gesto. Não vê você a facilidade incrível que têm os homens de falsificar moedas e sinais? Não há convenção que não se preste a jôgo e que depois, esquecida a origem, não pretenda ser a máxima realidade. A vida tôda é um faz-de-conta. Quando eu era criança, e apesar do mundo de brinquedos com que meus pais atravancaram a minha infância, eu preferia sempre o mundo do faz-de-conta. Inventava cavalos, inventava florestas. Cheguei até a inventar um amigo! Tinha um companheiro constante, chamado Juca, que só existia cada vez que eu formava no ar o sinal mágico da invocação. Era um companheiro faz-de-conta. Cresci e corri mundo em busca da alma das coisas. Encontrei então o triste, lúgubre faz-de-conta dos adultos desesperados. E o mundo pareceu-me uma enorme desolação: Vaidade das vaidades, perseguição do vento.

O homem gosta de palavras, de sinais, de gestos, de convenções, e gosta de compor tudo em ritos que se tornam logo generalizados, aceitos por muitos ou por todos. O homem gosta mais do jôgo do que da posse. Delicia-se com a palha e não procura o fruto. Quer uma prova brutal? Tome o fenômeno onde justamente parece que tudo gira em tôr-

no da posse: o fenômeno econômico. Ora, é aí, nesse chamado realismo dos ávidos que nós encontramos o maior delírio do faz-de-conta. Já foi dito por alguém que o capitalismo é um regime econômico em que se toma o sinal pela coisa significada. * Nas primeiras fases do fenômeno o homem quer dinheiro para possuir coisas. Quer casas, roupas, vinhos e jóias. Quer possuir. Mas logo após, quando se deixa prender na engrenagem, é ultrapassada a medida das coisas que pode comer e vestir, e então inverte-se bruscamente o sentido dos desejos. E os homens passam a convergir no sinal, na moeda, na efígie, tôda a fôrça de sua concupiscência vazia.

Torna-se então a economia um jôgo. O que é uma casa? Um sinal do dinheiro. O que é a roupa? Um sinal do nível econômico do seu portador? O que é a mão do homem, sim, a mão que faz a casa, que amassa o pão, que cose a roupa? Um sinal. Carta de jôgo. Trunfo com que se corta a vaza da concorrência. Dois de paus. Sinal. Convenção. E onde foi parar o seu princípio da infravalência do sinal neste universal delírio em que um papel vale mais do que o sangue? Eu vejo, por tôda a parte, faz-de-conta de minha infância, mas um faz-de-conta que cresceu e que se tornou adulto num hospício. E é por isso, amigo, que tenho mêdo de sinais, de gestos, de jogos de palavras, e que o mundo me parece uma enorme desolação. "Vaidades das vaidades, perseguição do vento". Quero a alma das coisas; a posse das posses. Alguns de seus autores escrevem contra o individualismo, e ostentam um estandarte do "objetivo" e do "coletivo" contra o subjetivo e o individual. Não será isso um outro aspecto do mesmo tecnicismo e da mesma aversão a que você aludia há pouco? Por outro lado, se bem entendi, você quer estender à vida religiosa o mesmo primado do Agir sôbre o Fazer. Mas veja o que disse Kierkegaard sôbre

* Marcel De Corte, *Philosophie des Mœurs Contemporaines*.

a radical incompatibilidade entre a ética de critério universal, a ética das "generalidades", e o ato de fé de um Abraão que opta pelo absurdo sacrifício do filho. Por outro lado, no extremo oposto ao subjetivismo kierkegaardiano, não são os defensores da liturgia que diminuem a moral, o Etos como disse um dêles, para estabelecer o primado do Logos? Não será aliás a própria moral da "generalidade" um faz-de-conta derivado do momento histórico e dos costumes? Resumindo esta confusa exposição, eu vejo de um lado o subjetivismo do "Cavaleiro da Fé" que faz da vida religiosa um salto no absurdo, num universo fora do universo ético; de outro lado o objetivismo que faz da vida religiosa um superfazer coletivo onde também a vontade e o ato interior se tornam secundários. E nisto tudo onde fica o amor?

XIII

— Êsse sujeito é horrível, disse alguém a meu lado, onde se viu tamanha falta de esperança? onde se viu alma tão areenta? ainda bem que êle reconhece que responde com jogralidades às jogralidades dos outros...

Impacientei-me mais com êste nôvo interlocutor, que parecia querer ajudar-me, do que com o outro que ficara para trás absorto.

— Não fale assim tão depressa da Esperança. Se você imagina, amigo, que ela encontra abrigo nos corações chamados otimistas, nos bons gênios, nas almas instaladas; se pensa que ela deriva do bom humor, ou que se nutre do gôsto e da beleza das coisas, mesmo das boas coisas de que a vida está cheia; se julga que a Esperança traz confôrto e sorrisos, e prefere os temperamentos inclinados à confiança fácil nas obras do mundo — então eu lhe direi que você não entreviu ainda o peregrino segrêdo da segunda virtude teologal. A Esperança é a flor dos desertos. Veja o que diz

São João da Cruz: "La esperanza viva en Dios da al alma tal animosidad y levantamiento a las cosas de la vida eterna, que en comparación de lo que alli se espera, todo del mundo le parece (como es la verdad) seco, lacio y muerto y de ningún valor". Não pretendo dizer aos otimistas que desconhecem a secura e a aridez da Esperança teologal que o temperamento contrário seja sinal certo dessa virtude divina. Não. Mas aos que chamam meu amigo de céptico ou desesperado, como aos que chamam de sêco um Machado de Assis, responde dizendo que há almas misteriosamente afinadas pela desolação do Eclesiaste, e oferecidas, com velas abertas, ao vento cortante do Dom de Ciência. Um dia desenvolverei melhor essa idéia, para mostrar que a sensibilidade aos equívocos, aos ridículos, ao vazio dos prestígios, pode muito bem ser o largo caminho, a árida estrada real da Esperança divina; porque é essa espécie de sêde, que vem de Deus, que faz correr em busca das fontes da água viva.

Voltei-me então para o outro, que me pedia o enderêço do amor.

XIV

Começo por dizer que o culto, o jôgo de sinais, que tanto assusta e tão fortemente atrai — porque é próprio do homem procurar um modo concreto de formular o seu louvor — pode ser considerado sob duplo ponto-de-vista. É uma atividade que pertence à ordem ritual e da validez, e à ordem moral e da santidade. *

Na primeira perspectiva estamos na linha do princípio ministerial que nos configura ao sacerdócio do Cristo, e onde predomina o caráter do Fazer sacramental pràticamente verdadeiro e vàlidamente exercido. Temos aí um jôgo de

* Charles Journet, *L'Eglise du Verbe Incarné*, pág. 880.

sinais; mas sendo divina, a convenção ganha valor de instituição fundada na verdade eterna de Deus. Não se trata pois de uma convenção com fundamento moral, como se poderia depreender da linguagem antropomórfica que fala no compromisso tomado por Deus. Em Deus, rigorosamente, não há moral, não há compromisso a ser cumprido ao longo do tempo. Sua fidelidade é uma veracidade instalada no eterno presente, no *hodie*, que é o clima da liturgia vista nesta perspectiva principal do ato sacerdotal do Cristo, onde se pode falar de um primado do Logos sôbre o Etos. Nessa mesma perspectiva, tomada porém do lado humano, a convenção que se firma na veracidade divina, e que por aí transcende o tempo e a moral, torna-se peregrina e ganha um aspecto moral e jurídico, uma vez que o sacerdote tem de observar a regra de sinais para que sejam válidos e entrem na eternidade divina.

Tomando porém a segunda perspectiva (e as duas são inseparáveis) estamos em cheio na ordem moral da santidade a partir da Vítima obediente até a morte, e morte de Cruz. Nesta ordem, onde se considera a causa final, a nossa configuração pela Vítima se resolve no ato interior da vontade. Por onde se vê que a tese do primado do Logos sôbre o Etos, como a formulou Romano Guardini, * carece de certas discriminações, sem as quais para fugir ao antropomorfismo, cairemos numa espécie de teomorfismo que, por parecer mais sublime, nem por isso é mais verdadeiro. Pois convém não esquecer o caráter divino-humano do drama e esta segunda perspectiva intencional da obra do Cristo: *propter nostram salutem.*

Daí se conclui que tôda aquela exterioridade, que chocava nosso kierkegaardiano personagem, tem a suma objetividade garantida pela Verdade divina e ao mesmo tempo se dirige e se aplica à nossa mais profunda subjetividade para aí operar a nossa santificação. Não podemos pois pautar a

* Romano Guardini, *O Espírito da Liturgia.*

vida religiosa simplesmente pela participação no aspecto exterior e social do culto. A nossa perfeita inserção na economia da salvação depende da assimilação pessoal, da invisceração dos frutos, da capacidade interior de obediência até o gesto de Abraão, que parecia santamente absurdo a Kierkegaard, ou até o gesto do Cristo, que pareceu loucura aos sábios.

Não há pois, para nós, oposição entre o aspecto exterior do culto e o aspecto moral, interior; como não há oposição entre a moral exterior e a moral profunda. Nós defendemos ao mesmo tempo a bandeira da objetividade e a da subjetividade. Vem de fora a salvação. É obra de um Outro. Mas é obra penetrante que termina em nós, no mais interior, na fina ponta da alma. Não há nada mais exterior do que o rito; não há nada mais interior do que a Graça.

Uma das características do Cristianismo é essa capacidade de síntese entre as extremidades que à fraqueza dos homens parecem inconciliáveis. No que concerne o conhecimento, de onde procede todo o agir, temos o mesmo duplo aspecto. De um lado o dado exterior, o revelado, constituído pela Escritura e pela Tradição; de outro, o dado interior, o nôvo princípio de visão sobrenatural, haurido da Cruz pelos canais dos sacramentos, ou diretamente adjudicados segundo a livre vontade de Deus, mas sempre em relação à obra do Cristo. Deus põe diante de nossos olhos, pela mão da Igreja, a tábua escrita, o objeto da fé; e logo, correndo dentro de nós, nos dá a nova pupila que nos faz ver a divina autoridade da revelação. Na ordem do agir nos dá os mandamentos, a lei exterior; e logo dentro de nós, nos dá um nôvo coração para querer como Deus quer.

Fica assim patente que estamos bem servidos por fora e por dentro para o desempenho de nosso papel no drama a que fomos chamados desde tôda a eternidade. Não é um jôgo de sinais que só exteriormente podemos imitar; não é também um enigma que devamos resolver para desvencilhar a inspiração divina de nossa desordem interior. Temos o socorro

externo e o interno, a deixa e o ponto. A deixa explícita, ensinada, rezada, cantada; e o ponto (*le souffeur*) a soprar dentro de nós com gemidos inefáveis. Sobra-nos entretanto o uso da liberdade.

XV

É bem verdade que anda no mundo uma enorme confusão causada pelo entrechoque das falsas doutrinas, que o Apóstolo previu e contra as quais premuniu Timóteo, dizendo-lhe que tivesse cuidado com as cócegas nos ouvidos. Mas por baixo dessa confusão intelectual há uma perturbação talvez mais grave causada pela dolência das vontades e pela inapetência de liberdade. Por maior que seja a importância da reta doutrina, não podemos reduzir o problema do homem à ordem do conhecimento. Se é a inteligência que dirige a vontade, é a vontade que comanda e que move a inteligência. Se é a inteligência transviada que guia os homens pelos caminhos dos erros, é a vontade adoentada que alimenta as obstinações, os orgulhos tolos, e que povoa o enorme "planisphère de la bêtise humaine". Não se pode portanto recuperar as diretrizes de uma cultura sem recuperar a retidão das vontades.

No mundo moderno progridem vertiginosamente a ciência e a técnica, isto é, o conhecimento e a atividade de mínimas implicações morais e de mínimo teor afetivo. Procura-se uma paz metálica num mundo isento da morrinha moral; e depois, na segunda fase do problema, procura-se trazer para os atos humanos os métodos e recursos que tão maravilhosos resultados deram na ciência e na técnica. E nisto se conjugam as falsas doutrinas e o horror à responsabilidade. Há psicólogos e pedagogos que apregoam com extraordinário cinismo a redução de todos os problemas morais ao domínio da psiquiatria. E são bem sucedidos. Ganham

prestígio e fortuna. Não pelo brilho de suas doutrinas, não pelo extraordinário poder de persuasão. Alguns dêsses, entre os mais bem sucedidos, são particularmente desprovidos de atrativos intelectuais. Não, êles são procurados àvidamente porque são muitas as pessoas que viviam a sonhar com o remédio que apregoam: a demissão da responsabilidade. São inúmeros, por exemplo, os pais que se demitem da tarefa penosa de educar moralmente, e que nos momentos de crise levam os filhos ao psiquiatra como os leva ao dentista. Pagam a consulta, e nisto, no pagar, está resumida tôda a ética de um mundo que diviniza o dinheiro. Pagos o colégio e o médico, paga a babá, pode o bom pai dêste formidável mundo nôvo gabar-se do sacrifício que faz pela educação de seus filhos. E têm razão de alegar sacrifício, porque se trata de um verdadeiro ato sagrado. Que dizer das boas mães que reduzem suas solicitudes a pesadas, a mingaus, a lãs e a galochas, e que passam dias, meses, anos sem pensar no homem, na pessoa moral, no filho de Deus?

E se é assim, se todos se despojam alegremente da responsabilidade moral, não admira que também se despojem dos incômodos do dever cívico. E nós vemos no século XX, "em pleno século XX" como dizem as cartas anônimas que me exprobram a Fé, um enorme surto de pantomimas cívicas e de credulidades políticas que são a maior vergonha do supracitado século. Todos empunham bandeirolas para saudar qualquer taumaturgo ou superpsiquiatra que dispense de vigilância moral um povo inteiro. A noção de civismo se desloca para uma espécie de mágica onde mais importa a gesticulação do que a honestidade. Ensinam-se nos colégios as regras dos sinais, as estrêlas, os distintivos, as paradas cívicas, sem ensinar o que pode dar algum conteúdo a êsses sinais, isto é, sem ensinar aos alunos que é feio colar, e aos professôres, e aos prefeitos, que é feiíssimo desrespeitar as regras de um concurso.

Êste é o quadro da civilização estruturada no cientismo e no tecnicismo: progride o domínio sôbre as fôrças da natureza, mas não progride o domínio de si mesmo. Retifica-se, opera-se o coração, quero dizer o músculo, mas não se retificam as vontades. E o resultado aí está na doença típica dessa civilização: a neurose, meio doença e meio culpa. Doença se quiserem mas semivoluntária. Não se contentando em ser na cidade um mulambo cívico o cidadão do século vinte, alegremente neurótico, faz questão de ser também um mulambo privado.

O mundo está doente do coração, doente de desamor, de inafetividade, de desgôsto pela liberdade. E sempre que o homem perde o gôsto da liberdade e deixa de obedecer a Deus, passa a obedecer ao que lhe é inferior. Só o cristianismo poderá trazer a essa desumanizada civilização um nôvo sangue, um apetite nôvo de viver, mas para isso é preciso que tenhamos ânimo e fôrça de erguer bem alto o conspurcado estandarte, a pouco interessante bandeira da ordem moral.

Como já disse mais de uma vez, a grande lei da vida ganhou não sei que gôsto de miséria. Ou melhor, do binômio que Pascal tão admiràvelmente formulou, o primeiro têrmo, a grandeza, deslocou-se para o domínio das realizações técnicas, ficando só miséria para o domínio da moral. Temos quase vergonha de colocar a pregação nessa pauta. O próprio vocábulo "moral" sai da pena com tintas de melancolia, quase a contragosto, por causa do ranço que lhe deixaram as falsas filosofias. A lei da vida e da sorte do homem, a regra dos fins e do bem supremo, a ciência e o exercício da liberdade, tudo isso ficou reduzido a uma técnica de viver, a uma rotina de puras exterioridades. Desde a revolução kantiana, que fundamentava a norma no critério da mediania universal, a moral, que Kierkegaard chamou "ética da generalidade", se dissociou da vida profunda da alma e se transformou pouco a pouco em norma de mediocridade e em tática de viver. E assim, se é êsse o universo ético, tinha razão o Cavaleiro da Fé quando o deixava para trás na hora de dar o salto no absurdo da santidade; e tem razão aquêle angustiado personagem que há pouco me perguntava pelo endereço do amor.

XVI

É claro que o Amor não pode sentir-se *chez soi* na apertada oficina em que aquela moral fabrica seus utensílios da boa rotina. Morará portanto fora e acima da moral. Quer o leitor uma prova? Pergunte a qualquer pessoa, a uma môça católica, se ela quer ser amada com amor de obrigação. O teste não falha, sobretudo no meio burguês, onde os têrmos "mandamento" ou "obrigação" conotam imediatamente a idéia de uma praxe, de uma regra exterior sem nenhuma possibilidade de assimilação interior. É claro que, nesse contexto, serei eu o primeiro a rejeitar o amor que cheira a burocracia e que lembra a inspetoria do tráfego.

Vem de longe, aliás, êsse divórcio entre o amor e a moral. Diria até que é uma tendência que se agrava tôdas as vêzes que a civilização atravessa uma crise moral mais séria, e que está ligada à perversão do dualismo maniqueu. Na Idade Média êsse fenômeno produziu o chamado amor cortês, exaltação do amor poético, cantado pelos trovadores e pelos hereges albigenses, que a si mesmos se chamavam *cátaros*, ou puros. Nessa doutrina, por causa de seu fundo maniqueu, as regras do amor não podiam ter a mesma atmosfera da vida comum: tendo a carne humana uma carga de intrínseca impureza, o amor se oporá ao casamento, isto é, à fecundidade e ao bem comum. O amor cortês se move pois num universo à parte; é essencialmente associal; negócio a dois ou chá para dois, como hoje diria à sua burguesa Isolda um burguesíssimo Tristão. E é dêsse romantismo, dêsse isolacionismo do amor, que ainda hoje se alimenta a moral separada, ou melhor, a arte de viver dos divorcistas.

O amor cortês era infenso ao casamento por causa da perversão a que chamavam pureza, isto é, ao horror pelo corpo, que os cátaros estendiam à corporeidade nos sacramentos. Como porém a natureza tem seus imperativos, o resultado prático desmentia freqüentemente a doutrina. Nem sempre a espada simbólica, como obstáculo purificador, separava os corpos de Tristão e Isolda.

Subsistia, porém, malgrado os insucessos de acaso, a doutrina dos dois universos, o do amor e o da moral ordinária. E havendo uma ética à parte era mister que também houvesse legisladores e tribunais para os domínios de Eros. Denis de Rougemont, em *L'Amour et l'Occident*, estuda o fenômeno do amor cortês e sua correlação religiosa com a heresia albigense; mas é em Stendhal (*L'Amour*) que encontramos uma referência a êsses curiosos tribunais das regras do amor. O autor de *Le Rouge et le Noir* cita Jean de Nostradamus que, na sua *Vie des Poètes Provençaux*, refere-se às ilustres damas "qui tenaiente Cour d'Amour ouverte et plenière à Signe et Pierrefeu, ou à Romanin, ou à autres, et la-dessus faisaient arrêts qu'on nommait *Lous Arrests d'Amours*...

Quer o leitor um exemplo? Vamos colhê-lo no terceiro dia das calendas de maio do ano de 1174 quando, sob a presidência da ilustre Condêssa de Champagne, uma dessas côrtes "ouverte et plenière" se reuniu para responder à seguinte consulta: "Pode existir amor entre pessoas casadas?" ou no latim em que foi formulada a pergunta: "Utrum inter conjugatos amor possit habere locum?"

O juízo pronunciado, "com extrema prudência de acôrdo com o parecer de um grande número de outras damas ilustres", foi negativo. Não. Não pode haver amor entre casados "porque os amantes se entregam mùtuamente e gratuitamente, sem que nenhum motivo os obrigue, enquanto os esposos, ao contrário, não se podem recusar recìprocamente, sendo cada um obrigado a se submeter à vontade do outro". Logo, não pode haver amor, porque amor e obrigação se contradizem. E disto estavam as referidas damas ilustres do século XII tão convencidas que não hesitaram em arrematar o pronunciamento com esta solene declaração: "seja pois êste pronunciamento para vós uma verdade firme e irrefragável".

No divorcismo moderno, isto é, na evolução do amor cortês para o amor burguês, processou-se um curioso hibridismo entre o ideal poético dos trovadores e o ideal técnico dos gozadores. Não existe amor no casamento, mas existirá nos casamentos. A idéia da pura espontaneidade do verdadeiro amor continua de pé, mas o divórcio burguês traz uma solução que as Vitórias-Régias do século XII não ousaram imaginar. Haverá amor entre pessoas casadas desde que se admita que só há real casamento enquanto subsistir o amor de pura espontaneidade. E assim os divorcistas de hoje conseguem uma coisa que à própria Condêssa pareceria absurda: o casamento sem obrigações.

Parece pois, por êsses e outros exemplos antigos e modernos, que amor e mandamento se opõem e que, por conseguinte, não é no domínio moral que o amor encontra a sua pátria verdadeira.

XVII

Entretanto, no Evangelho de São João é dito onze vêzes, com insistência, com monotonia, que o principal legado de Jesus é um mandamento, e mandamento de amor. Sem pretender separar em partes a obra do Salvador, podemos dizer que onde nos sinópticos se vê a herança de suas mãos, no quarto evangelho vê-se a herança do Seu Sagrado Coração.

A instituição da missa é omitida. E as mãos, que nos outros textos consagram o pão e o vinho, criando o núcleo da ordem sacral, daquilo que as mãos profanas não po-

dem tocar, aqui nos aparecem a lavar humildemente os pés dos homens. E agora observemos a insistência singular com que o Senhor martela os nossos ouvidos duros. "Eu vos dou um nôvo mandamento: que vos ameis uns aos outros; que vos ameis como eu mesmo vos amei. Nisto reconhecerão que sois os meus discípulos: se tiverdes amor uns pelos outros". E logo após: "Se me amais, guardai meus mandamentos". E também: "Aquêle que tem e guarda meus mandamentos, êsse me ama". E em seguida, respondendo a uma pergunta que parecia desviar o assunto, volta o monocórdio do amor. "Se alguém me ama guarda a minha palavra..." Ao contrário, e para repisar em forma negativa a mesma idéia: "Quem não me ama não guarda a minha palavra". E adiante, pela sétima vez: "...para que o mundo conheça que eu amo o Pai e que cumpro os mandamentos que o Pai me deu". Pouco depois: "Se guardardes meus mandamentos permanecereis no meu amor, como eu guardo os mandamentos do Pai e permaneço em seu amor". Pela nona vez, logo adiante: "Êste é o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros como eu vos amei". Décima vez: "Sereis meus amigos se fizerdes o que vos mando". E finalmente, pouco depois: "O que vos deixo como preceito é que vos ameis uns aos outros".

XVIII

Aí está o sentido profundo de nossa *deixa*, que o Ponto continua a soprar dentro de nós. É pela obediência que se configura a nossa imitação daquele que foi obediente até a morte, e morte de Cruz. E por aí se vê que é na pauta do mandamento, e portanto no domínio da moral, que vive e cresce o amor divino.

Os teólogos retomam o problema para mostrar que o *preceito* não é a regra sêca, a regra da prática católica considerada tècnicamente, como pensa muita gente, porque a alma do preceito é a caridade. Se tem um aspecto de miséria no mínimo que traça (missa dominical, comunhão e confissão uma vez por ano, etc.) o preceito conserva sempre um caráter de máximo pela direção que traça à vontade: o paralelismo com a vontade de Deus.

E agora? Quererá ainda a môça católica ser amada fora e acima dos mandamentos? Quererá ainda que o amor poético dos primeiros encontros e dos primeiros encantamentos, que sem dúvida comanda a espontaneidade das escolhas, seja uma flor sem fruto, e se isole do campo magnético do amor divino?

Subsiste o problema entretanto. Não é fácil despegar-se do valor supremo da pura espontaneidade que desempenha tão grande papel no mistério do amor nascente; e não é fácil a assimilação profunda dos mandamentos e da moral nos abismos de nossa liberdade. Já disse atrás que a pura espontaneidade, no sentido que geralmente lhe atribuem, é uma aberração. O melhor do homem, em tôdas as zonas de sua atividade, não é o que lhe sai espontâneamente. É o que êle conquista. É preciso destruir êsse ídolo que exalta o instintivo, o imaturo, o arrôto das almas sem leis. Mas para isso é preciso ressalvar a alta espontaneidade conquistada pela ciência e pela virtude. O sábio é ágil nos seus juízos; o virtuoso é ágil no seu amor. Mas é preciso também ressalvar a espontaneidade em flor dos primeiros encontros do amor humano, o misterioso instinto de dileção que aproxima dois desconhecidos para a grande aventura da longa e fecunda fidelidade. O amor humano, o amor de sexo, nasce em poesia, em encantamento, mas evolui em bem-querer mais profundo e mais obscuro, e cresce, e só pode crescer, no peregrino itinerário da obediência. Começa em visão, e progride em obscuridade para uma visão maior e definitiva.

Na vida do amor divino, mais do que em qualquer experiência humana, a espontaneidade é o fruto de uma longa obediência. Começamos pesadamente o caminho da Graça.

Predominam nos primeiros tempos, mesmo sob a ação da Graça, os esforços para remoção dos obstáculos, o comportamento espiritual que os teólogos dizem ter o *modo das virtudes*. Nas fases avançadas, ao contrário, predomina o que chamam o *modo dos dons*, em que o homem mais navega pelo sôpro do vento de Deus do que pelo vigor dos remos. E êsse homem, que se move pelo Espírito, avança no caminho da obediência, mas de uma obediência ágil, pronta, leve e amorosa.

É dentro do universo ético que vive e cresce o amor; mas é preciso acrescentar que êsse universo é muito mais amplo e muito mais penetrante do que supõem os que pretendem confinar a moral numa objetividade fácil ou numa generalidade medíocre de difícil assimilação no que temos de mais profundo e mais pessoal. O Cavaleiro da Fé não precisa sacrificar a moral ou deixá-la para trás na hora decisiva de obedecer como Abraão obedeceu, como o Cristo obedeceu. Não há dois mundos separados, o da moral e o do Belo Amor. "Na realidade êsses dois mundos estão em continuidade; fazem parte ambos do mesmo universo ético, que se diferencia em zonas tìpicamente diversas, conforme o grau de profundeza da vida moral; desde a zona ética do homem animal até aquela da ética do homem espiritual e dos Dons; desde a zona superficial em que a vida moral é apenas moral, apenas integrada pela consciência, e feita de conformidade externa com a opinião comum, com as regras e tabus do grupo social, até as profundidades extremas, escondidas na vida divina, em que a vida é plenamente moral e plenamente integrada pela consciência, sim, pela consciência dêsse *spiritualis homo* que julga tôdas as coisas e não é julgado por ninguém. Não sòmente o herói trágico, como Agamenon, mas o próprio Abraão sacrificando Isaac pretende sempre ao universo ético. Atingido em pleno coração pela ordem pessoal de Deus e pela contradição que o dilacerava, Abraão guardava ainda uma lei universal, e a primeira de tôdas: Tu adorarás Deus incompreensível e tu lhe obedecerás". *

Não há pois, para a forma mais alta de amor, um universo além do bem e do mal. Não há descontinuidades no universo ético, ou divisões em partes, uma para as razoáveis generalidades da vida comum, e outra para o absurdo da Fé. É portanto nessa atmosfera moral, considerada na sua verdadeira profundidade, que se move o peregrino personagem do drama divino-humano, cujo papel está resumido naquela passagem da Epístola aos Efésios. Êle foi predestinado, desde tôda a eternidade, a ser justo e irrepreensível diante da face de Deus.

Disse atrás que não havia descontinuidade no universo ético. Seria melhor dizer que não há separação, cisão, conflito para que agora, em vista de uma aproximação maior, possa falar numa *certa descontinuidade*, quando se considera a moral de santidade plenamente desabrochada. A assimilação profunda do preceito dá à obediência um andamento nôvo, surpreendente e personalíssimo. "Os santos nos surpreendem sempre. Suas virtudes são mais livres do que as de um homem simplesmente virtuoso. Às vêzes, em circunstâncias exteriores semelhantes, chegam a agir de um modo muito diferente. São indulgentes onde os homens apenas virtuosos seriam severos; ou são severos onde os outros são indulgentes. Quando uma santa abandona os filhos ou os expõe à revolta para entrar num convento; quando uma outra deixa assassinar seu irmão à porta do mosteiro para não voltar à clausura; quando um santo se põe nu diante de seu bispo por amor à pobreza, ou quando um outro escolhe a mendicância e escandaliza as gentes com seus vermes e suas imundícies; quando êste abandona os deveres de estado e se faz galeriano por amor aos cativos; ou aquêle se deixa condenar sem se defender de uma acusação desonrosa — diríamos que êles ultrapassam a medida... Não.

* Jacques Maritain, *Court Traité de l'Existence et de l'Existant.*

Êles têm outra medida; mas uma medida que só vale para êles".

Não quer dizer entretanto que a moral se torne uma para cada um. "A lei universal (...) é vitalmente interiorizada, inviscerada, existencializada no dinamismo do sujeito individual".

Esta foi a grande intuição de Kierkegaard que, com temor e tremor, pressentiu essa profundidade da alma; mas o seu êrro foi o de julgar que aí, nos abismos do homem, não penetrava o universo ético. "Quanto aos nossos existencialistas ateus — diz ainda Maritain — não é com angústia e dor que êles sacrificam o universo ético, como fazia Kierkegaard: é com prazer de bárbaros e sem saberem o que fazem".

*

"Ama e faze o que quiseres", disse Santo Agostinho; de onde os bárbaros tiram os caprichos rasteiros, a displicência, as atitudes interessantes, as fantasias neuróticas com que pretendem imitar no chão o vôo da santidade. Mas observem bem a frase; e verão que a primeiríssima palavra é um imperativo e por conseguinte um preceito. Santo Agostinho não disse: "Se amares..."; não disse: "ama como quiseres..."; disse: "Ama". É um mandamento com três letras, uma reta que dá a direção da vontade de Deus. O resto da frase quer dizer, de modo sucinto, o que estamos nós aqui a dizer por extenso, recorrendo a teólogos e filósofos: que a lei de Deus, dissolvida no amor, dá ao homem a sua maior e mais santa liberdade: a liberdade dos filhos da luz. Quer também dizer o que já dissemos atrás: que o homem verdadeiramente livre é o servo de Deus. Quer ainda dizer que o universo ético é assimilável pelo universo da subjetividade; que os abismos se encontram; e que a santidade — a que fomos predestinados no Cristo para que sejamos justos e irrepreensíveis diante da face de Deus — é um salto, uma certa descontinuidade, uma ruptura, uma violência

submissa e ágil, poderosa e dócil, impetuosa e humilde, como um furacão de obediência.

XIX

É o quinto ato? É verdade, esquecera-me o teatro. O drama pensado por Deus tem moldes clássicos. Há um quinto ato em que todos os atores comparecem para o aplauso final e para a vaia definitiva. Soam trombetas. Correm os vivos e da poeira do chão levantam-se os mortos...

....

....

Que diz o amigo? Pergunta-me, a mim professor e cidadão do século vinte, se eu creio realmente na trombeta e no juízo final? Volte então ao capítulo II e onde está "origens" ponha "fins", e onde eu disse "espada" leia "trombeta". Como queria o amigo que terminasse tão grande espetáculo?

....

Num relâmpago que corre de oriente a ocidente aparece o Filho do Homem, em tôda a glória e esplendor, para julgar os vivos e mortos... E então, "...a la tarde te examinarán en el amor".

V

PATRIOTISMO E NACIONALISMO *

* Conferência pronunciada na sede da U.D.N.

I

No presente trabalho, como se vê pelo título, pretendo comparar dois sentimentos e duas atitudes morais que nascem da relação entre o indivíduo e o país a que pertence. Em ambos os casos como de antemão já se sabe, existe uma valorização do vínculo que nos prende a uma determinada comunidade política marcando assim uma certa separação das outras comunidades. Mas, apesar dessa semelhança, que provém da identidade da coisa sôbre a qual se aplicam nossas disposições, pode diferir de um modo profundo o espírito, a perspectiva e o critério que determinam a valorização, como por exemplo diferem moralmente os sentimentos de atração por uma mulher conforme seja desejada para espôsa ou para amante.

O primeiro objetivo dêste trabalho é justamente o de assinalar o contraste moral que pode existir, e que efetivamente existe, entre dois indivíduos que exaltam a mesma coisa com critérios profundamente diversos que nos casos extremos chegam a se opor como à virtude se opõe o vício.

Comecemos pois por encarecer essa necessidade de bem distinguir o critério que preside a uma determinada inclinação afetiva, isto é, comecemos por afirmar que a mesma fôrça de inclinação pode ser moralmente boa ou má conforme o espírito que a governa. Esta é a clave em que se coloca êste trabalho. Diremos que o homem vive o intenso campo gravitacional criado pela comunidade política e também pelos elementos físicos em que se instala essa comunidade. O homem é atraído pela terra e pelo próximo, mas essa fôr-

ça não é puramente física, ou melhor, não é determinada pelas propriedades das coisas como no caso do ferro e do imã. A gravitação a que nos referimos é de natureza moral e assim, na sua última determinação, cada movimento será bom ou mau, conforme seja governado por um espírito virtuoso ou por um espírito vicioso. Exaltar o Brasil não é necessàriamente bom. Pode ser bom, pode ser mau. E quem disser que é sempre bom já está sendo mau. Êste é o primeiro ponto a assinalar.

II

O segundo ponto refere-se ao vocabulário: ao sentimento bom, virtuoso, darei o nome de patriotismo; ao vício darei o nome de nacionalismo, mas devo logo acrescentar que, a rigor, não me prendo demais à questão do têrmo próprio. Poderíamos trocá-los desde que saibamos bem o que é a coisa e quais são as características do que chamamos de patriotismo e do que chamamos de nacionalismo. Não faço muita questão de fixar o vocabulário; o que desejo é fixar idéias.

Mas seria de um mau gôsto imperdoável escolher os nomes das coisas sem consultar o seu uso corrente. Eu podemes, evidentemente, escrever uma geometria em que a figura de cinco lados se chamasse triângulo e a de três se chamasse pentágono. Poderia, em casa, convencionar que chão se chama teto e que teto se chama chão, desde que continuasse a andar, como todo o mundo, no chão, isto é, no teto.

O que me interessa, qualquer que seja o nome, é comparar as atitudes cívicas de um Maurras, de um Mussolini, de um Plínio Salgado, de um Getúlio Vargas, com as atitudes cívicas de um Kosciusko, de um Saldanha da Gama e de um Capistrano de Abreu. Mas observem agora que o têrmo *nacionalismo,* que é posterior a patriotismo, apareceu no mundo quando ganhou singular destaque a mentalidade que Mussolini, Salgado e Vargas tão bem encarnaram. Mais

exatamente o têrmo apareceu, ou pelo menos foi lançado no uso corrente, com o *"affaire Dreyfus"*, em que se condenou um inocente, por superiores motivos nacionalistas.

Quer isto dizer que eu chamo de nacionalismo o mesmo fenômeno que seus próprios entusiastas assim denominam. Concordo inteiramente com Plínio Salgado que seja nacionalismo o seu ideal integralista. A nossa divergência não é de nomenclatura. Aceito-a, e justamente o que me proponho provar é que aquilo que os Srs. Vargas e Salgado acham bom é na realidade mau, e que o entusiasmo dêles é um vício. Vejam pois que não é minha, nem inteiramente arbitrária, a atribuição de nomes.

Mas devo aqui abrir um parêntese para dizer que o fenômeno nem sempre tem a nitidez que se encontra quando se compara um Kosciusko com um Mussolini. Na maior parte das vêzes o problema é mais confuso, apresentando uma composição de vício e de virtude que exige uma análise cuidadosa e difícil. As reações do homem comum são geralmente mistas, vacilantes, disponíveis, e sua polarização mais acentuada dependerá de um complexo conjunto de circunstâncias. E é por causa dessa enorme zona indistinta que o vocabulário se tornou também um pouco neutro. Encontraremos em autores muito respeitáveis uma certa equiparação entre os dois têrmos, patriotismo e nacionalismo, mas observem que êsses mesmos autores, pressentindo o equívoco do vocábulo moderno, apressam-se a dizer que há um bom e um mau nacionalismo, um justo e um exagerado nacionalismo.

Conforme já assinalei, o que me interessa aqui é mais a coisa do que o nome, mas não oculto o meu desejo de obter também como subproduto do esfôrço necessário a êste estudo uma fixação de vocabulário. Teria uma grande satisfação, embora seja isto secundário, se pudesse lançar à execração o próprio vocábulo que tem servido de senha a idéias execráveis.

Vamos agora entrar na análise da questão, mas antes disso, a título de ilustração, aqui deixo uma lista de exemplos de fenômenos históricos que caracterizam o nacionalismo e o patriotismo e que entrego, numa primeira aproximação desarrumada, ao bom instinto dos leitores.

III

Nacionalismo

O *"affaire Dreyfus"* que levou o povo francês, no princípio dêste século, a praticar uma estridente injustiça contra um oficial judeu. Foi por êsse tempo que apareceu o vocábulo *nacionalismo.* O espírito que dominava o processo pode ser sintetizado nesta mesma frase com que os judeus condenaram Jesus: "mais vale que morra um só do que pereça tôda a nação". Razões de estado recomendavam a injustiça.

Patriotismo

A vida de Kosciusko, o polonês que incessantemente lutou pela libertação de sua pátria então invadida pelos russos. Batido pelos inimigos, que receberam socorro dos prussianos, Kosciusko veio para a América. Foi patriota no exílio como na pátria. Lutou na Guerra da Independência ao lado de Washington.

Nacionalismo

A política do marquês de Pombal, cujo anticastelhanismo cego, incapaz de reconhecer o direito dos espanhóis, contribuiu para o malôgro do tratado de Madrid.

Patriotismo

Camões que no melhor de sua obra condena a expansão imperial, cuja glorificação muitos pensam ser o objetivo de

sua obra. Vejam nos Lusíadas (IV, 94-104) o episódio do velho do Restelo.

> "Ó glória de mandar, ó vã cobiça
> Desta vaidade a quem chamamos fama".

e depois:

> "Buscas o incerto e incógnito perigo
> Por que a Fama te exalte e te lisonje
> Chamando-te senhor, com larga cópia,
> Da Índia, Pérsia, Arábia e Etiópia".

Nacionalismo

Charles Maurras. A "action française".

Patriotismo

Saltando séculos para trás: Cornélia, a mãe dos Gracos.

Nacionalismo

A invasão da Polônia em 1940.

Patriotismo

A defesa da Polônia em 1940.

Nacionalismo

A guerra da Abissínia.

Patriotismo

Péguy e Bernanos, morrendo o primeiro no *front* em 1915 com uma bala na testa; vindo o outro para o exílio no Brasil, "cuver se honte".

Nacionalismo

Hitler, Mussolini, Franco, Perón,

Patriotismo

Tiradentes.

Nacionalismo

O isolacionismo americano em 1940.

Patriotismo

O poema de Longfellow que Roosevelt envia a Churchill, por telegrama, abrindo assim com a poesia o caminho que será depois percorrido pelos comboios de armas e munições.

Nacionalismo

Brasilidade, Hispanidade, Língua brasileira. Vovô Índio. Anauê.

Patriotismo

Saldanha da Gama, Capistrano de Abreu.

Nacionalismo

1937. Ditadura.

IV

Vamos agora marcar mais nìtidamente a diferença que existe entre as duas espécies de fenômenos que acabamos de enumerar.

Começo por dizer que não há sòmente uma diferença de grau como se poderia concluir quando se ouve dizer que o nacionalismo é um patriotismo exagerado.

Essa maneira de apresentar a questão pretende caracterizar o fenômeno mais pela extensão de sua matéria do que pela perspectiva racional que em relação a ela se adota. Com

essa idéia, o patriotismo irá muito bem até certo ponto — tantos graus centígrados de ardor cívico — e o nacionalismo começa onde é ultrapassada essa escala, estando assim para o verdadeiro civismo como a febre está para a saúde.

Fôsse assim, o problema consistiria em demarcar os limites dos sentimentos para evitar que o patriota, num momento de maior entusiasmo, se transformasse em nacionalista. Seria isto o mesmo que dizer que um Saldanha da Gama um pouco esticado daria um Floriano Peixoto; ou que o patriota Roosevelt, se em vez de ter enviado um poema tivesse telegrafado a Churchill as obras completas de Longfellow, se aproximaria do nacionalista Hitler que presenteou o nacionalista Mussolini com as obras completas de Nietzsche.

É um êrro, e não pequeno, caracterizar um problema moral pela medida das coisas sôbre a qual se aplica; e é um êrro pensar que a normalidade nesse domínio se pauta pela mediana eqüidistante entre uma deficiência e um exagêro.

Basta pensar um pouco nos diferentes fenômenos apresentados para descobrir, sem sombra de dúvida, que êles não têm o mesmo espírito, que não se norteiam pelo mesmo critério e que, por conseguinte, não se podem medir ao longo da mesma escala.

E por isso não se pode dizer que o nacionalismo seja simplesmente um exagêro de patriotismo.

Ao contrário, há entre os dois capítulos uma oposição. No patriotismo, como veremos melhor, há uma reta conformidade com um justo critério; no nacionalismo uma oblíqua disformidade causada por um injusto critério. Poderíamos dizer, num paralelo que me parece perfeito, que o nacionalismo se opõe ao patriotismo como a superstição que é um vício se opõe à religião que é uma virtude.

Mas há dois modos de oposição em tôrno das virtudes morais, sendo assim a virtude um justo meio têrmo. A religião, virtude de justiça pela qual prestamos o culto que é devido ao nosso Criador, é um justo meio têrmo entre a in-

credulidade e a superstição. Nós diremos que o irreligioso peca por deficiência, e que o supersticioso peca por excesso; mas de modo algum queremos dizer que a posição certa e virtuosa esteja numa média eqüidistante dos dois extremos. Essa maneira de interpretar o fato da virtude ser um justo meio têrmo é grosseiramente defeituosa e tem contribuído em larga medida para reforçar as cômodas posições da mediocridade porque nessa interpretação não cabe a idéia de perfeição que é correlata à da virtude. O indivíduo que prorurasse a perfeição na linha prolongada da virtude estaria arriscado a tornar-se um viciado, se ultrapassasse a linha mediana tão cômoda e tão apreciada pela maioria dos homens.

Ir à missa aos domingos, já que assim o preceitua a Igreja, será bom. Mas ir à missa todos os dias será um exagêro, e portanto um comêço de vício.

Convém esclarecer melhor o sentido em que a virtude é um justo meio têrmo para que, com êsse instrumento aprimorado, não engrossemos nós a propaganda da mediocridade que mata nos corações dos homens o gôsto pela perfeição.

A virtude é um equilíbrio, que pode ser rompido por um desvio num e noutro sentido, mas o que a caracteriza como virtude é a retidão, a conformidade com o que é certo, a vertical que aponta para o zênite de uma verdade, e que, nesse sentido pode crescer e deve crescer na direção do mais perfeito, sem que êsse crescimento possa ser chamado de exagêro. O que se pode chamar de exagêro é o desvio para o lado que materialmente se caracteriza por um transbordamento. Em outras palavras, chamaremos de exagêro, pejorativamente, o acréscimo, não simplesmente por ser acréscimo e sim por ser uma excrescência que rompe o equilíbrio e que arruína o critério. Em matéria de crença, por exemplo, o critério é aquêle que nos é dado pela revelação divina e que é em nós recebido pela razão iluminada pela fé. Admitida a verdade católica, eu direi que crê com justeza quem adere às verdades reveladas por Deus e ensinadas pela

Igreja, nem mais nem menos. Se recusa um dos artigos peca por deficiência, por incredulidade, mas convém notar cuidadosamente que não é pelo fato de crer *em menos um* artigo que peca, e sim pelo fato de pôr em dúvida o critério fundamental que é a revelação divina e a infalibilidade da Igreja. Mas também peca se por sua conta acrescentar, como artigo de fé, o temor no saleiro entornado; e peca pelo mesmo motivo, ou seja, porque viciou, com êsse acréscimo, o critério fundamental.

Há porém uma linha em que se pode e se deve crescer sem que essa extensão seja um vício. Ao contrário será uma perfeição. É a linha que se orienta fielmente, inflexìvelmente, pelo critério da revelação divina, mas vai mais longe em fôrça, em profundidade, em conseqüência. O santo por exemplo, fica rigorosamente adstrito àquele depósito de fé a que nada se pode tirar e nada se pode acrescentar, mas constrói mais alto, por êsse mesmo prumo comum, a tôrre de sua alma.

Não é mais religioso quem crê em mais coisas; mas é mais religioso quem crê melhor nas coisas críveis.

É nesse sentido que a virtude é um meio têrmo, sendo um equilíbrio entre duas tendências viciadas mas equilíbrio de uma vertical que pode e deve crescer na sua justa direção. De outro modo, definida a virtude pelo meio têrmo medido no nível das coisas sôbre as quais se aplica, haveria oposição entre o conceito de virtude e o conceito de perfeição, que se traduziria concretamente por um universal apêlo à mediocridade.

E é nesse sentido que a virtude se opõe ao vício como a vertical, a retidão do critério, se opõe ao desvio. Nós diremos pois assim: o vício da superstição se opõe à virtude da religião por excesso. Mas não diremos: a superstição é excesso de religião. Porque nesta última fórmula a idéia principal de oposição fica eclipsada deixando crer que é na mesma linha, na mesma escala prolongada que a virtude se transforma em vício.

É curioso notar, entretanto, que êsse êrro é hoje divulgadíssimo. Numerosas pessoas, não sòmente contadas entre as de cultura menor, pensam que a normalidade é sinônimo de média, e que a virtude consiste no baixo meio têrmo das coisas e não no elevado equilíbrio da razão. Sociólogos e psicólogos de renome, seguindo consciente ou inconscientemente as idéias de Durkheim expressas em "Règles de la Methode Sociologique", alimentam êsse côro já volumoso do hino à mediocridade e, valendo-se de estatísticas, estabelecem a equiparação entre o conceito de normalidade e de média.

Voltando ao nosso tema, depois dessa digressão provocada pela existência muito difundida dêsse êrro, diremos que à virtude do patriotismo se opõem dois vícios, um por excesso, o nacionalismo, outro por carência, o internacionalismo. Mas teremos todo o cuidado de não dizer, e sobretudo de não pensar que o nacionalismo é um exagêro de patriotismo. Ninguém se arrisca a se tornar nacionalista por se tornar mais patriota. Mas qualquer um se arrisca a se tornar nacionalista se deixar entortar-se o critério justo do patriotismo.

V

O patriotismo é uma virtude moral anexa da justiça. Como tôdas as virtudes morais, tem a universalidade que não conhece fronteiras, mas deve exercer-se concretamente no desejo e na promoção do bem comum de uma determinada comunidade humana definida por fronteiras culturais, geográficas, lingüísticas e históricas. O homem procura o bem sob o duplo ângulo do universal e do concreto. Se a idéia de justiça manda que se dê a cada um o que lhe é devido, de um modo geral, a virtude da justiça é inclinada ao exercício, ao particular, ao concreto, ao próximo. Segue-se então que o homem precisa de grupos que se escalonem em zonas

concêntricas de densidade crescente. Em cada um dêsses grupos concêntricos — nação, província, cidade, paróquia, família — há limites para mais intensa concretização da vida moral, e em cada um dêsses grupos a mesma idéia geral de justiça se manifesta de um modo particular que vai mudando de aspecto de uma para outra dessas zonas da humanidade. O homem precisa dêsses limites e dessa descontinuidade, para a aplicação dos mesmos princípios de justiça.

Uma família é um todo bem definido e perfeitamente destacado de outra família; uma cidade é bem limitada e distinta de outra cidade; um país é uma realidade que tem fronteiras nítidas; fronteiras geográficas, lingüísticas; históricas e culturais. O que porém importa assinalar é que êsses limites da família, da cidade, da nação, não podem ser barreiras morais que confiram ao grupo assim definido o direito de procurar o bem próprio em detrimento da justiça. Êste é o ponto capital. E é aqui, neste ponto, que melhor se evidencia a radical oposição entre o nacionalista e o patriota.

O patriota deseja a nitidez de suas fronteiras; cultiva-a, exalta-a; mas ao mesmo tempo, num aparente paradoxo, é capaz de compreender o patriotismo dos outros. Êle sabe perfeitamente que suas muralhas são porosas para o sentimento universal da justiça.

O nacionalista, ao contrário, se caracteriza por um isolamento moral, e portanto imoral. Êle deseja fronteiras refratárias, onde se detenham, como inúteis para aquela comunidade à parte, as lendas dos heroísmos distantes, as histórias de homens como Kosciusko que lamentaram em polonês a servidão de sua terra natal.

Um patriota brasileiro, sendo realmente patriota, é capaz de chorar de emoção ouvindo contar histórias de patriotismo húngaro ou chinês. Simpatiza intensamente com a dor de Kosciusko ainda que não saiba pronunciar o esquisito nome de sua cidade natal.

E sabe, sendo realmente patriota, que poderá lucrar, e traduzir no coração as lágrimas húngaras e o sangue polonês; e sabe que assim, nesse exercício, pode tornar-se mais patriota e mais brasileiro.

O nacionalista ao contrário, não achará graça nenhuma no heroísmo húngaro ou chinês que lhe parecerá um cômico equívoco. O verdadeiro nacionalista, de um daqueles tipos que há pouco enumeramos, achará esquisitíssimo e inteiramente incompreensível o amor de um polonês pela Polônia. E nos advertirá, com sua ênfase peculiar, que a formação de um Brasil forte e unido exige que suas crianças só conheçam heróis brasileiros, ainda que algum dêles nunca tenha sido heróico.

Quando eu tinha sete anos minha mãe ensinava-me o patriotismo num livro italiano, "O Coração" de D'Amicis. Líamos juntos as histórias do *Escrevente Florentino* e do *Pequeno Vigia Lombardo,* e muitas vêzes eu me detinha na leitura, com um nó na garganta, sentindo, compreendendo a grandeza, a pureza, a beleza daquela dedicação que chegava ao dom de si mesmo naqueles bons meninos de outras terras. E nesse curto instante de emoção havia entre nós dois uma corrente de generosidade. A boa mãe, já ali, naquele instante, naquele minuto de lição, começava a longa despedida de seu filho, incitando-o aos justos combates, como a romana Cornélia, obscura Cornélia, apagada heroína; como tôdas as mães generosas. E eu, naquele tempo, no meu coração de menino queria ser no meu Brasil como aquêles meninos da Florença e da Lombardia.

Quando porém meus filhos tinham sete anos "O Coração" de D'Amicis tinha sido afastado das escolas. Haviam descoberto que o livro italiano lhes impediria o desenvolvimento da brasilidade. Haviam decretado que as tabuletas dos colégios fôssem traduzidas para o português — ou para a língua brasileira como quiseram alguns. Depois mandaram distribuir nas escolas públicas o *Sorriso do Presidente* e a *História do Menino de S. Borja.*

Vejam bem a diferença, não só dos livros, mas dos dois espíritos.

É claro que, em condições iguais, compreende-se que os meninos devam conhecer melhor as coisas de sua terra, da terra dos seus pais, porque é do conhecimento dêsse patrimônio que procede o amor do patriotismo. Mas pensar que o patriotismo só pode ser aprendido na língua do país e com fatos do país é tão insensato como pensar que a temperança, a coragem e a castidade só podem ser adquiridas no vernáculo e com exemplo da mais pura brasilidade; e é tão estúpido como pretender que as virtudes domésticas do vizinho sejam um mau exemplo para o desenvolvimento das virtudes domésticas de minha família.

O ponto central das distinções que estamos traçando é a radical incapacidade que tem o nacionalista de aprender o teor moral do patriotismo e sua dependência da justiça; e, por conseguinte, a total incapacidade de simpatizar com o patriotismo alheio. Falta-lhe o que Chesterton em *Barbaria de Berlim* tão bem chamou senso de reciprocidade.

O nazismo foi sem dúvida a forma mais exasperada e mais extremada de nacionalismo. Da completa falta de senso de reciprocidade não há talvez melhor exemplo do que a famosa frase de Hitler diante de Varsóvia: "Criminosa loucura a defesa desta cidade!".

VI

O patriotismo é uma forma de reverência que tem apoio na tradição. É um sentimento, raro hoje, de respeito pelos antepassados. É um modo peculiar, racional e afetivo, de ver no chão de uma terra o sinal de pés antigos. É um modo especial de adivinhar numa paisagem os sinais, os comoventes sinais de antigas mãos. É um modo sem igual de simpatizar com dores passadas e de se alegrar com passadas

alegrias. É ter uma história comum, que vem de longe, cantada na mesma língua e vivida no mesmo grande e permanente cenário.

Eu disse as dores e as alegrias evocadas; mas deixei passar a nota contraditória que rege essas evocações e que põe um quê de tristeza nas alegrias de outrora e um quê de alegria nas tristezas vencidas. Vejam por exemplo os monumentos públicos. São os nossos mortos que vêm pôr ar de festivo cemitério nos bons jardins públicos onde brincam as crianças, o futuro, em tôrno dos pedestais do passado.

Mas os nossos primeiros antepassados são pai e mãe. Não é pois fora de propósito dizer que o patriotismo começa pela reverência dos pais, êsses elos vivos, êsses nós entre dois mundos. A etimologia nem sempre é argumento; freqüentemente é sofisma; mas aqui, neste problema que hoje nos ocupa, a etimologia vale por definição. Pátria deriva de pai. Patriotismo deriva de uma lei natural que foi elevada à dignidade de mandamento divino: honrar pai e mãe.

Patriotismo é pois a virtude da longa continuação e da grande fidelidade. Fundamenta-se no passado como raiz, e valendo-se do que houver de genuíno nesta tradição projeta-se para o futuro. O patriota deseja um Brasil melhor, deseja com tôdas as fôrças da virtude bem equilibrada a perfeição do seu povo, de sua cultura, de suas instituições.

O nacionalista também deseja um Brasil melhor, mas num outro sentido. Na verdade o que êle deseja é um outro Brasil. Seu critério está mais numa invenção do que numa continuação, é mais idéia do que realidade. Os dirigentes nazistas, no apogeu de seu delírio, já pouco falavam de pátria, da Vaterland, da terra de seus pais. Falavam da Idéia, lutavam pela Idéia, morreram pela Idéia. Desejavam realizar numa espécie de fotomontagem, com material colhido aqui e ali em lendas germânicas (porque o barro é necessário às modelagens mais ousadas), um nôvo Reich, como aqui entre nós se desejou o Estado Nôvo e a Idade Nova.

Existe pois, sob êste ponto-de-vista, uma diferença radical entre os dois espíritos. O patriotismo é uma reverência diante de uma realidade que continua. O nacionalismo é uma exultação diante de uma idéia a ser realizada, de uma coisa que não existe, sonho de uns poucos, pesadelo de muitos.

VII

Sendo o patriotismo uma virtude moral anexa da justiça e inscrita na esfera do Quarto Mandamento, é óbvio, para os católicos, que não pode haver vida cristã perfeita onde faltar essa forma de piedade. Daí se segue que um católico não pode desinteressar-se da sorte de seu país, da sua história, de seus destinos, e principalmente dos fatos políticos, sem trair um preceito. É vão o seu patriotismo se se desloca dos dramas da convivência humana para as preciosidades geográficas ou para o campeonato de futebol.

Sendo o patriotismo uma virtude moral, é claro que o sentimento mais se dirige para os homens do que para as coisas. É mais uma forma de fraternidade do que uma admiração pela bacia hidrográfica do Amazonas.

De *ufanismo* não se pode talvez dizer que esteja na linha do nacionalismo; mas por mais forte razão não está na linha do patriotismo. É um fenômeno lateral que se alastra na enorme zona neutra reservada à proliferação de tôdas as tolices. Mas, num certo sentido, pode-se mostrar que essa idéia meio vaga e meio disponível pende mais depressa para o lado mau porque, fundamentando nas riquezas acidentais do país o sentimento de nacionalidade, priva-o do conteúdo moral. Para o ufanista tudo se reduz a um sentimento bocó de admiração pelo lote de mamíferos, de fôlhas e de montanhas que por acaso histórico nos foi adjudicado. O patriota se transforma no irresponsável felizardo que tirou numa rifa o Pão de Açúcar e a Vitória Régia.

VIII

Permitam-me insistir num ponto. Disse atrás que não bastava apresentar o nacionalismo como um exagêro de patriotismo. Ora, o que foi dito depois poderá induzir alguém em êrro, a ponto de pensar que o nacionalismo consiste em acrescentar barreiras morais onde já existem barreiras culturais, históricas e geográficas. Seria assim um refôrço, ou, como se costuma dizer, um exagêro. Em outras palavras, o nacionalista seria injusto apenas em relação ao estrangeiro, sendo melhor para o nacional, mas de um melhor que não é permitido.

Ora, quero demonstrar-lhes que não é assim. A mudança de espírito é completa, a subversão é profunda, a tal ponto que a própria matéria geográfica, histórica, cultural e lingüística, a própria vida interna do país não é vista com os mesmos olhos por um e por outro.

Para o nacionalista, como já lhes disse, não importa o que as coisas são e sim o que deveriam ser à luz de uma idéia. Para o patriota também importa o que as coisas devem ser, mas êsse *deve ser* moral está na linha das realidades humanas que são perfectíveis e não na linha de uma invenção.

Uma das características mais tôrvas dessa mentalidade idealista, no sentido clássico da palavra, é o irrealismo que oscila entre a demência, como fenômeno mental, e a impostura como fenômeno moral. O homem normal também é idealista, se por tal se entende quem tem ideais, mas ideais de perfeição, ideais concretos como diz Maritain, isto é, ideais que estão contidos nas coisas. Nesse sentido é que nós desejamos, como ideal concreto, a realização de uma nova cristandade com tais e tais características. Charles Journet para exprimir êsse ideal, e assinalar sua nota de profundo realismo, diz assim: "Une nouvelle chretienté demande à naître".

Para nós também há um nôvo Brasil que quer nascer, e que já existe em raízes nas aspirações, às vêzes desordenadas, que estão pedindo os nossos esforços de coordenação e aproveitamento.

Mas o nacionalista tem outro tipo de idealismo, onde a idéia domina a realidade. Êle não se atém às realidades históricas, lingüísticas, culturais e geográficas. No clima do seu idealismo mágico êle compõe, inventa, projeta, fabrica. As realidades, desde a geografia até as almas, serão apenas a matéria com que deve ser montada sua obra de arte. Tudo está à sua disposição. Se faltam heróis, inventam-se. Se a história é feia, modificam-se os fatos. O próprio fenômeno da linguagem fica à mercê dos decretos, e a própria geografia torna-se plástica, ou para ser alongada em forma de império, como sonharam Hitler e Mussolini, ou, na falta de material bélico apropriado, para ser simplesmente mexida e remexida internamente nos nomes de cidades, como por exemplo Limeira do Rio Doce que ficou sendo Governador Benedito Valadares, e Itabira que se transformou em Presidente Vargas.

Se estendêssemos o alcance de nossas investigações, poderíamos mostrar que há sempre na base do nacionalismo um profundo sentimento de aversão pelo homem, uma náusea, um desejo de reforma, não de reforma moral, mas de reforma física que nos dê uma nova humanidade — como nos dizem os integralistas — em lugar desta nossa antiga e fatigante humanidade.

O nacionalismo é por isso um sentimento duro, implacável, destituído de ternura e oposto à reverência. Concepção da vida e do mundo mais teatral do que moral, apetite de apoteose mais do que um desejo de humana felicidade. O nacionalista acha absolutamente necessário que o objeto do seu culto seja vistoso e grandioso. Se os fatos o não ajudam, tanto pior para os fatos. Êle não hesitará em lançar mão das mais estridentes mentiras para suprir a deficiência das realidades. Mentirá. Mentirá com eficiência. Mentirá com método. Mentirá com entusiasmo, para manter acesa a flama de ideal, como dizem os integralistas. E sobretudo

mentirá com um esquisito sentimento de sinceridade, por estar convencido de que é tão legítimo mentir em política, como é legitimo usar árvores de papelão no teatro.

Em resumo, o que eu quero dizer é que o nacionalista mais se parece com um cenógrafo, com um ator, e às vêzes com um palhaço, do que se parece com um bom pai de família que ama e reverencia o pequeno grupo humano que dirige, ainda que seja pobre e feio.

O ponto onde agora desejo chegar, se bem me entendem é o seguinte: Seria um êrro supor que o nacionalista é apenas injusto com os homens que vivem fora de suas fronteiras. Não. Êle é principalmente injusto com os homens que vivem dentro de suas fronteiras. O horror ao estrangeiro é sobretudo nocivo para o nacional, o que aliás era de esperar, porque a justiça não pode ser mutilada e continuar a ser justiça. Quem faz acepção de pessoa, protegendo esta em detrimento daquela, é injusto com ambas, aqui por excesso, ali por deficiência. E, como nada se multiplica e se reproduz mais ràpidamente do que a injustiça, depressa se transforma um país nacionalista numa sementeira de privilégios, de pistolões e de favoritismo. E logo após, como fôrças de devastação física, a injustiça cria favelas, endurece o pão, turva a água, e falsifica o leite.

No caso do Brasil, a xenofobia é algo tão estúpido que se torna cômico; e o desejo de nacionalizar a Light ou de restringir a imigração é algo tão cômico que se torna trágico. Anos atrás, por exemplo, quatro irmãs de caridade canadenses tentaram desembarcar aqui. Ofereciam-se para tratar de leprosos. Mas a suscetibilidade do Estado Nôvo estomagou-se com essa pretensão das quatro intrusas que vinham ver de perto as nossas mazelas. Funcionou o bloqueio da burocracia e as filhas de S. Vicente voltaram. Não passava a caridade nas alfândegas do Brasil. Fica assim evidenciado que o fato de traçar em tôrno das barreiras naturais um anel de injustiça não funciona sòmente como um acréscimo de separação, mas também, e principalmente, como

uma profunda deterioração daquilo mesmo que se deseja guardar. A cultura, fechada nesse círculo de isolamento moral, azeda e apodrece. A história se altera, e se cobre de figuras e fatos parasitários com que se ilude e se adormece a vigilância de um povo. O próprio idioma, em respeito aos seus fundamentos naturais, torna-se jôgo de reformas ortográficas ou de brinquedo de nacionalização nas mãos de improvisados filólogos. E assim todo o patrimônio de um povo se corrompe quando lhe falta essa ventilação da universalidade moral.

IX

Procurei até agora mostrar que a boa solução dos problemas internos de um país exige um genuíno patriotismo com a nota essencial de idéia universal da justiça e da solidariedade humana. Agora proponho-me demonstrar que a boa solução dos problemas internacionais exige um profundo sentimento de solidariedade humana com essa nota essencial de um genuíno patriotismo. Em outras palavras, quero dizer que uma sociedade de nações não poderá funcionar com representantes nacionalistas; funcionará mal com internacionalistas; e só poderá dar resultados bons e fecundos com representantes verdadeiramente patriotas.

A idéia, aliás, é muito mais simples do que à primeira vista parece; e deriva diretamente dêste postulado fundamental: uma sociedade de homens se torna mais perfeita e mais feliz, na medida em que se torna mais fraterna. É nesta atmosfera da amizade cívica que uma sociedade humana se torna verdadeiramente humana e realiza o seu bem.

Ora, sendo o homem uma criatura racional, composta de corpo e alma espiritual, tem de tomar consciência de seu bem, e procurar racionalmente, aprendendo e exercitando, o seu fim. Ressalva feita da ciência dos primeiros princípios que está em sua natureza, o homem aprende tudo, exer-

cita-se em tudo. Nem é anjo que vê num relance, e num relance escolhe; nem é animal instintivo que recebe ao nascer tôdas as disposições necessárias à realização de seus fins. O homem, pelo espírito, tem de imprimir um cunho de racionalidade a todos os seus atos pròpriamente humanos; mas, por causa de sua animalidade, e por causa do precário equilíbrio em que se encontra, obriga-se a um exercício penoso, arrastado, prolongado, para a aquisição das necessárias virtudes.

Precisamos pois receber lições de tudo. Aprendemos a falar, aprendemos a ler, aprendemos a pensar, e aprendemos a amar. Tudo o que nos concerne está sujeito à lei da perfectibilidade pela lição e pelo exercício. Aprende-se em chinês, em latim ou húngaro; mas só pode exercitar-se no concreto, isto é, num recinto que se isole, num grupo que se constitua à parte, como sociedade menor, mais próxima e mais densa, dentro da sociedade maior. Por isso pede a natureza humana que o mundo do homem se divida em nações; que as nações se dividam em províncias; que as províncias se dividam em municípios. E assim, uma sucessiva contração, com graus de marcada descontinuidade, se processa para que o homem encontre o homem, e nessa pequena liça, com um mundo ao redor, inicie o brioso torneio da convivência.

A contração continua. Não é ainda no âmbito por demais esparso do município ou da cidade que se pode preparar aquela fina substância da amizade cívica.

Onde será então que se prepara, com a devida intensidade, com a justa composição, essa atmosfera da fraternidade? Em que gasômetros de amor se destila e se concentra êsse cordial oxigênio? Em que limites mais apertados, mais resguardados, podem os homens exercitar efetivamente as regras dos encontros?

Só pode ser na Casa. Na casa de família. Na casa que se fecha, não para isolar-se da cidade, como um covil de

ladrões, mas para abrigar da chuva e do vento a boa sementeira da amizade.

Em relação aos muros das casas de família há porém um problema semelhante ao das fronteiras das nações. Há casas patrióticas e casas nacionalistas. Poderíamos também mencionar as casas internacionalistas, onde entra e sai quem quer, onde todo o mundo faz o que lhe passa pela cabeça, e onde, em suma, impera tamanha tolerância que não seria impróprio chamá-las casas de tolerância.

As nacionalistas são aquelas que mais abrigam uma quadrilha do que uma família. Não porque sejam os seus membros ferozmente desunidos; antes porque são unidos ferozmente. Unidos contra as outras casas.

Nesse ambiente, por mais educados que sejam os hábitos, conspira-se contra a cidade. Nesse reduto, nesse covil, em lugar da sementeira cívica, o que se prepara é o favoritismo, o que se manipula é o pistolão. Nessa casa, o de que se cuida é de arranjar empregos e vantagens para todos, desde que um tio ou um cunhado logrem atingir uma altitude de poder que lhes permita a distribuição privada da coisa pública.

É também postulado nosso que uma sociedade é o que são suas famílias. Ora, é inútil disfarçar a situação em que hoje nos encontramos sob êsse ponto-de-vista. De um lado vê-se a vertiginosa decomposição de nossas melhores tradições. As famílias se desmancham. Os casamentos são cada vez mais efêmeros. E as casas funcionam apenas como plataforma de estação, como ponto de baldeação entre as correrias do dia e as correrias da noite. De outro lado, entretanto, assistimos à fossilização de nossas piores tradições. As famílias que resistem ao vento de destruição se aglutinam com tôdas as fôrças do egoísmo, como se vivessem em terra de inimigos.

Os moralistas se inquietam com a instabilidade dos casamentos e com as repetidas reivindicações dos divorcistas; mas não se inquietam na mesma proporção com o filhotismo

e com o pistolão. Ora, ambos os fenômenos, cada um a seu modo, afligem a sociedade e afligem a família. Escancarada, a casa se dilui; isolada da cidade, a casa se perverte.

E em ambas as hipóteses tanto se perde na família como na pátria.

É de uma importância capital a compreensão do estreito nexo entre os sentimentos familiares e os cívicos, e é essa compreensão que falta em tôdas as teorias, da direita e esquerda, que pretendem resolver o problema da reestruturação da sociedade sem a amizade cívica e portanto sem a casa que é a oficina dessa amizade.

X

Voltemos à nossa idéia de um mundo humano formado de zonas concêntricas. Em contrações sucessivas chegamos à casa de família que é (ou deve ser) o lugar onde se destila a amizade cívica. O ar da amizade está ali (ou deve estar) em densidade maior e mais alta pressão. Por isso a casa se fecha. Escola, sala de armas onde se exercita a difícil esgrimagem da justiça, a casa tem o recato necessário a êsse aprendizado que não deixa de ter o seu ridículo, como todo o aprendizado. Por isso a casa é um segrêdo. Lá dentro, entre as quatro paredes bem opacas — contra as idéias arquitetônicas do Sr. Niemeyer — a família aprende e exercita, entre alegrias e aflições, as regras dos atritos humanos.

Há muito esbarro no vaivém apertado da vida familiar, muitos cachações, como dirá Machado de Assis — mas é nesses mesmos choques cotidianos, e eu direi até nesse atrito contínuo, que cada um encontra as mais ricas oportunidades de exercer as virtudes. E quem diz exercer, nessa matéria, diz adquirir.

A luta moral tem uma característica que vale a pena encarecer. Enquanto nas lutas físicas, como nas guerras, o vencedor sai mutilado, ferido, exausto, mal se distinguindo do vencido; nas batalhas morais o vencedor sai sempre mais forte do que entrou. Não é troféu, botim, prêmio material o que aí se conquista, mas um nôvo vigor. Nas lutas morais, ao contrário das físicas, quem vai resistindo e vencendo, vai se tornando cada vez mais forte, mais armado, mais ágil, mais pronto. Daí a imensa utilidade dêsse exercício em ambiente fechado onde são múltiplas as oportunidades de lucro. E daí o terrível inconveniente de se armar a chamada harmonia familiar em têrmos de evasão.

Os moralistas de convenção referem-se freqüentemente às doçuras da vida familiar e ao suave remanso do lar. É mentira dêles. São ufanistas da casa. Mentem como os idólatras da Vitoria Régia, ou como os locutores de rádio pagos para dizer ao microfone, em sete de setembro, que o país inteiro, de norte a sul, está vibrando de ardor cívico.

É certo que a casa tem doçuras de mel; como é certo que tem agruras de fel. Tem tudo o que é do homem em mais espêssa e densa humanidade. Às vêzes a atmosfera fica tão sufocante, dentro de casa, que a rua se torna um paraíso apetecido. Saímos a respirar um pouco, para gozarmos o descanso das multidões indiferentes, da humanidade neutra, dos vultos que não nos cobram nada, dos rostos que não nos dizem respeito. E às vêzes tem-se a impressão de uma irreparável destruição, de uma incompatibilidade sem remédio. Parece inútil lutar, tempo perdido insistir. E êsses pensamentos uma vez que se instalem, vão corroendo em nós aquelas mesmas reservas em que deveríamos buscar a recuperação.

A fragilidade do matrimônio decorre de uma desmedida exigência de felicidade, ou melhor, da aplicação dessa exigência a uma coisa que não suporta tal pressão. Há uma insolência nossa nessa impaciente cobrança de ventura, e há sobretudo um equívoco, porque pretendemos tirar da casa, do matrimônio, do amor humano, um infinito rendimento,

quando é finita e sempre muito exígua a nossa própria contribuição. Depositamos com mesquinharia e queremos juros generosos, infinitamente generosos. E no desejo dêsse absurdo balanço nós somos injustos com o próximo, e injustos com Deus. Realmente, por mais esquisito que isto pareça, se alguém imagina que a sua noiva, e mais tarde a espôsa, lhe possa dar plena felicidade, não terá direito de queixar-se nos dias de decepções, porque foi êle, inicialmente, o primeiro culpado de injustiça.

Só se restabelece o equilíbrio dêsse problema em que se põe num dos têrmos um desejo aberto para o infinito, quando no outro têrmo se coloca a lembrança muito consciente, muito reverente, do depósito de sangue infinitamente precioso que um Outro colocou à nossa disposição, e quando, conseqüentemente, para êsse Outro orientamos todos os nossos anseios de felicidade perfeita.

XI

Mas voltemos ao nosso ponto de partida, à casa, à casa fechada para o exercício da amizade. Disse que a casa é um segrêdo. De fato o é. Ou deve ser. Deve ser uma interioridade. Uma intimidade. Uma intimidade de afeições e uma intimidade de aflições. Um mundo de recato. Uma história escondida. Mas dentro dêsse segrêdo que abriga uma família há um outro segrêdo que se esconde da família. Naquela gruta de pedra há uma concha fechada e dentro dessa concha um segrêdo maior, escondido na intimidade e no segrêdo da casa. Os esposos se escondem. Escondem-se da casa, dentro da casa. Fecham-se dentro do que já é fechado. Abrigam-se no interior do que já é abrigado. E assim é que, nesse último reduto, nesse último pôrto, nesse abrigo, nessa concha, preparam não só o amor e a justiça, mas também o fruto dessa justiça e dêsse amor.

Vejam, vejam senhores como o mundo do homem é feito de sucessivas e concêntricas fronteiras que vão, desde aquelas que vemos no mapa com rios e cordilheiras até a porta fechada da câmara conjugal. Mas agora apreciam o reverso do fenômeno: cada uma dessas muralhas é sucessivamente superada, como barragem de açude que se quer cheio para que transborde em serviço. O dinamismo das fronteiras está voltado para fora. E agora, vejam, vejam nessa nova direção como se expande o mundo do homem!

De fato, se é verdade que os esposos se escondem, em compensação não há nada menos escondido do que o fruto de seu segrêdo e não há nada mais apregoado, mais publicado, do que a criança que nasce. Toca cem vêzes o telefone, êsse pequeno sino familiar do natal dos homens. É menino ou menina? Expedem-se cartões. Abrem-se as janelas. Como se chama? Quanto pesa? Com quem se parece? As vizinhas comentam; as criadas, esquecidas de tudo, enternecem-se, e varrem melhor, lavam melhor, como se o filho, sendo da casa, fôsse um pouco delas também; e as tias e as avós emitem vaticínios, ou confirmam profecias de que aliás ninguém mais se recorda.

O segrêdo tornou-se público. A porta misteriosa foi arrombada por um ladrão recém-nascido. E o aroma de alfazema que sai pelas frestas da casa, que se dilui no ar, no ar da rua, da paróquia, da cidade, já é a primeira suave emanação da amizade cívica, o oxigênio das almas.

A casa nesse dia deu o seu fruto. Fêz a sua entrega.

Nasceu hoje uma criança. Nem é preciso telefonar para saber que naquela casa nasceu hoje uma criança. Vê-se de longe. Quem acaso estiver à janela pelas cercanias logo verá que alguma coisa aconteceu, naquela casa, naquele navio ancorado: porque no seu exíguo convés, em sinal de festa, tremula uma carreira de fraldas ao vento — bandeiras brancas de júbilo e de paz.

XII

Há certos fenômenos, de tal modo compostos, que à primeira vista parecem contraditórios e que, por isso, induzem fàcilmente em êrro os observadores superficiais. Tomo um exemplo tirado de André Gide, embora em sentido diferente: o papagaio que o garôto empina no fundo do quintal. Papagaio de flecha e papel. Em forma de pipa e com rabo de duas tiras de pano. Um observador que nunca tivesse soltado um papagaio, ou que pertencesse a essa esquisita raça de homens de onde saem certos sociólogos ou certos pedagogos, vendo a pipa lá no alto, gingando ao vento como que se debatendo para fugir, seria capaz de pensar que é o cordão que impede o papagaio de subir mais alto. Ora, é justamente o cordão, ou melhor, a esquisita aliança entre o cordão e o vento, que lhe permite subir. O papagaio só consegue subir muito alto porque está prêso. Cortado o fio que o retém, ao contrário do que pensaria o nosso desvairado filósofo que apostrofa os limites, sejam êles fronteiras ou dogmas, a pipa irá se espetar nas árvores, ou ficar ridìculamente pendurada pela cauda nos fios telegráficos.

Assim é a condição humana. Nós precisamos de cordão e de vento. A idéia que estou aqui desenvolvendo, para salientar a diferença entre patriotismo, nacionalismo e internacionalismo, tem êsse duplo aspecto. Querem uns que o homem suba sem o vento da justiça; querem outros que lá no alto se mantenha sem cordão. Nós mostramos, de fora para dentro, que o homem se prende voluntàriamente em células concêntricas e livremente obedece a êsses sucessivos limites. Agora, ao contrário, na direção oposta, no sentido do bom vento da justiça, vemos crescer o mundo do homem, da casa para a paróquia, da paróquia para a cidade, da cidade para a província, da província para a pátria. E finalmente, da pátria para um mundo realmente humano, universal, católico.

E em cada um dêsses limites se aplica a mesma idéia aparentemente contraditória da utilidade do limite e do imperativo do transbordamento. E em cada um dêsses limites há lugar para um dos dois erros que já assinalamos. O nacionalista, por exemplo, pensará que o bairrismo e a emulação entre as províncias são ameaças para a unidade nacional. Se puder, mandará queimar em praça pública as bandeiras estaduais e destruirá a autonomia dos municípios, como aqui aconteceu durante a ditadura, sem perceber que está destruindo a nação.

O nacionalismo, de fato, destrói a nação; transforma a diferenciada organicidade de um país num monólito sem vida; e, o que é pior, destrói nos homens as suas últimas reservas de civismo porque, quebrando as células concêntricas, a autonomia estadual, a vida própria dos municípios, e o segrêdo da casa, está furtando ao homem, uma por uma, as sucessivas oportunidades de exercer o verdadeiro patriotismo, que nasce na casa, que se expande nos bairros — amarrando-se em sinais próximos visíveis, um campanário de igreja, uma paisagem de infância — e que assim se alarga, se dilata, detendo-se um instante em cada limite que atinge e vence, recuando um pouco nas bordas do limite para transpô-lo com mais fôrça — como o braço do arqueiro recua a fim de que a flecha vá mais longe — e assim continua êsse transbordamento sucessivo que o dinamismo da justiça impõe.

Para o verdadeiro patriota, isto é, para um homem verdadeiramente sensato e retamente afetivo, a tôrre da sua igreja e a paisagem do seu bairro é o Brasil. E recìprocamente, o Brasil é a igreja e o bairro. Cada coisa é sinal da outra, conforme a perspectiva. E é na dupla perspectiva que ambas as coisas são reais e conexas. É claro que o justo equilíbrio não é fácil. Essa, aliás, é uma das notas características do que nós entendemos por democracia: é um equilíbrio difícil entre dois desequilíbrios fáceis. E êsses desequilíbrios são fáceis porque agradam mais depressa aos

povos do que a esdrúxula proposta de lágrimas, suor e sangue.

O problema que até agora abordamos poderia ser colocado em têrmos mais gerais de concepção política, e não seria difícil mostrar que o patriotismo está para a democracia como o nacionalismo está para a demagogia. Permitam-me uma breve análise dêsses dois conceitos, que me parece aqui de alguma utilidade.

A democracia e a demagogia têm alguma coisa de comum. Ambas procuram exprimir a voz do povo. Tanto na democracia como na demagogia o que se procura é um tipo de govêrno, uma forma de sociedade, uma norma de convivência de acôrdo com as aspirações de um povo. Mas agora vejamos a diferença. A oposição. Enquanto a democracia procura exprimir e representar um povo por suas virtudes, a demagogia procura exprimi-lo e representá-lo por seus defeitos. Nesse sentido eu poderia dizer, sem falsear a realidade, que hoje são muitos, em nosso país, os que desejam bem representar o que nós temos de mau.

Como se vê, o combate é desigual. Tôda nossa dificuldade — e esta é a nossa grande missão — está em conseguir representar bem o que nós temos de bom. E para isto, mesmo com o risco da impopularidade — o que em política é heroísmo! — e mesmo com a certeza de derrota eleitoral, é preciso resistir ao tôrvo pendor da xenofobia, de ódio ao estrangeiro, de nacionalismo bocó, que foi uma das heranças mais tristes do Estado Nôvo.

Há muitos problemas em que um partido político realmente democrático deve sustentar uma posição difícil. Êste de que hoje tratamos é um dêles. Trata-se de defender o patriotismo contra o nacionalismo, e é inútil disfarçar a gravidade do vício que ficou gravado em nosso povo. Esta defesa, como tentei provar, tem dois aspectos complementares: em relação à vida interna do país nós defenderemos a casa, a cidade, o município e o estado; em relação à vida externa, defenderemos o patriotismo, tendo sempre em vista a universalidade da justiça. Eu insisto no caráter compósito e difícil do problema, lembrando a imagem do fio e do vento. E insisto na necessidade de descer em contrações sucessivas para poder subir em sucessivas dilatações.

O universo físico, segundo as modernas teorias, é apresentado como qualquer coisa que cresce em tôdas as direções. Os físicos nos falam de um universo em expansão. Pois bem, o universo dos homens, o universo das almas, é também qualquer coisa que cresce. É um universo de amizade em expansão. Mas o mundo do homem não cresce simplesmente como uma nuvem se dilata; não cresce uniformemente; não incha; o mundo do homem cresce em dois sentidos e em dois tempos, contraindo-se e expandindo-se. O mundo do homem cresce, e só pode crescer, à imagem de seu próprio coração.

VI

A MISSÃO DA MULHER

I

Diante dos problemas de nosso tempo, graves e múltiplos, convém averiguar qual é a tarefa que melhor incumbe a cada grupo, e mesmo, na medida do possível, a cada indivíduo. Uma boa distribuição de incumbências, nestas questões de ordem prática, já é um princípio de solução; e talvez se possa dizer que a confusão em que nos debatemos consiste precisamente na falta de uma inicial arrumação de aptidões.

Vivemos num mundo desarrumado. Vivemos, por assim dizer, num permanente estado de guerra. Nossas cidades estão invadidas, nossas casas continuam sendo bombardeadas por um inimigo tenaz e implacável. E não é menor a devastação se as bombas são silenciosas e os escombros invisíveis, porque as piores ruínas, os mais lamentáveis desabamentos, são aquêles, silenciosos e invisíveis, que nos derrotam por dentro, em nosso próprio coração.

O ateísmo otimista de nossos avós já nos deu o seu fruto: o desumanismo pessimista. Não é mais de Deus que se descrê, é do homem. Já não são histórias de milagres, de santos e de anjos que nos parecem fábulas inacreditáveis: o que nos parece mito, lenda, fábula, são as histórias de pão, de leite, de casa. A cada instante parece-nos que uma dessas antigas e robustas realidades vai nos faltar, como se fôra miragem.

E as pessoas de boa vontade se entreolham e se interrogam: "O que devemos fazer?" Os moços, irritados, declaram que não podem confiar nos mais velhos, e fundam revistas efêmeras para dizer em verso e em prosa, com mo-

notonia, que esta geração, a dêles, nada deve à outra geração, a de seus pais. O que é preciso fazer é uma nova humanidade purificada dos vícios da antiga. É recomeçar, e recomeçar da estaca zero. Recomeçar como se as suas experiências de hoje, dos moços de hoje, nunca tivessem sido outrora vividas e sofridas.

Os velhos, por sua vez, murmuram desoladamente que não se pode confiar nos jovens, porque êles se despegam da tradição, e porque nada é possível, nenhuma combinação, nenhum aprazamento, com quem se despega da tradição.

E todos se agitam, nervosos, excitados, com estremecimentos para cada sombra que vêem passar, e com fugazes entusiasmos para cada brecha de luz de onde lhes parece vir a aurora de um mundo nôvo. Que fazer? Quer fazer?

O panorama da nossa época é realmente sombrio; as almas andam crispadas; e o mêdo tomou conta de uma cultura que foi um dia insolente e otimista. Mas é preciso não esquecer a contraparte da questão; ou melhor, é preciso não esquecer a grandeza que anda associada à nossa miséria.

De fato, a nossa época tem uma grandeza trágica que parecia expulsa do século confortável em que viveram nossos avós. A par dos acontecimentos degradantes, há uma tomada de consciência que nos incita à incomparável aventura de ser homem até o heroísmo. Todos sentem, mais ou menos obscuramente, êsse tremendo convite. Todos querem tomar parte nessa nova epopéia.

E nós todos nos perguntamos, uns aos outros, o que fazer com os comunistas, o que fazer com a pobreza sem premiar a vagabundagem e o que fazer com a vagabundagem sem ofender a pobreza. Perguntamos que medida se pode tomar para impedir que o homem do campo abandone suas terras para vir morrer tuberculoso nas favelas, e que providência reclamar dos governos vacilantes contra os costumes cada dia mais baixos, e contra os preços das coisas, cada dia mais altos.

Não pretendo que a condição humana seja hoje mais trágica do que ontem. O homem é sempre trágico, mesmo quando se torna cômico. A vida foi sempre quase absurda de tão difícil, mas o próprio do homem é ater-se ao que é difícil. O que se pode dizer de nossos dias é que agora se processa, com maior acuidade, a consciência moderna de problemas eternos. O problema social, por exemplo, veio à tona da história, e hoje já é mais do que um problema, é uma ameaça. Uma espantosa esfinge com rosto de miséria atravessou-se em nosso caminho a dizer-nos: decifra-me ou devoro-te.

Em tais e tão complexas circunstâncias não admira que as pessoas de boa vontade descubram que devem tomar posição. É preciso tomar posição, mas onde? É preciso optar, mas o quê? É preciso servir, mas como?

E, nesse desconcêrto de perguntas ansiosas, ouvimos a voz da mulher. Formando um côro como nunca se ouvira igual, a voz da mulher, a voz da metade do mundo, interpela a outra metade do mundo. Qual deve ser o papel social da mulher, a missão cívica, a tarefa da mulher na reconstrução da nova sociedade?

Êsse é o problema que vamos abordar neste estudo que hoje lhes trago. Mas, por favor, não esperem de mim uma solução pronta em todos os arremates, um esquema, um fichário de mobilização com indicações precisas de hora, lugar e serviço para cada uma das senhoras. Faltam-me as qualidades essenciais — o dinamismo, a bravura, o entusiasmo — para ser um condutor de homens; e, por mais forte razão, faltam-me os misteriosos atributos para ser um condutor de mulheres.

O que lhes posso dar é apenas uma orientação geral, correndo o risco de dizer às vêzes as coisas mais sensatas do mundo com o ar de quem está descobrindo a pólvora.

Para isto permitam-me algumas considerações prévias.

II

No meu tempo de rapaz houve uma época em que, cansado de estudar as crateras da lua e os anéis de Saturno, passei a interessar-me pela avicultura. E, como sempre misturei às coisas mais práticas um pouco de teoria, comecei por munir-me de um tratado. Ora, êsse tratado que então adquiri, começava por essas inacreditáveis palavras: "A galinha e as aves domésticas em geral, tanto podem ser cuidadas por um homem como por uma mulher".

Naquele tempo o autor do tratado pareceu-me doido. Assentei comigo mesmo que o era, e que não oferecia grande segurança nos finos problemas da alimentação, do chôco e da gosma, um livro que começava com tão colossal quão inútil distinção. Deixei o livro, e poucos meses depois deixei os ovos.

Hoje, entretanto, não sei por que misterioso trabalho da memória, voltou-me aquela primeira frase do avicultor e, de repente, descobri-lhe a sabedoria que me escapara na mocidade. Ou então, usando da relatividade, eu diria que o deslocamento de tempo, a modificação das idéias e costumes, acabaram por transformar em sábio o que naquele tempo era insano.

Senão, vejamos. Dizia aquêle autor que a galinha pode ser cuidada por um homem ou por uma mulher. Ora, quem diz isto é porque sabe, e deixa subentendido, que há outras coisas, outras atividades, em que não é indiferente o sexo. Ainda mais, o que parece hoje digno de nota naquele texto é o ar, digamos assim, de surprêsa, de quase admiração com que o autor reconhece a existência de um gênero de atividade em que a mulher e o homem possam se desempenhar com igual proficiência. Em outras palavras, o que êle dizia lá no tratado de avicultura, podia ser formulado assim: "A mulher e o homem são terrìvelmente diferentes; mas apesar disto podem ambos cuidar de galinhas".

É claro que a sabedoria que existe naquele texto, ou que eu porventura lhe empreste, está tôda contida na primeira parte da proposição: a mulher e o homem são de fato diferentes. Ambos podem fazer certas coisas, como por exemplo criar galinhas, mas vou agora mais longe que aquêle sutil avicultor, e começo a pensar que, mesmo nessa simples atividade, o homem e a mulher não terão o mesmo estilo em avicultura. Ao contrário, na menor das coisas que façam, ficará a marca dos dedos que a fizeram, e como a diferença do sexo vai até a ponta dos dedos, resulta que ficará na coisa cuidada a marca de quem cuidou, homem ou mulher.

III

O ponto onde quero chegar, com essas considerações que roçam pelo delírio, é o seguinte: devemos acentuar a diferença, ao menos como tática de argumentação, porque um dos vícios de nosso tempo consiste precisamente em procurar a simplificação da uniformidade. A desordem de nosso tempo consiste em tender para o amálgama, para o informe, para a massa, para a sociedade sem classe, para um mundo sem limites, para uma vida sem regras, para uma humanidade sem discriminações.

Ao contrário disto, a sociedade que desejamos construir, quando citamos Maritain, ou quando nos dizemos democratas, é uma sociedade ricamente diferenciada, e nìtidamente hierarquizada. Só é possível pintar um belo quadro porque o vermelho é diferente do azul; só é possível tocar uma bela música porque há certa consonância nos acordes de quinta e certa dissonância nos acordes de sétima. E só é possível uma bela e boa sociedade de homens se as diferenças de natureza forem levadas até suas últimas conseqüências: quando se admitir, por exemplo, no unânime consenso, que a mulher e o homem são diferentes.

A tendência moderna é de atenuar as diferenças. Imaginem o que seria de nós se, por exemplo, os bombeiros hidráulicos resolvessem tornar-se, o mais possível, semelhantes aos avicultores; ou recìprocamente, se os avicultores tentassem trazer para os galinheiros a técnica da solda e do desentupimento. É claro que ao cabo de poucos meses não teríamos nem ovos nem água. Uma sociedade humana não pode dispensar o bombeiro hidráulico, nem o avicultor. Uma sociedade humana, passàvelmente organizada, não pode sequer tolerar a idéia de que um cano de chumbo e um ôvo sejam aproximadamente a mesma coisa.

A sociedade de nossos sonhos — essa de que esperamos nos aproximar quando pregamos o humanismo integral de Maritain ou o distributismo de Chesterton — terá a medida de sua perfeição na riqueza das diferenciações enquadradas na mais forte e vitoriosa unidade moral. O mundo que nós desejamos não é o pesadelo de uniformidade desejado pelos marxistas. Ao contrário, é um mundo de diferenças exaltadas, em que a criança seja plenamente infantil, o homem plenamente varonil, e a mulher plenamente mulheril. O mundo que nós desejamos restaurar é, em poucas palavras, aquêle em que a natureza das coisas seja esplêndidamente afirmada, e em que tudo se valorize pelo que tem de genuíno. O pão será pão, e não pedra. O leite será leite, e não um equívoco líquido esbranquiçado. A poesia será poesia, e não um pretexto de andar na vida sem regras morais. E tudo o mais será assim, verídico e autêntico.

Nesse mundo quase utópico, mas que na verdade está em cada momento ao alcance de nossas mãos, é bem possível que os homens continuem a mentir, mas ao menos não o farão à custa de tão estridente afronta à natureza das coisas, nem o farão em nome de uma filosofia, e muito menos o tentarão para a defesa da famosa civilização cristã de que tanto se fala hoje nos jornais pornográficos e nos clubes de jôgo.

IV

Há circunstâncias muito especiais em que tôdas as pessoas de uma certa comunidade são chamadas a tarefas semelhantes. Nessas circunstâncias triunfa uma certa uniformidade. Trata-se, por exemplo, de um incêndio generalizado? Todos devem acorrer com mangueiras, extintores, areia. Trata-se agora de uma devastadora epidemia? Todos devem trazer sua contribuição de emergência para debelar o flagelo. Trata-se enfim de uma guerra? Todos devem oferecer seus préstimos para a mais breve e decisiva vitória.

Quanto mais nítido e mais próximo é o fim, mais homogênea se torna a necessária contribuição de todos. Mas mesmo nesses casos de fins próximos e nítidos, mesmo na fome, na peste e na guerra, a cooperação verdadeiramente eficaz tem o cunho de organicidade que se constitui pela unidade na diversidade. O concêrto dos atos humanos só tem verdadeira ordem e harmonia quando realiza a união de coisas diversas. Vejam na guerra como é bom que existam homens com aptidões diferentes. Vejam no incêndio que os bombeiros, apesar dos uniformes, não são uniformes. Seus gestos, suas atitudes, seus instrumentos, variam tanto como se ali estivessem representando um feérico e harmonioso bailado do fogo. Vejam também na peste que os homens se dividem, tratando êstes dos vivos enquanto aquêles cuidam dos mortos.

Ora, o funcionamento normal de uma sociedade, que inscreve tôdas as vidas e todos os problemas de tôdas as vidas, é mil vêzes mais complexo do que o incêndio, a peste e a guerra. A normalidade é mais rica e mais difícil do que a anormalidade; e o problema social, nas mais intrincadas situações, deve ser tratado com os métodos, os resguardos, as atenções, a harmonia que a normalidade exige. Por isso, mais do que nas situações anômalas, o problema social dos tumultuosos tempos de paz devem ser conduzidos dentro do concêrto das aptidões diferentes. E, quanto mais infantil fôr a criança, e quanto mais mulheril a mulher, e quanto mais

varonil o homem, tanto melhor realizaremos em cada situação concreta a ordem, cambiante mas verdadeira, que é o fundamento da felicidade dos povos. O bem, a perfeição de cada coisa, está na linha da sua natureza. O bem, a perfeição da sociedade, está na infantilidade da infância, na feminilidade da mulher, na masculinidade do homem.

O concurso que as mulheres têm trazido ùltimamente, lamento dizê-lo, tem mais a marca da uniformidade do que o cunho autêntico da organicidade. Elas vieram ao nosso encontro. A última guerra viu mãos femininas nos tornos mecânicos e no contrôle dos aviões de bombardeio. E essa situação ainda continua. Elas vieram ao nosso encontro, mas o seu concurso tem sido apenas numérico, quantitativo, mecânico. Vieram ao nosso encontro como pessoas, como braços, como cabeças, mas não vieram como mulheres. O côro das vozes engrossou, mas não se tornou mais harmonioso. O conjunto de gestos se multiplicou, mas não se tornou mais ordenado. Vieram ao nosso encontro para fazer as mesmas coisas. Com os mesmos gestos.

E, se vieram fazer o que nós fazemos, é forçoso convir que se declararam derrotadas naquilo que as diferencia de nós. Se adotaram os nossos gestos, forçoso é convir que uma tal capitulação não merece, senão à custa de uma ginástica verbal, o nome de emancipação. Lembro aqui uma passagem de Chesterton em que êle dizia que o tigre pode emancipar-se das barras da jaula, mas não pode emancipar-se das barras da sua pele tigrina.

O mundo, com essa contribuição da mulher, arrisca-se ao mais terrível dos cataclismos: a ficar reforçado na quantidade, e mutilado na qualidade. Imaginem que pobre música seria aquela em que as flautas andassem constantemente uma oitava acima dos fagotes a lhes imitar todos os contornos melódicos. Seria justo falar na grande emancipação das flautas?

Pois o que eu quero dizer é que a famosa emancipação da mulher é qualquer coisa como andar sempre uma oitava

acima de nossos timbres masculinos. Dizem as nossas mesmas frases, mas em falsete.

V

É evidente que estou desagradando. Mas por favor não imaginem que eu deseje prender as mulheres em casa ou recusar-lhes o concurso na batalha do mundo. Não é esta a minha idéia. O que reclamo não é a impertinência; é a verdadeira contribuição.

Há uma mobilização que se torna urgente, e que deve abranger a todos. Mas essa mobilização é essencialmente diferente daquela dos tempos de guerra. Todos são chamados. Mas são chamados a ficar onde estão, sendo o que são. É uma esquisita mobilização em que cada um deve ficar exatamente onde está. E nesta esquisita mobilização, que quase seria melhor chamar de imobilização, o que é pedido à mulher é que seja mulher.

Na verdade, o que estamos precisando urgentemente é de uma chuva de santos. A liturgia dos tempos de Advento anuncia o Salvador que virá do céu como uma chuva. O que nós precisamos, no ressequido chão de nossa cultura e de nossos costumes, é de um bom sistema de irrigação que espalhe na terra das almas essa água do céu. Precisamos de muitos santos. Ora, está provado que a mulher, nessa divina aventura, vai mais longe do que nós outros, os fátuos conquistadores do mundo; e está provado também, por Leon Bloy, que a mulher, quanto mais santa, é mais mulher.

VI

Um romancista medíocre escreveu há tempos a história do que êle chamava *As Mulheres sem Homem.* Hoje num sentido diverso, pensando mais no problema cultural do que

nos desajustamentos sexuais, poderíamos escrever a triste história dos *Homens sem Mulher.*

Êsse é o traço que infelizmente se acentua em nossa civilização, e quem o diz, e muito bem dito, é uma mulher. Gertrud Von Le Fort, no seu pequeno livro, *A Mulher Eterna,* diz que o mundo moderno está fazendo a dolorosa experiência de uma cultura de valores masculinos. Eis as suas palavras: "A cultura exclusivamente masculina não se contenta de excluir todos os traços femininos para caracterizar as épocas em que impera. Pior do que isto, tal cultura substitui a fé nas potências escondidas pela confiança exclusiva no que se vê: a fôrça, no domínio da matéria; a publicidade, no domínio do espírito. E ainda mais, ela exagera as propriedades masculinas e deforma os traços do homem-sem-mulher. A ausência de uma das partes da realidade provoca sempre — e isto é muito importante! — uma alteração da imagem da outra".

E quais são êsses traços deformados, perguntamos nós?

Eu diria que, entre muitos, são dois os principais. O primeiro, como diz a mesma autora, é o gôsto predominante pela visibilidade, a luta cruel pelo prestígio, as tôrvas manobras em busca do sucesso. O segundo, digo-o eu, é a recusa da doação, a incapacidade, cada dia maior, de se descobrir que há realmente mais alegria em dar do que em receber.

Mas vejam bem — e isto é muito importante! — que não pretendo dizer que êsses traços de cabotinismo e de egoísmo sejam característicos da psicologia masculina normal. Não. O que digo é que êsses são os traços cavados no mundo masculinizado negativamente, isto é, privado da necessária componente feminina. Serão, digamos assim, os indícios da nossa avitaminose.

Num sentido um pouco diferente do que sugere Gertrud Von Le Fort, eu diria que esta cultura está masculinizada, não pelo predominância do masculino, mas pelo desfalque do feminino. Importa muito acentuar êsse aspecto de carência

para compreender bem que o retrato do homem-sem-mulher é uma triste caricatura do homem.

Apesar do medíocre romancista, estou inclinado a crer que mais depressa vive a mulher sem homem do que o homem sem mulher. Qualquer das duas situações é horrorosa, e para lhes dar exemplos históricos eu lhes apresentarei dois. A situação dos fiéis da Igreja Católica no Brasil, até poucos anos atrás, é um exemplo convincente de uma comunidade de mulheres-sem-homem. Numa das suas admiráveis Cartas de Inglaterra, Rui Barbosa descreveu-nos êsse tempo como o de uma generalizada *incredulidade beata.* Do outro lado, como exemplos de culturas de homens-sem-mulher, temos o nazismo alemão e o comunismo russo. E também, cumpre notar, a sociedade burguesa capitalista que tende vertiginosamente para uma daquelas formas totalitárias.

Volto pois a dizer que o homem não pode viver sem a mulher. Transpondo para outro plano essas considerações, lembro que fora da Igreja não há salvação. Ora, a Igreja é feminina. Logo, sem a mulher não há salvação. E quando eu digo que a Igreja é feminina, não creiam, por favor, que esteja explorando indevidamente uma pura metáfora. É claro que há uma analogia, mas uma analogia que é mais do que uma metáfora. A Igreja é realmente feminina. Nos seus atributos, na sua virginal maternidade, a Igreja acompanha, na quarta dimensão de sua realidade mística, os traços da figura de Maria.

Descendo novamente ao plano da cultura, eu me atreveria a dizer que há um certo paralelismo e que aí também, como na vida das almas, o homem não pode viver sem a boa vitamina dos valores autênticamente femininos. Privado dêsse elemento o mundo se transforma num quartel ou num hospício.

VII

Disse há pouco que a sociedade de nosso tempo tem a marca de uma carência: a dos valores femininos. Ocorre logo perguntar de quem é a culpa e como se operou êsse desequilíbrio. De quem é a culpa? Imaginem o tumulto que ocorreria se eu cometesse a imprudência de convocar uma reunião para o debate dêsse problema.

Êsse tumulto, aliás, existe. Existe lá fora. Existe, aberto ou disfarçado, confessado ou engolido. Existe a desconfiança. A luta dos sexos. Existe a hostilidade. Existe a incompreensão de que se valem e com que engordam os psiquiatras, o mágico dos tempos modernos.

Chego mesmo a imaginar que foi essa a primeira discussão entre o homem e a mulher nas portas do paraíso perdido.

O fato é que as mulheres, emancipadas de sua feminilidade, passaram de bôca em bôca a mais monumental descoberta dos últimos tempos: "A vida dos homens é mais interessante do que a nossa" — o que pràticamente pode ser enunciado assim: "arrumar um fichário é mais interessante do que arrumar uma gaveta". É possível que os homens tenham dado abundantes motivos para tornar a casa um lugar de destêrro; é possível que as mulheres, levadas pela curiosidade, tenham querido tirar a limpo as tais coisas interessantíssimas que os homens fazem nas oficinas e nas repartições. É possível que ambos tenham partes iguais, disputando cada um o seu direito de disparatar.

Para Gertrud Von Le Fort o caso parece ser o de uma vitória masculina, pelo abuso da fôrça. Mas eu não sei... eu me perco em conjeturas, porque nessa questão de vitória é bem sabido que a da mulher, muitas vêzes, consiste precisamente em ser vencida.

Existirá sempre êsse problema, essa tensão entre os dois sexos. Como diz Chesterton, o homem e a mulher são de fato incompatíveis. Viverão sempre em dificuldades. Serão sempre dois estrangeiros cada um a falar mal o idioma do outro. Prolongarão indefinidamente êsse duelo que leva as maiores santas a nos tratarem, pobres de nós, ora com astúcia, ora com provocação. Santa Escolástica, para iludir o rigor monástico de seu santo irmão, rezou pedindo uma chuva torrencial. Santa Teresa d'Ávila, espanhola e atrevida, dizia, pensando num diretor espiritual que fôra injusto com uma de suas filhas: "Olhe que nós outras não somos assim tão fáceis de compreender". E a história de Heloísa e Abelardo não foi outra coisa senão uma contínua e ininterrupta esgrima de provocações.

Essa tensão entre os dois pólos da humanidade não é um mal. O homem e a mulher podem viver, em honroso convívio, uma civilização, discutindo e brigando — como no matrimônio — desde que mantenham a honra do combate. É claro que o bom entendimento recíproco é bom. No casamento o bom entendimento, o paralelismo de gostos e opiniões, é uma coisa maravilhosa, mas não creiam que seja, como se diz, o elemento mais importante. No casamento, o decisivo é compreender bem, em tempo e contratempo, a natureza mesma do ato matrimonial, e a honra do nôvo estado. Enquanto essa bandeira estiver no mastro da nau familiar, pode chover e ventar, podem as ondas avolumarem-se em montanhas e cavarem-se em abismos, que a arca portadora dêsse casal, que Deus prefere a todos os outros casais, chegará ao monte da salvação. Não serão muito felizes os viajantes dessa tormentosa travessia, sem dúvida, mas chegarão. E numa travessia é isso o que importa.

Mas não insistamos mais neste insolúvel e antipático problema de saber quem tem a culpa, se o homem, se a mulher, na situação de nossa atual cultura. Ambos provàvelmente; cada um a seu modo; como no paraíso.

VIII

Analisemos agora aquêles dois pontos principais que nos parecem característicos da cultura privada de valores femininos. O primeiro é, como já vimos, o excessivo pendor para a visibilidade, para o brilho, para o sucesso. Eu diria mesmo o despudor.

O homem moderno só crê no que vê, mas nisto êle crê demais, nisto êle chega a ser supersticioso. O homem moderno constrói sua vida, sua cidade, sua civilização com êsse critério estridente e multicolor da vanglória. A vida interior, a vida da alma e a vida da família entre quatro paredes vai perdendo dia a dia a sua organicidade, e vai cedendo terreno à vida devastadora das ruas. Faz-se hoje tudo em público. Desde o sorvete lambido nas calçadas de Copacabana pelo indivíduo de blusão azul, que anda com um ar bonzão e felizardo de quem acabou de se aliviar, até as mais extremadas manifestações amorosas dos casais curados dos antigos preconceitos pela moderna psiquiatria, tudo hoje tende a tornar-se público e ostensivo.

Eu diria, citando mais uma vez Gertrud Von Le Fort, que o mundo moderno precisa de um véu, símbolo do invisível e paciente mundo feminino. Mas com essa idéia de reclamar o véu, eu não quero dizer simplesmente que se deva apenas promover uma campanha para conseguir que as mulheres se vistam com mais modéstia. Nestes últimos tempos as saias, que estavam acima dos joelhos, desceram ao nível dos tornozelos e quase se adivinha uma tendência para as anquinhas que me permitem ver na môça que passa a silhueta de minha bisavó.

Deveremos nós considerar com alvissareiro otimismo êsse acréscimo de pano que parece vir ao encontro do símbolo do véu? Poderemos nós esperar que êsse palmo de babado reestruture a nossa civilização?

Não o creio. A moda tem suas astúcias. Essa descida das saias não me parece ser um sinal de contrição, antes

me parece ser uma manobra de valorização como as que se fazem nos títulos das bôlsas e nas queimas de café. Além disso salta aos olhos que o pano que sobeja nas saias foi tirado das blusas.

Não quero absolutamente dizer que êsse problema da *toilette* feminina não tenha importância. Não pretendo ridicularizar as campanhas que têm sido organizadas para obter um pouco mais de decôro nas praias, nas ruas e até nas igrejas. Não subestimo êsse problema do vestuário feminino, mesmo porque se eu o subestimasse, se eu dissesse que êle não tem importância, eu estaria aquém do B — A, BA em matéria de psicologia feminina.

Mas a idéia do véu, como vitamina mulheril para o escorbuto de nosso tempo, deve ser compreendida de um modo mais geral. Não é sòmente o corpo que urge velar, é a própria vida íntima, o próprio coração. E não é sòmente nas pessoas, uma por uma, que se aplica essa dieta, mas na própria civilização.

O homem moderno precisa efetivamente recuperar o gôsto da invisibilidade e da interioridade. Se há na vida das cidades uma atividade pública, e se há na vida da Igreja um culto visível e público, é preciso que a essas coisas corresponda uma componente de vida interior, na família e na alma. Faltando essa componente, como é o caso, pode-se dizer com aquela autora, já muitas vêzes citada, que faltará o elemento especìficamente feminino.

A publicidade é um dos grandes ideais modernos. Quem não aparece, quem não é visto, sofre dessa invisibilidade como se duvidasse de seu próprio existir. Apalpa-se, duvida-se de si mesmo, sente-se desencarnado, alma do outro mundo, e só se tranqüiliza quando os outros, os olhos dos outros, a atenção dos outros, vêm confirmar aquela existência em crise.

A propaganda é um dos aspectos mais repulsivos dessa cultura estridente. A última guerra, como todos sabem, foi uma guerra de propaganda, e só pôde acontecer, e só

pôde ter a horrível feição que teve, porque os homens perderam o recato.

Vejam por exemplo na política os despudorados esgares da demagogia. Vejam o que se entende hoje por bem-comum. Quando os governantes querem dar boa impressão de seu mandato, o que fazem êles? Obras monumentais. Obras visíveis. Palácios. Estádios. Obeliscos. E mal lhes ocorre, a êsses hierofantes do sucesso e da vanglória, que o bem-comum é uma coisa obscura que se espalha, que se subdivide pelos homens, que se esconde, para ser verdadeiramente o que é, sob os tetos dos homens.

A idéia do véu, como componente essencial de uma civilização é muito mais geral do que o simples problema do vestuário. Há um pudor das pessoas. Ora, o pudor, a modéstia, está para a mulher como a coragem está para o homem. Por isto eu lhes digo que esta vida de rua e de cartazes é qualquer coisa como uma sociedade despida.

A idéia do véu tem alcance muito maior do que a regulamentação de vestidos e *maillots*: aplica-se ao nudismo e ao mundanismo, à falta de panos e ao excesso de plumas, à publicidade das pernas e à publicidade do crime. Aplica-se ao monumentalismo e às pompas dos casamentos vespertinos; às expansões amorosas dos casais que se libertaram dos preconceitos burgueses, e às expansões demagógicas dos caçadores do poder.

Trata-se pois, como vêem, de coisa mais ampla e mais grave do que à primeira vista parecia, e, se estou certo, depende muito da mulher, de sua atitude, de sua fidelidade, diria até do seu heroísmo, a possibilidade de uma recuperação do espírito de simplicidade e de pobreza (e portanto de obscuridade) sem o qual não podemos falar em civilização cristã. Tenho a intenção de voltar um dia a êsse assunto, com mais vagar; mas agora já é tempo de dizer alguma coisa a respeito do segundo elemento de nossa avitaminose cultural.

IX

O segundo traço, que deforma a imagem de nossa civilização, é o reconhecimento oficial dos direitos do egoísmo. "Não dar" é a divisa escrita no estandarte do nosso tempo.

Mas êsse traço não parece provir de uma carência do feminino.

Realmente, nós outros, os masculinos, costumamos afagar a fátua presunção de que a generosidade seja virtude de nosso sexo, que só em segunda mão possa estar nas mulheres. Há um certo fundamento para esta fatuidade. É fácil observar, e até provar com estatísticas, que as mulheres são em geral mais mesquinhas do que nós. Os salários que pagam são mais disputados, as esmolas que dão são mais contadas.

Ora, o que eu pretendo demonstrar aqui é o contrário: que a generosidade nasce na mulher; que o dom de si mesmo é o mais feminino dos impulsos; e que a nossa presunção se origina numa confusão, muito do nosso estilo, entre o que nós entendemos e o que elas entendem por *dar*.

Para isso permitam-se abrir aqui um parêntese para uma série de considerações preparatórias a partir da história de uma môça que, com grande espanto de sua família, resolve tomar o hábito de religiosa.

X

Ninguém na família viu a coisa com bons olhos. É claro. Entre as perspectivas normais para o futuro da môça, essa incongruidade vinha trazer confusão e desassossêgo. Entre as classificações sociais possíveis, a freira é quase um escândalo. É uma nódoa escura no álbum da família.

Todos estimam, evidentemente, a civilização cristã da Federação das Indústrias e do Jockey Club. Todos a desejam, desde que os padres e as freiras, já que são necessá-

rios, segundo parece, venham de outros planêtas por panspermia, ou produzam-se por geração espontânea.

É claro que se entende perfeitamente a mágoa dos pais sem fé que vêem a filha afastar-se de casa, abandonar o confôrto e o afeto, para a loucura de correr, com véu e grinalda, ao encontro de um noivo invisível. Enquanto ela ia à missa e em certos dias do ano recusava o bife na mesa, andava tudo muito bem. Não deixava de ser esquisita a relação entre o filé e um Deus todo-poderoso, mas enfim, já que a civilização cristã do Jockey Club ou da Federação das Indústrias deve existir, é justo exigir de seus mais fiéis participantes o cumprimento de certas regras. Tudo é assim no mundo. Se o indivíduo é acadêmico, há dias e circunstâncias em que é de preceito o fardão com as insígnias da imortalidade. Se é militar, há outros dias e outras circunstâncias em que o verde-oliva cotidiano se transfigura no esplendor do uniforme de gala. São regras. E sem regras não há civilização. Ora, se é deveras desejável que adornem nossa sociedade os ditames do suave Nazareno, como diz o Sr. Matos Pimenta, é inevitável que existam regras. Sejam elas embora esquisitas, e às vêzes francamente incompreensíveis, nem por isso nos chocam em demasia, porque há também muitas regras incompreensíveis fora da religião.

Quem será capaz de explicar, por exemplo, a sentinela nas portas dos quartéis? E o sêlo de educação: quem seria capaz de explicar cabalmente a misteriosa conexão entre a estampilha e o descalabro do ensino? E o costume de ir à sacristia, em missa de sétimo dia, assinar um papel? E êsse outro hábito de dizer em discurso, no dia da posse, que tal ministério rendoso ou folgada sinecura são postos de sacrifício? E o telegrama? E a pluma? E a gravata? E a estátua portátil de Pedro Álvares Cabral cantando a ária final da *Tosca?* E o zebu? Quem será capaz de explicar o zebu e a estátua do zebu?

Tudo isto são regras da vida civilizada, como também é regra da vida não civilizada, na Nova Guiné, sair o viúvo inconsolável para caçar na floresta próxima um canguru-fêmea, e atar-lhe depois ao pescoço um colar de dentes de cão, e deixar-se então persuadir, já consolado, que a falecida encarnou-se naquele esquisito quadrúpede.

Na verdade o homem é que é esquisito, e não o canguru. O homem é que tem mania de inventar dificuldades e cerimônias. Por isso não há muito que espantar se a religião, que tem o apoio do Sr. Euvaldo Lodi, também exige de seus adeptos os pelos-sinais, os rosários de contas, e as abstinências de carne.

Até aqui vamos pois muito bem. Estamos no respeito das regras. Mas quando a môça vem dizer que resolveu entrar no Carmelo ou na Abadia Beneditina, e que entre os noivos possíveis escolheu o invisível, e que entre tôdas as vidas escolheu uma morte — dizendo que é vida! — e que entre tôdas as festas escolheu a festa obscura, a núpcia do mistério e do silêncio, em que não se vê o noivo, como se êle tardasse dentro da noite, devendo ela esperá-lo ali, de ouvidos atentos, hoje, amanhã, depois, dentro da noite, a vida inteira dentro da noite, sòzinha (sim sòzinha), na espera do noivo, sòzinha num deserto, na aridez da espera de um noivo que tarda, mas que virá (porque prometeu), mas que virá não se sabe quando, até quando? até quando?... então sim, então eu compreendo bem que os pobres pais sem fé se aflijam e se lamentem. E não me levem a mal o riso que mal disfarço, envolvendo na tristeza de um vazio quarto de môça, de um armário com vestidos inúteis, de um par de sapatos esquecidos a um canto, essas grotescas histórias de zebus, estátuas, jornalistas e cangurus.

Não me levem a mal, porque rio-me aqui como lá se ria aquêle monge moribundo do padre Manuel Bernardes, com a diferença que o meu riso é por procuração, antecipando-me ao bom riso final dêsses pais amados por Deus. Chorem hoje embora, chorem adiantados. E antes assim, que o riso é sempre melhor que chegue atrasado.

XI

Quando porém a família é católica, integrada naquela já muitas vêzes mencionada civilização cristã, o nosso espanto, diante do espetáculo de oposição às vocações, se torna perfeitamente justificado.

De onde querem essas pessoas que saiam as freiras e os padres? De onde querem que nasçam os santos? O que me parece bem claro é que não querem santos na família. Não digo porém que os não querem deliberadamente, positivamente, que sejam capazes de sufocá-los. Não. O modo de não querer é antes evasivo e negativo: uma espécie de anticoncepcionalismo espiritual.

Na maioria dos casos ainda é mais brando e disfarçado êsse não querer santos em casa, não chegando a ser uma frustração. É apenas um espanto, uma perplexidade, um problema que nunca fôra sequer armado. Aquela menina nunca passou pela idéia de ninguém que ela acabasse no claustro. A novidade é chocante porque sempre nos parecera que padres e freiras existem, como outras coisas existem em tôrno de nós, sem que nós contribuíssemos para isto de algum modo. A chefatura da polícia, o prefeito, o observatório astronômico, e muitas outras instituições existem sem que ninguém nos venha buscar os filhos em casa. São coisas que sempre vimos, inevitáveis, indiscutíveis e quase tão naturais como os lagos e as montanhas. Agora, aparecer-nos casa a dentro uma dessas coisas é tão fantástico e subversivo como se devêssemos nós, doravante, amassar o pão que comemos ou tecer o pano com que nos vestimos.

Tudo isto, normalmente, vem de fora. Quem traz o pão é o padeiro. O *Tesouro da Juventude* explica às crianças que o pão é feito de trigo, e que o trigo se planta e se colhe, mas essa história nos parece uma lenda remota. Dizem também os livros que a água vem dos rios, e que os rios nascem da chuva, mas para nós a água vem do cano.

O que eu quero dizer com êsses esdrúxulos exemplos, é muito simples: nós outros, os baluartes da civilização cristã dos "Diários Associados", somos uma raça secularmente habituada a receber a água da bica, o pão do padeiro, e os padres das misteriosas usinas onde êles se fabricam. Ou melhor, somos uma raça pouco habituada a *dar*. Por isso, os diversos processos de produção nos parecem alheios, e sobretudo devidos, indiscutìvelmente devidos. Se escasseia o pão, nós dizemos: "Há poucos lavradores! Há falta de braços! Nós precisamos de mais padeiros!" Se há falta de padres, nós bradamos com severidade: "Há falta de padres! Precisamos de padres!"

O que eu quero dizer, em suma, é que a nossa raça, ou classe, ou lá o que seja, tem a finíssima sensibilidade dos sismógrafos de precisão para registrar aquilo de que precisamos.

Dias atrás, num de nossos suplementos, a grande escritora Rachel de Queiroz, que freqüentemente não acha o que fazer e o que dizer com seu talento, estampou uma carta curiosa de um cavalheiro que procurava a verdade e que, de passagem, reclamava a falta de heroísmo dos católicos. Precisamos de heroísmo!

A descoberta que mais nos assusta fazer é que nós precisamos *dar*.

Reclama-se abundância, pureza e heroísmo, dos outros, como se essas coisas fôssem tão devidas como um regular serviço municipal.

Uma das causas dessa mentalidade está na complexidade do mundo moderno (o que é inevitável), combinada com a falta de unidade moral própria da sociedade burguesa. Nossas atividades são pouco produtivas, ou muito indiretamente produtivas. Somos burocratas, funcionários, intermediários, citadinos, professôres, dirigentes, conferencistas. Esta situação, faltando-lhe a retificação, inculca o há-

bito de não estabelecer a necessária ligação entre o trabalho e os seus frutos.

O burocrata, mesmo na mais útil das funções, é um pobre sujeito que se move numa atmosfera de valores abstratos. Passa o dia escrevendo relatórios ou exposições de motivos; vive registrando nomes de coisas que nunca viu. No fim do mês recebe uma certa soma de dinheiro. Com êsse dinheiro no bôlso êle sai e compra manteiga, por exemplo.

Vejam como é diferente o caso do sujeito que tem uma vaca, que a ordenha, e que, levando o leite à batedeira, obtém a mesma manteiga. Êste homem vê o encadeamento das causas: o leite saiu da vaca, a manteiga saiu do leite. No caso do burocrata, porém, as relações parecem acidentais. Não há uma linha de causalidade essencial ligando o relatório ao ordenado e o ordenado à manteiga. Neste esquema as linhas de causalidade são fortuitas, caprichosamente cruzadas, dando a impressão de um mero jôgo.

É claro que a inteligência do problema se restauraria se, a par da crescente e inevitável complexidade social, crescesse também a consciência da fraternidade política e do bem-comum. Faltando êsse elemento — e êsse é o grande buraco causado pelo capitalismo — resulta nas pessoas que vivem longe do trabalho imediatamente produtivo, o vício mental de não apreender a conexão entre o seu trabalho e o seu ordenado. O seu trabalho parecerá de um arbitrário que toca a demência; o seu ordenado passa a ser considerado como um indefinido direito sem outra regulação a não ser a resistência do meio.

Agravando-se, êsse vício — não saber que precisa dar — penetra os recantos mais íntimos da personalidade e chega às fontes da vida natural, com a recusa de gerar filhos, e às fontes da vida espiritual com a mais categórica recusa de gerar santos.

XII

Pretendo agora mostrar que nesse crime da frustração das fontes da vida a responsabilidade feminina é maior do que a nossa. É inevitável o desagrado que estas palavras causarão, embora eu me esforce em provar que nessa acusação está contida uma homenagem. As mulheres são muito suscetíveis a êsse tipo de reivindicação ainda que nos esforcemos para lhe adoçar as arestas. Enquanto o processo dos costumes e da política era feito em tôrno do Homem, com *H* maiúsculo, elas se sentem alheias, consentindo em crer que tôda essa história se passa entre os homens com *h* minúsculo. Mas logo que começamos a dizer: "as mulheres. . ." cada uma se considera logo atingida.

Enquanto nós outros temos a propriedade, talvez ainda mais assustadora, de raramente nos sentirmos atingidos, as nossas queridas companheiras dêste vale de lágrimas são fàcilmente desconfiadas e vêem, quase sempre, em nossas generalizações uns oblíquos propósitos de alusões pessoais.

Mas é fácil provar que, havendo coisas em que o mundo masculino é mais responsável, não é injusto pensar que para outras coisas seja mais responsável o mundo feminino.

Estou que a recusa de dar é mais grave na mulher do que no homem. Sob êsse ponto-de-vista parece-me que o emburguesamento da mulher é ainda mais repulsivo do que o nosso. E digo isto como corolário do adágio: a corrupção do ótimo é péssima.

A mulher, efetivamente, tem na sua natureza, na sua alma, no seu corpo as fontes da vida. Ela mesma é uma fonte viva, que dá seu sangue normalmente, numa espécie de ensino, de treinamento, de exercício periódico de sacrifício cruento. Resulta daí uma aparente contradição logo nas primeiras conseqüências: ela nos parece mais guardadeira, mais absorvente e mais mesquinha do que nós. Mas até aí está certa. Ela tem de ser assim pela fôrça de sua natureza e de suas próprias virtudes. Se um de nós, por

exemplo, quer dar a bicicleta do filho ao garôto da rua que veio ingênuamente pedi-la, a mulher se interpõe com violência — Você está doido! Se queremos deixar que o amigo traga uma camioneta para levar mais depressa nossa biblioteca, a mulher se atravessa no caminho, mesmo que não estime demais a biblioteca. E marca os livros. E lembra-se dos que não foram devolvidos. Se a gente, num arroubo, quer dar cem mil réis ao pobre, ela dá dez mil réis, e olhe lá!

Mas um dia, essa mesma mulher que reduziu a dádiva e limitou o empréstimo, dá sua vida, tôda, sem discutir, e sem admitir que se discuta, para não frustrar a vida que possa nascer da sua morte. Isto é um fato. É claro que existem damas que sufocam a criança que acabou de nascer: os jornais estão cheios dessas coisas. Nem quero eu levar minha polidez ao ponto de romantizar as realidades. Mas é um fato verificável, experimentável, que aquela mesma senhora que um dia nos pareceu mesquinha — aquela mesma! — foi capaz de dar sua vida, tôda, inteira, pela vida de um outro... Dir-se-ia que ela desdenhava um pouco essa nossa generosidade masculina que se exprime por bicicletas, livros e notas de cem cruzeiros; dir-se-ia que ela precisava aquela retenção, aquela coesão, aquela fôrça estranha de guardar, reter, reduzir, economizar para a explosão final de uma generosidade perfeita.

O que a mulher entende por *dar*, no dicionário de seu sexo, na clave de fá de sua pauta, é diferente do que nós outros entendemos, e é quase sempre traduzido por um sinal concreto, muito substancial, muito próximo de nossos olhos, de nossas bôcas, de nossas mãos. Tinha razão o infortunado Werther quando descrevia o mais belo espetáculo que jamais avistara: a cena que Carlota distribuía a merenda das crianças. O exaltado romântico tinha mais bom-senso do que muito realista, sabendo ver ali, naquela cena familiar e simples, a chave do eterno feminino, o mistério da mulher eterna que o mesmo Goethe procurará em vão nas outras situações, que Wagner procurará em vão na magnífica duplicidade de Kundry, e que Gertrud Von Le Fort procurou também, um pouco em vão, a meu ver, entre os mais autênticos símbolos cristãos. Werther tinha razão em dizer que aquela partilha de um bôlo entre as crianças era o mais belo espetáculo do mundo.

E Michelet, um outro grande desvairado, que também escreveu sôbre a mulher um livro quase completamente insensato, tinha razão de ver a figura da perfeita caridade num quadro de Andrea del Sarto, em que o pintor representava uma mulher mãe môça e robusta, cercada de pequeninos mendigos. E adivinhem, que esmola lhes dá essa mulher compadecida? Que moedas lhes distribui? De que bôlso profundo as arranca? Lá está ela, a mulher caridosa que tirou lágrimas de nosso bom adversário; lá está ela fixada na tela na penumbra do museu, a nos ensinar como é que a mulher dá, a dizer-nos como é próxima, quente, substancial, a caridade perfeitamente feminina. Ela toma nos braços os meninos pobres, ergue-os, pendura-os em seus seios, e dá-lhes o seu leite, êsse vinho de doce e branca ebriedade, êsse sangue de paz.

XIII

Deus, que sonda os nossos rins, escolheu uma mulher para que o Verbo descesse à humanidade do homem; e escolheu-a virgem, isto é, econômica, guardada, retida. E foi essa mulher a primeira criatura que por si e por todos disse: "Faça-se em mim segundo a vossa palavra!"

Deus, que sem nós nos criou, sem nós não nos pôde salvar. No momento decisivo da redenção, quando estava suspensa a salvação de todos nós e de cada um dos nós, Êle precisou — atrevo-me a dizer — do concurso da criatura. E escolheu-a mulher, para que ela dissesse por si e por nós, com sua fôrça, com sua voz, na clave misteriosa de seu sexo: Faça-se em mim segundo a vossa palavra.

Depois cantou o *Magnificat*. E depois calou-se, guardando o grande segrêdo de dor e glória, debaixo do véu e dentro do coração.

XIV

Perdão. Ela não se calou até o fim. Houve um dia em que tornou a falar, e nesse dia, que era um dia de festa, por pouco não deixou escapar o amoroso e doloroso segrêdo de seu Filho.

Isto passou-se em circunstâncias que lembram o espetáculo que Werther achou ser o mais belo do mundo; apenas em vez de pão tratava-se de vinho.

Foi no terceiro dia, durante as bodas de Caná da Galiléia que a mãe de Deus, que se achava entre os convivas, tornou a falar. E eis o que ela diz ao seu Filho: "Êles estão sem vinho..." A boa dona de casa, a boa mãe, inquieta-se porque os vasos chegaram ao fim antes do fim da festa, no terceiro dia. É o amor da ordem que a leva a pedir a intervenção de seu Filho. É o instinto econômico que lhe dita aquelas palavras. Quisera talvez poupar, distribuir melhor, reter um pouco. Mas agora, já que os vasos se esvaziam, o instinto guardador se subverte. Já é tarde para reter, agora é tempo de dar. E então apela para seu Filho: Êles estão sem vinho. O mistério virginal desabrocha no mistério maternal. Diz *êles*. *Êles*, somos nós. Nós somos os filhos. E a mãe que se inquieta pelo seus filhos, quando lhes falta o vinho ou o pão, é bem diferente do homem impulsivo que quer dar a bicicleta e os livros. Ela também quer dar, mas no fim de contas o que ela quer é guardar. Guardar os filhos. Por isso se inquieta e intercede: Êles estão sem vinho...

Mas depois, como sabem, disse para os criados: "Façam o que Êle lhes ordenar". Ora, é aqui, nesta palavra que parece menos generosa do que a outra, que reside a verdadeira e essencial generosidade. Reclamando o vinho, ela mais queria guardar do que dar; ensinando a obediência perfeita, agora sim, ela ensina a perfeita oblação.

Eis como se invertem as coisas, ou pelo menos como nos parecem elas invertidas, em relação aos eixos usuais dos valores masculinos, quando é uma mulher que fala. Em cada um dos têrmos daquele binômio aparece o paradoxal mistério da virgindade maternal que concilia, numa harmonia de alto nível, a humildade que retém e a generosidade que entrega.

Mas nós passamos em silêncio o que Jesus disse quando sua mãe chamou-lhe a atenção para a falta de vinho. Ouçam, ouçam agora a estranha palavra que êle disse: "Mulher, o que temos nós dois a fazer juntos? Minha hora ainda não chegou".

É curioso notar que todos geralmente se espantam que Nosso Senhor tenha dito "mulher" a sua mãe. Dois sábios exegetas que consultei apressam-se a explicar, antes que o leitor pense mal, que os gregos e os orientais empregavam êsse têrmo, em relação às pessoas da mais alta honorabilidade, em sinal de respeito dobrado de ternura. E fazem bem em explicar depressa porque parece que, na linguagem e nos costumes dos ocidentais, o têrmo "mulher" tornou-se um desafôro.

A mim me parece entretanto, com todo o respeito que os ignorantes devem tributar aos sábios, que os exegetas, na precipitação de uma interpretação que quase parece uma desculpa, deixaram escapar a chave dêsse misterioso diálogo. Eu creio que a palavra forte e nítida está ali, no texto, para bem assinalar que as duas declarações de Maria, a do vinho e a da obediência, estão inscritas e devem ser compreendidas sob a clave da mulher. O texto dispensaria aquela palavra sem sacrifício da clareza; seria mesmo mais claro, como se depreende do esfôrço dos exegetas. A sua presença, entretanto, parece ter a intenção de bem marcar que aquêle diálogo se passa com uma mulher que pede.

O resto da frase ainda mais obscuro e difícil se nos afigura: "Que temos nós dois a fazer?" ou "Que temos nós dois, tu e eu, com isto que acontece?" O filho parece afastar a súplica. Diz que a sua hora ainda não chegou, e que ainda não há entre os dois, ou ainda não atingiu sua plena medida, alguma coisa que dê a Maria o direito de pedir mais vinho.

No decorrer dos séculos os teólogos tentarão explorar em tôda a sua profundidade o direito de Maria pedir, interceder e cooperar com seu Filho. Haverá choques de escolas, desvios de doutrina, novas teologias que pretendem violentar as posições clássicas da Igreja. Haverá milagres, aparições, curas de cegos e de paralíticos, longe de nós e perto de nós, para avivar nos homens orgulhosamente masculinos a idéia dos direitos de Maria. Haverá debates, discussões, investigações, mas agora, agora naquele terceiro dia das bodas de Caná nós estamos ouvindo o rumor nascente das águas da vida na sua própria fonte. E as palavras são muito simples, mas muito misteriosas também. Diz a mulher: "Êles não têm mais vinho..." Diz o Filho: "Mulher, o que temos nós a fazer? Minha hora ainda não chegou". E a mulher retorna: "Façam o que Êle lhes mandar". E o Filho que parecia recusar, obedece àquela que é a própria obediência.

Neste texto, penso eu, não é preciso muita erudição para descobrir que mulher quer dizer mulher. Exatamente, literalmente. Nosso Senhor está marcando com esta palavra a clave feminina em que transcorre o diálogo. Como na música, se não temos a clave não sabemos que valores e que relações exatas têm as notas.

Quanto à dura observação que até parece uma recusa: "O que temos nós dois a fazer... minha hora ainda não chegou", além da linha nítida traçada entre o Criador e a Criatura não seria possível descobrir, no tom, no conteúdo mesmo, uma espécie de admiração e até, digamos assim, de susto, se é possível tal sentimento na pessoa divina? Eu por mim, não acho impossível essa surprêsa e essa admiração,

porque em outra passagem do Evangelho, diante da confiança do Centurião, está claramente escrito que Jesus admirou-se.

Ora, nesta passagem das bodas de Caná, parece-me que Êle tornou a admirar-se, a quase assustar-se, diante do pedido de sua mãe. E a surprêsa do Filho, quando ouve dizer que "êles estão sem vinho" explica-se na clave da palavra Mulher.

Deus que sonda os nossos rins, sabe como é feita a mulher; sabe que sua dedicação não se manifesta, como a nossa, em dádivas fragmentadas de uma extrínseca filantropia; sabe que sua maneira de dar é dar-se tôda, até a vida, até o sangue.

Por isso, imagino eu, quando ela lhe fêz aquela súplica de vinho, *como mulher*, Jesus viu, pela primeira vez, antecipadamente, o vinho transformar-se em sangue. Dir-se-ia que ela, mãe de Deus e dos homens, se adiantava, que ela tinha deixado escapar, ali na festa, naquele terceiro dia das bodas de Caná, antes do tempo o segrêdo dos dois. Ela pede vinho. Êle diz: a minha hora (do sangue) ainda não chegou. A mãe adiantava-se, evidentemente. Intercedia antes do tempo. E não ficava como saída para a misericórdia de Deus, assim assaltada de surprêsa, senão duas coisas quase contraditórias em relação ao pedido: detê-lo; e obedecê-lo.

Foi o que Êle fêz.

E todos os convivas se admiraram que o dono da casa tivesse deixado para o fim o seu melhor vinho, não sabendo que o verdadeiro dono e a verdadeira dona da casa, naquele curto e esquisito diálogo, tivessem deixado para o fim um outro vinho infinitamente melhor.

XV

Deixamos para trás, aparentemente, o problema da missão cívica da mulher. Muitas pessoas estarão talvez decep-

cionadas com o desenlace dêste estudo. Que o estejam com a feitura, com a má arrumação das partes no todo, com os defeitos de lógica e de ritmo é perfeitamente justo. Deus sabe de que reservas pude eu tirar êste trabalho que aqui lhes trago. Desculpem-me de tudo. Mas do nexo que existe entre a missão cívica da mulher e as bodas de Caná eu não lhes peço desculpas.

Permitam-me, para terminar, um breve alinhavo das principais idéias. Começamos pela missão da mulher. Assinalamos o estado atual da nossa cultura: uma espécie de carência do elemento feminino. Apontamos as duas grandes vitaminas: o véu, símbolo da vida interior; e a doação, o dom de si mesma, sinal de generosidade perfeita. Vimos que a mulher, quando dá, dá coisas muito próximas e muito vitais. Vimos pelos olhos admirados de Werther, o grande romântico, a cena em que Carlota divide o pão pelas crianças. Vimos o leite, que continua a correr, lá no quadro de Andrea del Sarto, na penumbra do museu. E vimos o vinho que abandonou nas bodas de Caná, ou melhor, traduzindo-o com o dicionário de Maria, que nisto se mostrou mais solícita e mais apressada do que Marta, vimos os primeiros sinais do sangue de Jesus.

Tudo isto, se estou certo, nos ensina que faltam em nossa civilização burocratizada êsses dois elementos vitais, o gôsto da obscuridade e o dom de si mesmo, e que está nas mãos da mulher, sob êsse ponto-de-vista, a sorte da nossa civilização. Tragam-nos pois êsse pão e êsse vinho, em mãos de mulher, com gestos de mulher.

Quem ainda duvida que nós precisamos do socorro e da ajuda feminina?

Nós precisamos da mulher. Não sòmente em casa, como às vêzes se diz. Mas na cidade, no mundo, na civilização. Precisamos que venham, mas que venham realmente como mulheres, isto é, com a paciência do véu e com a impaciência do amor.

VII

O VALOR DA VIDA *

* Conferência pronunciada na Policlínica do Rio de Janeiro.

NÃO HÁ VIDAS INÚTEIS

Senhores:

O Dr. Aloísio de Paula convidou-me a vir aqui dizer-lhes algumas palavras sôbre o problema religioso. Não sei o que a maioria dos senhores pensa do tema que me foi proposto. Para deixá-los mais à vontade, confesso-lhes que eu não me sinto muito à vontade, e que reconheço a impropriedade desta reunião, aqui, neste local, nesta hora, não sabendo eu a maior parte dos senhores quem são, o que querem, e o que esperam de mim.

Sinto-me um pouco estrangeiro — desculpem-me — um pouco intruso, como certamente sentiu-se Paulo, o apóstolo, nas ruas de Atenas, vendo passar os altivos gregos, entre os quais o assustavam mais particularmente os filósofos, que destacavam da turba ignara, pela capa trançada ao ombro com pregas de escultura, e pelo sobranceiro olhar perdido no mundo das essências.

E não julguem que essa comparação com o apóstolo seja impertinente. Quem quer que traga uma mensagem religiosa é um imitador dos apóstolos. Não vai nisto nenhuma soberba. Se eu estivesse aqui a ministrar-lhes uma aula sôbre a emissão eletrônica, como o faço em outros lugares, não teria a coragem de me apresentar como um imitador de Planck ou de Borh. Seria ridículo. Quando se trata porém de uma mensagem religiosa, muda de figura a questão. E é bom que os senhores desde já se habituem, ou comecem a chocar-se, com êste tom afetivo, cordial, familiar, de ho-

mem para homem, sem o qual não é possível transmitir com palavras o que para nós é uma vida de todos os instantes.

Aliás, o que mais me preocupou, quando comecei a preparar os apontamentos para esta reunião, foi a impossibilidade de condensar, nesses sessenta minutos que me são adjudicados pelas regras que regem as conferências, um assunto tão vasto, uma mensagem que, a rigor, exigiria um convívio prolongado, e tornado com o tempo verdadeiramente familiar.

E era isto também, certamente, o que mais preocupava o apóstolo quando começou a falar, de pé, no centro do areópago de Atenas. Mal tendo tempo para bordar os pontos essenciais, mal podendo vencer as primeiras resistências de um auditório desconhecido, Paulo tentou transmitir, numa ousada e absurda condensação, o alfa e o ômega do Evangelho.

Para isto, valeu-se de um recurso. Começou por salientar o que já havia de comum entre êle e os atenienses, chamando a atenção para uma misteriosa inscrição que notara de passagem num altar vazio: "Ao deus desconhecido"...

Não sei se os senhores conhecem a passagem dos Atos dos Apóstolos em que está relatado o discurso de Paulo aos gregos. Reza assim o texto:

"Em pé no meio do areópago, Paulo começou a falar: Atenienses, em tudo eu vejo que sois homens sumamente religiosos, porque, passando eu, e observando as coisas de vosso culto, encontrei em altar com esta inscrição: ao deus desconhecido..."

Ora, aqui também lhes posso dizer o mesmo, porque tive a alegria de saber, por uma inscrição lida nestas paredes, * que há entre nós muitas coisas comuns. Os senhores crêem no valor absoluto da vida, crêem que *não há vidas inúteis*, e é isto que me autoriza a dizer como Paulo: "Vós sois homens sumamente religiosos..."

* Alusão às palavras que o autor encontrou emolduradas no consultório do Dr. Aloísio de Paula: "Não há vidas inúteis; a mais obscura, que ainda traga aceso e quente o mais malogrado coração, é ainda um bem inestimável e insubstituível, único no gênero, necessário à harmonia do universo". *Três Alqueires e Uma Vaca* — Agir.

■

Não há vidas inúteis... Saltando agora do Apóstolo para o vate, eu me proponho glosar êste mote.

Muita coisa se poderá deduzir desta frase, porque seu conteúdo, tirando o arranjo literário que é meu, reduz-se a uma dessas simples e robustas verdades que são de todo o mundo. Entre as glosas possíveis escolhi esta: a pesquisa do fundamento real desta frase, ou melhor, a busca daquilo em que obscuramente se crê quando se crê que não há vidas inúteis.

É claro que eu não poderia começar a mais simples palestra se não houvesse entre nós um postulado comum. Tomo, pois, como base prévia de um entendimento, essa aquiescência intuitiva, ou instintiva, essa tácita concordância, êsse mínimo que torne possível entre nós um comêço de comunicação. Contudo, por precaução, mesmo contando com êsse dado preliminar, permitam que o friccione um pouco, para animá-lo, vitalizá-lo, eletrizá-lo, até que a simples idéia do respeito à vida, colocada em têrmos de um absoluto, se torne entre nós uma atmosfera de certeza cordial e profunda. Tentarei fazê-lo.

"Não há vidas inúteis..."

Tudo em nós afirma não só o valor mas o valor absoluto da vida. Vale a pena viver. Vale a pena lutar indefinidamente, obstinadamente para defender palmo, a palmo essa terra sagrada: a pátria dos vivos. Vale a pena curar. Vale a pena curar-se, ainda que nesse glorioso torneio tenhamos de adotar a meticulosa teimosia do personagem do "Immoraliste" de André Gide.

E enquanto houver alento, enquanto não deitarmos nesse maravilhoso tabuleiro o nosso rei, vale a pena jogar com argúcia e destreza, costurando, soturando, obturando, cerzindo, colapsando, fazendo tudo o que fôr possível para a defesa de um fio de cabelo, e de um centímetro quadrado de epiderme. Há em cada cura uma honra. E êsse estandarte — a honra da defesa do corpo — não é vosso sòmente, enquanto médicos. É nosso. É de todos. É a honra do homem. Começo pois por aqui: pela honra do fio de cabelo ou do centímetro de pele.

Houve tempo em que duvidei dessa honra; quando dei acôrdo de mim, vi que estava duvidando de tôdas. É dêsse tempo — já se vão dez anos — uma página de diário que lhes vou ler:

"Vi ontem no dentista uma cena que me deixou abismado em tristes cogitações. Tendo chegado à porta do gabinete, para pedir transferência de hora, vi na cadeira do cirurgião um môço esquelético e exangue. A tuberculose espalhara cartazes de uma indecente publicidade, nos olhos, nas maçãs do rosto, nas orelhas despegadas, na côr da pele, e no inconfundível desenho dos ombros. Era difícil ser mais integralmente tuberculoso. Dir-se-ia que até o casaco de tropical cinzento era tísico também. Triunfava a doença, naqueles restos de carnes chupadas, como uma absorvente e desvairada amante.

Ora, quando eu cheguei à porta, estava o dentista curvado, atento, a cimentar com escrupulosa minúcia um buraco milimétrico do dente do môço. Metia assim no seu corpo um granito minúsculo antes que metessem o corpo inteiro em baixo de um granito.

Nesse dia — amanhã ou dentro de um mês — o melhor de seus amigos de infância empunhará sem muito jeito a pá convencional, e a cal choverá com som lúgubre em cima de um caixão. E depois, o pedreiro desembaraçado, absorto em coisas de sua própria vida, obturará o môço inteiro com todos os seus dentes inúteis".

Aí está o pensamento atroz que naquele dia registrei. Mas logo no dia seguinte encontro esta outra nota com o título de antítese:

"Quem tem razão é o moribundo. Tem razão de cuidar-se; e, se não tem, então ninguém a terá, porque a única diferença que existe entre nós é de horas, ou de meses. De número, em suma. Ora, o número, como se sabe, não altera a substância das coisas. Três maçãs ou três mil maçãs têm o gôsto de maçã. Três dias, ou três mil dias têm o gôsto da vida. Ou da morte. Vivemos assim tapando buracos, arrumando, varrendo, escovando. Somos todos jardineiros de cemitério. Por mais que nos venham dizer, os astrônomos ou os profetas, que estamos na casa de um planêta em brasa, ou na garupa dos séculos desenfreados, nós não podemos — ó mistério! — deixar um dente entregue à cárie e um chapéu à poeira. O homem é um animal que faz questão de ser decente".

Há realmente uma fundamental decência — e hoje diria com mais ênfase: uma honra — na defesa de nossa integridade. Não há vidas inúteis, ainda que durem três minutos. Não há prolongamento ou cura que sejam desprezíveis, ainda que o beneficiado não saiba depois como empregar os seus pulmões normais — como já me aconteceu — e saia do consultório médico para gastar êsse infinito patrimônio em noitadas de pif-paf.

É claro que existem melhores aplicações para os dias de saúde, mas isto é outra história. O ponto que desejo marcar é êsse do valor absoluto e incomensurável da vida. Partamos pois dêsse princípio. E por êle, por êsse princípio simples, antigo, direto, intuitivo, impulsivo, fecundo, nós sabemos que não dispomos de nenhuma escala para medir o valor da vida.

Às vêzes tentamos êsse empreendimento de medir o que é incomensurável, e tomamos o metro da dor física para concluir que é melhor que morra o paciente se o pouco que

lhe resta de vida está condenado ao sofrimento. A eutanásia é a ilógica conseqüência do excesso de lógica. Ela aconselha a matar baseada na certeza da morte próxima, e no direito sôbre a dor. Ora, se a morte é próxima, porque abreviá-la? E qual é a diferença essencial entre o moribundo e um de nós? Se é por causa da dor qual é o critério, a medida, o grau centígrado de dor que perdoa ou condena? E quem poderá dizer o significado de cinco minutos de vida?

Na verdade, a vida não pode ser medida, nem com o quilômetro da dor, nem com o centímetro do prazer. Poderemos talvez medi-la pela densidade do interêsse ou pela espessura de feitios e realizações? Assim parece. Às vêzes temos a impressão de que há vidas mais valiosas do que outras. Nas operações de guerra, por exemplo, a vida de um general é mais preciosa e irreparável do que a vida de um simples soldado. Nas campanhas sociais e culturais também costumamos nos referir a mortos ilustres como se a vida dêles fôsse mais preciosa do que as nossas anônimas vidas. Há cêrca de um mês, por exemplo, calou-se a grande voz que foi George Bernanos. Todos nós, que ainda conseguimos distinguir uma autêntica voz de homem no universal desconcêrto de grunhidos, sentimos o vazio deixado por essa morte, e vimos, por assim dizer, o enorme diâmetro do buraco por onde Bernanos desapareceu.

Quererá isto dizer que sua vida era mais cara, mais fina, mais rara, do que a vida do quitandeiro anônimo que morreu no mesmo dia? Algum dos senhores, diante dos dois moribundos, um minuto antes das duas mortes, ousaria pensar que o grande romancista merecia, mais do que o pequeno quitandeiro, os desvelos da profissão? Algum de nós, médico ou não, ousaria ponderar no íntimo do coração que diâmetro da morte mede o diâmetro da vida?

Que se teçam considerações sôbre a lacuna deixada por esta ou aquela personalidade de realce; que se noticie o desaparecimento do general com discurso mais longo e mais circunstanciado do que a morte leve e pequena do soldado; que se avaliem as obras, os títulos, a falta que faz o morto — tudo isto ainda se entende: porque essa falta, êsses títulos, essas obras, pertencem ao relativo, ao efêmero, àquilo em suma que se pode medir ou pesar. Mas, falando da vida, de uma vida, de uma vida de homem, do mistério, do absoluto, do infinito de uma vida de homem, nós já não podemos, sem trair nossos princípios mais intuitivos, e sem trair nossa honra, preferir esta ou aquela, fazendo contabilidade, ou tomando decisões que são privilégio exclusivo do Autor da vida.

Não há vidas inúteis. Não há vidas insignificantes, desde que se ponha nestas palavras a clave do absoluto. Mas, de onde vem essa nova dimensão? Onde ficam êsses eixos de referência, ou melhor, qual será o fundamento real, a base concreta desta convicção que, embora em graus diferentes, todos já possuímos? Qual será a raiz dêsse mistério?

Poderemos talvez pensar que a Vida, com V maiúsculo, é êsse fundamento. Poderemos talvez crer que a Vida, com V maiúsculo, é algo de divino que cada um de nós, o general e o soldado, carregam em doses iguais, ou quase iguais, como carregam os mesmos litros de sangue, o mesmo fígado, o mesmo cálcio, o mesmo azôto; e que estará nessa igualdade química, anatômica, fisiológica, isto é, que estará nessa democracia das vísceras o critério que nos manda honrar igualmente o soldado e o general. De fato, um general, visto por dentro, não se distingue do soldado raso. Seu fígado não o acompanha nas promoções, podendo até acontecer que um general intemperante tenha a espada na ativa, e o fígado na compulsória.

É fácil provar que o nosso obscuro respeito pelas vidas não repousa no respeito pela Vida, isto é, numa espécie de superessência da qual cada um de nós participe por imersão.

Fôsse assim, nós não nos embaraçaríamos com os doentes, êsses indignos portadores de tão fina substância. O vitalismo, como doutrina moral, teria a imediata conseqüência do desprêzo pelas vidas em nome do respeito pela Vida,

com V maiúsculo. Cada um de nós seria um mero suporte, fàcilmente substituível. Deveríamos mesmo apressar zelosamente essas substituições promovendo um metódico e científico massacre dos vacilantes. E imaginando que nesse mundo pudesse existir a simples dor de uma saudade, compreendendo-se quão abundantes seriam as consolações. Morre êste, nasce aquêle; e a grande divindade do vitalismo estará bem servida. As tristezas e os lutos dependerão sòmente de um balanço organizado entre os cemitérios e as maternidades. Havendo saldo, está tudo bem; e as viúvas e os órfãos automàticamente deixarão de ser órfãos e viúvas.

No mundo vitalista, realmente vitalista, a mãe de oito filhos que perdesse um dêles, atropelado na fatídica avenida Getúlio Vargas, sentiria uma dor que se exprimiria por uma redução de um oitavo de sua felicidade; e, quando no Pronto Socorro o médico lhe viesse dizer que o filho estava desenganado, essa virtuosa mãe vitalista correria ao telefone para aprazar com o marido, nessa mesma noite, a imediata reposição daquela unidade vital periclitante.

O ponto onde desejo chegar, com êsses exemplos absurdos, é que o fundamento real do absoluto respeito pelas vidas não está nessa coisa chamada Vida capaz de animar cada um dos míseros suportes que lhe submete suas vísceras normais. O fundamento, se existe, está antes nesses mesmos suportes; isto é, está no fato de cada homem ser uma realidade maior e mais rica do que parece quando vemos passar um soldado e pensamos: "ali vai um soldado"; ou quando contemplamos num livro de história natural a estampa marcada com essa esquisita inscrição: O Homem.

O fundamento real, concreto, daquele mote que estamos glosando, se existe algum, está em cada um de nós, um por um, naquele mistério que melhor se designa quando perguntamos "quem é êle?" e "quem sou eu?" do que quando perguntamos "o que é êle?" ou "o que sou eu?"

O que eu quero dizer é que a chave, se alguma existe, está na "pessoa humana"; na realidade concretíssima da única e insubstituível pessoa de cada um; ou melhor, está no fato de cada um de nós ser algo mais do que um indivíduo, isto é, uma unidade quantitativa dentro de uma espécie.

Quando vemos um homem, vemo-lo geralmente sob o ângulo do relativo, do efêmero, do dimensional, do numérico, e dizemos: ali vai um general, um senador, um operário, um inglês...; e muito raramente nosso olhar penetra o interior de "quem" da pessoa dêsse absoluto que passa assim escondido no efêmero.

É preciso apurar os olhos para entrever a realidade profunda da pessoa humana. Quando dizemos que não há vidas inúteis estamos dizendo, de modo indireto, que há uma imensa e prodigiosa realidade escondida em cada homem. De outro modo a nossa frase podia ser bonita, amável, simpática, o que quiserem: mas ela não teria o mais sagrado dos atributos: não seria verdadeira. Seria uma dessas mentiras a que nos apegamos desesperadamente e que Ibsen, pela bôca de um de seus personagens, chamou de "mentira vital". Seria um dêsses numerosos truques com que nós nos enganamos; e convém assinalar que cada um de nós é um gênio nisto de se enganar a si mesmo.

Estamos aqui num divisor de águas. Devemos optar. Ou riscamos aquela frase; ou então tratemos de abrir os olhos para vislumbrar um primeiro reflexo dessa misteriosa fosforescência que vem de dentro do homem que vemos passar.

Procuremos juntos a lente que retifica, ou o colírio que desanuvia o ôlho do homem para visão do homem. Há dois caminhos a seguir. No primeiro, eu faria um apêlo às mais altas faculdades, convidando-vos a entrar no país encantado da metafísica. No segundo, eu faria um apêlo mais cordial, convidando-vos a entrar no país ainda encantado das coisas simples e familiares. Poderia demonstrar que os dois convites são um só convite, ou melhor, que os dois caminhos conduzem ao mesmo lugar.

Tomemos o segundo: o caminho do bom-senso e da cordialidade. E comecemos com um exemplo figurado.

Vemos passar na rua um regimento. Os soldados são todos iguais. Os uniformes são todos iguais. É verdade que uns soldados são mais gordos, outros mais magros. Há portanto uma pequena variação no córte dos uniformes, mas não pensem que o alfaiate aplica seu metro em cada soldado. Não é assim que se faz. Os uniformes, os sapatos, os capacetes, tudo o que o soldado usa, é feito de acôrdo com as estatísticas. O soldado, até pouco tempo atrás, era o mais despersonalizado, o mais numerado dos homens. Hoje, o funcionário disputa-lhe êsse título. O operário também. Todo o mundo hoje disputa o último lugar. Ninguém mais quer ser João ou Maria. Todos querem ser unidades numéricas dentro de um quadro.

Dias atrás li no jornal a notícia de um drama de amor com tiros e lisol; mas vejam, senhores, os tempos em que vivemos: o jornal contava o drama dizendo que o aeroviário Fulano, com tresloucado ciúme, matara a bancária Sicrana. Não sei se ria, ou se chore. A tragédia e a comédia se acotovelam, e eu me julgo autorizado a lhes perguntar que espécie nasceria, se em vez de drama houvesse casamento entre o aeroviário e a bancária? Eu penso que nasceria um hídrido estéril.

Mas voltemos ao exemplo clássico do soldado, porque, se começo a falar nos horrores da burocracia arrisco-me ao delírio. Voltemos pois ao soldado.

Cada um é uma unidade quantitativa, de fácil substituição. Na guerra morrem aos milhões. O boletim militar menciona essas perdas, exprimindo-as com cifras. Quando as perdas não passam de alguns milheiros, o boletim declara, com laivos de otimismo, que as perdas são pequenas. Quando as mortes não passam de dezenas, o boletim declara sêcamente que as perdas são insignificantes. "Nada de nôvo no oeste". E tem razão: Lá no seu ponto-de-vista, tem razão. Para o estado-maior um soldado é um soldado, isto é, uma unidade inteiramente, completamente submetida ao interêsse coletivo. Para o estado-maior a pessoa não existe.

Quando porém o boletim de guerra é afixado nas paredes de um burgo, com os nomes de vítimas, há uma velha camponesa que sente a vista escurecer, e tudo em tôrno oscilar, vendo um nome, um só nome, um só entre tantos, pular como uma flecha da lista para o coração.

Meus senhores, eu não estou apelando para os vossos bons sentimentos. Há circunstâncias em que vale a pena apelar para as fibras afetivas. Não o contesto. Mas quando se quer falar da realidade do amor, da veracidade do amor, não convém tocar nos nervos das pessoas para que essa suprema realidade não seja confundida com o sentimentalismo que põe ao canto do ôlho um fácil umedecimento. É preciso, ao contrário, uma grande impassibilidade e uma grande seriedade para falar do amor.

O exemplo que escolhi, para mostrar como um soldado se transforma em pessoa, serve para mostrar que essa realidade, a pessoa, que há pouco nos parecia uma difícil elucubração de filósofo, é perceptível fàcilmente, nessa antiga, eterna e cotidiana experiência da velha mãe dolorosa diante de sua cruz. O que eu quero dizer é que a revelação prática da realidade da pessoa está ao nosso alcance, desde que saibamos olhar com os olhos do amor. O que quero afirmar, ainda que me caiam nalma dez mil decepções por dia, é a realidade, a seriedade e a veracidade do amor.

Ora, a primeira intuição da visão de amor é a da singularidade da pessoa amada. Ela é única. É realmente insubstituível. Mesmo para a mãe carregada de filhos, cada um dêles representa sua felicidade inteira, como se nessa estranha partilha fôsse possível dividir sem partir, ou partir sem dividir.

Nós outros, que temos na cabeça cinzas de desilusões, quando a secura da vida nos turva essa capacidade de ver com os olhos de amor, isto é, de conhecer melhor, costumamos

sorrir do desespêro do namorado ferido em seu afeto. Pois se há tantas mulheres no mundo, por que se afligir com a falta de uma só? A namorada perdida é uma perda insignificante. Nada de nôvo no oeste.

À mãe que perde um filho mal nascido, temos vontade de dizer "que importa? nascerá outro daqui a nove meses..." o que é uma verdade em obstetrícia, e nas estatísticas dos planejadores de medicina social, mas não é uma verdade na linguagem exigente e absoluta do amor. A partilha que a mãe e o pai fazem entre os filhos, dando tudo a cada um; a experiência análoga da amizade, capaz também de distribuir sem fracionar, esta esquisita operação pela qual a dor da perda de um filho entre dez não é uma redução de dez por cento na felicidade da família, mas uma perda total — tudo isso serve para nos advertir que essa operação se processa num plano em que o quantitativo é superado pelo absoluto.

E qual é êsse plano? Qual é êsse mundo da pessoa? Qual é êsse domínio onde se pode dizer com forte acento de convicção que não há vidas inúteis?

Permitam-me mudar aqui, bruscamente, a direção de nossas idéias dando-lhes outro exemplo em que uma mesma coisa pode ser dividida por muitos sendo dada inteira a cada um.

Considerem o fenômeno desta nossa conferência. As palavras que estou pronunciando estão sendo divididas por todos. Ocorre a alguém pensar que cada um dos senhores está recebendo 1/50 da conferência? Passa pela idéia de alguém que a parte que lhe cabe na partilha desta palavra seja inversamente proporcional ao quadrado da distância? Evidentemente não.

O pouco que aqui lhes estou oferecendo é uma coisa que cada um recebe inteira. E ainda mais: ninguém pensará que o fato de dar essa coisa esquisita que é uma conferência vá produzir um desfalque em quem dá. Ao contrário, quem

ensina fica sempre sabendo um pouco mais depois da aula. Pode-se mesmo dizer que numa aula o professor é sempre um dos melhores alunos.

Vejam pois que tanto no caso de uma conferência como no caso do amor, as leis habituais ficam subjugadas, superadas, vencidas por uma nova lei que permite partilhar sem dividir; e dar ficando mais rico.

Qual é a chave dêsse enigma que insere uma tão escandalosa quão incontestável realidade nos nossos esquemas materiais e quantitativos? Qual será o denominador comum entre a conferência, o mistério da pessoa, a realidade do amor que vê o que há de único em cada um, e aquela intuição profunda de que não há vidas inúteis?

Só pode ser uma a chave: o homem não é um simples aglomerado de tecidos e órgãos; não é sòmente capaz de ver, ouvir, cheirar; não é sòmente um animal movido pelos apetites sensíveis, ávido pela bôca e pelo sexo... É tudo isto, evidentemente. Tem braços, pernas, órgãos, sentidos (ninguém até hoje, entre os nossos, o pôs em dúvida!) mas é algo mais. É também um ente dotado de uma inteligência capaz de partilhar sem dividir, de dar ficando mais rico, de apreender sem desfalcar; e é dotado de uma vontade capaz de um amor lúcido, penetrante, audacioso, que sem se deter na superfície das coisas penetra-lhes no âmago com a violência de um fogo.

Tudo isso que até agora vos disse pode ser simplesmente resumido nesta conclusão: o homem é um ser dual, bivalente, composto de corpo e alma espiritual. É na realidade concreta e substancial do espírito que se enquadram os fenômenos aparentemente desconexos de que até aqui falamos. E é nesta realidade — a vocação de absoluto e de eternidade — que pode encontrar algum fundamento aquêle modesto mote de tão prolongada glosa: não há vidas inúteis.

A realidade do espírito, a vida do espírito, as operações do espírito, êsses são os dados essenciais que não podem ser afastados um só minuto se queremos edificar uma ciência

verdadeira do homem. Sem êsse dado, tão substantivo e concreto quanto um fígado, não é possível compreender as coisas mais simples da vida humana, desde o bom-dia até o mais heróico dos sacrifícios. Sem êsse dado, esta conferência seria um puro fenômeno acústico, menos interessante do que já é por outros motivos. Sem êsse dado, não há como passar do soldado para a pessoa. Sem êsse dado, não existem a inteligência e o amor verdadeiramente humanos. Sem o reconhecimento do espiritual, e sem a primazia do espiritual, não é possível pensar numa sociedade humana em que os indivíduos empenhados no coletivo, possam recuperar a liberdade essencial da pessoa humana.

O Homem é dual. E por causa dessa dualidade fundamental êle pode ser visto segundo duas perspectivas diferentes: a do indivíduo, e da pessoa. E é de dois modos que cada um se relaciona com a sociedade: pelo indivíduo, nós nos relacionamos com os outros por causa de nossas carências, e por causa do apoio que o coletivo proporciona ao individual; pela pessoa, nós nos relacionamos com os outros por uma exigência de generosidade, por uma transbordante necessidade de trocar em nível alto, de dar, ficando mais rico à medida que mais distribui.

Essa é a nossa primeira conclusão: o dualismo da natureza humana; e o primado do espiritual. E esta conclusão é o princípio que está na base daquelas palavras que encontrei gravadas nestas paredes. Negado êste princípio, aquela frase não passará de uma mentira vital entre as muitas com que costumamos alimentar a nossa malícia.

A CONDIÇÃO HUMANA E SEUS CONFLITOS

Devo-lhes um reparo; quase uma concessão. O que até aqui lhes disse, sôbre a realidade do espírito e a dignidade da pessoa humana, expõe-se à seguinte objeção: "É curioso

que essas realidades tão evidentes sejam entretanto tão freqüentemente postas em dúvida".

É um fato. Aí está a história do mundo.

Aliás, a insistência e o tom caloroso com que geralmente se procura defender essas verdades já deixam entrever o drama que as obscurece. A honrosa importância que os senhores deram àquela frase já nos parece um pouco suspeita. Se a sua evidência fôsse clara e sem manchas, ela não estaria gravada na parede, carregada com meus pobres recursos literários; ela estaria cravada em nós, límpida e pura. Que me perdoe o Dr. Aloísio de Paula se tão mal retribuo à sua delicadeza dizendo que êle gostou da frase, um pouco porque duvidava dela. Duvidou primeiro: depois redescobriu o que sempre soubera; e mandou então gravá-la com o reconhecimento de quem se reconcilia.

O fato é que nesses problemas que mais nos interessam nós só podemos partir de *evidências obscuras* se é possível dizer assim. O fato é que a *condição humana* é cheia de contradições e conflitos.

Falei-lhes há pouco do que o homem é de sua natureza dual, *ni ange ni bête,* e tentei mostrar-lhes que a raiz do nosso ser mergulha num mistério de aventura e de risco. A íntima união da matéria e do espírito já anuncia em si mesma um infinito de conseqüências. Ora, tudo nos indica que de fato alguma coisa aconteceu na origem de nossa história, e que o princípio de aventura radicado em nosso ser transformou-se em tragédia real. Na primeira parte dêste nosso estudo procuramos mostrar o que o *homem é.* Agora vamos considerar como o *homem está,* isto é, vamos expor algumas reflexões sôbre a situação concreta dêsse ente bizarro que já de início, por sua própria natureza, nos deixa adivinhar que sua história não há de ser muito tranqüila. Em outras palavras, vamos abordar algumas das contradições profundas da condição humana.

*

Não sei se algum dos senhores já leu o Rocambole de Ponson de Terrail. É o que se chama baixa literatura. Quem leu, geralmente não gosta de confessar.

Ora, eu tenho em embrião uma pequena teoria que conto um dia desenvolver: acho a má literatura, às vêzes, melhor do que a literatura. A declarada e descarada vulgaridade tem algo de franco, de abandonado, de jovial, de suculento, que difìcilmente se encontra nos suplementos dominicais em que os autores ficam numa espécie de limbo, entre a nutritiva estupidez dos bons romances policiais e a nutritiva sabedoria da genuína literatura. Na minha futura teoria, só é recomendável ler Dostoiewski ou Rocambole; Bernanos ou Rafles; Maritain ou Nick Carter; porque é só nesses extremos que se encontra uma autêntica notícia do que é o homem.

Lembrei-me agora de Ponson de Terrail por causa de um lapso genial cometido por êsse folhetinista, que aliás era fecundo em enganos dêsse tipo. Para mim, o lapso transforma-se em símbolo, e eu vejo o homem moderno mais próximo do símbolo do Ponson de Terrail do que do famoso símbolo de Sófocles.

O caso a que me refiro é o seguinte: em certa passagem de um de seus intermináveis folhetins havia um personagem, um conde, metido em intrincada emprêsa que exigia pronta deliberação. "E então — conta o folhetinista — o conde montou a cavalo e partiu galopando em tôdas as direções".

Aí está nessa esplêndida imagem a figura do homem: um ser capaz de galopar em tôdas as direções. Em outras palavras, o homem, como vemos, na situação em que está, é o mais evasivo dos sêres. Sua explosiva natureza, composta de espírito e matéria, isto é, de fogo e pólvora, já deixaria entrever, em abstrato, que sua história não seria cômoda. Sua natureza é tão aventurosa, que parece melhor realizar-se quando rompe seus próprios limites e se ofende a si mesma.

Não admira muito que, na origem de nossa história, a integridade de tão explosiva natureza e a observância de tão dinâmicos limites precisassem apoio num pacto de sagrada obediência. Ora, essa obediência foi uma vez quebrada, os diques do pacto rompidos, e a humanidade precipitou-se pelos vales da história como uma avalancha. E nós vemos passar em tumulto êsses estranhos sêres crivados de contradições, capazes de desejar com ardor aquilo mesmo que fere a sua própria natureza, capazes de assaltar e pilhar o próprio domicílio, capazes de morder o próprio coração.

Em linguagem mais comedida eu assinalo êste fato: o *dualismo* aventuroso da natureza do homem transforma-se em *dualidade* dolorosa, em conflito, em tragédia. Nós somos portadores de conflitos; inventores de conflitos. Somos capazes das mais finas, e das mais grosseiras contradições. O uso da liberdade radical, decorrente de nosso espírito, se manifesta mais claramente pela insensatez do que pela prudência. Há quem duvide dessa liberdade, há quem duvide mesmo do espírito, o que me parece incrível porque sòmente a racionalidade, e sòmente a liberdade explicam a prodigiosa facilidade de errar, própria do homem. Se há pouco nós chegamos à conclusão de que o homem é um ser dotado de alma espiritual, partindo de seus melhores e mais elevados princípios, agora, permitam-me o paradoxo, chegaremos à mesma conclusão da eminente dignidade humana partindo de sua indignidade. Só a grandeza, na degradação, explica tamanha miséria, disse Pascal.

*

Consideremos alguns dêsses conflitos, e tomemos os que nos parecem particularmente agravados em nossos tempos.

No caminho do homem há certos bens que mùtuamente se excluem: quem escolhe um tem de abandonar os restantes.

Há entretanto outros bens que se completam e que só podem ser tomados ao mesmo tempo, sem excluir nenhum. Quero lhes mostrar como geralmente se pretende abarcar onde se deve excluir; e se pretende excluir e escolher onde se deve abarcar.

Há certos bens que se excluem. Entre casar-se e não casar-se; entre estudar medicina ou dedicar-se aos negócios; entre a carreira militar e os cargos civis; é preciso escolher um deixando o outro. É bom casar-se, e é bom não casar; é bom estudar medicina, e é bom ser negociante; é bom dedicar-se às armas como preferir as carreiras liberais. Mas entre cada um dêsses dois bens é preciso escolher. É preciso escolher corajosamente, disposto a perder o que não se escolheu.

Ora, é fácil mostrar que a sociedade moderna, na grave crise que atravessa, parece ter esquecido essa pequena regra elementar das escolhas nítidas. Quem casa, continua muitas vêzes a viver como se não se tivesse casado; quem estuda medicina não afasta de si muitas vêzes a idéia de fazer disto um negócio; quem cinge a espada não deixa de espreitar, muitas vêzes, as menores oportunidades de ocupar cargos civis. Não discuto aqui as causas. Vejo sòmente o fato bruto: a todos nós, homens dêste século e desta cultura mórbida, repugna a escolha.

Eu disse que quem casa continua a viver como solteiro. Permitam-me desenvolver um pouco essa idéia.

Trinta anos atrás, no tempo em que me casei pela primeira vez, era costume, e um sólido costume, considerar êsse ato como decisivo. Ao môço boêmio, vagabundo, farrista, freqüentador de roletas, notívago, bebedor, não ocorria, absolutamente que êle tivesse o direito de fazer aquelas mesmas coisas depois de casado. Por fraqueza ou perversão moral êle poderia depois de casado voltar para casa cambaleando, às três da madrugada; mas o que importa assinalar, nessa época, é a ausência de uma perversão intelectual que, de antemão, desconhece a honra do nôvo estado. O direito de praticar aquelas coisas depois da linha divisória do casamento, naquela época, era unânimemente contestado. O problema não é de indivíduos, de casos; mas de cultura, de clima social. E naquele clima, por mais desregrados que fôssem os costumes, a desregra não tinha a fôrça de um costume, de um dado cultural, de um direito.

Usavam-se também, nesse tempo, certos sinais para designar a pessoa casada. A mulher vestia-se de outro modo. Do dia para a noite mudava de roupa. Os figurinos dividiam-se claramente entre as solteiras e as casadas. Nossas mães — dois mais velhos de nós pelo menos — usavam *peignoir* e bata de rendas. Nossos pais, no dia do casamento, ganhavam um guarda-chuva de castão de ouro.

Era ridículo, se os senhores quiserem; mas era também imensamente razoável. Aquelas coisas eram as insígnias do nôvo estado. Serviam para assinalar, nìtidamente, concretamente, a fôrça e a realidade de uma decisão.

Ora, na sociedade de nossos tempos, já não se observa o mesmo. As decisões são vagas, as opções pouco corajosas, e cada ato nosso anda acompanhado de uma longa cauda de possibilidade de recuo. À promessa feita, já corresponde uma tácita reserva; à carta jogada na mesma correspondem outras escondidas na manga do casaco.

O sujeito que se casa, neste clima cultural, já carrega o gôsto pela indeterminação, a tibieza pela observância da nova regra, e pretende entrar airosamente no matrimônio com os mesmos costumes de solteiro. As mulheres também, evidentemente. Aquilo em que o homem e a mulher melhor se entendem é no próposito de se degradarem juntos. A mulher também, depois de casada, depois de se rasgar ao meio para que uma nova vida brote, regada no seu sangue, continua a mesma com o mesmo desembaraço, usando as mesmas roupas de menina e esforçando-se por manter o mesmo corpo de menina, como se nada tivesse acontecido, como se aquêle dilaceramento fecundo tivesse sido apenas um mau

quarto de hora no dentista. E a criança que parece ter nascido mais do acaso que do amor, fica prêsa em casa, ou prêsa no automóvel, para que êsses dois pais continuem a vida de solteiros, estudantina e feliz, com a única diferença de dormirem juntos.

*

Senhores, não quero prolongar aqui o processo de nosso tempo que nos levaria longe com prejuízo da clareza. Voltemos ao ponto de partida.

Eu estava assinalando o fato de o homem, por sua natureza e por seu estado, ter a estranha capacidade de inventar conflitos e contradições. E uma dessas contradições consiste justamente em fugir às oposições de dois bens que de fato, e acidentalmente, se excluem, negando-se à nítida escolha.

Vejam bem: a solução perfeita dessas oposições acidentais consiste em tomar uma coisa e deixar outra. Radicalmente. Decisivamente. E é exatamente o contrário que cada dia mais se prefere fazer. Cada um de nós quer galopar em tôdas as direções.

Agora considerem um outro problema que deriva também de nossa natureza, e de nosso estado. Por causa do dualismo radical do homem há certos bens que se parecem excluir, como se estivessem em conflitos. E aqui — vejam bem! — aqui onde a solução consiste justamente em tomar os dois bens — em aparente contradição — harmonizando-os e elevando-os ambos, a sociedade de nossos tempos pretende exercer uma escolha, tomando um e deixando outro. O bem do corpo, por exemplo parece incompatível com o bem do espírito. O bem do indivíduo entra em choque com o bem comum da sociedade. E no próprio esquema das virtudes morais parece estabelecer-se uma oposição trigonométrica entre as virtudes: a mansidão e a coragem parecem incompatíveis; a justiça e a bondade parecem irreconciliáveis; o patriotismo e o senso da solidariedade humana parecem antinômicos. E assim por diante.

Ora, é nesse domínio, nesse autêntico domínio em que o dualismo humano tem de manter o mais elevado e esforçado equilíbrio, abrangendo os extremos, alargando o seu campo de aplicação, escolhendo tudo, tomando ao mesmo tempo êste e aquêle bens essenciais, o do corpo e o do espírito, o do indivíduo e o da sociedade, cultivando as virtudes dos quatro pontos cardeais, ao mesmo tempo, com a inteireza e organicidade — é neste domínio que o homem de nossos tempos pretende exercer a escolha, uma escolha que não exclui coisas extrínsecas, caminhos a seguir, mas que exclui uma metade de seu próprio ser.

Vejam por exemplo a crise social. Em que consiste precisamente o comunismo? Na ilusão de um bem coletivo dominando e asfixiando o bem individual. Em que consistiu o liberalismo de nossos pais? Na ilusão de uma autonomia do bem individual em prejuízo do bem comum. Qual será a solução dêste problema que parece armado em têrmos de conflito? Deveremos tomar um *meio têrmo* entre o bem individual e o *bem comum*, concedendo aqui, disputando acolá, até conseguir uma partilha mais ou menos equitativa, como a de dois ladrões que dividissem com ódio e suspeita o manto da vítima?

Não. A solução consiste em elevar os dois têrmos, em soerguer as duas pontas, e em procurar o equilíbrio elevado, dotado de uma nova dimensão, onde lucrem ao mesmo tempo os dois bens. E esta solução só pode ser encontrada quando reintroduzirmos no problema o dualismo comprometido, firmando o primado do espiritual, e enunciando a realidade da pessoa humana. O monômio sociológico dos marxistas ou dos liberais se transforma num binômio pelo qual as relações entre o homem e a sociedade se estabelecem com dois têrmos: indivíduo-sociedade; sociedade-pessoa.

A sociedade aparece assim como um têrmo de conexão entre o homem e o homem.

*

Tomemos outro par de bens que são apresentados em contradição: a liberdade e a autoridade. O anarquismo pretende abolir o poder político, considerando-o a fonte de todos os males. O totalitarismo pretende abolir a liberdade individual como único meio de tornar o homem feliz.

E cada uma dessas experiências tem a trágica e infalível conseqüência: a escolha de um dêsses bens essenciais resulta sempre, invariàvelmente, na perda dos dois. Os liberais do século passado são os fatôres dos totalitarismos de nosso tempo. A anarquia traz a perda da liberdade; a tirania traz a perda da autoridade. Na sociedade tiranizada não é o tirano quem manda, é o DASP, é a Holerith, é a estampilha. O injustiçado não tem a quem se queixar. O protegido pelas caixas não tem quem lhe atenda, de homem para homem, e quem lhe ouça as mágoas, e lhe alivie as mazelas, de homem para homem.

O tirano exerce a tirania, mas *não pode* exercer a autoridade. O estado totalitário não é, como se diz, um estado autoritário, porque a noção de *autoridade* está prêsa à noção de relação de homem para homem. Ora, o estado totalitário oprime mecânicamente, burocràticamente, impessoalmente, cegamente. Será até impróprio falar em abuso de autoridade a propósito de estado totalitário. O indivíduo que caísse em baixo de uma barreira, ou se afogasse numa inundação, ou agonizasse num incêndio, não poderia pensar, sem agravar seu último momento com um filosófico desvario, que o barranco, a água e o fogo estivessem abusando da autoridade.

Qual é a solução, outra vez, dessa aparente oposição? É, outra vez, aquela que exaltar simultâneamente os dois têrmos. Sòmente uma sociedade bem hierarquizada pode proporcionar aos homens um clima de liberdade. Não se trata de conciliar os dois têrmos, em magra medida, disputando à autoridade miligramas de liberdade. Trata-se de crescer em ambos. E êsse crescimento só é possível quando

no problema se introduz a quarta dimensão da pessoa humana e se afirma o primado do espiritual.

*

Consideremos finalmente, como terceiro exemplo, o juízo que o homem faz de si mesmo, de sua condição, de sua vida. Êsse problema nos aproxima daquele outro por onde começou esta nossa palestra, e é fácil verificar que, em tôrno dêsse problema, nasce uma irredutível oposição entre o pessimismo e o otimismo. Parece que temos abundantes motivos para ambas as atitudes, e somos otimistas uns e pessimistas outros, ou então, o que ainda é mais freqüente, somos ora otimistas, ora pessimistas.

Levando essas atitudes até as conseqüências extremas, nós vemos delinear-se com os contornos de uma teoria, de um lado o pessimismo radical que vê na condição humana tão ignóbil corrupção que aspira a uma reforma total, a uma reforma ontológica, biológica, zootécnica; de outro lado o otimismo dos que crêem na capacidade do homem construir seu próprio paraíso.

A revolução dos racistas, a quarta humanidade dos integralistas, a política maquiavélica, que fala sempre em têrmos de inovação (Estado Nôvo, Nova Ordem, Quarta Humanidade, etc.) repousa sôbre um profundo e visceral pessimismo que chega à repugnância do homem pelo homem, que Nietzsche nos seus últimos dias já não tentava ocultar.

Do outro lado estão os homens que compraram lunetas côr-de-rosa nas feiras do humanismo vulgar que crê na santidade natural, e se apega na ilusão de que os males do homem estão fora do homem, na estrutura econômica, na monocultura, no boi zebu, no mosquito. "O homem nasce bom, é a sociedade que o pervete", dizem os descendentes de Rousseau. "Modifique-se a estrutura econômica da sociedade, e o homem será feliz", dizem os descendentes de Marx ou Kropotkine. O marxista, o anarquista e o liberal encon-

tram-se nesse otimismo que desconhece o trágico do homem. Êles conhecem a receita infalível, o específico, o sôro, o golpe de bisturi salvador, e não admira muito que, no zêlo da descoberta, queiram conduzir a humanidade anestesiada para a mesa de operação.

Qual será a atitude verdadeira entre êsses dois extremos? Deveremos escolher uma eqüidistância, tomando uma média aritmética ou geométrica entre o sombrio Nietzsche e o sentimental Rousseau? Deveremos procurar um matiz intermediário entre o verde-negro infernal dos nazistas e o rosado imbecil das almas laqueadas de otimismo?

A solução, a nossa, está em procurar qual é o legítimo otimismo e qual é o legítimo pessimismo que possam ser abrangidos de ponta a ponta, e soerguidos ambos num equilíbrio em alto nível. Aqui, mais do que nunca, devemos ouvir uma palavra admirável de Bossuet : "Il faut tenir les deux bouts de la chaîne". Ou uma palavra não menos admirável de Pascal: "Grandeur et misère de la condition humaine".

Estamos diante de um grave problema. Na primeira parte desta nossa palestra tínhamos concluído que o valor absoluto da vida se fundamentava naquilo que o homem realmente é: um animal dotado de inteligência e vontade espiritual, um animal capaz de poesia, de amor e de filosofia. Um ser dotado de liberdade.

Agora, examinando mais de perto, vendo o homem passar, pensando sobretudo nos desatinos dêsse estranho personagem, estamos começando a pensar que aquêle eixo não basta; ou melhor que aquêle eixo não é um verdadeiro eixo.

Os antigos já pressentiam que a sorte do homem não depende sòmente do homem. Vejam por exemplo a tragédia do rei Édipo. Êle sabia o que era o homem; êle decifrara o enigma da esfinge; êle ouvira o aviso; êle estava ciente, advertido, prevenido contra o parricídio e o incesto. Apesar de tudo, porém, o Destino o esmaga, levando-o a matar o pai e a unir-se com a mãe. E o pobre personagem carrega no têrmo de seus dias a grandeza de um rei e a miséria de um mendigo.

O que parece — e que os antigos pressentiam obscuramente — é que o eixo de referência da sorte do homem não está nêle mesmo. O que parece é que o humanismo, isto é, a valorização do homem, não se pode centrar no próprio homem, e que se torna necessário rever nossos cálculos, reconsiderar nossas órbitas, para procurar como Copérnico o fêz para os astros, o centro de gravitação de nossas almas.

O norte-sul da vida humana não está em nós mesmos; como o norte sul da agulha imantada não depende sòmente de sua imantação, mas da existência de dois pólos. Se insistirmos em referir aos nossos próprios eixos os nossos mais audaciosos anseios, e os nossos mais angustiosos receios, não há como sair, e como evitar a mutilação que toma ora uma ponta do problema ora outra, sem nunca poder atingir o elevado equilíbrio necessário para abranger os extremos.

Em outras palavras: se nós procurarmos em nosso próprio ser as bases para firmar o sentido da vida, acabamos sempre traindo o nosso ser. Se nós pretendemos construir o humanismo centrado no homem, tornamo-nos logo desumanos.

Recapitulemos um pouco o que até aqui já dissemos:

Começamos por considerar o problema do valor da vida; e vimos que aquela frase precisava um fundamento. Encontramo-lo na intuição do valor da pessoa. Depois, vimos que êste, por sua vez, se firma no dualismo essencial do homem e no primado do espírito.

Ia tudo muito bem. Mas agora, quando ia tudo muito razoàvelmente, o problema desandou, a bússola enloqueceu, e o cenário de nossos problemas foi bruscamente invadido por personagens de tragédia e por personagens de comédia.

Dir-se-ia que explodiu aquêle paiol ambulante que é o homem; que o dualismo essencial se manifestou em uma di-

nâmica e poliforme dualidade. Dir-se-ia que o núcleo, o eu do homem, está sofrendo um processo de desintegração.

De fato, cada homem que passa, com seu casaco ridículo, batendo em nádegas tristes, é um ego em decomposição, é uma bomba atômica, ou um busca-pé errático e cômico, que ziguezagueia, com mais pólvora uns, com menos fagulhas outros, mas todos com o mesmo indeterminismo desvairado do herói de Ponson de Terrail.

*

A primeira virtude religiosa de que o homem precisa, antes mesmo de ter uma atitude religiosa, é uma certa lealdade, um certo *fair play*, uma espécie de senso esportivo, um reflexo da justiça em suma, que o leva a perguntar se não está em Outro, fora de si mesmo, o pólo verdadeiro de um verdadeiro otimismo e de um verdadeiro pessemismo.

Essa virtude, simples, lisa, elementar, de bom jogador, de franco lutador, nos levará infalìvelmente à conclusão que o homem não é o princípio do homem, e que o homem não é o fim do homem. Uma total dependência, e uma ordenação a um fim último e absoluto: eis os pólos orientados, o alfa e o ômega de nossa bússola.

E daí, com mais um passo, nós tiramos que o sentido da vida só é possível, e pensável, nos têrmos dessa nova e absoluta referência, na qual o pessimismo e o otimismo, harmonizados, conjugados, elevados, recebem êstes nomes novos: *temor e esperança.*

*

Pelo temor, nós sabemos que pecamos, e que fomos concebidos no pecado. Sabemos que não nos bastamos, que não temos em nós o princípio ativo capaz de nos levar ao nosso fim. Que o nada nos atrai. Que o equilíbrio precário de nosso eu se compromete em cada gesto maior que fazemos.

Pelo temor, nós sabemos que nossa aventura original degenerou em tragédia, e que Aquêle que é nosso Princípio e nosso Fim velou-nos sua Face. Pelo temor, sabemos que estamos no escuro. Sabemos que estamos em falta. E tudo nos diz — se tivermos êsse elementar senso esportivo — que devemos curvar a cabeça, e dobrar o joelho. Porque é de justiça.

O temor de Deus é o princípio da sabedoria.

E êsse temor é bom. É justo. Eu diria mesmo: corajoso. Êsse temor é reto, é honesto, é leal; eu diria mesmo: viril. E é também afetivo, reconhecido, sincero, profundo, penetrado de estremecimento, e impregnado de ternuras. Eu diria mesmo: filial.

Êsse é o nosso pessimismo.

*

Quanto à nossa esperança, senhores, ela repousa nas promessas de Deus. Nos piores dias de nossa vida ela nos faz companhia. Nos sofrimentos mais agudos ou mais persistentes, nós temos dentro de nós a semente da paz. E ninguém, ninguém no mundo a pode arrancar de nós, senão nós mesmos, pelo pecado, quando ousamos preferir qualquer coisa, seja o que fôr, às promessas de Deus.

Daí o nosso temor. Daí o nosso corajoso e humilde temor: corajoso — porque sabemos que ninguém, ninguém no mundo, nos pode arrebatar tamanho bem; humilde — porque sabemos que nós mesmos, ai de nós, podemos perdê-lo.

Mas, com um pouco de abandono, com um pequeno movimento de amor, a Esperança em nós vence o temor, conservando-o, elevando-o, agasalhando-o, como mãe môça que ternamente protege a fragilidade de seu filho.

Nossa esperança, senhores, vem de Deus mesmo. Não somos nós que a inventamos, que a deduzimos, que a fabricamos. Deus mesmo é quem no-la deposita na alma, com

as outras virtudes teologais, a Fé e a Caridade, que é a maior. E nós sabemos, agora, que nosso Destino não é a fôrça cega que empurrava o rei Édipo para o parricídio e para o incesto. Nós sabemos que as portas de nossos destinos abriram-se; sabemos que o Filho de Deus deitou-se sôbre o abismo de dor e morte para que nós todos, um por um, pudéssemos passar por cima de seu corpo. Nós sabemos que uma festa está sendo preparada para nós, desde tôda a eternidade, e, quando apuramos os ouvidos, conseguimos distinguir os ruídos dêsses preparativos...

Quando éramos pequeninos, nas vésperas dos aniversários, ou das noites de natal, ficávamos às vêzes acordados na cama, nervosos, impacientes; e trocávamos olhares compreensivos com nossos irmãos, noite a dentro, ouvindo os passos, as vozes, os ruídos novos de objetos novos, e trocávamos olhares cheios de suposições, ouvindo a surda azáfama dos pais que povoavam nossa noite de mistérios e esperanças.

Ora, nossa esperança de hoje, essa esperança teologal, parece-se muito com aquela esperança filial de antigamente. Nós sabemos, com a certeza da fé, que há uma festa preparada para nós, e sabemos, desde já, que os preparativos escondidos não nos estão inteiramente escondidos. Ouvimos sinos que batem, ouvimos passos em procissão, ouvimos, como um rio de amor, um murmúrio de orações — e sabemos que é aqui mesmo, aqui em baixo, aqui e agora, entre velas, cálices, e pães, que o Cristo Jesus e sua Mãe preparam, para nós!, as garantias da ressurreição...

Senhores.

Foi nesse ponto, justamente quando Paulo falou na *ressurreição*, que os seus sábios e civilizados ouvintes do areópago mexeram-se nos lugares e se entreolharam com sinais de impaciência. Foi neste ponto que os chefes da assembléia se levantaram e, chegando-se ao palrador, disseram com cortesia: "Está bem... está bem... na próxima vez tu nos explicarás isto melhor... tu nos dirás o resto..."

Dispersou-se então a assembléia. Saíram todos, rindo-se uns, abanando a cabeça outros. Os filósofos, com um altivo trejeito da capa trançada ao ombro, passaram pelo gesticulante asiático, sem o ver, com o sobranceiro olhar perdido no mundo das essências.

Paulo, abandonado e acabrunhado, sentindo que pregara em vão, voltava para a casa que o hospedara; e ia triste e magoado. Irritava-o sobretudo a soberba daquela vã filosofia, que êle fustigará mais tarde, escrevendo aos Coríntios, e muito mais tarde, despedindo-se de Timóteo... Êle prefere ser louco, a ser como aquêles moderados gregos; prefere ser um insensato a ser como aquêles sábios; prefere ser um abôrto, prefere ser a varredura do mundo, a ser como aquêles orgulhosos... Ia assim Paulo, ruminando a sua derrota, quando, de repente entre os ruídos da praça, ouviu passos atrás de si. Passos diferentes. Passos de quem acompanha. Ou de quem persegue. Ou de quem busca. Passos conhecidos de Paulo, o apóstolo de ouvido fino. Entre mil outros, no bulício, e no vozerio, seus ouvidos de profissional, de conhecedor, sabiam distinguir êsses primeiros passos de quem se põe a correr no encalço do Cristo. Deteve-se. Alguém tocou-lhe no braço direito. Ia voltar-se: sentiu-se travado no braço esquerdo. Era Dionísios e Dâmaris. Um homem e uma mulher. Dois que vinham saber o *resto*...

Senhores,

Posso estar enganado. Posso estar incorrendo num ridículo mortal. Mas arrisco-me a dizer que Dionísios e Dâmaris estão aqui nesta sala. Creio-o, quase como num artigo de Fé. Creio-o, porque onde vai a palavra de Deus carregada por um de nós, o sôpro de Deus toma a dianteira, e vem preparar os corações; porque êle bem conhece a pobreza de nossas palavras, e a secura de nossos corações.

Só me resta dizer, a êsse Dionísios, a essa Dâmaris, que se apressem, que não percam tempo, que venham escutar

conosco os ruídos promissores da festa que o Cristo e sua Espôsa preparam para nós, e receber desde já, aqui e agora, a semente da ressurreição.

E nós, que somos servos dos servos de Deus, aqui estamos, para ajudar, para indicar o caminho, para contar o resto da história: onde quiserem e quando quiserem; de dia, de noite, na rua, no café, em casa, quando e onde queiram, de todo o coração.

FIM

* Composto e impresso *
por
LINOGRÁFICA EDITÔRA LTDA.
Escritório e Oficinas
Rua Bresser, 1281-1299 - Fone: 93-1332
* SÃO PAULO *